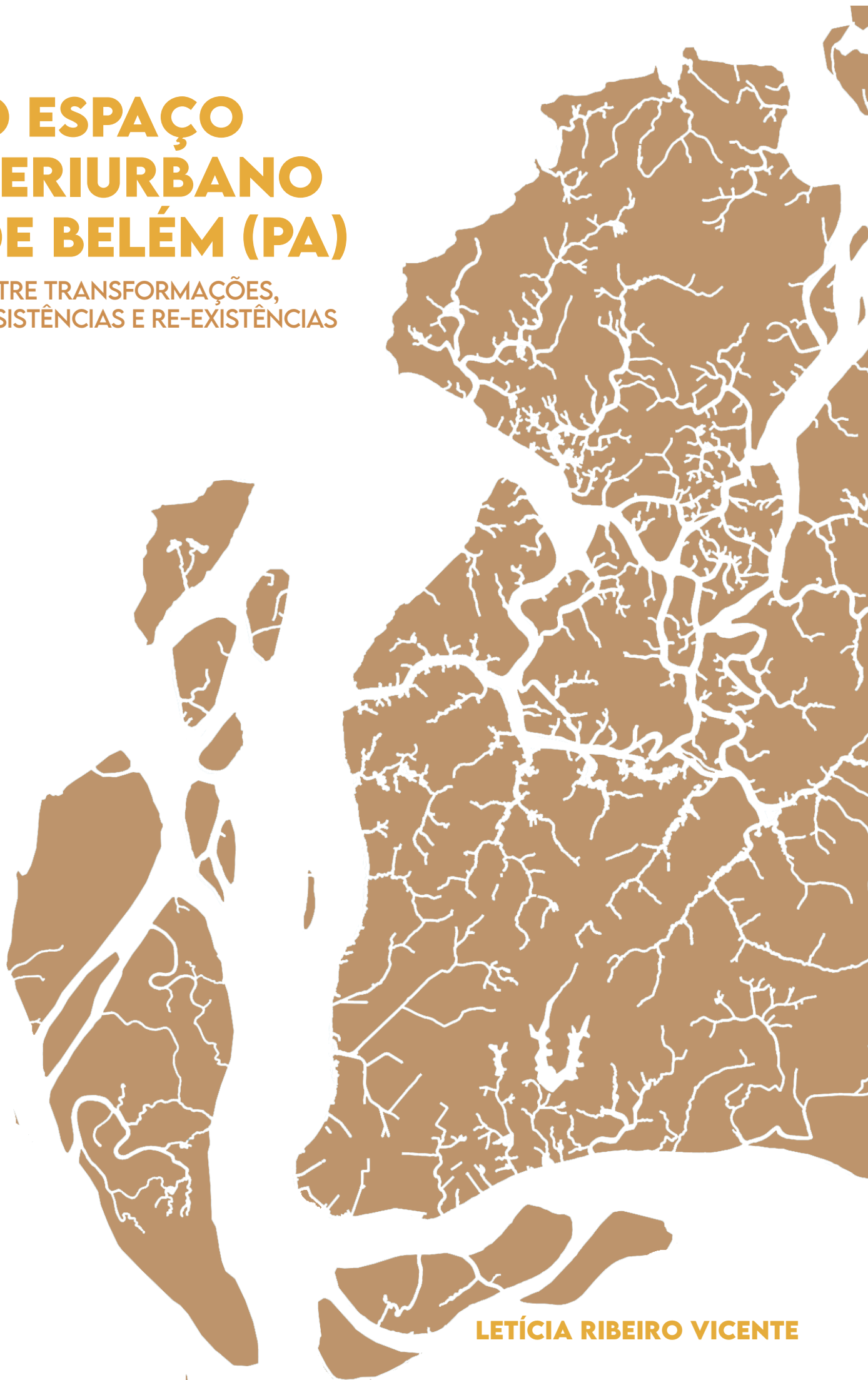


O ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA)

ENTRE TRANSFORMAÇÕES,
RESISTÊNCIAS E RE-EXISTÊNCIAS



LETÍCIA RIBEIRO VICENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LETÍCIA RIBEIRO VICENTE

**O ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA):
ENTRE TRANSFORMAÇÕES, RESISTÊNCIAS E RE-EXISTÊNCIAS**

BELÉM - PA

2022

LETÍCIA RIBEIRO VICENTE

O ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA):
ENTRE TRANSFORMAÇÕES, RESISTÊNCIAS E RE-EXISTÊNCIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Linha de pesquisa: Arquitetura, Desenho da Cidade e Desempenho Ambiental.

Área: Análise e concepção do espaço construído na Amazônia.

Orientadora: Prof^ª. PhD Ana Cláudia Duarte Cardoso.

BELÉM - PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

V632e Vicente, Leticia Ribeiro.
O espaço periurbano de Belém(PA) : entre
transformações, resistências e re-existências / Leticia Ribeiro
Vicente. — 2022.
182 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2022.

1. Espaço periurbano. 2. Belém (PA). 3. Amazônia. I.
Título.

CDD 711.409811

LETÍCIA RIBEIRO VICENTE

O ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA):
ENTRE TRANSFORMAÇÕES, RESISTÊNCIAS E RE-EXISTÊNCIAS

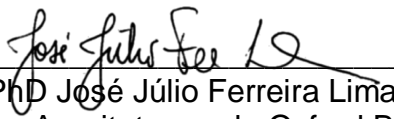
Data de aprovação: 28 / 03 / 2022

Banca Examinadora:

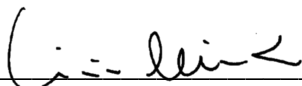


Orientadora

Prof.^a PhD Ana Cláudia Duarte Cardoso
PhD em Arquitetura pela Oxford Brookes University
Universidade Federal do Pará



Prof. PhD José Júlio Ferreira Lima
PhD em Arquitetura pela Oxford Brookes University
Universidade Federal do Pará



Prof.^a. Dr.^a. Livia Izabel Bezerra de Miranda
Doutora em Desenvolvimento Urbano e Regional pela Universidade Federal de
Pernambuco
Universidade Federal de Campina Grande

BELÉM - PA

2022

*À pequena Letícia que sonhou ser
inventora, escritora, arquiteta e urbanista*

*Aos meus pais Antonio e Edilene, minhas
irmãs Clarissa e Bianca e minha prima-
irmã Luísa, que me ajudam todo dia a
tornar partes desse sonho realidade*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tanto.

Aos meus pais Antonio e Edilene, pelo amor e apoio de todos os dias. Ao meu pai por me ensinar a sonhar, sonhando junto e tornando meus sonhos realidade. À minha mãe por me ensinar que a vida precisa ser cheia de delicadezas constantes. A ela também por seu olhar crítico que revisou parcialmente este trabalho.

Às minhas irmãs Clarissa e Bianca e à minha prima-irmã Luísa, por serem meus maiores amores e suportes da vida. Por me ouvirem e partilharem as maravilhas e desventuras do dia a dia.

À minha orientadora Ana, por cada dia que vivemos e idealizamos este trabalho, que é desdobramento de tantos outros. Agradeço pelo compartilhamento do seu tempo, das suas ideias, da sua casa e da sua vida. Sem a Ana este trabalho não seria como ele é. Ele é nosso. Meu, dela, e de todo mundo que caminha com a gente em nosso grupo de pesquisa. À Ana agradeço de coração. A ela meu amor, minha admiração e minha gratidão.

Aos professores que contribuíram em minha trajetória acadêmica. À minha primeira orientadora de PIBIC, Ana Klaudia. Aos professores do LABCAM, em especial ao José Júlio, pelo convívio que inspira e pelas contribuições na qualificação desta dissertação. À professora Livia Miranda também pela participação em minha qualificação e pelos seus textos que me motivaram a me debruçar mais sobre o conceito de espaço periurbano.

Aos moradores que me receberam nas comunidades que eu visitei, pela disponibilidade de tempo e pela partilha de seus locais e histórias de vida.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa Urbana e todos os envolvidos no Projeto Contracartografias, pela sensível partilha é que pesquisar e viver as Amazônias. Agradeço em especial a Rafa, Thales, Gabriel, Taynara, Elis, Beatriz, Noel, Cristina, Gabrielle Luna, Raquel e Romário, que participaram de pesquisas de campo comigo. Um destaque também ao Edigar, que foi um grande apoio no caso da ilha do Maracujá.

Ao CNPQ, à CAPES e à UFPA pelas bolsas de pesquisa concedidas ao longo da minha trajetória acadêmica.

Aos meus colegas e amigos do mestrado. Destaco minha aproximação com a Karina e com a Camilla, que viveram ao meu lado as angústias e as dificuldades de fazer pesquisa em meio a uma pandemia.

Às minhas avós Edite e Zuleide, bases matriarcais das minhas famílias. Aos meus familiares que me apoiam e àqueles que se fazem família pelo amor: Tetê,

Mauro, Tia Elô, Tio Paulo, Paula, Rodrigo e Vicente. Às mulheres que cuidaram e cuidam de mim e me fizeram filha de tantos colos: Tita, Valda e Nilda.

À Cinthia pela escuta que cura, acalma e me faz seguir na pesquisa e na vida.

À minha amiga Ju por tantas partilhas, por nossas conversas diárias, por me ouvir falar (deste trabalho e de tantas outras coisas mais) e pela revisão deste texto. Sou imensamente grata por te ter por perto sempre. Obrigada por me ensinar que as coisas têm o peso que a gente dá.

À Laís, que é meu anjo da guarda, amiga, confidente e refúgio.

Aos meus amigos: Eduarda, João, Karol, Rayssa, Érika, Brenda, Davi, Monique, Gabi C., Elô, Jayana, Manu, Marina, Gabi M., Fernanda B., Fernanda T. pela presença, incentivo e amor de sempre.

Ao Felipe pelo amor, carinho, acolhimento e motivação. O mestrado e a vida não seriam os mesmo sem ti. Obrigada por caminhar ao meu lado (nesta dimensão e em tantas outras).

E por último, mas não menos importante, ao meu grande companheiro Chaplin, que acompanhou cada palavra deste trabalho ao meu lado.

Tudo o que se escreve sobre a Amazônia tem certo sabor de relativismo

Márcio Souza

RESUMO

Entende-se que os espaços periurbanos das cidades na Amazônia são hoje espaços de fronteira, onde é possível perceber disputas e coexistências entre diferentes atividades produtivas e diferentes modos de vida, que passam por rápidas transformações nas últimas décadas. Áreas de expansão urbana, empreendimentos e instalações de porte industrial coexistem com áreas entendidas como tradicionais, ocupadas por comunidades ribeirinhas, camponesas, indígenas, quilombolas. Percebe-se, então, por um lado o movimento de transformações (chegada do novo/moderno, desarticulações), e, por outro, de resistências (manutenção do antigo/tradicional, busca pela manutenção de modos de vida ligados à natureza). À primeira vista estes movimentos funcionam como opostos, ou como dupla negação, tese e antítese. Mas, há também sínteses, que são manifestações da culminância de diversas re-existências, nas quais coexistem aparentes dicotomias e residem as possibilidades de caminhos possíveis para a Amazônia. Para o entendimento das transformações e resistências locais utilizaram-se os estágios de urbanização (espaço-temporais) apresentados por Lefebvre (1999), divididos nas *eras rural, do urbano-industrial e da urbano-utopia*. A partir de uma perspectiva dialética a *era rural* funciona como tese. Essa *era* está presente hoje através de manifestações entendidas nesta dissertação como resistências. Como antítese tem-se o segundo estágio de urbanização, *a era do urbano-industrial*, marcada pelo que aqui é entendido como transformações. Como síntese apresenta-se a *era da urbano-utopia* como possibilidade de vislumbre do que se chamou de re-existências. Na tentativa de contemplar um pouco da diversidade regional, o objeto de estudo desta dissertação se constrói em torno do espaço periurbano de Belém (PA), cidade (e município) que funciona como um exemplo significativo por desempenhar historicamente a função de metrópole amazônica. Para tal, analisou-se o espaço periurbano de Belém (PA) considerando as transformações e resistências que permeiam sua produção socioespacial ao longo da história, bem como foram visibilizadas as re-existências contemporâneas que demonstram o potencial de emancipação e fortalecimento de comunidades que dependem do manejo da natureza. Apresentou-se a discussão sobre os espaços periurbanos em contextos diversos, aproximando-a a das cidades amazônicas. Na análise do espaço periurbano de Belém (PA) concluiu-se que historicamente este espaço se constituiu como espaço periurbano estendido regional, pois Belém possuiu grande centralidade política e econômica, o que a possibilitou articular e interagir de forma direta com diversos locais dentro da Amazônia. Considera-se, entretanto, que a partir da segunda metade do século XX diversos processos nacionais e internacionais, diminuíram a centralidade de Belém e sua capacidade de exercer influência regionalmente. Notou-se na escala local que a disponibilidade de terras no espaço periurbano de Belém faz com que se misturem o periférico, a área de expansão e as comunidades que dependem do manejo da natureza. Através de alguns estudos de caso selecionados investigaram-se e analisaram-se também as re-existências que permeiam a produção socioespacial do espaço periurbano de Belém. As re-existências possibilitaram visualizar que a constituição do espaço periurbano de Belém está por um lado diretamente ligada a imposições econômicas, políticas e culturais de lugares distantes, e ao mesmo tempo, apresenta um enorme potencial de emancipação das comunidades locais, que emerge da aliança entre cultura, natureza, e justiça social. Aponta-se também o reconhecimento da alteridade como caminho para a *era da urbano-utopia*.

Palavras-chave: espaço periurbano; Belém (PA), Amazônia.

ABSTRACT

It is understood that the peri-urban spaces of cities in the Amazon are today border spaces, where it is possible to perceive disputes and coexistences between different productive activities and different ways of life, which have undergone rapid transformations in recent decades. Areas of urban expansion, enterprises and industrial facilities coexist with areas understood as traditional, occupied by riverside communities, indigenous and quilombola communities. On the one hand, we can see the movement of transformations (arrival of the new/modern, disarticulations), and, on the other hand, resistance (maintenance of the old/traditional, search for the maintenance of ways of life linked to nature). At first sight these movements function as opposites, or as double negation, thesis and antithesis. But there are also syntheses, which are manifestations of the culmination of several re-existences, in which apparent dichotomies coexist and the possibilities of possible paths for the Amazon reside. To understand the transformations and local resistance, the stages of urbanization (spatial-time) presented by Lefebvre (1999) were used, divided into rural, urban-industrial and urban-utopia eras. From a dialectical perspective, the rural era works as a thesis. This era is present today through manifestations understood in this dissertation as resistances. As an antithesis, the second stage of urbanization, the urban-industrial era, is understood here as transformations. As a synthesis, the era of urban-utopia is presented as a possibility to glimpse what was called re-existence. In an attempt to contemplate a little of the regional diversity, the object of study of this dissertation is built around the peri-urban space of Belém (PA), a city (and municipality) that works as a significant example for historically playing the role of an Amazon metropolis. To this end, the peri-urban space of Belém (PA) was analyzed considering the transformations and resistances that permeate its socio-spatial production throughout history, as well as the contemporary re-existences that demonstrate the potential for emancipation and strengthening of communities that depend on of nature management. The discussion about peri-urban spaces in different contexts was presented, bringing it closer to that of Amazonian cities. In the analysis of the peri-urban space of Belém (PA), it was concluded that historically this space was constituted as a regional extended peri-urban space, since Belém had great political and economic centrality, which made it possible to articulate and interact directly with several places within the Amazon. It is considered, however, that from the second half of the 20th century onwards, several national and international processes diminished the centrality of Belém and its ability to exert influence regionally. It was noted at the local scale that the availability of land in the peri-urban space of Belém makes the peripheral, the expansion area and the communities that depend on the management of nature mix. Through some selected case studies, the re-existences that permeate the socio-spatial production of the peri-urban space of Belém were also investigated and analyzed. The re-existences made it possible to visualize that the constitution of the peri-urban space of Belém is, on the one hand, directly linked to economic, political and cultural impositions from distant places, and at the same time, it presents an enormous potential for the emancipation of local communities, which emerges from the alliance between culture, nature, and social justice. It also points out the recognition of otherness as a path to the era of urban-utopia.

Keyword: peri-urban space; Belém (PA); Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplos de representações midiáticas sobre a Amazônia.....	22
Figura 2: Propagandas divulgadas para incentivo à imigração para Amazônia.....	23
Figura 3: Localização de Belém (PA).....	31
Figura 4: Dados das pesquisas de campo.	34
Figura 5: Mosaico de territórios indígenas, territórios quilombolas, assentamentos rurais e unidades de conservação no Estado do Pará.	46
Figura 6: Categorias de cidade, campo, urbano e rural.....	49
Figura 7: Matriz de análise utilizada na pesquisa.	53
Figura 8: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável integrantes da Agenda 2030.	59
Figura 9: Cidades importantes na Amazônia, inicialmente ligadas à lógica ribeirinha.	63
Figura 10: Croqui da rede dendrítica amazônica durante o ciclo da borracha.	69
Figura 11: Manchetes que evidenciam temas de preocupação internacional ligados à Amazônia.....	88
Figura 12: Rede urbana – Brasil – 2018.....	90
Figura 13: Região de influência e conexões externas da metrópole de Belém (PA)....	91
Figura 14: Mapas que ajudam a situar locais que integram o espaço periurbano de Belém em uma escala local.	94
Figura 15: Exemplos da instalação de engenhos no espaço periurbano de Belém.	97
Figura 16: Demarcação de construções ligadas a usos não desejáveis que foram instalados no espaço periurbano de Belém entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX.	99
Figura 17: Usos e construções no espaço periurbano de Belém na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.	103
Figura 18: Traçado da Estrada de Ferro Belém-Bragança.....	104
Figura 19: Demarcação de usos e construções no espaço periurbano estendido de Belém entre os séculos XIX e XX.	106
Figura 20: Manchetes que destacam crimes socioambientais em Barcarena ligados à mineração como a fumaça tóxica (2021) e o vazamento de rejeitos (2018).	109
Figura 21: Ponte que liga a ilha de Mosqueiro ao continente e trapiche na ilha de Cotijuba.	113
Figura 22: Exemplos de atividades extrativistas nas ilhas de Belém e entorno.	114
Figura 23: Exemplo de construção de conjuntos habitacionais na parte insular de Belém.	115
Figura 24: Exemplo da construção de condomínio fechado na parte insular de Belém.	115
Figura 25: Manchetes que destacam o turismo nas praias de rio da parte insular de Belém.	116
Figura 26: Manchetes que destacam o turismo na ilha do Combu, em Belém (PA). .	117
Figura 27: Manchetes que apontam o descarte irregular de lixo na ilha do Combu e festas clandestinas na ilha de Cotijuba, ambas em Belém (PA).....	118
Figura 28: Localização dos estudos de caso.....	125
Figura 29: Fotos dos TRAs Mártires de Abril e Paulo Fonteles, ambos na ilha de Mosqueiro em Belém (PA).....	127

Figura 30: Manchete que destaca a produção de alimentos nos TRAs Mosqueiro e a atuação do GRUCA e página do site de vendas dos alimentos da parceria do GRUCA + IACITATA.	128
Figura 31: Fotos da área de produção de uma família dentro da CEASA.	130
Figura 32: Panfleto de turismo de base comunitária, sede do MMIB e manchete que retrata a atividade extrativista local.	133
Figura 33: Grupos dentro do TQA e manchetes que destacam a relação entre artesanato, subsistência e o manejo da terra, bem como o protagonismo das mulheres dentro do território.....	136
Figura 34: Ameaças ao TQA.....	138
Figura 35: Localização das ilhas do Combu e do Maracujá.	140
Figura 36: Delimitações oficiais vigentes sobre as ilhas do Combu e do Maracujá. ..	143
Figura 37: Esquema de como os moradores entendem as comunidades e subcomunidades dentro da ilha do Maracujá.	145
Figura 38: Esquema das 18 famílias que moravam na ilha do Maracujá na década de 1960 segundo relato de entrevistada.	146
Figura 39: Divisão esquemática da área de produção e da área de moradia na ilha do Maracujá e dos espaços e usos dentro da área de uma família.....	147
Figura 40: Exemplo da divisão da área de uma família ao longo do tempo.....	149
Figura 41: Exemplo de configuração de uma família na ilha do Maracujá.....	150
Figura 42: Esquema de equipamentos públicos e locais comunitários da ilha do Maracujá e entorno.	151
Figura 43: Esquema de fluxos de deslocamentos dos moradores da ilha do Maracujá.	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Representação de narrativa mitológica amazônica.	20
Quadro 2: Notícias e arte de protesto referentes a situações ocorridas na Amazônia durante a pandemia da COVID 19.	24
Quadro 3: Exemplos de assentamentos indígenas pré-colombianos.	27
Quadro 4: Principais características dos espaços periurbanos.	40
Quadro 5: Principais órgão e políticas criadas na Amazônia Legal durante as décadas de 1950 a 1970.	78
Quadro 6: Principais rodovias construídas na Amazônia entre as décadas de 1950 e 1970.	78
Quadro 7: Infraestruturas e serviços na ilha do Maracujá.	152
Quadro 8: Calendário de eventos comunitários na ilha do Maracujá.	156
Quadro 9: Exemplo de coexistências de eras espaço-temporais na ilha do Combu – Belém (PA).	159
Quadro 10: Exemplo de coexistências de eras espaço-temporais na ilha do Maracujá – Acará (PA).	160

PRÓLOGO

No final do mês de outubro de 2021 fui ao Museu de Arte de São Paulo (MASP) para ver a exposição “Desejo imaginante” da artista brasileira Maria Martins. Ao entrar na primeira sala me deparei com várias esculturas de seres mitológicos que representavam a Amazônia e suas lendas. Observei de forma atenta a minha própria reação, de curiosidade e ao mesmo tempo de incômodo, perante histórias que ouvi desde a infância, esculpidas e representadas por uma pessoa que, segundo relatado no próprio encarte da exposição, nunca nem havia aqui pisado, mas que se apropriou de um imaginário construído sobre a região para conceber sua tentativa modernista de brasilidade (assim como tantos outros artistas do mesmo período).

Apesar de muito ter apreciado o trabalho da artista tive uma sensação de choque cultural. Ao entrar naquela sala, decidi que escreveria este prólogo, narrando esta experiência que, no meu entender, tudo tem a ver com esta pesquisa. Escrevo-o, então, como forma de me colocar no texto, e também de me apresentar para você, leitor. Conto aqui um pouco da minha trajetória de (jovem) pesquisadora, de como cheguei à pesquisa desta dissertação, ou, de como ela se apresentou a mim, e, de forma inseparável a estas coisas, de como me vejo enquanto amazônida.

Chamo-me Letícia e tenho 23 anos. Nasci no município de Belém, capital do Estado do Pará, e morei nele quase sempre, com exceção de meu primeiro ano de vida, no qual morei no município vizinho, chamado de Ananindeua. Resido na área central de Belém e minha vivência se constitui em valores predominantemente urbanos, o que me leva a muitos questionamentos sobre o que é a Amazônia, o que nos conecta enquanto região e o que nos torna peculiar. Estas perguntas me fazem refletir sobre os estereótipos existentes em mim mesma. Ao pensar em Amazônia me deparo com imagens que me parecem externas à minha própria vivência.

O meu pedaço de Amazônia, aquele que vejo da janela do meu quarto, se faz de prédios, de casas, de ruas, de asfalto, de carros, mas, ao fundo, se faz também de rios, barcos, ilhas e palafitas. Apesar da aparente contradição ou oposição que poderia ser expressa em muitos pares (contemporâneo x vernáculo; moderno x tradicional; urbano x rural; continente x ilha) tento neste trabalho superar os estereótipos contidos em mim mesma. Busco compreender as coexistências e a complexidade de viver e pesquisar a Amazônia.

Quando entrei na faculdade de Arquitetura e Urbanismo em 2015, aos 16 anos, eu já estava decidida por trilhar o caminho da docência, o que me instigou no primeiro semestre da faculdade a ingressar no Laboratório Espaço e Desenvolvimento

Humano (LEDH), coordenado pela professora Klaudia Perdigão. Nos dois anos em que passei lá tive contato com comunidades palafíticas na parte continental de Belém (integradas à cidade) que passavam por processos de remanejamento para conjuntos habitacionais construídos em tipologias multifamiliares bem diversas da realidade ribeirinha de origem dos moradores remanejados. Aprendi que a realidade palafítica, vista pela sociedade sob o estigma da precariedade, apresenta soluções tipológicas que muito poderiam ser aproveitadas na realidade regional, por se tratarem de um processo adaptativo longo, desenvolvido em muitas gerações. A problemática destas comunidades demandava soluções de infraestruturas básicas (acesso a abastecimento de água, coleta de esgoto, de lixo), conflitos sociais (violência, dependência química), melhorias construtivas e/ou habitacionais (como acesso a madeira para reparo das casas e pontes de uso coletivo), mas não se tratava necessariamente de um problema espacial.

Após finalizar minha pesquisa no LEDH, em 2017, ingressei no Laboratório Cidades na Amazônia (LABCAM), através do qual iniciei minha segunda bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sob orientação da professora Ana Cláudia Cardoso (que permanece até hoje como minha orientadora). Meu segundo PIBIC, entre 2017 e 2018, teve como estudos de caso as ilhas do Combu e a comunidade do Cajueiro, na ilha de Mosqueiro, ambas em Belém. Investigamos o potencial de contribuição de arranjos espaciais/tipológicos presentes nestas comunidades, que mantêm forte conexão com a biodiversidade para manutenção da vida. Nesta pesquisa pude perceber o tamanho da invisibilidade da parte insular de Belém, que conta com 39 ilhas (65,14% do município), sobre as quais muitas vezes não é possível obter dados atualizados e/ou coerentes.

Este meu segundo ciclo de PIBIC foi premiado com o Destaque Iniciação Científica e Tecnológica UFPA 2018 (PIBIC de Verão). Ganhei uma bolsa para desenvolver uma pesquisa de um mês na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da professora Heloisa Costa. Lá investiguei o processo de planejamento metropolitano de Belo Horizonte e tracei paralelos com a realidade de Belém.

O mês que passei em Belo Horizonte me fez corroborar uma sensação que eu já possuía: às vezes eu preciso sair da Amazônia para me sentir, de forma intensa e pulsante, ligada a ela. Fui muito bem recebida em Belo Horizonte e os estudantes com os quais convivi me perguntavam de forma constante sobre a minha realidade em Belém. Notava, entretanto, o espanto de alguns ao saber de onde eu era, inclusive pela minha aparência física, de uma mulher branca, o que explicita os estereótipos que se têm sobre a região. Na convivência com “o outro” me via cada vez mais, meu sotaque, minha conjugação do “tu”, minhas comidas regionais preferidas (e as

agressões que são feitas a elas – açai com granola, banana, leite condensado soa de forma estranha para muitos de nós paraenses), minha empolgação de falar sobre Belém, mostrar fotos, contar um pouco da história regional.

Durante a minha estada percebi grande similaridade entre os textos do curso ministrado pela professora e os que eu própria lia na minha graduação e me atentei do quanto nós, da Amazônia, temos que dar conta da história brasileira (lê-se história do sudeste) e ao mesmo tempo da nossa história. O inverso não acontece, o “Brasil” não nos estuda enquanto história nacional, porque nossa história é tratada como regionalismo.

Após voltar de Belo Horizonte, concluí meu terceiro e último ciclo de PIBIC, no qual realizamos uma caracterização de tipologias no município de Afuá (PA), na ilha do Marajó, ligadas ao sistema rio-mata-roça-quintal apresentados pela pesquisadora Violeta Loureiro. Buscamos sintetizar a complexidade do modo de vida desenvolvido no contexto de várzea e mostrar como ela poderia funcionar como matriz morfológica. Conforme escrevi na introdução do meu Trabalho Final de Graduação (TFG), e repito aqui, o estudo de Afuá evidenciou que dados oficiais e parâmetros federais não bastam para a formulação de políticas urbanas para a várzea. Não é possível analisar os municípios amazônicos exclusivamente por dados quantitativos e engessados, ou pelo número de empregos formais, pois o resultado tenderá a ser distorcido, associado à precariedade ou má qualidade de vida, resultando em uma leitura da Amazônia como uma grande área de pobreza, que precisa ser transformada. Essa avaliação é mais útil a atores externos do que às populações diretamente afetadas pelas transformações. As políticas para cidades na Amazônia necessitam de estudos que ultrapassem a preconceção da superioridade das relações formais.

No meu TFG aproveitei o acúmulo de repertórios anteriores para aprofundar a discussão sobre planejamento municipal no contexto insular de Belém, tomando como estudo de caso a ilha de Cotijuba. Analisei a realidade socioespacial e socioambiental da ilha e procurei incluir a visão dos moradores, através de entrevistas e de uma oficina realizada em parceria com o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), de modo a propor uma setorização condizente com a realidade local. A partir de referências já utilizadas em outros locais criei uma metodologia que permitiu uma aproximação maior da realidade e uma visibilidade de atividades que não estavam enquadradas nas legislações e no planejamento até então vigente sobre Cotijuba. Desta forma, ainda que com suas limitações e parcialidades, o trabalho apontou um caminho de transposição entre elementos da percepção e da vida cotidiana para representações oficiais.

A participação em pesquisas no LEDH e no LABCAM durante a graduação me proporcionou além do contato com os professores a troca com outros alunos de graduação e também do mestrado. Estes vínculos permitiram o compartilhamento de diversas experiências. Ressalto as participações em pesquisas de campo, eventos, grupos de estudo e exposições realizadas pelo Grupo de Pesquisa Urbana: urbanização e natureza na Amazônia, coordenado pela minha orientadora. Esta dissertação colhe muitos frutos produzidos pelo acúmulo de pesquisas do citado Grupo.

Após o término da graduação, em 2019, passei no mestrado, que realizei integralmente de modo remoto devido à pandemia. Durante este período participei de um projeto de pesquisa carinhosamente apelidado de Contracartografias, e que ao longo desta dissertação vocês conhecerão um pouco mais. Nele desenvolvemos pesquisas em comunidades tradicionais do Pará e em Minas Gerais, e contamos com pesquisadores moradores dos territórios que compuseram os estudos de caso. Ressalto aqui a dificuldade de fazer pesquisa em tempos de pandemia. Fazer pesquisa em meio à morte, em um cenário político devastador, com medo e em solidão. Fazer pesquisa com reuniões *online* intermináveis, que me levaram à exaustão física e mental. Mais do que nunca creio que aprendi que não existe impessoalidade na pesquisa. Pesquisa é um fazer-processo que demanda humanidade, é um ato solitário e ao mesmo tempo plural. Sempre sou eu, minhas percepções e limitações, e ao mesmo tempo, sempre somos nós. O que aprendi e espero levar comigo para onde quer que eu vá, é que pesquisa só se faz com afeto.

Pesquisar a Amazônia me faz cada vez mais entender que ela é um espaço de disputa, é a fronteira para onde tantos interesses avançam, é a fronteirização de nós mesmos. Perante estes avanços tentamos de muitas formas nos reafirmarmos, ora nos tornando exóticos, ora nos dizendo iguais, quando nunca seremos. Este trabalho é mais uma dessas tentativas. A minha tentativa enquanto amazônida, que nem de longe consegue representar a realidade regional, e que, ao mesmo tempo, de modo algum consegue se afastar dela. Esta é a minha história. Única. E de outros tantos pelo mundo.

É compreensível que insistam em nos medir com a mesma vara com que se medem, sem recordar que os estragos da vida não são iguais para todos, e que a busca da identidade própria é tão árdua e sanguenta para nós quanto foi para eles. A interpretação da nossa realidade a partir de esquemas alheios só contribui para tornar-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários.

A solidão da América Latina
Gabriel García Márquez

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	Objetivos	32
1.1	Caminhos metodológicos	33
1.2	Estrutura da dissertação	36
2	A CONCEITUAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PERIURBANOS: CAMINHOS ANALÍTICOS PARA A REALIDADE AMAZÔNICA	38
2.1	Os espaços periurbanos em contextos diversos	38
2.2	A (falta de) regulação vigente sobre o espaço periurbano brasileiro	44
2.3	Cidade e campo, urbano e rural	47
2.4	Entre transformações, resistências e re-existências: caminhos analíticos para leitura dos espaços periurbanos na Amazônia	54
3	TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS NO ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA): CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES SOBRE A ESCALA REGIONAL	62
3.1	Século XVI: expedições e desbravamentos... ou sobre o início do fim	63
3.2	Século XVII, XVIII e primeira metade do século XIX: fortes, aldeias, cidades e drogas do sertão... ou sobre a tentativa de acabar com as <i>Amazônias</i>	64
3.3	Segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX: a riqueza da borracha... ou sobre a morte em vida nos seringais	68
3.4	Um balanço de quatro séculos e meio e a chegada do grande ponto de inflexão na história da Amazônia	73
3.5	Segunda metade do século XX: um sonho de desenvolvimento... ou sobre o ápice do <i>des-envolvimento</i> regional	76
3.6	Início do século XXI: agora somos tecnológicos e sustentáveis... somos o futuro?	84
4	TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS NO ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA): CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES SOBRE A ESCALA LOCAL	93
4.1	Muito antes de Belém: a Mairi Tupinambá	95
4.2	A versão portuguesa do início da história de Belém: o núcleo urbano entre o século XVI e a primeira metade do século XIX	96
4.3	Belém da Belle Époque: segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX	100
4.4	Segunda metade do século XX e o início do século XXI	107
5	A VIDA COTIDIANA NO ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA) COMO POSSIBILIDADE DE ENCONTRO COM AS RE-EXISTÊNCIAS	121
5.1	Re-existências contemporâneas no espaço periurbano de Belém – PA	124
5.1.1	Manifestações do campesinato na RMB: a atuação do Grupo de Consumo Agroecológico (GRUCA) e da Associação de Produtores da Terra Firme	126

5.1.2 Manifestações do movimento social na Belém insular: a atuação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na ilha de Cotijuba, Belém - PA	131
5.1.3 Manifestações quilombolas no século XXI: o Território Quilombola de Abacatal (TQA), Ananindeua - PA	134
5.1.4 Manifestações ribeirinhas na metrópole: a ilha do Combu, Belém – PA	139
5.2 Caracterização da ilha do Maracujá a partir da Pesquisa Ação	140
5.3 A produção socioespacial ribeirinha e quilombola na ilha do Maracujá...	142
5.4 A coexistência de eras espaço-temporais na ilha do Maracujá	153
6 CONCLUSÕES	164
REFERÊNCIAS	171
CRÉDITOS DAS IMAGENS DAS CAPAS	180
APÊNDICE 1: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NA ILHA DO MARACUJÁ	181

1) INTRODUÇÃO

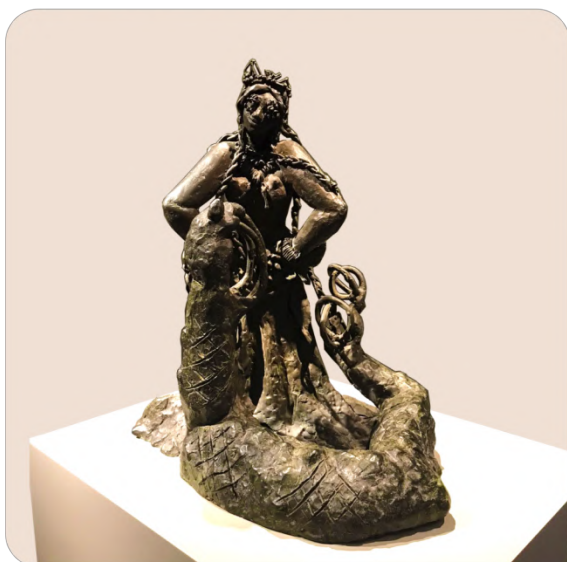


1 INTRODUÇÃO

Estudar a Amazônia sem enquadrá-la em estereótipos é uma tarefa desafiadora. É possível crer que a Amazônia existe por si só? Ou ela é uma invenção, um discurso, que de tempos em tempos é recriado para atender novos interesses? A história da Amazônia antes da colonização parece ser contada enquanto mito, aquilo que é a origem das coisas, que tenta explicar a realidade, mas que é criado a partir de uma ideia fantasiosa (ver quadro 1). Não é possível falar em unidade regional nem antes nem depois das colonizações, pois desde que se tem conhecimento, e antes mesmo da ideia de nação, a Amazônia é um território multinacional¹ e pluricultural (SOUZA, 2019; PORTO-GONÇALVES, 2019).

Quadro 1: Representação de narrativa mitológica amazônica.

Amazônia, 1942 Escultura de Maria Martins



Bronze
Coleção particular, São Paulo
Exposição Desejo Imaginante
MASP 2021

Amazônia (1942) é uma escultura em bronze que representa uma figura feminina acompanhada de uma grande serpente, localizada aos seus pés. O animal é uma presença frequente nas obras de Maria Martins desse período e pode ser compreendido como uma referência à Cobra Grande ou Cobra Norato, uma mitologia de origem indígena e amazônica, que conta a história de um rapaz chamado Norato que durante o dia possui a forma de uma serpente e de noite, a de um homem sedutor. Em um texto escrito pela artista sobre essa escultura em seu portfólio *Amazônia* (1943), Martins narra a busca apaixonada de Norato pela mais bela mulher da floresta, com o intuito de transformá-la na «rainha da Amazônia». Na escultura, a figura feminina é retratada com os cabelos trançados que caem sobre o seu dorso nu como um cipó enquanto uma coroa adorna o topo de sua cabeça. A figura masculina é representada, por sua vez, na forma de serpente aos seus pés - mostrando que Cobra Norato atingira seu objetivo. O termo «Amazônia» que dá título à obra, deriva do termo «Amazonas» que dá nome a um dos maiores rios do mundo e ao maior estado brasileiro. Este termo tem origem no século 16, quando colonizadores europeus chegaram à região e encontraram um grupo de mulheres indígenas guerreiras. Apesar de serem chamadas pelos nativos da região de «icamiabas», para os europeus, seus costumes recordavam o das lendárias «amazonas» da mitologia grega, que viviam na Ásia Menor, e logo foi feita a associação entre elas.

Fonte: foto de Letícia Vicente - exposição Desejo Imaginante – MASP 2021. Texto: reprodução de texto explicativo da obra – MASP 2021.

Desde seu nome a Amazônia é uma invenção mitológica, pois esta palavra é derivada do rio *das Amazonas*. As Amazonas são retratadas como integrantes de um reino

¹ A multinacionalidade se expressa também hoje nos limites políticos administrativos atuais. A Amazônia é multinacional (a PanAmazônia), abrangendo territórios do Brasil (68%), Peru (10%), Bolívia (10%), Colômbia (8%), Equador (2%), Venezuela (1%), Guianas (1%) (SOUZA, 2019). Neste ponto da dissertação, entretanto, foca-se na Amazônia brasileira.

matriarcal, de mulheres guerreiras, descrito em relato de um viajante espanhol, e procurado por tantos outros, guiados pela história contada pelos nativos da época da chegada, que misturava representações da oralidade e da fantasia² (LOPES, 2017; SOUZA, 2019).

O retrato da Amazônia pré-colombiana como natureza exuberante e “povos primitivos” pareceu convenientemente aceito para pautar uma hierarquização entre o que era civilização e o que não era. Nos relatos dos viajantes houve a criação de imagens que unem o paraíso na terra, a ser conquistado, e a barbárie dos povos locais, que “justificou” seu genocídio e/ou aculturação. Ao longo do processo de colonização (distante e recente) muitas imagens foram criadas sobre a região. Esta foi tratada como paraíso perdido, *el dorado*, inferno verde e mais recente como futuro da humanidade (BECKER, 1990). A criação destas imagens oculta a complexidade e diversidade dos povos que aqui habitavam e habitam, seus modos de produzir assentamentos humanos, suas formas de relação social e suas formas de se integrar, manejar e produzir a natureza (física e simbolicamente) (SOUZA, 2019).

A invenção de uma ideia de Amazônia começa com a chegada de invasores europeus, e não acaba nunca mais. O esforço de unidade, e com ele, do apagamento da diversidade, se faz presente até hoje. Na mídia a construção dos discursos apresenta a região por sua exuberância natural, seus rios, suas florestas e suas populações nativas destacadas como exóticas (ver figura 1). A paisagem amazônica muitas vezes é assumida como homogênea e a região ganha realce por ter as maiores floresta tropical e bacia hidrográfica do mundo (LOUREIRO, 2014).

² Lopes (2017, p. 84) comenta que “As Amazonas originalmente eram mulheres guerreiras da mitologia greco-romana com território sediado em algum lugar entre a Ucrânia e o norte da Turquia”. O autor segue dizendo que os colonizadores espanhóis quando chegaram à Amazônia ouviram e presenciaram situações do protagonismo de mulheres indígenas que os levaram a fazer uma associação com o reino das Amazonas. Souza (2019, p. 84-85) descreve as impressões de uma expedição espanhola, registrada pelo cronista Gaspar de Carvajal, integrante da expedição de Gonçalo Pizarro e Francisco Orellana. O trecho narra um acontecimento do ano de 1542:

“O que mais tinha espantado os espanhóis era a presença de mulheres entre os guerreiros. Carvajal as descreve como mulheres de alta estatura, robustas e vestidas apenas com uma tanga, com a pele branca e cabelos longos amarrados em tranças. [...] Um índio que caíra prisioneiro no primeiro combate serviu de informante a respeito daquelas mulheres. Interrogado por Orellana, ele contou que as mulheres viviam no interior da selva e todo aquele território lhes pertencia. Suas aldeias eram feitas de pedra e somente mulheres podiam viver nelas. Quando desejavam homens, elas atacavam os reinos vizinhos e capturavam os guerreiros. Se a criança nascida fosse mulher, era criada e ensinada nas artes da guerra que elas tão bem conheciam. Se fosse homem, a criança, quando não era morta, era entregue ao pai. [...]. Mulheres guerreiras comandadas por uma matriarca é um mito comum aos povos do rio Negro, médio Amazonas e Orinoco.”

Figura 1: Exemplos de representações midiáticas sobre a Amazônia.



Fonte: elaborado pela autora a partir de manchete disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,biden-e-bolsonaro-se-preparam-para-um-confronto-sobre-a-amazonia,70003654204>. Acesso em: 08 out. 2021. Capa do filme disponível em: <https://escolajoapaulo.com.br/taina-uma-aventura-na-amazonia/>. Acesso em: 02 abr. de 2021. Pesquisa no Google imagens disponível em: https://www.google.com/search?q=Amaz%C3%B4nia&rlz=1C1NHXL_pt-BRBR687BR687&sxsrf=AOaemvLa6U3x7LWY1uFieRq58TYAyPyRtg:1634219074943&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwi0kcm7hMrzAhVrQ5UCHaQwD3IQ_AUoAnoECAEQBA&biw=1517&bih=730&dpr=0.9. Acesso em 14 out. 2021.

Mesmo que na Amazônia de hoje exista muita gente vivendo em tantas configurações de cidades e de campos, que misturam urbanos e rurais diversos, os discursos que apagam as pessoas e a diversidade de seus modos de vida ainda predominam. Os *slogans* - de terra disponível para ocupar - difundidos em diferentes períodos (ver figura 2) ainda parecem ecoar, justificando as constantes intervenções desde a metrópole portuguesa até hoje. A região é a fronteira de expansão que parece nunca acabar, um *el dorado* em que não se achou (só) ouro, mas sim algo mais valioso, apontado por Maricato (1999) como o nó da questão brasileira, a terra. Mas, infelizmente para muitos, terra com gente.

Figura 2: Propagandas divulgadas para incentivo à imigração para Amazônia.

Cartazes criados pelo artista suíço Jean- Pierre Chabloz, na década de 1940, como propaganda para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia durante o governo de Getúlio Vargas



Propaganda da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) durante a ditadura, década de 1970



Fonte: elaborado pela autora a partir imagens disponíveis em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/542/chabloz-emcartaz;> [http://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/185-noticias/noticias-2016/561281-a-terra-das-mortes-sob-encomenda.](http://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/185-noticias/noticias-2016/561281-a-terra-das-mortes-sob-encomenda) Acesso em: 02 abr. de 2021.

Hoje, no meio social e político ainda registra-se cotidianamente o apagamento das pessoas, como é possível ver no quadro 2 que mostra duas notícias e uma arte de protesto veiculadas durante a pandemia da COVID 19. As notícias apresentadas abaixo são apenas alguns exemplos recentes que criam reflexões sobre o descaso de governantes brasileiros com a Amazônia.

Quadro 2: Notícias e arte de protesto referentes a situações ocorridas na Amazônia durante a pandemia da COVID 19.



A notícia destaca o apagão de energia elétrica ocorrido no Estado do Amapá, que iniciou em novembro de 2020 e só foi plenamente normalizado em janeiro de 2021. De forma ininterrupta, foram mais de 20 dias sem energia elétrica na maioria dos municípios do Estado. O que chamou a atenção da pesquisadora neste período foi que acompanhando noticiários 24 horas como Globo News e CNN, o único assunto tratado em todos os jornais era a apuração da eleição Norte Americana que culminou na vitória de Joe Biden. O apagão do Amapá aparecia nas letrinhas que passavam rolando na parte de baixo da tela.

A ilustração ao lado foi criada pela artista amapaense Thai (@osdesenhosdathai), que a publicou na rede social Instagram com a seguinte mensagem na legenda: "O que percebemos é uma grande defesa pelo bioma, mas nenhuma pelo povo que vive e cuida daqui. Não tem segredo, no Amapá nós temos a nossa cultura, nossos costumes, mas não difere a gente do restante do país...e ainda assim nos sentimos invisíveis. O Amapá está no 10º dia sem energia, várias regiões estão há dias vivendo no desespero, sem água, sem comida, sem saúde. Se você pode fazer, se pode nos ajudar, faça. Nós precisamos de apoio, precisamos ser vistos! #AmapaPedeSocorro"



A notícia apresenta a falta de oxigênio nos hospitais de Manaus que aconteceu nos dias 14 e 15 de janeiro de 2021, e se estendeu por mais, pelo menos, uma semana. Diversas causas foram apuradas para chegar neste ponto, com falas inclusive do então Ministro da Saúde eximindo a culpa do Governo. A ajuda pareceu chegar primeiro de instituições não governamentais, da população no geral, bem como acordos diretos entre o Estado de Manaus e outros estados brasileiros, frente ao descaso do Governo Federal.

Fonte: elaborado pela autora a partir das manchetes disponíveis em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/12/03/um-mes-do-apagao-no-amapa-o-que-ainda-precisa-para-a-seguranca-energetica.ghtml>; <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/14/crise-do-oxigenio-um-mes-apos-colapso-em-hospitais-manaus-ainda-depende-de-doacoes-do-insumo.ghtml>. Acesso em: 02 abr. de 2021. A ilustração digital foi retirada de uma publicação feita no instagram @osdesenhosdathai. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CHgWtAjp9iy/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 02 abr. de 2021.

A leitura crítica que esta dissertação assume alinha-se à arte digital de @osdesenhosdathai (quadro 2), segundo a qual para defender a Amazônia é preciso reconhecer e defender quem mora nela. A invisibilidade social e das diferentes configurações espaciais explica-se pela frequente utilização de parcelas da realidade regional para criação de argumentos que apoiem grupos ou interesses específicos (de exploração natural e da mão de obra, de apropriação fundiária, de interesses turísticos). A construção de uma imagem de Amazônia homogênea é muito útil às visões internas (de alguns segmentos locais) e externas (nacionais e interacionais), que disfarçam na ideia da natureza intocada e do bom selvagem a fronteira de exploração que secularmente se constrói na região. A Amazônia, quando assim se escreve, no singular, oculta a diversidade de realidades³ (PORTO-GONÇALVES, 2008).

A fronteira amazônica se constitui junto com sua invenção. A palavra fronteira de forma genérica pode entendida como limite, demarcação, borda. Apesar de tradicionalmente apresentar-se a fronteira amazônica como expressão das grandes transformações da segunda metade do século XX (BECKER, 1990; CORRÊA, 1987; CASTRO, 2011; SOUZA, 2019; PORTO-GONÇALVES, 2008; 2019), entende-se que a fronteira inicia com o processo de desbravamento, ainda no século XVI, posteriormente convertido em conquista, que resulta na exploração. A fronteira é o avanço contínuo rumo ao que parece ainda não dominado, ao que ainda tem possibilidades múltiplas de obter vantagem. A fronteira é um espaço de exceção e pode ser percebida por outra dimensão temporal em relação ao que a circunda, pois nela é possível visualizar transformações rápidas e profundas (BECKER, 1990). É um espaço não plenamente estruturado (social, política e territorialmente) e que por isso é visto como possibilidade de criação de novas realidades, conforme destacado por Becker (1990), que prossegue dizendo que

A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-a uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle (BECKER, 1990, p. 11).

A fronteira econômica constitui-se como forma de exploração máxima dos recursos naturais e humanos. É marcada pela violência (SOUZA, 2019). Castro (2011) pontua que as transformações na região além de impactar os territórios criam a noção da fronteirização de nós mesmos, o avanço do outro, do externo sobre as formas de identificação do que somos

³ Como tentativa de superação da visão regional estereotipada, aceitação da complexidade e multiplicidade de formas de vida local e arranjos territoriais locais, Porto-Gonçalves (2005) nos apresenta a perspectiva de Amazônias, no plural.

enquanto amazônidas [*palavra que inclusive o word não reconhece como integrante do dicionário português*].

O avanço da fronteira impacta direta ou indiretamente toda a Amazônia através da instalação de projetos minerais e energéticos, criação de ferrovias e estradas, introdução de novas tecnologias, inclusão regional na rota do narcotráfico, apropriação de itens da cultura para apropriação turística, expansão do agronegócio (SOUZA, 201). Ressalta-se também que a Amazônia brasileira é uma fronteira urbana (BECKER, 1990, 2013; VICENTINI, 2004). Na Amazônia Legal⁴ vivem mais de 29 milhões de pessoas considerando-se dados de 2020⁵. Se diminuirmos o recorte para a Região Norte, no último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população total era de quase 16 milhões, com 73,52% vivendo em área urbana (IBGE, 2010). Isto se explica pela utilização e criação histórica de cidades na Amazônia como base de apoio à fronteira de expansão do capital, exemplificando a expressão floresta urbanizada empregada por Becker (2013).

As cidades são pontos de partida para o entendimento da configuração regional. Ao contrário da imagem bucólica da floresta intocada, na época da chegada portuguesa estima-se que existiam cerca de 8 milhões de pessoas morando na Amazônia (LOPES, 2017), distribuídas em assentamentos muitas vezes densamente povoados, como é possível constatar nos relatos de viajantes (SOUZA, 2019), e nos recentes estudos arqueológicos que mostram períodos anteriores a colonização (ver quadro 3).

⁴ “A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM delimitada no Art. 2o da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta por 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados à Amazônia Legal.” Dados retirados da página online do IBGE que trata da Amazônia Legal. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

⁵ A informação foi retirada de matéria da Revista Cenário: da Amazônia para o mundo, em notícia veiculada com a seguinte chamada “População na Amazônia Legal ultrapassa 29 milhões de pessoas, estima IBGE. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/populacao-na-amazonia-legal-ultrapassa-29-milhoes-de-pessoas-estima-ibge/>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

Quadro 3: Exemplos de assentamentos indígenas pré-colombianos.



Na ilha do Marajó existiram populações pré-colombianas de diferentes origens, com ocupações que datam deste 1.500 a.C, mas a civilização mais conhecida. A marajoara, ocupou a ilha entre 400 e 1300 d.C, primeiro na parte dos campos (leste) e depois na parte de floresta (oeste). No auge desta civilização, no século X d.C., a população da ilha pode ter superado os 40 mil habitantes. O sistema social baseava-se em cacicados, que constituem unidades políticas regionais com diversas subunidades (como aldeias ou vilas) que estão ligadas a um sistema central com poder hereditário. A economia marajoara era de subsistência, com destaque para pesca, que utilizava sistemas de barragem e viveiros para criação e captura de peixes. A propriedade da terra constituía um sistema comunal, com viveiros que pertenciam à uma família e passavam de geração em geração. As casas também eram comunais, construídas em madeira, palha ou adobe, e podiam ser suspensas, em palafita ou em chão batido. No Marajó, bem como em outras partes da Amazônia, encontraram-se evidências de manejo do solo, com a chamada terra preta de índio. (SCHAAN, 2009).

No Xingu, a partir de imagens de satélite e estudos arqueológicos, constatou-se que existiam centros cerimoniais e aldeias-satélites distribuídas de maneira equidistante, o que sugere planejamento territorial. Encontraram-se estradas conectando as aldeias com larguras entre 10m e 50m, bem como estruturas de pontes. O manejo ambiental era realizado com a criação de lagos e a distribuição da agricultura, a qual era mais intensivamente praticada próximo a núcleos mais habitados. No Alto Xingu estima-se que, no auge desse sistema, habitassem cerca de 50 mil pessoas (mesma população de Lisboa no século XVI) (LOPES, 2017). Este tipo de ocupação no Alto Xingu pode ser considerado um urbanismo de baixa densidade, e permanece até hoje nos aldeamentos da região, em menor escala (SOUZA *et al.*, 2018).



Fonte: elaborado pela autora. A figura à esquerda representa a reconstrução de uma vila marajoara e foi retirada de Schaan (2009, P.196). A figura à direita é de Kuhikugu, maior cidade pré-colombiana descoberta no Xingu. A foto é Luigi Marini e está disponível em: <http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/as_cidades_perdidas_da_amazonia.html>. Acesso em 01 fev. 2019.

A abertura da fronteira urbana marcante no século XX possui como embrião as primeiras formas de contato dos colonizadores com as cidades/assentamentos indígenas pré-existentes. Colonizar significou a destruição dos assentamentos e o genocídio. Posteriormente diversos ciclos de colonização se sucederam, com a sobreposição dos assentamentos indígenas pelos portugueses como forma de controle do território; a utilização da mão de obra escrava indígena e africana para exploração de recursos naturais; a indução da migração populacional de outros locais do Brasil para aumento de mão de obra barata e para ocupação de assentamentos rurais; o surgimento de cidades planejadas e

espontâneas para apoio de grandes projetos. Observa-se que os ciclos de colonização entrelaçam demandas internacionais, nacionais e de alguns segmentos locais para expansão territorial, exploração dos recursos naturais e humanos (CORRÊA, 1987; BECKER, 2013; LOREIRO, 2014; SOUZA, 2019).

Como resultado da sobreposição de diversas lógicas de ocupação tem-se uma diversidade de arranjos territoriais e populacionais. Somadas aos territórios indígenas, quilombolas, antigas fazendas, cidades e vilas ribeirinhas (padrão mais antigo de ocupação regional), encontram-se demarcações territoriais com características diversas a exemplo dos municípios que surgem de entroncamentos rodoviários, bem como agrovilas, assentamentos rurais, *company towns*, unidades de conservação (CARDOSO; LIMA, 2006).

Retoma-se, então, a frase inicial deste texto. Estudar a Amazônia sem enquadrá-la em estereótipos é uma tarefa desafiadora. Estudar a realidade amazônica pressupõe, em primeiro lugar, enxergar suas composições históricas como integrantes e, ao mesmo tempo, variantes de processos nacionais. É preciso considerar seu duplo modal de integração (rio e estrada), a condição de isolamento e dispersão de diversas cidades e vilas, a forte interferência estatal na criação e modificação de cidades e, também, as dimensões naturais e culturais que permeiam a vida cotidiana. A todas estas características soma-se a dimensão humana, que indissociavelmente promove e é afetada por uma dimensão espacial. Essa possui atualmente nas cidades forte expressão regional, ainda que, conforme apresentado por Becker (2013, p. 11), “a urbanização é negligenciada nos estudos da região”.

Vicentini (2004) destaca que diversas cidades na região ligam-se por um lado às imposições externas (políticas, econômicas, culturais) vinculadas aos ciclos de exploração, e por outro lado, mantêm especificidades locais expressas em modos diversos de interação das populações com a natureza. A autora comenta ainda que estes movimentos de imposições e resistências criam fragmentações e composições espaço-temporais diversas. O tempo não é visto aqui somente ligado aos ciclos econômicos (visão linear), mas sim se relaciona às “formas de apropriação desiguais do território” (VICENTINI, 2004, p. 14).

As transformações (sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais) da região são percebidas não apenas nas cidades, mas sim se observa que a região como um todo é assimilada ao “sistema mundo” através de um processo de urbanização extensiva ou estendida⁶. A floresta, os rios, as pessoas e as cidades são interligadas ao tecido urbano,

⁶ Ao tratar da urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1998, p.171) pondera que “A urbanização extensiva – esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – representa, assim, a forma sócio-espacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até – e cada vez mais –

ainda que com manifestações desiguais e/ou incompletas. O urbano passa a ser entendido como processo, e não como uma tipologia de assentamento, complexificando as relações entre cidade, campo, urbano e rural (BRENNER, 2014; BRENNER, SCHIMDT, 2015; MONTE-MÓR, 1998; 2015) e alterando antigas dinâmicas regionais.

Pauta-se no pensamento de Cardoso (2021) que o padrão de urbanização da Amazônia, de início ligado aos rios, carrega já em sua gênese o forte entrelaçamento entre o urbano e o rural, com a composição de uma ocupação dispersa e extensa. Observa-se que em muitos casos às cidades (sedes municipais) conectam-se diversas vilas e comunidades nas quais se praticam economias e modos de vida ligados à natureza. À pequena mancha urbana articula-se uma enorme área não urbana. Cardoso (2021) defende que cidades historicamente importantes, a exemplo das que hoje desempenham funções metropolitanas (como Belém e Santarém), possuem **espaços periurbanos estendidos**, hoje em processo de intensas disputas, mas que ainda carregam em seus arranjos socioambientais a possibilidade de respostas às múltiplas crises que se impõem no século XXI (política, ambiental, econômica, social) (CARDOSO, 2021).

De forma geral, os espaços periurbanos são considerados como espaços de transição entre realidades da cidade e campo e do urbano e rural. Observa-se na literatura (PEREIRA, 2013; BARBOSA, 2013; FRAPORTI; HITOMI, 2019; CAMPOS, 2018; GOMES *et al*, 2017) que os espaços periurbanos/espaços de transição rural urbana em metrópoles ou espaços metropolitanos de diversos contextos brasileiros enfatizam as características de transformação e conflito em áreas rurais, principalmente frente à expansão imobiliária. Os espaços periurbanos são locais complexos marcados pelo extrapolamento dos limites administrativos (perímetro urbano), transições, justaposições, plurifuncionalidades, pluriatividades, transformações, dinamismos, conflitos e ao mesmo tempo de oportunidades (PEREIRA, 2013).

Secularmente os espaços periurbanos de cidades amazônicas, entendidos como espaços periurbanos estendidos⁷, serviram e servem como locais de exploração dos recursos naturais (drogas do sertão, extração da borracha, da castanha, da juta, plantação de pimenta-do-reino, palmito, açaí), e ao mesmo tempo, como locais de moradia para comunidades que dependem da biodiversidade para viver, com destaque para a realidade de várzea, caracterizada pela abundância natural e possibilidades de subsistência por meio da agricultura, coleta de frutos/sementes e pesca.

Entende-se que os espaços periurbanos das cidades na Amazônia, em especial os espaços periurbanos das áreas de várzea, são hoje espaços de fronteira. São espaços de

às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subcentros ...”.

⁷ Cardoso (2021).

disputas e coexistências entre diferentes atividades produtivas e diferentes modos de vida, que passam por rápidas transformações nas últimas décadas. Coexistem áreas de expansão urbana, empreendimentos e instalações de porte industrial com áreas entendidas como tradicionais, ocupadas por comunidades ribeirinhas, camponesas, indígenas, quilombolas. Percebe-se, então, por um lado o movimento de **transformações** (chegada do novo/moderno, ruptura com práticas socioespaciais seculares), e, por outro, de **resistências** (manutenção do antigo/tradicional, busca pela manutenção de modos de vida ligados à natureza). À primeira vista estes movimentos funcionam como opostos, ou como dupla negação, tese e antítese. Mas, há também sínteses, que são manifestações da culminância de diversas **re-existências**, nas quais coexistem aparentes dicotomias e residem as possibilidades de caminhos possíveis para a Amazônia⁸.

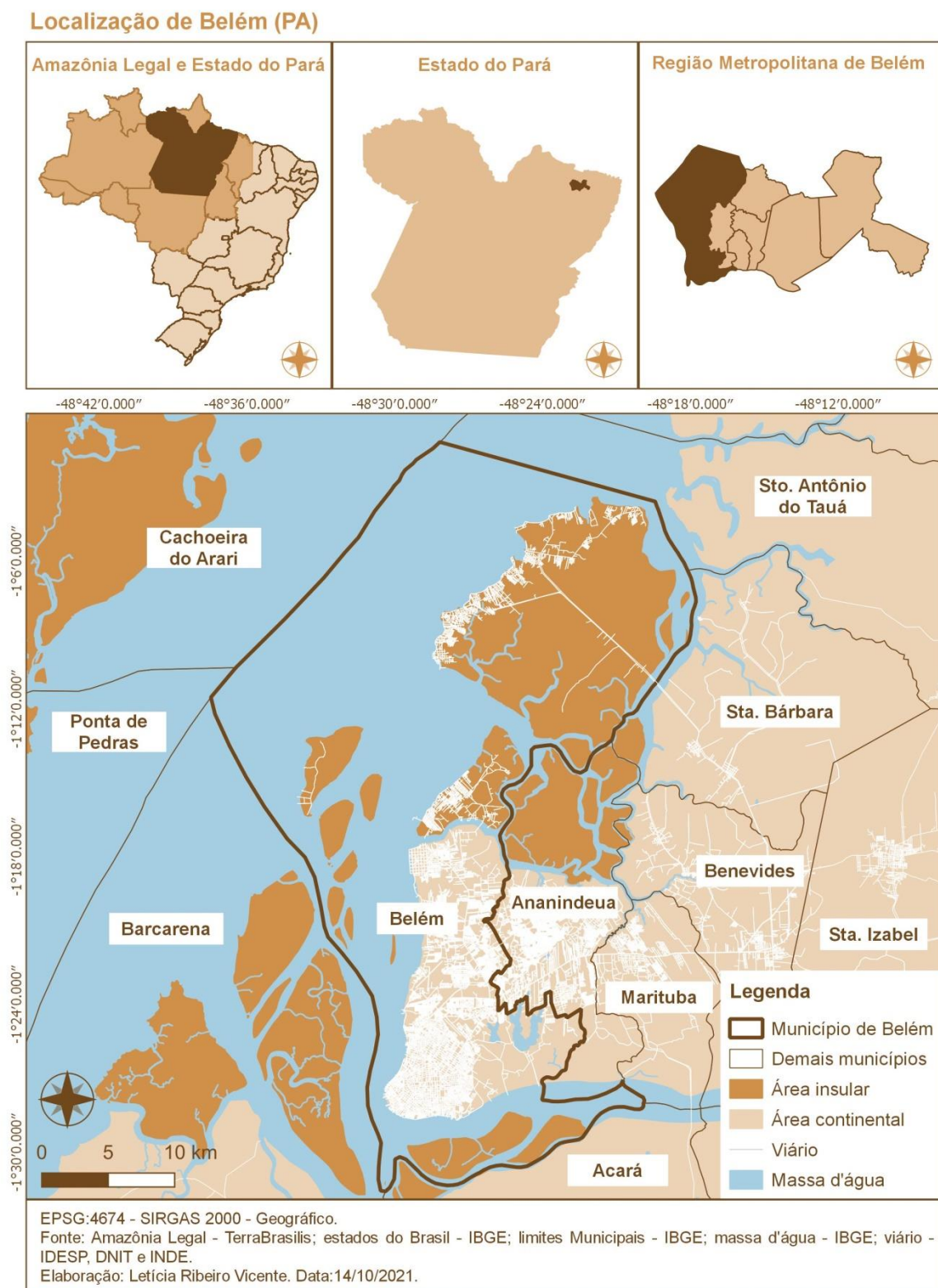
A diversidade de realidades e manifestações urbanas faz com que cada espaço periurbano tenha suas particularidades. Na tentativa de contemplar um pouco da diversidade regional, o objeto de estudo desta dissertação se constrói em torno do espaço periurbano de Belém (PA), cidade (e município) (ver figura 3) que funciona como um exemplo significativo por desempenhar historicamente a função de metrópole amazônica.

Este trabalho não define de forma precisa (com medições espaciais) a amplitude do espaço periurbano de Belém, mas analisa suas diferentes configurações no decorrer da história e os processos que modificaram este espaço. Pauta-se no pensamento de Simon, Mcgregor e Thompson (2006) que os espaços periurbanos sofrem modificações ao longo do tempo em suas características e em sua dimensão. Para análise do espaço periurbano de Belém consideraram-se, então, os distintos momentos históricos de sua produção socioespacial.

A cidade de Belém teve sua ocupação inicial indígena, posteriormente sobreposta por colonização portuguesa; foi utilizada como local de defesa do território com a criação de um forte militar; entre os séculos XVIII e XIX foi a capital de um estado colonial separado do Brasil, com ligação direta com Portugal; comandou uma rede de exportação de recursos naturais regional (drogas do sertão, borracha) a partir da articulação fluvial; e após 1950 foi interligada a outras regiões do país através da expansão rodoviária, que constitui um novo modal de estruturação amazônico (CORRÊA, 1987; BECKER, 2013; SOUZA, 2019).

⁸ A relação entre as transformações, resistências e re-existências será apresentada no item 2.4 “Entre as transformações, as resistências e as re-existências: caminhos analíticos para leitura dos espaços periurbanos na Amazônia”.

Figura 3: Localização de Belém (PA).



Fonte: elaborado pela autora.

Regionalmente Belém destaca-se por sua centralidade econômica e política (capital do estado do Pará, segundo município mais populoso da Amazônia brasileira, principal

município da sua região metropolitana), hoje mais centrada na Amazônia oriental, haja vista que na Amazônia ocidental Manaus desempenha função similar. Na escala municipal Belém destaca-se por sua dupla configuração territorial, com parcela continental, onde habita a maior parte da população, e uma parcela insular, que corresponde a 65,14% do seu território, composto de 39 a 42 ilhas de acordo com a variação do nível da água (BELÉM, 2012). Ressalta-se também que existem outras diversas ilhas de municípios do entorno, incluindo o arquipélago do Marajó.

A ocupação insular divide-se em ilhas parcialmente urbanizadas e ilhas com ocupações ribeirinhas de baixa densidade. Destaca-se que o espaço periurbano insular de Belém e também de seu entorno passou e passa por grandes modificações nos últimos 20 anos, com avanço da urbanização, do turismo e da implantação de infraestruturas e empreendimentos, constituindo-se como um espaço estratégico. Por um lado, as ilhas que circundam Belém contribuem para o cumprimento de funções socioambientais (preservação vegetal, regulação do microclima, garantia de acesso à terra às famílias ligadas às atividades tradicionais, garantia de segurança alimentar da metrópole). Por outro lado, são vistas como áreas abundantes disponíveis a serem inseridas na lógica do mercado urbano, para expansão de atividades habitacional, comercial e turística (VICENTE *et al.*, 2022).

Assume-se, portanto, que o entendimento do espaço periurbano de Belém, considerando-o como um espaço periurbano estendido⁹, necessita de uma visão multiescalar, que englobe ao mesmo tempo o regional e o local. Considera-se também que, além dos processos observados em outras cidades brasileiras como a expansão imobiliária e transição de pessoas, serviços, equipamentos, infraestrutura, para a análise da realidade regional têm-se como aspectos importantes a diversidade social e espacial em conjunto com categorias que perpassam a identidade, a cultura e a relação com a natureza.

O problema de pesquisa se constrói em torno dos seguintes questionamentos: de que maneira se dá a produção socioespacial do espaço periurbano de Belém (PA)? Em que medida o espaço periurbano de Belém (PA) pode ser entendido como das transformações (e de fronteira)? E, em que medida pode ser entendido com local de resistências e re-existências? Para responder a estas perguntas, a pesquisa estrutura-se em torno dos objetivos a seguir.

1.1 Objetivos

Objetivo geral:

Analisar o espaço periurbano de Belém (PA) considerando as transformações e resistências que permeiam sua produção socioespacial ao longo da história, bem como

⁹ Cardoso (2021).

visibilizar as re-existências contemporâneas que demonstram o potencial de emancipação e fortalecimento de comunidades que dependem do manejo da natureza.

Objetivos específicos:

- Apresentar a discussão sobre os espaços periurbanos em contextos diversos, aproximando-a a das cidades amazônicas;
- Analisar a formação do espaço periurbano de Belém (PA), considerando as transformações e resistências em distintos momentos históricos;
- Investigar e analisar as re-existências que permeiam a produção socioespacial do espaço periurbano de Belém (PA), observando as diferentes: formas de uso e ocupação do solo, organização social, economias praticadas e conexões urbano-rurais.

1.1 Caminhos metodológicos

A pesquisa encontra-se dentro do campo das ciências sociais aplicadas e assumiu uma abordagem qualitativa, que consiste em estratégias múltiplas de coleta de dados que não possuem uma preocupação rigorosa com a quantificação ou com o tratamento estatístico (GODOY, 1995). A natureza da pesquisa foi explicativa, pois esta não buscou apenas explorar ou descrever, mas sim teve um comprometimento em seus objetivos de “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” (GIL, 2002, p.42). Para tanto, a pesquisa utilizou uma combinação de técnicas de coleta de dados que aliaram a pesquisa bibliográfica, a documental e pesquisas de campo (ver figura 4). É preciso destacar que a pesquisadora possui um acúmulo de dados empíricos acerca da parte insular de Belém e territórios do entorno devido a outras pesquisas realizadas durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo e pela participação no projeto de pesquisa Contracartografias durante o período do mestrado¹⁰.

¹⁰ Entre os anos de 2017 e 2018 a pesquisadora desenvolveu uma pesquisa PIBIC com trabalho intitulado “Rastreamento manifestações do Urbano Natural na Belém insular”. Por meio deste foi possível ter contato com a ilha do Combu e com a comunidade do Cajueiro na ilha de Mosqueiro. Durante este mesmo período houve também, em parceria com a aluna Rafaela Oliveira, pesquisas de campo no Território Quilombola de Abacatal e na Central de Abastecimento do Estado do Pará (CEASA). No ano de 2019 a pesquisadora desenvolveu seu Trabalho Final de Graduação intitulado “Percepção e vivência: proposta metodológica para elaboração de um planejamento participativo na ilha de Cotijuba – Belém (PA)”, que a aproximou da ilha de Cotijuba. No ano de 2020 a pesquisadora integrou o projeto de pesquisa denominado “Alternativas de desenvolvimento decolonial: uma contracartografia dos territórios urbanos de povos tradicionais no Pará e Minas Gerais, Brasil” (Contracartografias). Este foi financiado pelo Global Challenges Research Fund e desenvolvido entre os anos de 2020 e 2021 por meio da parceria entre a Universidade de Sheffield e as Universidades Federais do Pará e de Minas Gerais. No Pará os estudos de caso dividiram-se em Belém (e entorno) e Santarém, investigando os seguintes territórios: Territórios de Reforma Agrária Mártires de Abril e Paulo Fonteles, na ilha de Mosqueiro, Belém; o Território Quilombola de Abacatal, em Ananindeua;

Figura 4: Dados das pesquisas de campo.

Pesquisas de campo						
	Belém (PA)				Acará (PA)	Ananindeua (PA)
Locais	Ilha do Combu	Ilha de Mosqueiro	Ilha de Cotijuba	CEASA	Ilha do Maracujá	Território Quilombola de Abacatal
Anos	2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	2017 e 2021	2019	2017	2020 e 2021	2017 e 2021
Locais visitados	Comunidade Beira Rio, Igarapé Combu, furo do Perequitaquara	Comunidade do Cajueiro, Projeto de Assentamento Mártires de Abril, Projeto de Assentamento Paulo Fonteles	Faveira, praia do Farol, Centro da ilha, praia do Vai-quem-quer, praia da Flexeira, praia da pedra Branca, Poção	Área de moradia e produção de uma família dentro de um terreno da CEASA	Visão geral da ilha e do Território Quilombola de Itacoãzinho e Santa Quitéria (em frente à ilha)	Associação dos produtores (ao lado do Território) e visão geral da comunidade
Nº de idas a campo	7	2	2	1	2	2018 e 2021
Tipo de entrevista	Não estruturada	Estruturada e não estruturada	Estruturada e não estruturada	Não estruturada	Estruturada e não estruturada	Estruturada e não estruturada
Nº aprox. de entrevistas	10	25*	15	1	25*	10*

*As entrevistas realizadas durante a pandemia contaram com colaboradores moradores e/ou vinculados aos territórios, integrantes do projeto de pesquisa Contracartografias. O roteiro das perguntas foi construído pela pesquisadora em parceria com integrantes do projeto. A pesquisadora pôde acessar o conteúdo das entrevistas através dos áudios e das transcrições.

Fonte: elaborado pela autora.

Para o aporte teórico da pesquisa realizaram-se levantamentos sobre a teoria do espaço e da urbanização e também sobre a conceituação e constituição dos espaços periurbanos em contextos diversos. A produção do espaço foi tratada a partir de uma perspectiva Lefebvriana (1999, 2001, 2016) tomando-se a urbanização como categoria teórica chave para o seu entendimento. Assumiram-se também como categorias teóricas importantes a cidade, o campo, o urbano e o rural, que foram discutidas principalmente através de Lefebvre (2001) e Monte-Mór e Limonade (2011). Para tratar da temática dos espaços periurbanos em contexto mundial utilizaram-se os trabalhos de Douglas (2006), McGregor, Simon e Thompson (2006) e Pereira (2007). A realidade brasileira foi tratada a partir de apontamentos gerais de Pereira (2013), Furtado (2011), Miranda (2019) e estudos de caso em metrópoles e/ou regiões metropolitanas apresentados por Miranda (2008), Campos (2018), Barbosa (2013), Pereira (2013), Fraporti e Hitomi (2019) e Gomes *et al* (2017).

A delimitação do objeto de estudo foi elaborada partindo-se de levantamentos bibliográficos sobre a formação espacial, social e econômica da Amazônia e de Belém. No levantamento da realidade regional utilizaram-se autores como Becker (1990, 2013), Corrêa

estudantes indígenas na UFPA que moram no bairro do Guamá, Belém; o território ribeirinho e quilombola da ilha do Maracujá, Acará; comunidades dentro do Projeto de Assentamento Agroextrativista Eixo Forte, em Santarém e a vila de Alter do Chão, considerando a presença do território indígena reivindicado pelo povo Borari, também em Santarém. Destaca-se que o projeto contou com moradores das comunidades na condição de pesquisadores nativos, e foi cadastrado na Plataforma Brasil.

(1987), Loureiro (2014), Porto-Gonçalves (2005, 2019), Souza (2019) e Vicentini (2004). No levantamento da escala local (municipal e metropolitana) apoiou-se em estudos contidos em Cardoso e Lima (2015), Cardoso e Miranda (2018), Trindade Júnior (2016), Penteado (1968 a,b), Sarges (2010), bem como outros diversos trabalhos que se baseiam em estudos de caso na metrópole de Belém.

Para as análises propostas no trabalho utilizaram-se dados midiáticos disponíveis em jornais digitais, publicações de pesquisas vinculadas ao Grupo de Pesquisa Urbana¹¹ e as pesquisas de campo (ver figura 4). Nestas foram realizadas levantamentos fotográficos, espaciais, observações estruturadas e entrevistas que foram gravadas e transcritas quando necessário. Cada pesquisa de campo teve objetivos específicos de observação, correspondentes às pesquisas maiores aos quais estavam vinculados. De modo geral, destacam-se como ponto em comum das observações os espaços cotidianos utilizados pelos moradores (equipamentos, moradia, área de produção), bem como a dinâmica de ocupação dos territórios em diferentes momentos e lugares (motivação histórica, formas de ocupação, formas de divisões e compartilhamentos espaciais). Como ponto em comum observou-se também as dinâmicas recentes de transformações espaciais, sociais e econômicas, e buscou-se compreender as motivações e agentes envolvidos nas transformações.

Como tentativa de maior aproximação da vida cotidiana no espaço periurbano de Belém apresentam-se, ainda, de forma breve, alguns casos que ilustram as re-existências locais. As manifestações do campesinato na Região Metropolitana de Belém (RMB) foram tratadas a partir da atuação do Grupo para Consumo Agroecológico e da Associação de Produtores da Terra Firme (bairro da Belém continental). As manifestações do movimento social na Belém insular foram apresentadas a partir da atuação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém na ilha de Cotijuba, Belém – PA. As manifestações quilombolas foram pautadas no caso do Território Quilombola de Abacatal, Ananindeua – PA. As manifestações ribeirinhas no espaço periurbano da metrópole partiram das análises sobre a ilha do Combu, Belém – PA e sobre a ilha do Maracujá, no Acará – PA (que além da identidade ribeirinha, assume a identidade quilombola), escolhida como estudo de caso principal¹². Nos casos selecionados observou-se nos espaços e no desenrolar da vida cotidiana um entrelaçamento de práticas e signos rurais e urbanos, o que permitiu um aprofundamento na compreensão das transformações, resistências e re-existências locais.

¹¹ Para saber mais acesse: www.urbanapesquisa.net ou siga o perfil da rede social Instagram @urbanapesquisa.

¹² A opção da ilha do Maracujá como estudo de caso principal advém da inclusão da pesquisadora no já citado projeto de pesquisa Contracartografias, que possuiu a ilha como uma das áreas de estudo. Durante o projeto de pesquisa a pesquisadora atuou mais diretamente vinculada a este estudo de caso. A ilha do Maracujá também foi escolhida como estudo de caso principal pelo interesse do aprofundamento do entendimento das realidades periurbanas de várzea na Amazônia.

Destaca-se que o entendimento das categorias teóricas, nas quais a pesquisa se apoia, não foi feito a partir de uma visão dicotômica, mas sim a partir da dialética. Entendem-se as leis da dialética (ação recíproca, mudança qualitativa, mudança dialética, luta dos contrários) como passíveis de explicação dos fenômenos naturais e sociais, capazes, portanto, de serem utilizadas na análise de transformações no decorrer da história. A dialética é uma metodologia que enxerga a complexidade e vê na contradição o motor da mudança / desenvolvimento, podendo gerar inovação (MARKONI; LAKATOS, 2003).

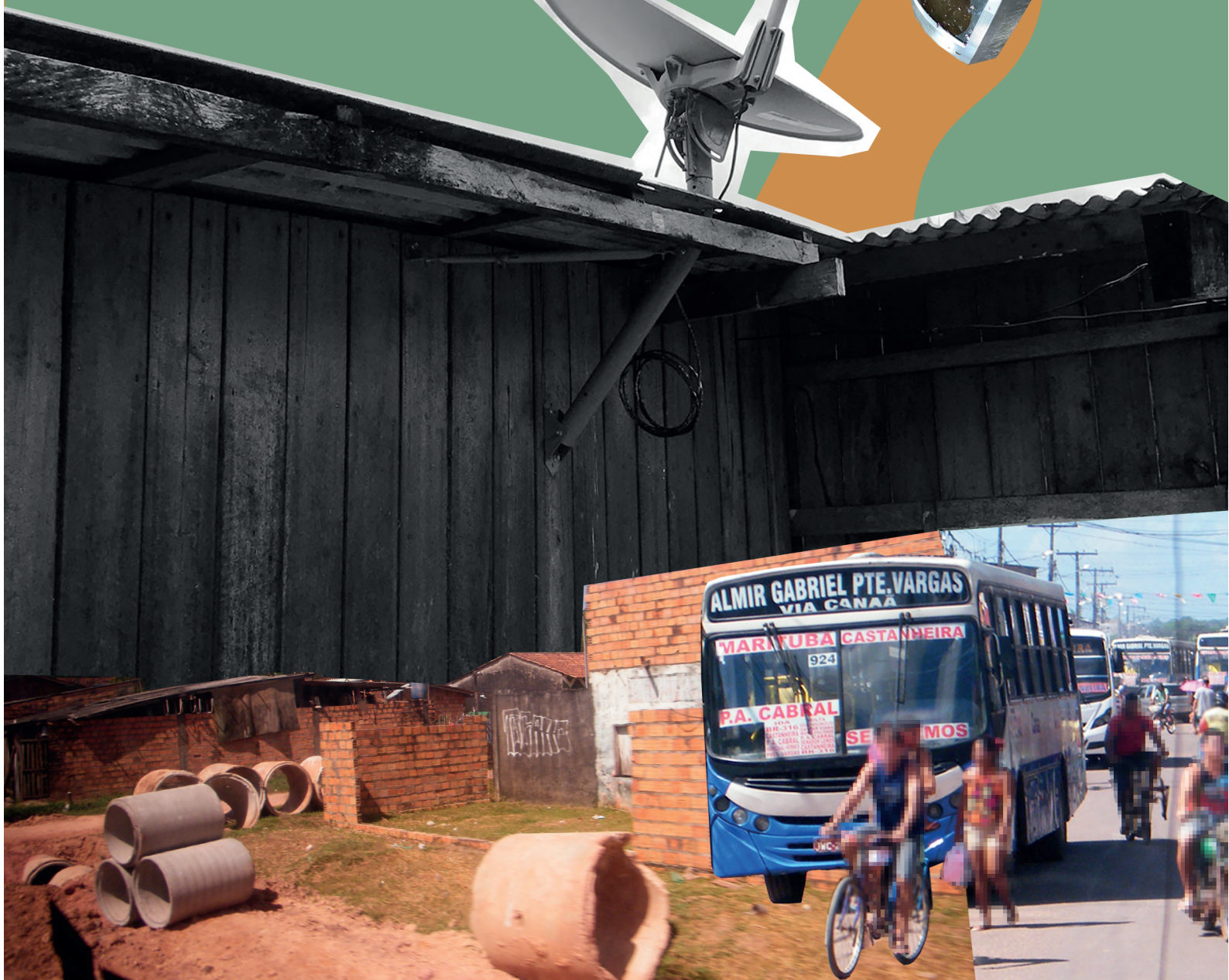
1.2 Estrutura da dissertação

Seguindo-se à introdução, o segundo capítulo apresenta uma discussão sobre o que são espaços periurbanos e como se caracterizam em contextos diversos. Para conceituação e análise desses espaços expõem-se características dos mesmos pelo mundo, e, de forma mais específica para aproximação do objeto de estudo, em metrópoles brasileiras. Posteriormente conceituam-se os termos cidade, campo, urbano e rural e discute-se sobre os momentos de urbanização da teoria Lefebvriana (1999). Por fim, apresentam-se caminhos analíticos para leitura dos espaços periurbanos na Amazônia considerando movimentos de transformações, resistências e re-existências.

O terceiro e o quarto capítulo dedicam-se a analisar a formação do espaço periurbano de Belém (PA) considerando diferentes momentos históricos. Para tal, investigaram-se e analisaram-se as transformações e resistências que permearam e permeiam a produção socioespacial do espaço periurbano de Belém. Demonstra-se que ao longo da história, Belém possuiu diferentes configurações de espaço periurbano, que variaram dentro das escalas regional e local. O terceiro capítulo tem como foco a escala regional amazônica e o quarto capítulo a escala local, que destaca a parte insular de Belém, a RMB e municípios importantes do entorno desta.

O quinto capítulo inicia com algumas considerações sobre as re-existências amazônicas. Posteriormente, a partir de estudos de caso, apresentam-se a investigação e a análise das re-existências que permeiam a produção socioespacial do espaço periurbano de Belém. Há maior detalhamento do caso da ilha do Maracujá. Por meio da técnica da Pesquisa Ação empregada dentro do projeto de pesquisa Contracartografias, apontam-se diferentes formas de uso e ocupação do solo, organização social, economias praticadas e conexões urbano-rurais. Por fim, analisam-se as coexistências de eras espaço-temporais presentes na ilha do Maracujá e na ilha do Combu (utilizada como caso comparativo em relação à ilha do Maracujá), trazendo um entrelaçamento entre a teoria lefebvriana (LEFEBVRE, 1999) e exemplos da empiria. Por fim, segue-se a conclusão.

2) A CONCEITUAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PERIURBANOS: CAMINHOS ANALÍTICOS PARA A REALIDADE AMAZÔNICA



2 A CONCEITUAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PERIURBANOS: CAMINHOS ANALÍTICOS PARA A REALIDADE AMAZÔNICA

Muitos são os termos que tratam dos espaços de transição entre cidade, campo, urbano e rural. Têm-se como exemplos: *continuum*, espaço rururbano, franjas urbanas, transição rural urbana, espaço periurbano (ALVES; VALE 2013). Cada um destes termos possui sua definição e pauta-se em literatura específica, não constituindo sinônimos. Alguns recebem críticas por ainda se apoiarem na visão entendida como clássica, que apresenta uma dicotomia entre campo e cidade, como é aprofundado em Locatel (2013). Neste trabalho não se pretende dar conta de uma ampla revisão conceitual sobre a origem de diferentes correntes de aplicação destes termos, para tal recomenda-se a leitura de Pereira (2007) e Simon, Mcgregor e Thompson (2006). Destaca-se, entretanto, que a aplicação do conceito de espaços periurbanos neste trabalho faz-se dentro de uma abordagem dialética.

Os espaços periurbanos caracterizam-se como locais de transição, mediação e ao mesmo tempo de conflito entre lógicas distintas de apropriação do espaço. Podem ser entendidos como a borda da cidade que apresenta características sobrepostas entre a cidade e o campo. De forma social e simbólica misturam práticas e signos do urbano e do rural. Os espaços periurbanos não são faixas homogêneas, mas sim gradientes (cidade-campo; urbano-rural), e ao, mesmo tempo, espaços de coexistências múltiplas (sociais, espaciais, econômicas, culturais).

2.1 Os espaços periurbanos em contextos diversos

No contexto mundial as características dos espaços periurbanos variam de acordo com especificidades ligadas a aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Há uma diferença entre espaços periurbanos de países em ritmo acelerado de urbanização e industrialização e de países menos urbanizados e de base econômica agroexportadora. Pondera-se também que dentro de um mesmo país, a realidade dos espaços periurbanos apresenta características diversas devido às diferenças regionais e locais. Algumas dessas diferenças são: o tamanho da cidade ao qual o espaço periurbano se vincula; o perfil demográfico e econômico; a diversidade étnica; os padrões migratórios regionais; o tipo de topografia/solo no entorno da cidade; a condição fundiária dos terrenos; e o tipo de legislação vigente sobre o espaço periurbano de cada lugar (SIMON; MCGREGOR; THOMPSON, 2006).

Os espaços periurbanos ganham destaque nas discussões acadêmicas, na elaboração de políticas públicas e agendas institucionais em todo o mundo devido alguns fatores como: o avanço da urbanização, que passa a estender-se em áreas cada vez mais

distantes; as mudanças nos marcos tecnológicos; as mudanças na economia global, concentrada em grandes centros urbanos, e, ao, mesmo tempo dispersa quando se trata da área produtiva; a discussão sobre provisão de alimentos / segurança alimentar; o debate sobre cidades sustentáveis; a necessidade de gestão de áreas ambientalmente estratégicas. No padrão de urbanização contemporâneo não é mais possível pensar em divisões arbitrárias, linhas que dividem até onde vai a cidade e onde começa o campo. Tornou-se imprescindível discutir os espaços de transição entre as duas formas espaciais e suas manifestações (SIMON; MCGREGOR; THOMPSON, 2006).

Esses espaços de transição, aqui entendidos como espaços periurbanos, apresentam algumas características marcantes. Destaca-se o avanço de espaços e estruturas urbanas (indústrias, centros comerciais, habitações, locais de lazer) para realidades antes consideradas rurais, por vezes havendo quase completa transformação da realidade anterior, e por outras, criando mosaicos que misturam urbano, rural, e seus híbridos (SIMON; MCGREGOR; THOMPSON, 2006). Para enumerar as principais características dos espaços periurbanos encontradas em contextos diversos elaborou-se o quadro 4.

Quadro 4: Principais características dos espaços periurbanos¹³.

Composição social heterogênea	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade de grupos sociais (considerando as classes) Nos países do Sul Global predomínio de grupos de baixa renda
Grande crescimento demográfico	<ul style="list-style-type: none"> Elevadas taxas de crescimento demográfico motivadas por migrações (ex.: êxodo rural)
Usos heterogêneos	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade de usos Sobreposição de usos rurais e urbanos
Grande dinâmica de transformações físicas	<ul style="list-style-type: none"> Muitas e rápidas transformações ligadas ao crescimento demográfico e aos novos usos que aproveitam a disponibilidade de terras
Super exploração do meio ambiente para criação de estruturas estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> Locais de mananciais hídricos e florestas que são utilizados para coleta de água para abastecimento, local de despejo de esgoto, local de depósito de lixo (lixões, aterros) produção e/ou instalação de estruturas ligas à energia, produção agrícola
Conflitos socioambientais	<ul style="list-style-type: none"> Populações que habitam o espaço periurbano ficam suscetíveis tanto a conflitos urbanos quanto rurais
Pressões sobre o solo	<ul style="list-style-type: none"> Exploração ambiental Disputa entre diferentes grupos e suas distintas formas de utilizar e se apropriar do espaço
Dinâmica de expansão espacial horizontal	<ul style="list-style-type: none"> Expansão habitacional (de baixa, média e alta renda) Implantação de complexos industriais Implantação de grandes equipamentos urbanos (ex.: aeroportos, complexos logísticos, aterros sanitários, cemitérios, presídios)
Lacunas na regulação	<ul style="list-style-type: none"> Locais não plenamente contemplados nem pelo planejamento urbano nem pelo planejamento rural Falta de fiscalização

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Furtado (2011).

Esta grande diversidade de usos e formas de apropriação dos espaços periurbanos ocorre em virtude de diferentes interesses entre grupos ou atores sociais, que apesar das citadas variações de local para local possuem padrões em comum. Para os pobres os espaços periurbanos são vistos como locais disponíveis para construção de moradia, e, ao mesmo tempo, de sobrevivência através de práticas como o agroextrativismo familiar. Para os industriais estes espaços são vistos como locais de extração de matéria prima e de terras disponíveis para instalação de sua base logística. Para a classe média os espaços

¹³ O termo originalmente empregado por Furtado (2011) é Áreas de Interface Periurbana.

periurbanos são vistos a partir da perspectiva das amenidades rurais, como locais alternativos de moradia, de descanso e lazer. Para as administrações públicas, estes espaços servem para alocação de usos não desejáveis (ex.: aterros sanitários, usos poluentes, cemitérios), de usos estratégicos (ex.: mananciais de abastecimento) ou logísticos (ex.: instalação de portos, aeroportos, rodovias). Para os preservacionistas (vertente do movimento ambientalista) os espaços periurbanos são entendidos como locais a serem protegidos (ex.: florestas, rios, áreas de mangue e várzea), muitas vezes ignorando as populações que lá habitam (DOUGLAS, 2006).

No continente europeu e na parte norte da América os espaços periurbanos são em muitos casos equivalentes aos subúrbios, com a difusão de residenciais unifamiliares de baixa densidade. O entrelaçamento de atividades urbanas e rurais é feito nestes locais a partir de infraestrutura de transporte (com destaque para o automóvel individual) que permite rápido deslocamento. Na Europa há também a revalorização de atividades rurais como a produção agropecuária, a criação de chácaras, locais de descanso e lazer nas bordas das cidades (PEREIRA, 2007).

Em parcelas da África, Ásia e América Latina os espaços periurbanos são historicamente utilizados por grupos entendidos como tradicionais e/ou populações pobres. Tornaram-se locais que possibilitam a sobrevivência pela disponibilidade de terras para práticas produtivas de subsistência (agricultura, extrativismo), ao mesmo tempo em que garantem vantagem locacional pela possibilidade de acesso a um centro urbano próximo (PEREIRA, 2007). Nas grandes cidades do Sul Global observa-se também a valorização dos espaços no entorno das cidades para expansão urbana. Por um lado, tem-se a característica da precariedade, do espaço da favela e/ou soluções informais de moradia, associadas à incompletude de serviços e infraestrutura (SIMON; MCGREGOR; THOMPSON, 2006). Por outro lado, torna-se comum no entorno das grandes cidades a criação de enclaves, ou espaços de exclusividade, que não dialogam com o entorno, como clubes, espaços de lazer e condomínios fechados (PEREIRA, 2007). Por fim, destaca-se também a construção de grandes empreendimentos ligados às empresas, indústrias e sistemas logísticos (PEREIRA, 2007; SIMON; MCGREGOR; THOMPSON, 2006).

Observa-se na literatura que os estudos sobre os espaços periurbanos/espaços de transição rural urbana em metrópoles brasileiras enfatizam as transformações e conflitos, principalmente frente à expansão imobiliária. É possível identificar características apresentadas no quadro 6 em estudos realizados na Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná (PEREIRA, 2013), Região Metropolitana de Vitória, no Espírito Santo (BARBOSA, 2013), Região Metropolitana de Cuiabá, no Mato Grosso (FRAPORTI; HITOMI, 2019), Região Metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte (CAMPOS, 2018), Região

Metropolitana de Recife, em Pernambuco (MIRANDA, 2008) e na Região Metropolitana de Santarém, no Pará (GOMES *et al*, 2017).

Pereira (2013) utilizou o conceito de espaço periurbano para discutir a questão do planejamento na Região Metropolitana de Curitiba. Para delimitação da abrangência do espaço periurbano dessa Região Metropolitana observaram-se itens como: intensidade dos movimentos pendulares, considerando que esta deveria ser alta no espaço periurbano; formas de ocupação e emprego que variaram entre atividades agropecuárias e as predominantes atividades de comércio e serviços; e a presença de condomínios que ocupam áreas com preços da terra mais baixos. Constatou-se que o espaço periurbano dessa Região Metropolitana apresentava um nível de infraestrutura intermediária quando comparada à realidade urbana (maior atendimento) e rural (menor atendimento). O autor destacou a importância de observar os movimentos de espraiamento, buscando propor o direcionamento da urbanização e a regulação das densidades desejáveis a cada local, evitando a ocupação indiscriminada de áreas ambientalmente frágeis, de modo a reduzir o custo de implantação de infraestrutura em uma mancha dispersa. O autor ponderou, ainda, um fator importante a se considerar nos espaços periurbanos de modo geral ao dizer que nas áreas onde há aumento na provisão de infraestrutura, há também valorização imobiliária, que pode trazer prejuízos aos moradores do local, pela indução da conversão de uso, configurando um dilema (PEREIRA, 2013).

O estudo das áreas de transição rural urbana de Cariacica (Região Metropolitana de Vitória) teve como ênfase a produção do espaço urbano a partir das dinâmicas do mercado imobiliário (formal e informal), com destaque para grandes empreendimentos como *shopping centers*, condomínios e conjuntos habitacionais. A conceituação das áreas de transição rural urbana destacou a dinâmica local ligada aos conflitos destas faixas de transição, que foram caracterizadas como de segregação espacial e especulação imobiliária. A autora apresentou a dissolução do limite entre urbano e rural como diretamente ligada aos interesses do mercado imobiliário (BARBOSA, 2013).

O espaço periurbano de Cuiabá foi apresentado a partir da discussão jurídica em torno da expansão constante do perímetro urbano para interesses também ligados ao mercado imobiliário, criando uma cidade morfologicamente dispersa. A ocupação do espaço periurbano de Cuiabá possui usos e ocupações de atividades rurais tradicionais, áreas de proteção ambiental, e, em maior evidência, loteamentos, condomínios e áreas de lazer. O conceito de espaço periurbano adotado no trabalho baseou-se em autores que tratam da lógica de conversão rural em urbana, zonas de transição e disputa de usos ligados às atividades imobiliárias de alta renda e espaços de lazer (FRAPORTI; HITOMI, 2019).

As áreas periurbanas da Região Metropolitana de Natal foram apresentadas a partir de análise de infraestruturas, serviços públicos, uso e ocupação do solo e agentes

envolvidos na produção de recortes selecionados de pesquisa. Evidenciou-se, por um lado, a precariedade de serviços e infraestruturas e, por outro, a apropriação do mercado imobiliário formal. Alguns pontos de destaque observados foram a expansão urbana, a especulação imobiliária, os problemas socioambientais, a diminuição da prática agrícola, o crescimento populacional e a necessidade de gestão pública. O conceito de áreas periurbanas adotado evidenciou o avanço do urbano sobre o rural, criando áreas espacialmente complexas e com coexistências de elementos urbanos e rurais. A sobreposição foi vista como causadora de conflitos e motivo de enfraquecimento da atividade agrícola frente à expansão urbana (CAMPOS, 2018).

As áreas de transição rural-urbana na Região Metropolitana de Recife foram tratadas a partir da investigação de sua configuração espacial e, ao mesmo tempo, das possibilidades de planejamento que se faz necessário pelo caráter estratégico destas, visando superar a noção das áreas de transição apenas como reserva de terras à expansão urbana. Naquele contexto metropolitano observou-se grande heterogeneidade de usos nestas áreas de transição. O caráter rural foi apresentado como marcado pela tradição da agroindústria de produção açucareira, ou agropecuária, cada vez mais de caráter industrial. Os proprietários de terra destes locais subsidiam ao mesmo tempo a manutenção desta atividade de caráter rural e também atuam como empreendedores imobiliários. Notou-se, de modo geral, nestas áreas de transição a marcante desigualdade social refletida na precariedade habitacional e no baixo acesso às infraestruturas e serviços básicos. Observou-se também um padrão de urbanização horizontal e disperso, principalmente ao redor de eixos viários, que em alguns casos constituíam expressivos riscos socioambientais. Havia também presença de empreendimentos de classe média, ligados à procura de amenidades rurais, ao descanso, lazer e turismo, por vezes associados a atividades de horticultura. A autora apresentou também nas áreas de transição a presença de instalações industriais e logísticas (MIRANDA, 2008).

O espaço periurbano da Região Metropolitana de Santarém foi caracterizado, por um lado, por ter sua produção espacial pautada na apropriação da terra, da natureza e da paisagem pelo setor imobiliário (das classes médias e do setor de turismo) e para extração de *commodities*. Por outro lado, destacou-se a resistência das populações tradicionais que utilizam a biodiversidade como suporte a seus modos de vida, preservando-a. Este espaço periurbano destacado pelo entrelaçamento da natureza com grupos locais, que abrangem uma escala muito maior que a cidade. A mancha urbana é desprezível perto do território ocupado por dezenas de comunidades de matrizes diversas (ribeirinhos, quilombolas, indígenas, integrantes de assentamentos agroextrativistas) (GOMES *et al*, 2017).

Como síntese das características evidenciadas nos estudos metropolitanos brasileiros levantados observa-se a precariedade de infraestrutura, a desestruturação de

práticas agrícolas tradicionais e os conflitos ambientais causados pelo avanço da urbanização. Assim, nos espaços periurbanos das metrópoles brasileiras coexistem: áreas naturais (rios, áreas vegetadas), atividades agroextrativistas (familiar e industrial), áreas de lazer, empreendimentos turísticos (do turismo comunitário ao turismo do grande capital), condomínios fechados, bairros periféricos (formais e informais), e grandes empreendimentos como instalações industriais, de logística e infraestrutura.

Estes grandes empreendimentos no geral criam impactos sociais e/ou ambientais. Constatase que muitos destes instalam-se em áreas habitadas por populações pobres e/ou grupos marginalizados, que não possuem força econômica e política decisória. Há, então, a transferência de prejuízos sociais e ambientais a esses grupos, quer seja pelo recebimento direto de resíduos ou similares pelas comunidades afetadas, quer seja pela privação de recursos que lhes eram importantes para manutenção da vida, consistindo em injustiça ambiental. Nos casos em que se constata prejuízo direto a grupos de pessoas negras e/ou populações tradicionais a injustiça ambiental é também tratada como racismo ambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

2.2 A (falta de) regulação vigente sobre o espaço periurbano brasileiro

Em muitos países os espaços periurbanos não são reconhecidos como categoria dentro dos sistemas administrativos o que leva a falta de regulação específica destes. As lacunas institucionais abrem margem para rápidas e intensas transformações que levam a conflitos socioambientais. Apesar disto, no geral, os problemas existentes nestes espaços não recebem respostas adequadas de órgãos públicos nem da administração urbana nem da rural (DOUGLAS, 2006).

Vale (2005) destaca que no contexto atual não é mais possível pensar políticas isoladas para o campo ou para a cidade. Miranda (2019) discute que a dissolução da ideia do urbano e rural já ocorre no meio social, econômico e espacial, mas não é incluída em termos legais. Entende-se que o não reconhecimento de um espaço transicional entre o rural e o urbano constitui um entrave institucional para políticas específicas para estes espaços. Miranda (2008) ressalta que, de modo geral, os espaços periurbanos são tratados dentro da esfera do planejamento urbano brasileiro como áreas de expansão urbana, de instalação de grandes infraestruturas, ou como áreas de preservação de recursos naturais estratégicos, a exemplo dos mananciais hídricos. Não se observa instrumentos integrados para regulação destes espaços.

O Estatuto da Cidade apresenta o Plano Diretor como “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” e aponta que o mesmo “[...] deverá englobar o território municipal como um todo” (BRASIL, 2001, art. 40). No artigo 2 da

referida lei prevê-se que o planejamento e desenvolvimento da cidade deverá levar em consideração toda a área de influência municipal, bem como atentar para a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (BRASIL, 2001, art. 2). O artigo ainda destaca a necessidade de integração de atividades rurais e urbanas para o desenvolvimento municipal (BRASIL, 2001, art. 2).

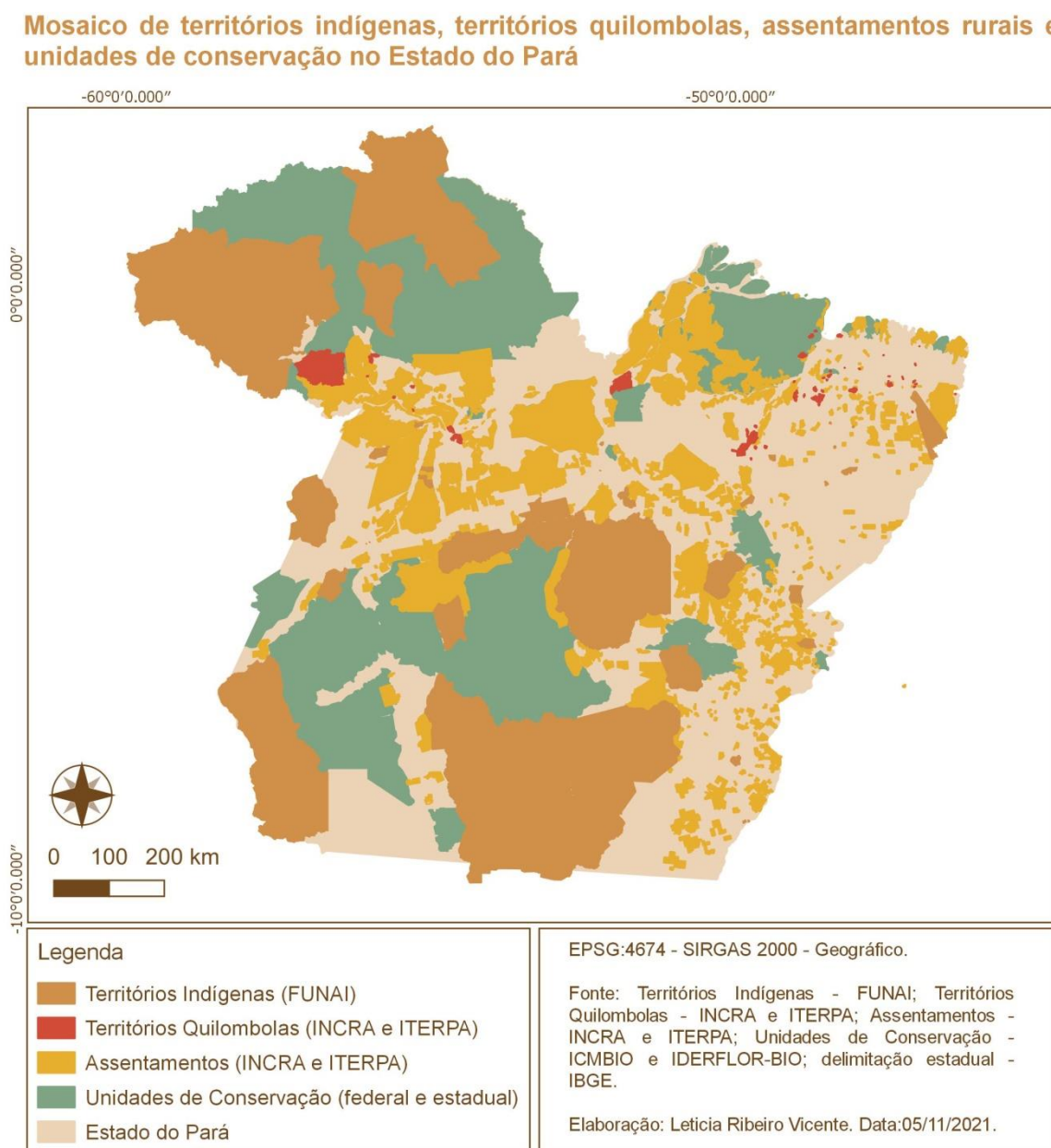
Ressalta-se, entretanto, que apesar do texto da lei apresentar a necessidade de se considerar toda a extensão municipal a maioria dos instrumentos¹⁴ apresentados refere-se de forma explícita que sua aplicação ocorre em solo urbano, não sendo previstos instrumentos para realidades rurais e periurbanas. Há aqui um aparente conflito, que, de um lado se apresenta a tributação e regularização fundiária rural como competência da União, e, por outro, questões rurais e periurbanas implicam em questões locais, que competem à municipalidade.

Entende-se aqui que as consequências de realizar regulação apenas dentro do perímetro urbano¹⁵ são mais complexas na região Amazônica que em outras regiões mais urbanizadas do país. Tomando o Estado do Pará como exemplo (ver figura 5), Fischer (s.d.) aponta que quase metade dele é composta por Terras Indígenas e Unidades de Conservação não conversíveis em área urbana, e que, ao mesmo tempo influenciam diretamente na dinâmica local dos municípios. Outro questionamento levantado pela autora é a própria divisão de perímetro urbano, visto que em muitos municípios dinâmicas urbanas chegam ao campo e dentro da cidade cultivam-se práticas rurais, como produções agroextrativistas familiares (FISCHER, s.d.).

¹⁴ Alguns dos instrumentos previstos que ressaltam aplicação em solo urbano são: parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, usucapião especial em imóvel urbano, direito de superfície, direito de preempção, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir, estudo de impacto de vizinhança (BRASIL, 2001).

¹⁵ O Decreto Lei nº 311 / 1938 regulamenta o perímetro urbano e prevê que “A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome” (BRASIL, 1938, art. 3º). O perímetro urbano pode sofrer alterações via legislações específicas, o que o torna alvo de disputas constantes, tornando-o elemento estratégico dentro da regulação.

Figura 5: Mosaico de territórios indígenas, territórios quilombolas, assentamentos rurais e unidades de conservação no Estado do Pará.



Fonte: elaborado pela autora.

O mapa contido na figura 5 ilustra a impossibilidade de trabalhar-se apenas com delimitações oficiais. Na prática a mancha ocupada pelas por diferentes tipos de comunidades extrapola a delimitação do que é entendido como Estado do Pará (oriunda de uma macha cartograficamente determinada). É possível também perceber a impossibilidade de desconsiderar na regulação as parcelas rurais dentro dos municípios, devido à extensão e à complexidade do mosaico de áreas de preservação ambiental e de territórios ligados aos modos de vida entendidos como originários, tradicionais e camponeses. Ressalta-se que a figura foi elaborada a partir de dados reconhecidos oficialmente. Quando se aproxima da

vivência cotidiana é possível constatar diversidades de modos de viver e ocupar o espaço ainda maiores, incluindo, por exemplo, vilas ribeirinhas, comunidades agrícolas, e mesmo, nas próprias cidades, espaços marcantes de transição rural-urbana como as feiras e mercados.

Apesar da complexidade encontrada em diversas realidades regionais constata-se que a maioria dos municípios em seus planos diretores não consegue dar conta da totalidade de seus territórios em seu planejamento municipal. Alguns motivos identificados são a matriz conceitual urbanística ainda focada na cidade compacta e na dicotomia centro-periferia, que dificulta enxergar o forte entrelaçamento entre o rural e o urbano, assim como entender a atuação direta do urbano em territórios que extrapolam a cidade. Outro ponto de destaque é o afastamento dos urbanistas e planejadores urbanos do planejamento rural e territorial (MIRANDA, 2019).

Na Amazônia reconhece-se que os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade não possuem muita aplicabilidade nos planos diretores, pois, por um lado verifica-se a inadequação destes às características regionais, e, por outro, o fraco histórico de planejamento local (LIMA; RODRIGUES, PONTE, 2016). Assim, apesar do espaço periurbano passar por rápidas transformações ligadas às dinâmicas locais e regionais, sua regulação vem sendo negligenciada dentro do planejamento municipal. Como alternativas entende-se que duas dimensões podem funcionar como mediadoras entre a escala local e regional, ligando os espaços urbanos, periurbano e rural. De um lado Lima, Rodrigues e Ponte (2016) apresentam a dimensão ambiental como chave de ampliação de escalas no planejamento, por outro lado Fischer e Benatti (2016) situam a regularização fundiária como ponto de mediação entre o ordenamento territorial e a gestão dos recursos naturais, incluindo como necessidade básica o alinhamento dos diferentes entes federativos.

A dimensão ambiental apresenta grande importância dentro do planejamento do espaço periurbano, pelo destaque de suas paisagens, mananciais, flora e fauna. Entende-se que, associada à esfera social, a dimensão ambiental pode ser utilizada como forma de valorização da terra e contenção da expansão urbana. Assim, é possível incluir os espaços periurbanos na regulação, complexificando a discussão de áreas rurais que recebem usos urbanos e incluindo junto ao debate ambiental as esferas da justiça social, conforme apresentado por Acsegrad, Mello e Bezerra (2009).

2.3 Cidade e campo, urbano e rural

As percepções, funções atribuídas e usos existentes nos espaços periurbanos variam de acordo com as diferentes composições de cidade e campo e diferentes manifestações urbanas e rurais, tornando-se necessária uma conceituação destes termos. A

partir da visão dialética um ponto a se esclarecer é que a oposição entre campo e cidade provém da divisão social do trabalho. Essa divisão se modifica dentro da história no decorrer do tempo, e entrelaça-se com o modo de produção e a relação entre sociedade e natureza (MONTE-MÓR; LIMONADE, 2011; LEFEBVRE, 2001). Há uma separação inicial entre cidade e campo, trabalho intelectual e trabalho material, bem como criações de imagens simbólicas (LEFEBVRE, 2001), conforme trecho abaixo:

A separação entre a cidade e o campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho, com a divisão dos trabalhos conforme sexos e idades (divisão biológica do trabalho), com a organização do trabalho segundo os instrumentos e as habilidades (divisão técnica). A divisão social do trabalho entre a cidade e o campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, e por conseguinte entre o natural e o espiritual. A cidade incumbe o trabalho intelectual: funções de organização e de direção, atividades políticas e militares, elaboração do conhecimento teórico (filosofia e ciências). [...]. O campo, ao mesmo tempo realidade prática e representação, vai trazer as imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que estas representações se alastrem das atividades reais (LEFEBVRE, 2001, p.36).

Percebe-se, então, que a conceituação de cidade e campo perpassa realidades do espaço concreto e do espaço de representações. Na literatura a cidade é apresentada como um local de diferenciação, privilégio e convergência. Sua formação está ligada a especialização de atividades que diferem o agrícola do comercial, ou seja, de uma separação funcional que demarca uma aparente dicotomia (BENEVOLO, 2012). Na visão convencional o excedente agrícola permitiu um aumento populacional que diferenciou a aldeia agrícola em cidade (MUMFORD, 2004; BENEVOLO, 2012). Na tese de Jacobs (1970) as economias que hoje assumimos como rurais (incluindo a agricultura) têm origem na cidade. Essa teria surgido a partir de aldeias de caçadores que se diferenciaram pela troca de mercadorias e seu posterior beneficiamento (JACOBS, 1970).

Monte-Mór e Limonade (2011) pontuam que a ideia de cidade consolidou-se como “aglomeração de edificações, de atividades, de pessoas, de concentração” (MONTE-MÓR; LIMONADE, 2011, p.209) e a ideia de campo como “imagens de lavouras, cultivos, criação de animais, florestas, montanhas, amplas extensões” (MONTE-MÓR; LIMONADE, 2011, p.209). Existe, por um lado, uma realidade espacial concreta que separa a cidade do campo, e por outro, representações e símbolos associados a estes espaços, conforme ratificado no trecho abaixo:

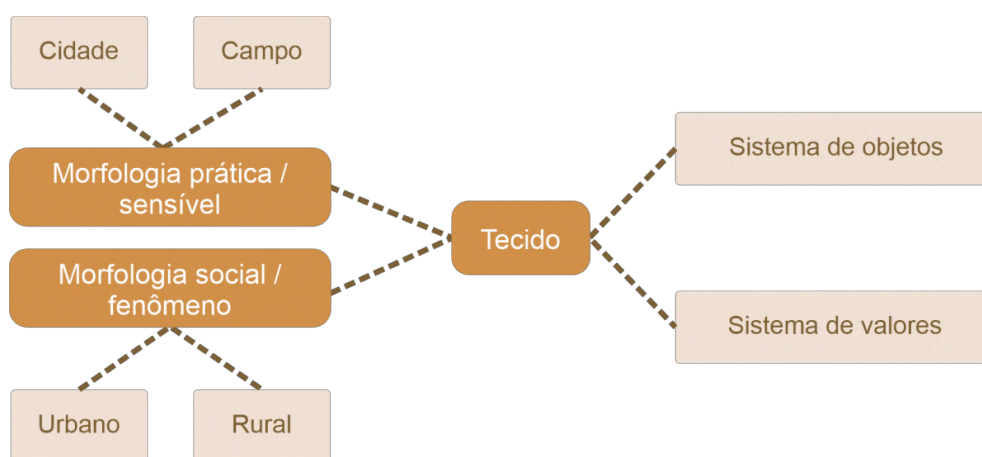
Em suma, sempre que tentarmos buscar uma definição, a realidade radical de uma cidade, nos encontraremos, por um lado, como uma **organização física**, com algumas instituições, como uma série de ruas, edifícios, luzes, bondes, telefones, tribunais, hospitais, escolas, universidades, etc., mas também, por outro lado, com um conjunto de **costumes, tradições e sentimentos** (GOITIA, 2018, p. 36, grifo nosso, tradução nossa).

A distinção entre um espaço fisicamente delimitado e um espaço de representações assemelha-se com a divisão realizada por Lefebvre (2001) entre as categorias de cidade e de urbano. Para o autor a cidade é a realidade prática, sensível, imediata e presente, projeção de uma sociedade em determinado sítio. Não constitui uma forma única, mas sim se manifesta de maneiras distintas ao longo da história. Como características principais a cidade historicamente

[...] se caracterizou, já ao surgir, como o espaço do poder, da festa, da consagração, das trocas e da concentração do excedente coletivo e, ao concentrar as instituições, leis e mecanismos de gestão, os serviços religiosos e as manifestações culturais, os monumentos, as trocas no mercado e os serviços coletivos de apoio à vida quotidiana, constituiu-se na centralidade da vida social (MONTE-MÓR; LIMONADE, 2011, p. 203).

Já o urbano é entendido por Lefebvre como fenômeno, manifestação social construída pelo pensamento. O urbano não é indissociável de uma base sensível, mas extrapola esta através da proliferação do tecido urbano que se dá por sistema de objetos e sistema de valores¹⁶ (ver figura 6). Na cidade antiga (política, mercantil) havia uma coincidência entre o tecido urbano e os limites da cidade. Com o advento da cidade industrial observa-se uma explosão de fragmentos do que é entendido por cidade com a criação de novas áreas produtivas, residenciais e a ampliação da abrangência dos sistemas de objetos e valores (LEFEBVRE, 2001). O urbano se estende para além dos limites físicos da cidade, o que lhe confere uma característica extensiva, como apresentado por Monte-Mór (1998).

Figura 6: Categorias de cidade, campo, urbano e rural.



Fonte: Lefebvre (2001, 2016). Elaborado pela autora.

A extensão do fenômeno urbano transforma realidades do campo (base prática, sensível) e de manifestações rurais (representações, signos). O campo historicamente

¹⁶ Os sistemas de objetos apresentados por Lefebvre são água, eletricidade, gás, carro, televisão, utensílios de plástico, mobiliário moderno, serviços. Os sistemas de valores são apresentados como distintas visões / racionalidades a exemplo do que é entendido como lazer, costumes, modas e preocupações relevantes (LEFEBVRE, 2001).

caracterizou-se pela dispersão populacional e construtiva, com ocupações territoriais ligadas a atividades produtivas, com ênfase no papel agrícola. Monte-Mór e Limonade (2011) apresentam, ainda, que o campo foi tradicionalmente entendido como território natural circundante, complementar e dependente de uma cidade de referência. Locatel (2013) enfatiza também que a literatura clássica da geografia apresenta o campo como local do atraso e da crise que deveriam ser superados por meio de transformações. Ligados à estrutura física do campo têm-se as manifestações rurais, que agregam, assim como as urbanas, sistemas de objetos e valores, ligados a imagem do campesinato, da tradição, da agricultura, do artesanato e do pequeno comércio de local (LEFEBVRE, 2001).

Cidade e campo são, portanto, integrantes de uma categoria mais ligada ao espacial (morfologia prática), que se relaciona a concentração e dispersão. Urbano e rural ligam-se à categoria de fenômeno (morfologia social), ou a uma dimensão processual (WHITACKER, 2010). Dentro de categorias geográficas pode-se dizer que o campo e a cidade constituem a forma, enquanto o rural e o urbano o conteúdo (LOCATEL, 2013),

Assim, rural e urbano extrapolam os limites espaciais tradicionais. As contradições colocam a realidade plural do desenvolvimento da sociedade: o campo é espaço predominantemente rural, mas não exclusivamente; a cidade é espaço urbano, o que não significa que seja exclusivamente urbano (LOCATEL, 2013, p. 88-89).

O entendimento de que o campo não se liga apenas a conteúdos rurais e a cidade a conteúdos urbanos é um ponto de partida importante para a discussão do espaço periurbano apresentada neste trabalho. Monte-Mór e Limonade (2011) acrescentam a esta discussão expondo que para o entendimento das configurações atuais de campo e cidade em contextos diversos faz-se necessário enxergar para além das representações tradicionalmente pautadas, incluindo-se no debate os extrapolações da cidade (enquanto fenômeno urbano) e do campo (enquanto fenômeno rural).

Os estágios da urbanização de uma sociedade 100% rural até uma sociedade 100% urbana são descritos por Lefebvre (1999) a partir de momentos distintos de urbanização, entendidos como camadas, épocas, campos ou eras divididas em *rural* (*agrária* ou *camponesa*), *industrial* (ou *do urbano-industrial*) e *urbana* (ou *da urbano-utopia*). Cada era possui distinto(a)s: percepções, sensações, imagens de representação, conceitos, modos de pensar, agir e viver. Em suma, cada era possui diferentes expressões espaço-temporais (LEFEBVRE, 1999).

A *era rural* é marcada pelo espaço-tempo da necessidade. Nesta *era* observa-se a orientação, demarcação e nomeação inicial do sítio. A vida é regida por vínculos comunitários que incluem relações de parentesco e vizinhança, identificações coletivas (ser coletor, ser pescador, ser caçador) e manifestações de magia e religião. Há o que se entende por enraizamento, com forte identificação da comunidade com o local onde se vive,

manifestado por meio de elementos do campesinato e da tradição. O tempo da *era rural* é entendido como cíclico, ligado à natureza (estações do ano, tempo da colheita), aos momentos da vida humana (nascer, procriar, morrer) e às passagens geracionais (LEFEBVRE, 1999).

Ao tratar da trajetória da relação campo-cidade na *era rural*, Lefebvre aponta que o espaço do campo organizava-se em aldeias. Já as cidades distinguiram-se em alguns diferentes momentos de produção socioespacial. Inicialmente a cidade foi entendida como política. Nela habitaram grupos como nobres, administradores, sacerdotes, artesão e trabalhadores. A cidade política constituiu-se como local do poder, exercendo influência em seu território imediato e também em áreas agrícolas do entorno. Com o tempo, a cidade política passou a se transformar em cidade mercantil, por constituir-se enquanto local da troca e do encontro de pessoas e mercadorias. Apesar da existência de cidades na *era rural*, o campo ainda possuía o maior destaque, pela concentração de riqueza ligada a terra e aos produtos agrícolas (LEFEBVRE, 1999).

Com o tempo há um ponto de inflexão que demarca a passagem da *era rural* para a *era do urbano-industrial*. As cidades ganham força e o campo passa a ser um local complementar, que destina sua produção para os centros urbanos. Como consequência desta virada há uma separação entre a sociedade e a natureza, ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento do mercado e do capital comercial. A cidade passa, então, a ser entendida como cidade industrial. Esta perde parcialmente alguns atributos antes presentes nas cidades política e mercantil, como o sentido de pertencimento e de encontro, o caráter da festa e da monumentalidade (LEFEBVRE, 1999).

A *era do urbano-industrial* é marcada pelo espaço-tempo do trabalho. Há uma substituição da organicidade pela homogeneidade e imposição de atributos como racionalidade, ordem, valor de troca, valorização do modelo da planificação e da programação. O Estado e a lei definem ritmos de vida e a organização espacial é marcada pelo planejamento do território segundo princípios de um urbanismo calculado e quantificado, que se afasta da natureza e da naturalidade, constituindo-se de um desenraizamento. O tempo da *era do urbano-industrial* passa a ser tratado como calculável, previsível e quantificável, e as atividades sociais e produtivas passam a sofrer cada vez maiores fragmentações. O tempo-espaço da *era do urbano-industrial* é marcado pelo consumo (LEFEBVRE, 1999).

Considera-se na *era do urbano-industrial* que ao mesmo tempo em que há maior propagação de signos do urbano há uma perda de urbanidade. A cidade industrial pode ser entendida como uma não cidade, transformada por movimentos de implosão-explosão (LEFEBVRE, 1999). A implosão consiste na modificação das estruturas presentes dentro do núcleo/core da cidade. Com a implosão passa a haver uma grande concentração de

peças, ideias, objetos, atividades. Já a explosão consiste na capacidade da cidade em estender-se para além dos seus limites, criando fragmentos de realidade urbana. A partir da explosão não é possível pensar-se em estruturas de cidade e estruturas de campo, pois o urbano passa a ser um fenômeno da sociedade (LEFEBVRE, 1999, 2001).

Na *era do urbano-industrial* o campo passa por grandes modificações. Os agrupamentos tradicionais/campos são integrados à lógica de produção e/ou consumo industrial. Há uma extensão do tecido urbano perante o que antes era entendido como rural, não só mediante construções físicas, mas também incluindo manifestações, sistema de objetos e sistema de valores. O campo antes vinculado a um campesinato tradicional passa a comportar estabelecimentos de comércio, subúrbios, rodovias e instalações industriais (LEFEBVRE, 1999).

A transição da *era do urbano-industrial* para o que ainda está por vir (*era da urbano-utopia*) é apresentada por Lefebvre como uma zona crítica. Esta é marcada como um momento de crise e incerteza, como um segundo ponto de inflexão em que ao mesmo tempo em que se faz presente a realização máxima das ações passadas (implosão-explosão), é possível vislumbrar de forma fragmentada e limitada o futuro. Na zona crítica observa-se a existência de um campo cego, de negação e de incompreensão. Esse campo refere-se a uma problemática que não está devidamente pautada e que não pode ser plenamente compreendida por apresentar-se ainda de modo fragmentado. O campo cego consiste em olhar a nova era (*era da urbano-utopia*) a partir dos conceitos e práticas da antiga (*era do urbano-industrial*), reduzindo a realidade (LEFEBVRE, 1999).

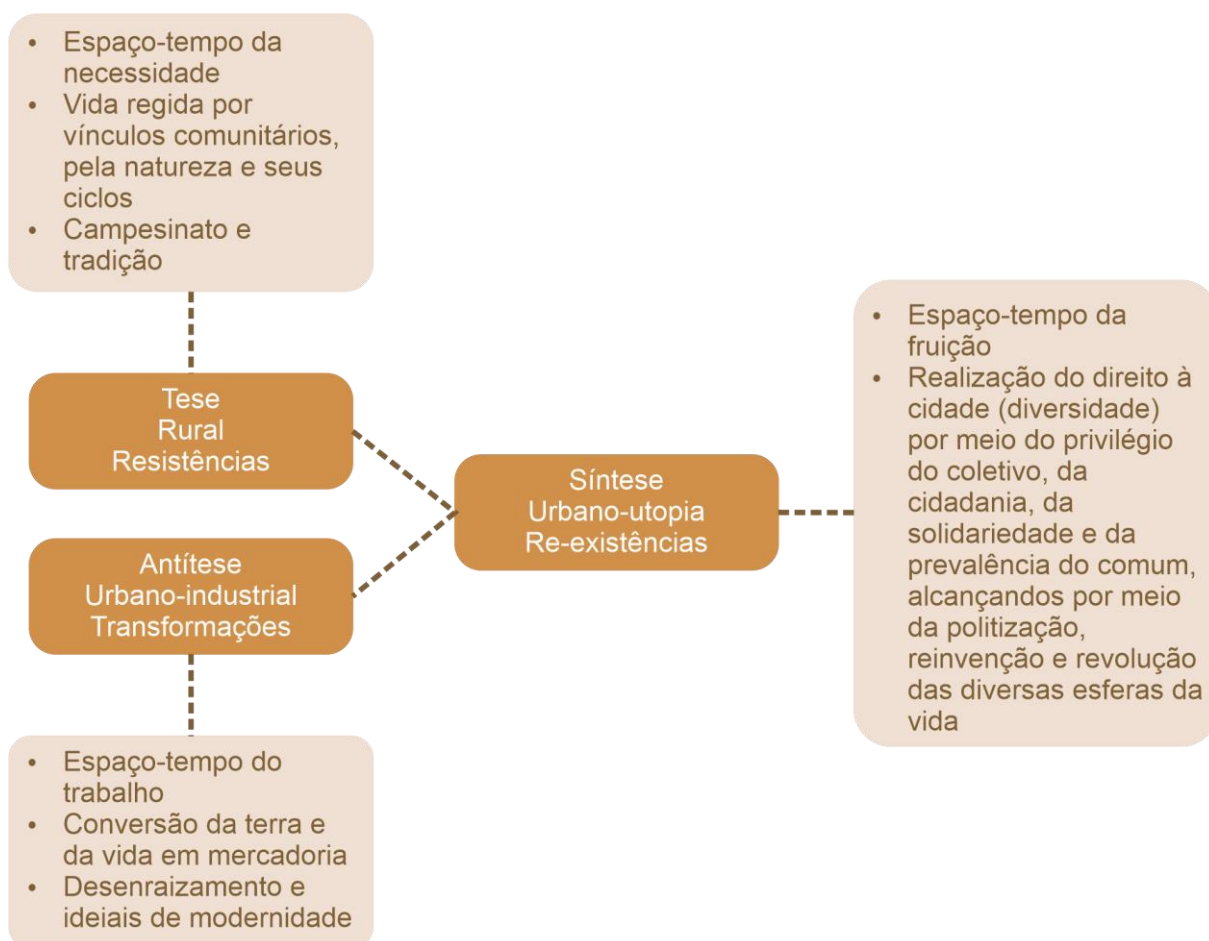
Por fim, a *era da urbano-utopia* expressa um momento que ainda está por vir (objeto virtual e ao mesmo tempo, objeto possível), o momento pós-industrial, da completa urbanização da sociedade. Acredita-se que a *era da urbano-utopia* poderá ser marcada pelo espaço-tempo da fruição, que se manifestará através da reconstituição da cidade e da comunidade, parcialmente tangível hoje na apropriação da cidade pelas pessoas, no entrelaçamento de fluxos, de informação e símbolos (LEFEBVRE, 1999, 2016). Lefebvre apresenta como culminância do processo de urbanização algo que podemos ver ainda de forma virtual (fragmentada, incompleta), entendido como *urbano-utopia*. Neste estágio de urbanização plena da sociedade espera-se a realização do direito à cidade por meio do privilégio do coletivo, da cidadania, da diversidade, da solidariedade, da prevalência do comum, alcançando por meio da (re)politização, (re)invenção e revolução das diversas esferas da vida (MONTE-MÓR, 2015).

A *era da urbano-utopia* se conecta às anteriores (*eras rural e do urbano-industrial*), mas sua manifestação espaço-temporal não é mais cíclica e local, nem linear e homogeneizante. O espaço-tempo da *era da urbano-utopia* constitui-se como um momento diferencial. Há o reconhecimento das diferenças, mas estas ganham novos significados

perante o todo. A simultaneidade, o encontro e a reunião fazem com que existam contrastes e oposições que não se anulam, mas vinculam-se entre si, criando novos lugares e momentos. Trata-se da *era* que distingue sem separar, que considera que dentro do todo é possível comportar tudo (LEFEBVRE, 1999). Entende-se que os estágios de urbanização não consistem em um processo simples e linear, de forma que em um mesmo lugar seja possível perceber traços *das eras rural, do urbano-industrial da urbano-utopia*.

A partir de uma perspectiva dialética a *era rural*, que consiste no primeiro momento de urbanização lefebvriana, funciona como tese. Essa era está presente hoje através de manifestações entendidas nesta dissertação como **resistências**. Como antítese tem-se o segundo estágio de urbanização, a *era do urbano-industrial*, marcada pelo que aqui é entendido como **transformações**. Como síntese apresenta-se a *era da urbano-utopia* como possibilidade de vislumbre do que se chamou de **re-existências**. Estas consistem em novas formas de articulação entre as resistências e as transformações (ver figura 7).

Figura 7: Matriz de análise utilizada na pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora a partir de Lefebvre (1999) e Monte-Mór (1998, 2015).

A sobreposição de *eras* permite trabalhar com a compreensão de coexistências espaço-temporais. Os estágios de urbanização e suas coexistências são utilizados neste trabalho como aporte teórico para análise do espaço periurbano de Belém. Em decorrência de sua característica transicional a análise do espaço periurbano é feita aqui como ponto de interface, em relação ao par rural / urbano, reforçando a luta dos contrários, presente na teoria dialética. Assim, o periurbano funciona como síntese / contraponto entre um polo e outro, evidenciando a presença dos dois, e ao mesmo tempo constituindo-se como campo cego, em que a problemática não está devidamente pautada por apresentar-se em termos fracionados, ocultando as potencialidades advindas desse espaço. Portanto, o pensamento adotado neste trabalho corrobora com Souza (2010) e procura

pensar campo e cidade enquanto espaços dialeticamente imbricados que, ao mesmo tempo em que apresentam um conteúdo social e histórico específico, só podem ser compreendidos enquanto totalidade concreta do modo de produção capitalista, portanto, indispensavelmente relacionados (SOUZA, 2010, p. 195).

O entendimento dialético permite, então, a superação da dicotomia cidade / campo, urbano / rural na qual a cidade é vista como o local do desenvolvimento, modernidade, técnica e o campo da atividade camponesa vista como atraso. O entendimento da complexidade dialética permite visualizar novas camadas de entrelaçamento (SOUZA, 2010).

2.4 Entre transformações, resistências e re-existências: caminhos analíticos para leitura dos espaços periurbanos na Amazônia

As mudanças que as configurações de cidade e de campo sofrem com a passagem das *eras* impactam nas manifestações socioespaciais dos espaços periurbanos. Neles as coexistências espaço-temporais expressam-se através de **transformações, resistências e re-existências**.

As transformações que os espaços periurbanos passam nas últimas décadas resultam em novas morfologias que extrapolam a dicotomia urbano-rural. Constitui-se uma paisagem estendida da urbanização, que impacta os espaços de forma desigual (BRENNER, 2014; BRENNER; SCHIMDT, 2015). O urbano é, então, abordado como uma categoria teórica que excede descrições quantitativas (demográficas, territoriais) e assume no século XXI formas difusas (BRENNER, 2014). Essas formas podem ser entendidas dentro de processos de transformação que abarcam uma urbanização estendida (BRENNER, 2014) ou extensiva (MONTE-MÓR, 1998), considerada o “[...] principal conceito que orienta a compreensão da dinâmica contemporânea da organização do espaço social

[...]” (MONTE-MÓR, 1998, p.170) e, apresentada desde Lefebvre (2001, 2016) a partir da implosão-explosão da cidade.

O urbano não se limita mais a pontos específicos (tipologia de assentamento), mas espalha-se de maneira desigual por todo o território, levando estudos urbanos recentes a dedicarem-se sobre padrões emergentes de urbanização planetária. No urbano se faz presente, ao mesmo tempo, a territorialização e a generalização de processos socioespaciais contraditórios dentro do capitalismo (BRENNER, 2014).

Entende-se neste trabalho que o espaço periurbano é parcialmente resultante da explosão da cidade, integrando um tecido urbano de malhas desiguais. É o extrapolamento da cidade antiga (política, mercantil) que já não comporta a totalidade do urbano. Este passa a se estender por grande parte do território, criando periferias residenciais, produtivas, complexos industriais, e novas cidades. Há disseminação do valor de troca e da mercadoria, e uma intensificação das relações de produção, com agravamento de conflitos (LEFEBVRE, 2001).

As modificações nos espaços periurbanos advindas da urbanização extensiva (ou explosão da cidade) refletem a ótica das **transformações**. Sob essa ótica o periurbano é utilizado para atividades que não interessam ao limite da cidade, mas a mantêm em funcionamento, como o espaço de produção de alimentos em larga escala, de infraestruturas que ocupam áreas grandes (ex.: subestação de energia) e de usos indesejáveis (ex.: presídio, local de descarte do lixo). Processo similar é descrito por Jacobs (1970) quando aponta que apesar de ter criado economias rurais, a cidade de Nova Obsidiana¹⁷ com o tempo passou a transferir atividades produtivas para áreas periféricas por causa do espaço que ocupavam, criando novas configurações de ruralidade em seu entorno. Assim a hinterlândia muitas vezes entendida como “não cidade”, mas incluída no processo de urbanização estendida, passa a servir de suporte operacional através de sua mão de obra, terra, produção e recursos naturais (BRENNER; SCHIMDT, 2015).

O urbano avança sobre realidades antes tidas como rurais, as subordina e recria. Nos espaços periurbanos de cidades na Amazônia o avanço do urbano transforma comunidades culturalmente diversas como áreas camponesas, territórios quilombolas, áreas indígenas, ocupações ribeirinhas e assentamentos periféricos. Estas comunidades transformam-se, mas simultaneamente resistem.

Esta dissertação assume, portanto, que para explicar a realidade do espaço periurbano de Belém não é possível trabalhar *apenas* com a ótica das transformações, da precariedade ou da conversão de terras rurais em urbanas. Assumindo o pensamento de

¹⁷ A autora utiliza a cidade de Nova Obsidiana para explicar sua teoria da economia da cidade. Nova Obsidiana é uma cidade imaginária no planalto da Anatólia, na Turquia, e é descrita como a cidade que teria antecedido Çatalhöyük, uma das mais antigas do mundo (JACOBS, 1970).

Cardoso (2021) que considera os espaços periurbanos de cidades na Amazônia como espaços periurbanos estendidos, considera-se que:

O contexto amazônico requer urbanismo e planejamento territorial capazes de reconhecer diversas narrativas como válidas, de mediar os conflitos que se revelam quando todas as escalas são articuladas, e de priorizar soluções duráveis, adequadas aos ciclos da natureza em um bioma tão importante em escala planetária. Nestes termos, demanda uma concepção de estruturação urbana que reconheça os diversos marcos cultural, político e econômico que seguem em disputa; que conceba territórios de viver e produzir como novas tipologias dentro de um urbano extensivo (que articula espaço e política), para além das dicotomias urbano-rural e formal-informal, capaz de lidar com o acúmulo de desvantagens (interseccionalidade) e de posicionar a visão capitalista como mais uma cosmovisão (CARDOSO, 2021).

Entende-se que para além da cosmovisão que parece dominante na produção espacial atual, pautada em padrões da *era do urbano-industrial*, há diversas outras que se mantêm, criando **resistências**, aparentemente “invisíveis”, mas não desprezíveis nem numericamente, nem espacialmente, e que ainda se apoiam no manejo da natureza de baixo impacto e em vínculos comunitários, expressam, portanto, traços da *era rural*. As características de transformações e resistências utilizadas na construção do objeto de pesquisa que utiliza como local de estudo o espaço periurbano de Belém exprimem o que Monte-Mór (2015) aponta como o duplo sentido da urbanização extensiva, que por um lado amplia a abrangência de um paradigma da *era do urbano-industrial*, mas por outro pode servir como base para o fortalecimento da *era da urbano-utopia*. Esse duplo sentido consiste no que aqui se chama de **re-existências**.

Nas re-existências é possível aceitar as contradições e as possibilidades da coexistência de *eras* (coexistências espaço-temporais). A partir das re-existências não se trabalha com excludentes, não se enxerga só o que transforma (em nome da modernidade) ou só o que resiste (em nome da tradicionalidade). Abrem-se caminhos para no espaço periurbano de Belém observar-se a apropriação dos territórios, das populações e da natureza como mercadorias, mas também para perceber-se uma relação de entrelaçamento socioambiental, de pessoas que utilizam a natureza como forma de manutenção da vida. As coexistências expressam-se em traços das *eras rural* e do *urbano-industrial*. As re-existências despontam como possibilidades de vislumbre da *era da urbano-utopia*.

Monte-Mór (2015) comenta sobre ideias recorrentes que apontam a dificuldade de entrelaçamento entre espaço urbano e natureza, de modo que “A sustentabilidade urbana parecia impossível, mesmo para colegas da ecologia que viam espaço urbanizado como espaço morto, impossível de contribuir ou mesmo conviver com o bem estar do homem na natureza.” (MONTE-MÓR, 2015, p. 62). A ideia apresentada por Cardoso (2021) sobre a existência de espaços periurbanos estendidos em cidades amazônicas, que evidenciam a

articulação entre as sedes, vilas e diversas comunidades tradicionais em municípios amazônicos, pode servir como base para reduzir a aparente impossibilidade de enxergar o espaço urbano como lugar transpassado pela natureza. O reconhecimento de espaços periurbanos estendidos pode servir como evidência da já existência de um urbano natural apresentado por Monte-Mór (2015), que aponta que

[...] se o urbano-industrial vem produzindo de forma hegemônica o espaço em que vivemos, parece que o *urbano-natural* pode garantir o espaço em que podemos viver. A chamada sustentabilidade urbana demanda o resgate radical da natureza, uma imbricação do tecido urbano com o espaço natural, a extensão da natureza dentro do urbano extensivo. Assim, o urbano que se anuncia é também o urbano-natural, cada vez mais fortemente impregnado na vida quotidiana, na produção de alimentos, nos parques lineares, nas matas urbana, nos espaços de apropriação coletiva – espaços (e objetos) comuns” (MONTE-MÓR, p. 63, grifo do autor).

Os espaços periurbanos estendidos de cidades amazônicas podem servir de caminho de vanguarda, ou de possibilidade rumo a *era da urbano-utopia*. Apesar disto, estes espaços vêm sendo transformados com base na ideia da natureza-coisa, advinda da *era do urbano industrial*. Há uma urgência de respostas ou caminhos de como manter arranjos territoriais virtuosos já existentes e fortalecer economias em rede que mantêm a natureza como local de reprodução de vida, garantindo ao mesmo tempo o acesso a serviços, infraestruturas e tecnologias necessários a estas comunidades. Acredita-se que é necessário reconhecer e incentivar modos de vida contidos nos espaços periurbanos de cidades amazônicas, pautados na colaboração, valorização do comunitário, autonomia, autogestão, respeito à natureza, diversidade, solidariedade, reciprocidade. Estes princípios constituem o que Lang (2016) define como alternativa ao desenvolvimento capitalista, da forma como ele é tradicionalmente pautado. Formas de desenvolvimento endógeno desses espaços periurbanos, de seus territórios e população, podem encontrar-se justamente na sobreposição de conhecimentos tradicionais, *da era rural*, às tecnologias contemporâneas advindas de uma racionalidade *da era do urbano-industrial*. Percepções sobre formas mais integradas de lidar com a natureza tornam-se, como apontadas por Monte-Mór (2015), ponto chave para saída do campo cego, ou do local de alienação pautado pelo paradigma vigente.

Monte-Mór (2015) pontua as iniciativas de resistência emergentes em contexto brasileiro a partir da articulação de povos historicamente excluídos como movimentos sociais (urbanos e rurais), indígenas, extrativistas, movimentos negros e das periferias urbanas. A partir destas vivências é possível enxergar novas formas de convivência com a natureza que fortalecem uma ideia de emancipação do paradigma vigente, evidenciando que “o (re)encontro do urbano com a natureza resgata e amplia a utopia lefebvriana.” (MONTE-MÓR, 2015, p. 62), assim,

Promover, garantir e fortalecer múltiplos modos de organização socioeconômica, diversidades étnicas, de raças, de gêneros, de crenças, de

usos, de alimentos, enfim, de culturas, parece ser um princípio central para a construção da emancipação social com base no urbano-utopia, naturalizado e desalienado [...]” (MONTE-MÓR, 2015, p. 68).

Resistências e transformações funcionam como processos de dupla negação e contradição interna, responsáveis por novas formas de elaboração, visíveis no que aqui é apresentado como re-existências. A re-existência é apresentada por Porto-Gonçalves (2008)¹⁸ como o movimento que vai além do resistir. É a reivindicação do direito de existir de grupos e comunidades da Amazônia constantemente atacadas e ameaçadas, mas que se articulam em defesa de seus modos de viver, produzir e se relacionar com o mundo.

A matriz que entrelaça os diferentes estágios de urbanização enquanto momentos dialéticos de tese (*era rural*), antítese (*era do urbano-industrial*) e síntese (*era da urbano-utopia*) quando aplicada para a realidade de um espaço periurbano estendido amazônico deve levar em conta que cidade e campo, urbano e rural não são opostos e inseparáveis. Há, como revelam Gomes e Cardoso (2019) para o caso do município de Santarém (PA), um mosaico secular que liga estes aparentes opostos, entre si, e com a natureza. O espaço periurbano, tradicionalmente associado à periferia e precariedade carrega em sua configuração estendida amazônica elementos da *era da urbano-utopia*. Locais entendidos como tradicionais, visualizados como estruturas passadas (assentamentos, vilas, comunidades) apontam para possibilidades de futuro, conforme apresentado por Gomes e Cardoso (2019), que evidenciam o mosaico socioespacial de Santarém como caminho (ou retorno) ao *urbano-utopia*. Cardoso, Vicente e Oliveira (2019) também destacam como portadoras de futuro desejáveis comunidades tradicionais da RMB que conseguem cumprir objetivos de agendas globais.

O momento atual, de transição da *era do urbano-industrial* para a *era do urbano-utopia*, consiste em uma zona crítica (LEFEBVRE, 1999). A expressão desta zona e seus desdobramentos no final do século XX e na primeira metade do século XXI apresentam as consequências da assimilação do paradigma da *era do urbano-industrial* no modelo de desenvolvimento econômico capitalista vigente. Entre as consequências têm-se múltiplas crises: social, econômica, urbana, ambiental e como muito evidenciado recentemente, a sanitária. Frente a estas emergem lutas coletivas e debates de diferentes segmentos, passando por instituições de atuação global, instituições nacionais, movimentos sociais, coletivos de atuação independente, a comunidade acadêmica, entre outras. Estes segmentos buscam respostas pautando temáticas como: desenvolvimento sustentável, cidades sustentáveis, cidades resilientes, necessidade de visibilidade étnica, racial e de gênero, ampliação dos debates ecológicos e reconhecimento dos direitos da natureza e de relações não predatórias entre ser humano e meio ambiente.

¹⁸ O termo originalmente empregado pelo autor é r-existência.

Em nível global, agendas institucionais firmam pactos socioambientais pautando-se na ideia de um “novo padrão de desenvolvimento” que leva em consideração temas de múltiplas desigualdades: econômicas, de gênero, de acesso a recursos e atenta para a urgência de uma nova forma de relação com o meio ambiente. Um bom exemplo para entender como as instituições pautam a temática de um futuro desejável e compatível com os desafios do século XXI é a agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030 (ver figura 8), que possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que contemplam 169 metas a serem cumpridas pelos países signatários¹⁹.

Figura 8: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável integrantes da Agenda 2030.



Fonte: Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

Observa-se que a agenda dá conta de temáticas gerais que envolvem aspectos sociais, econômicos, de educação, saúde, moradia, interação com os recursos naturais. Como forma de aproximar o debate da temática da urbanização destaca-se o objetivo número 11, que trata de comunidades e cidades sustentáveis. Este busca “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”²⁰, e apresenta 7 metas relacionadas. Estas preveem acesso universal a habitação e aos serviços de saneamento básico, garantia a transporte público de qualidade, gestão participativa dos assentamentos, preservação do patrimônio natural e cultural, redução do impacto de catástrofes, garantia do acesso a espaços públicos de qualidade, criação de políticas e planos integrados de mitigação às mudanças climáticas, apoio aos países menos desenvolvidos para construções que utilizem materiais locais. Destaca-se aqui a meta 11.a que cita os espaços periurbanos prevendo “Apoiar relações econômicas, sociais e

¹⁹ Para saber mais: http://www.agenda2030.org.br/os_ods/.

²⁰ Idem.

ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento”²¹. O espaço periurbano, torna-se, portanto, um local estratégico para ações estratégicas de modificações em diversas escalas.

Neste capítulo foi possível apresentar a discussão sobre os espaços periurbanos em contextos diversos (mundial e brasileiro) que demonstram o potencial das transformações vinculadas à emergência do paradigma vigente na *era do urbano-industrial*²². Ao mesmo tempo, aproximando o debate das cidades amazônicas, apontou-se a necessidade de caminhos analíticos que levem em conta as resistências, como evidências da *era rural*²³, e as re-existências de comunidades que dependem do manejo da natureza e apontam caminhos para a *era da urbano-utopia*²⁴.

Os debates acadêmicos, dos movimentos sociais, das agendas institucionais globais e locais buscam dar respostas aos problemas vigentes. Conforme apresentado por Marcel Vellinga²⁵ em tempos de crises múltiplas a necessidade de construção de uma ideia de futuro faz com que nós olhemos para o passado na tentativa de compreender o que é necessário abandonar, e ao mesmo tempo, o que é imprescindível que levemos conosco.

²¹ http://www.agenda2030.org.br/os_ods/.

²² Lefebvre (1999).

²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ Conferência “Uma ou duas lições da arquitetura vernácula numa época de apocalipse moderado” apresentada no dia 10 de novembro de 2021 no 3º Seminário Arquitetura Vernácula / Popular.

3) TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS NO ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA): CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES SOBRE A ESCALA REGIONAL



3 TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS NO ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA): CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES SOBRE A ESCALA REGIONAL

O espaço periurbano de Belém possuiu distintas configurações e características ao longo da história da cidade. Considera-se nesta dissertação que até a segunda metade do século XX a centralidade política e econômica de Belém atrelava a ela um espaço periurbano estendido²⁶ regional. Dentro da área de influência polarizada por Belém, encontravam-se articulações da cidade com outras cidades ribeirinhas pequenas e médias e suas áreas de influência (ver figura 9). É possível dizer que o espaço periurbano de Belém continha outros espaços periurbanos dentro da região.

A partir da segunda metade do século XX as expressivas e intensas transformações regionais fragmentaram a configuração deste espaço periurbano estendido²⁷ regional de Belém. Este passou a sofrer transformações presentes em outros espaços periurbanos de cidades brasileiras, conforme apontado por Furtado (2011), tais como: uma composição social heterogênea (por migração espontânea ou induzida); expressivo crescimento demográfico; sobreposição de usos heterogêneos que misturam rural em urbano; grande dinâmica de transformações física; super exploração do meio ambiente; criação de estruturas logísticas estratégicas (como hidrelétricas, estradas); conflitos socioambientais; pressões e disputas pela terra; lacunas na legislação e legitimação da violência por parte do estado. Este processo provocou fragmentações que diminuíram a influência de Belém sobre estes espaços periurbanos estendidos regionais. Estes passam a estar vinculados a outras cidades e outras centralidades, às vezes de ordens muito distantes (nacionais ou internacionais). As mudanças ocorridas no espaço periurbano de Belém que vinculam-se à história regional são abordadas nos tópicos a seguir.

²⁶ Cardoso (2021).

²⁷ Idem.

Figura 9: Cidades importantes na Amazônia, inicialmente ligadas à lógica ribeirinha.



Fonte: elaborado pela autora.

3.1 Século XVI: expedições e desbravamentos... ou sobre o início do fim

No século XVI a colonização portuguesa, no que hoje é entendido como Brasil, tinha como foco o litoral nordeste e sudeste. A Amazônia era local de incipientes disputas entre nações europeias que realizavam expedições buscando o chamado “desbravamento” (BECKER, 2013). A colonização da Amazônia neste primeiro momento era bem mais simbólica do que efetiva. Pautada no que Becker (2013, p. 42) aponta como movimentos de ameaçar, tomar e proteger, a disputa dava-se em torno de novas configurações

geopolíticas. Buscava-se demarcar territórios pautando-se no pressuposto de uma exploração futura (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Os relatos dos viajantes que visitaram a Amazônia neste período apresentaram as áreas de várzeas como povoadas e abundantes (VICENTINI, 2004; SOUZA, 2019). Diferente de outros locais colonizados em períodos semelhantes, que possuíam uma estrutura hierarquizada e centralizada, as ocupações e os povos que habitavam a Amazônia possuíam como características a pluralidade e a dispersão (SOUZA, 2019). Destaca-se, todavia, que ocupações dispersas não foram as únicas existentes na região. Pesquisas arqueológicas recentes mostram como em determinados períodos anteriores à colonização alguns assentamentos humanos constituíram o que pode ser entendido como cidades indígenas que mantinham estruturas de conexão entre si (LOPES, 2017; SOUZA *et al*, 2018).

O padrão de ocupação disperso da várzea amazônica desenvolveu-se a partir da adaptação humana às características do sítio. Os assentamentos instalavam-se em pontos favoráveis como locais férteis e com disponibilidade de água, terrenos planos e outeiros (com elevações). Ressalta-se também que a terra, a floresta e a água não eram intocadas, mas sim apropriadas pelas populações nativas, que as manejavam. Como exemplo deste manejo tem-se as “Terras Pretas de Índio”, que por acúmulos humanos tornaram-se locais de extrema fertilidade na Amazônia. Os assentamentos antes da colonização a partir de um acúmulo social milenar articularam estratégias de circulação, defesa e acesso aos recursos indispensáveis à vida (PORTO-GONÇALVES, 2008; SOUZA, 2019).

A ocupação da várzea como forma de acesso a recursos indispensáveis, pluralidade de modos de vida e dispersão são três características importantes de se destacar deste o início para entender a formação do espaço periurbano de Belém. Apesar das transformações socioespaciais que ocorreram nos séculos posteriores, estas três características encontram-se até hoje no espaço periurbano de Belém, mas também em diversas outras cidades da região.

3.2 Século XVII, XVIII e primeira metade do século XIX: fortes, aldeias, cidades e drogas do sertão... ou sobre a tentativa de acabar com as *Amazônias*

Nos séculos seguintes ao momento inicial do desbravamento da Amazônia pelos países europeus os assentamentos locais que ocupavam posições estratégicas foram apropriados por representantes desses países (com destaque para Portugal) para a criação de estruturas que consolidaram as primeiras formas concretas de colonização, expressas em fortes e aldeias missionárias. Pela dificuldade inicial de trazer contingente populacional para a efetivação da colonização, utilizaram-se os próprios povos nativos para instalação da

colônia, que se estabeleceu na base na lógica da conversão cristã e, ao mesmo tempo, no genocídio daqueles que não se subordinavam a essa nova lógica (PORTO-GONÇALVES, 2008; SOUZA, 2019).

Nota-se, portanto, a correspondência direta da configuração inicial de cidades na Amazônia com antigas aldeias indígenas que foram substituídas a partir da colonização portuguesa por aldeamentos religiosos (PORTO-GONÇALVES, 2008). Destaca-se a chegada da Companhia dos Jesuítas na região em 1630. Esta e outras ordens religiosas estiveram na origem de várias cidades da Amazônia (BECKER, 2013). Na calha do rio Amazonas e na confluência de outros rios surgiram assentamentos e vilas que se diferenciaram em cidades importantes como Santarém (desembocadura do rio Tapajós), Óbidos (foz do rio Trombetas), Manaus (foz do rio Negro) e Belém (foz da bacia Amazônica) (PORTO-GONÇALVES, 2008). A colonização portuguesa pautou-se inicialmente em proteger e converter, com fortes e aldeias missionárias como bases físicas principais (VICENTINI, 2004).

Para o controle dos nativos (até então povos indígenas) realizava-se o chamado descimento, que os reunia nos aldeamentos religiosos para seu controle, aculturação e doutrinação (PORTO-GONÇALVES, 2008). Era a morte da pluriculturalidade e a tentativa de apagamento de identidades dos diversos povos (SOUZA, 2019). Os aldeamentos uniam estratégias religiosas (contexto da Contrarreforma Católica), políticas (expansão do domínio português) e econômicas (possibilidade de exploração dos recursos naturais e mão de obra) (CORRÊA, 1987; BECKER, 2013). A aproximação dos colonizadores com os povos indígenas trazia uma série de benefícios aos colonizadores, a exemplo do aproveitamento da mão de obra e da possibilidade de apropriação do conhecimento local sobre o território e o manejo da floresta (PORTO-GONÇALVES, 2008; BECKER, 2013).

Por outro lado, o conhecimento territorial dos povos nativos permitiu também a fuga destes para locais distantes, que consistiram nas primeiras formas de resistências. O padrão de dispersão somado ao baixo contingente populacional português fez com que neste primeiro momento a terra e seus habitantes não pudessem ser de fato controlados. Frente a esta impossibilidade, entende-se que os fortes construídos pelos colonizadores surgem como uma estratégia de controle do território por água (PORTO-GONÇALVES, 2008). Destacam-se os fortes de Macapá, Óbidos, Santarém, Tefé e Belém, cidades em confluências de rios (VICENTINI, 2004). A construção do forte de Belém foi um marco pela possibilidade de maior controle da bacia amazônica como um todo (BECKER, 2013).

Os aldeamentos inicialmente criados não formavam uma rede urbana efetiva, travava-se ainda de uma rede urbana embrionária. A partir das conquistas territoriais era possível expandir a colonização e iniciar na região processos de exploração natural e de mão de obra. Para isto realizou-se a aculturação dos povos indígenas e utilizou-se sua mão

de obra para instalação de um sistema extrativista destinado à exportação (CORRÊA, 1987; PORTO-GONÇALVES, 2008; BECKER, 2013). A exploração das drogas do sertão (especiarias, remédios naturais, condimentos) pode ser considerada como o primeiro grande ciclo de exploração da Amazônia, diretamente vinculado ao potencial de exploração da várzea (BECKER, 1990).

A produção extraída próxima aos núcleos urbanos iniciais era direcionada para Belém e de lá encaminhada para Portugal, com grande beneficiamento financeiro das ordens religiosas, que possuíam o controle do processo de exportação. Tem-se a constituição das primeiras características da rede urbana amazônica: assentamentos ribeirinhos dispersos territorialmente e, ao mesmo tempo, articulados por meio da concentração econômica e política, protagonizada por Belém (CORRÊA, 1987). Era o início da formação do espaço periurbano estendido²⁸ regional de Belém.

A partir de 1750 ocorreram mudanças na estruturação política e territorial da Amazônia. Em 1751 houve a transferência da capital do Estado do Grão Pará e Maranhão de São Luís para Belém (CORRÊA, 1987; PORTO-GONÇALVES, 2008). Em 1755 houve a criação da capitania de São José do Rio Negro, separando-a da capitania do Grão Pará. Cada capitania tinha sua capital, vilas e povoados, com Belém no comando da hierarquia. Assim, Belém consolidou sua posição de “capital econômica da Amazônia” (CORRÊA, 1987, p. 200).

Com o advento do governo português de Marques de Pombal houve uma intensificação da visão mercantil sobre a Amazônia e expansão das atividades produtivas, com destaque para a criação da Companhia Geral do Pará e Maranhão em 1755. Esta consistiu em uma companhia comercial monopolista que buscou na acumulação de riquezas a tentativa de passagem do capital mercantil para o capital industrial (CORRÊA, 1987; VICENTINI, 2004). Por sua característica monopolista os interesses do Estado português entraram em conflito com o das ordens religiosas, que acumulavam os recursos da exploração. Como decorrência houve, em 1759, a expulsão da Companhia dos Jesuítas da Amazônia (PORTO-GONÇALVES, 2008).

A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão existiu entre 1755 e 1778, e tinha como intenção/contexto a aliança entre a monarquia portuguesa e o capital comercial para atender demandas internacionais da revolução industrial na Inglaterra e da Guerra da Independência Americana (VICENTINI, 2004). Junto com a criação da Companhia, a política Pombalina reorganizou os antigos aldeamentos religiosos, que foram transformados em vilas (BECKER, 2013) com modificação dos nomes indígenas para nomes portugueses (CORRÊA, 1987; SOUZA, 2019). Houve estímulo para formação e estruturação de cidades

²⁸ Cardoso (2021).

com implantação de funções urbanas político-administrativas e disseminação da ideia de propriedade como um bem privado (VICENTINI, 2004). A política Pombalina realizou também a doação de sesmarias e a introdução do trabalho escravo negro como tentativa de estímulo a agricultura e pecuária (nas áreas de campos) (CORRÊA, 1987; PORTO-GONÇALVES, 2008). Entre 1755 e 1815 mais de 50 mil pessoas africanas foram trazidas para Belém na condição de escravizados (SOUZA, 2019). Houve também na região o incentivo à miscigenação entre brancos e indígenas, (CORRÊA, 1987; BECKER, 2013; COSTA, 2012a) pautada na ideia de que os portugueses pudessem se apropriar do conhecimento nativo e, ao mesmo tempo, em que os nativos pudessem ser inseridos em uma lógica comercial e de consumo (COSTA, 2012a).

Em 1772 Belém tornou-se capital político-administrativa de toda a Amazônia, o que se refletiu em melhoramentos urbanos. Em 1778 a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão foi extinta pela emergência do liberalismo econômico europeu que exerceu uma pressão internacional para a quebra do monopólio que Portugal exercia. Este fato acrescido da diminuição da procura dos produtos tropicais resultou em um período de estagnação / reestruturação (até 1850) com diminuição da produção agrícola e do crescimento urbano (CORRÊA, 1987).

Em 1822 o Brasil deixou de ser colônia e tornou-se império. Nas principais cidades da Amazônia houve reações como tentativas de continuidade de vínculo direto com Portugal e de independência regional. O anúncio da independência do Brasil levou a um conflito violento em Belém, com morte por parte do novo governo de mais de 200 pessoas que se opunham à independência, imposta pelo novo governo. Com o tempo houve a aceitação da situação pelas elites políticas e econômicas locais, que mantiveram suas posições de poder. Entretanto, a insatisfação popular permaneceu e rendeu resultados posteriores, com destaque para a Revolta da Cabanagem (SOUZA, 2019).

A Revolta da Cabanagem (1835-1840) ocorreu no atual Estado do Pará durante o Período Regencial, que foi marcado por outras diversas revoltas em nível nacional. O contexto que levou à Revolta era de insatisfação popular, crise econômica e constantes violências contra indígenas, negros e camponeses. Somando-se a isto parte da elite local estava insatisfeita com o Governo Regencial e com o governante local que lhe representava na Província do Grão Pará. Esta parcela da elite passou a ser perseguida e adentrar os interiores, articulando outros grupos marginalizados na época. Em 1835 Belém é tomada pelos Cabanos²⁹. O povo tomou o poder. Entretanto, desavenças internas levaram à substituição das próprias lideranças Cabanas. Posteriormente, o Governo Regencial retomou o poder enviando um novo representante. Houve um tempo de aparente calma

²⁹ Os revoltosos, de maioria integrante das camadas populares, ficaram assim conhecidos pelas características das suas habitações, que se assemelhavam a cabanas (RICCI, 2016).

em Belém, mas os Cabanos começam a tomar os interiores da província. O presidente da província declarou, então, a prisão de algumas lideranças, o que desencadeou nova revolta popular armada. Por fim houve uma breve retomada do governo dos Cabanos, que logo foi substituída por uma dura repressão do Governo Regencial (RICCI, 2016; SOUZA, 2019).

O apagamento da memória Cabana foi feito com a reconstrução da cidade. A todo custo, e utilizando como mão de obra a população marginalizada, mudaram-se nomes de locais que eram importantes para a Cabanagem e criaram-se monumentos que destacavam Belém como uma cidade imperial. Como saldo da Revolta da Cabanagem mais de 30 mil mortos, que equivaliam a $\frac{1}{4}$ do total a população da Amazônia (RICCI, 2016). “O povo da Amazônia pagou um preço tão alto para pertencer ao Brasil que até hoje ainda não se recuperou do sacrifício” (SOUZA, 2019, p. 195).

3.3 Segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX: a riqueza da borracha... ou sobre a morte em vida nos seringais

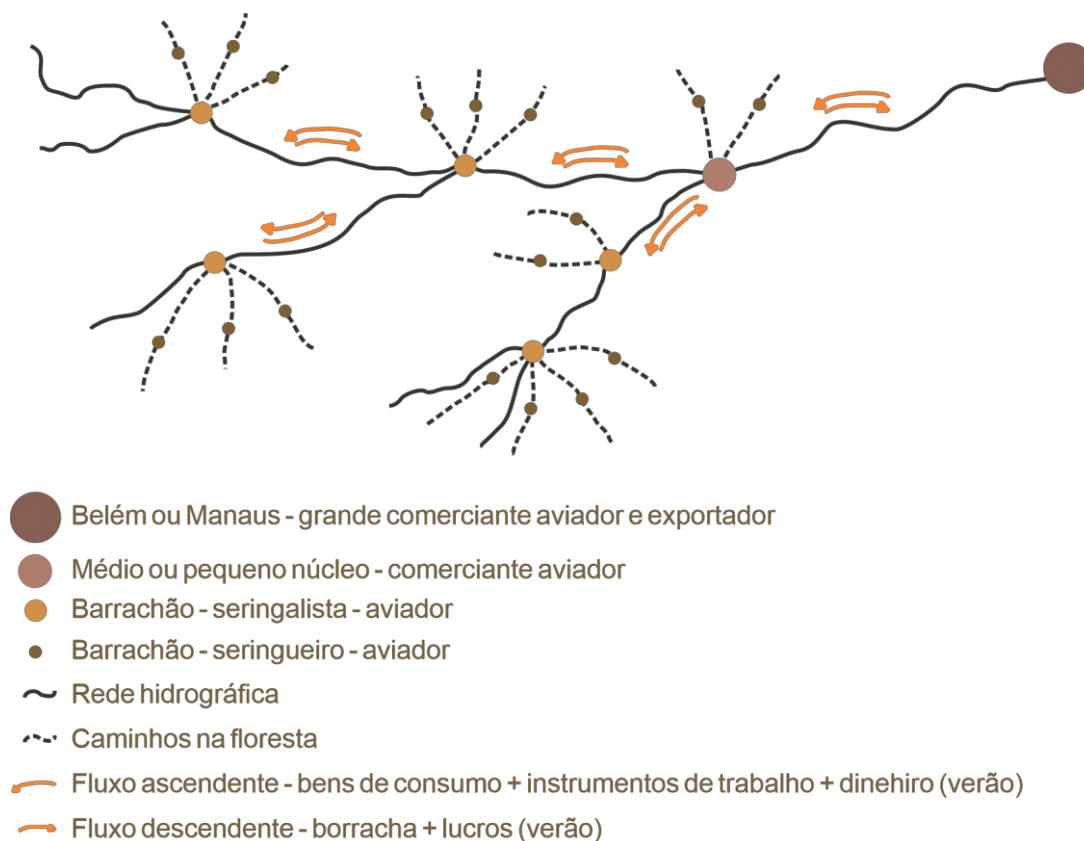
A partir de 1850 houve o aumento da demanda internacional por borracha devido ao uso crescente de pneumáticos nos automóveis. Em 1890 a Amazônia chegou a produzir 90% da produção mundial de borracha, com introdução de empresas estrangeiras de navegação para importação e mão de obra complementada pela intensa migração de nordestinos incentivada pelo estado. Nas margens dos rios surgiram novos núcleos urbanos e os antigos foram revigorados pela necessidade de centros de comércio ligados aos seringais. Houve políticas de remodelamento urbano aos moldes europeus para exemplificar o poder e o *status* da elite gomífera que prosperou em Belém e Manaus (CORRÊA, 1987).

Estima-se que entre 300 e 500 mil migrantes nordestinos vieram para a Amazônia entre 1860 e 1912. A migração foi induzida pelo estado pela ideia de terras livres destinadas a trabalhadores livres, como oportunidade de mudança de vida. As migrações foram apoiadas pelas elites político-econômicas locais que propagaram o discurso de inaptidão da população indígena e miscigenada para realização de trabalhos pesados. Assim, criou-se o discurso que foi e é muitas vezes reeditado em ciclos de colonização da região, de que a prosperidade de atividades econômicas precisa(va) de um desenvolvimento de base exógena, ou um des-envolvimento local (PORTO-GONÇALVES, 2008).

O período conhecido como *boom* da borracha (que durou entre 1850 e 1912 ou 1920 a depender dos autores) consolidou um modelo de dominação social e econômica que ficou conhecido como aviamento. Este que traduzia e moldava o próprio funcionamento da

rede urbana dendrítica³⁰ (ver figura 10) (CORRÊA, 1987; VICENTINI, 2004). O aviamento deste período consistiu em um sistema de crédito em que o seringueiro tinha suas dívidas de deslocamento e alimentação pagas pelos donos das casas aviadoras e já chegava ao seringal devendo ao patrão. Seu trabalho era utilizado como forma de pagamento de uma dívida sempre em andamento, uma cadeia de dependência. A dívida era a forma de prender o trabalhador à terra (VICENTINI, 2004; LOUREIRO, 2014; SARGES, 2010).

Figura 10: Croqui da rede dendrítica amazônica durante o ciclo da borracha.



Fonte: Corrêa (1998, p.65) *apud* Cardoso, Fernandes e Bastos (2015, p. 34).

O aviamento se estruturou durante o período da borracha da seguinte maneira: os seringueiros extraíam o látex na floresta e entregavam sua produção nos barracões, que consistiam em instalações próximas aos seringais. No barracão os seringueiros podiam ter acesso aos produtos de sobrevivência como alimentação e vestimenta, que eram contabilizadas dentro das dívidas já existentes. Do barracão a produção era levada até as casas aviadoras localizadas nas cidades centrais, com grande destaque para Belém e Manaus e de lá eram exportadas para seus destinos finais (LOUREIRO, 2014). Na ida os barcos levavam o látex, na volta os produtos para consumo, assim o sistema se viabilizava em um fluxo de mão dupla. Destaca-se que durante o período do auge da extração da

³⁰ A rede dendrítica forma-se a partir da capacidade de uma cidade de polarizar outras através de uma conexão fluvial. A cidade central (primaz) dentro da rede dendrítica exerce um papel de centralidade dentro da rede urbana (CORRÊA, 2012).

borracha, os seringueiros eram proibidos de praticar agricultura, de modo que se tornavam amplamente dependentes dos insumos contidos no barracão (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Além da dívida, que mantinha os trabalhadores presos a terra, os migrantes experimentaram, neste período, diversas outras formas de violência e exploração. As longas jornadas de trabalho somadas às doenças causavam exaustão e mortalidade. Os sonhos de liberdade e melhoria de vida foram substituídos pela imagem da Amazônia como um grande inferno verde (VICENTINI, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2008).

A exploração dos trabalhadores era o atraso que permitia a modernidade manifestar-se em Belém e Manaus, que desfrutavam de sistemas urbanos inexistentes na maioria das cidades do Brasil. A nova importância econômica regional proporcionou uma série de melhoramentos urbanos nas capitais regionais. Assim como, comprovadamente dinheiro dos seringais do Acre financiou a modernização do Rio de Janeiro, a então capital nacional (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Notou-se em Belém e Manaus um aumento demográfico e econômico, bem como maior interação destas cidades como núcleos, vilas e povoados. Houve também neste período o surgimento de novos núcleos urbanos como Rio Branco (atual capital do Acre) e Porto Velho (atual capital de Rondônia – originada a partir de uma *company town* implantada para apoiar a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, construída para escoamento da produção da borracha) e a revalorização de antigos núcleos como Santarém que ganharam grande destaque dentro da Amazônia Oriental. Na Amazônia Ocidental Manaus foi a cidade que mais ampliou sua influência, disputando com Belém a condição de capital regional (destaca-se que em 1852 houve a criação da província do Alto Amazonas, emancipada da província do Pará) (CORRÊA, 1987).

Apesar da disputa político-econômica entre Belém e Manaus, Belém ainda era considerada a grande centralidade regional em ambos os aspectos. Seu poder era demonstrado por sediar os principais bancos e firmas da região e pela capacidade de criar dependências e ligações com toda a região, a exemplo da borracha do Acre, principal produtor do país, que era destinada a Belém, e não a Manaus (CORRÊA, 1987).

A área de influência de Belém, mantida pelo sistema de aviação, continha diversas cidades e vilas e consolidava-se seu espaço periurbano estendido³¹ regional. Manifestações urbanas alcançavam localidades distintas por meio da venda de produtos manufaturados, e pela lógica de controle do tempo de trabalho e do trabalhador. Ao mesmo tempo, manifestações rurais dos produtos extraídos deslocavam-se rumo à cidade. Belém, “Pequena metrópole no contexto do mundo amazônico, constituía-se no ponto de articulação entre a hinterlândia amazônica e o mundo exterior.” (CORRÊA, 1987, p. 2012).

³¹ Cardoso (2021).

O sistema de aviação e a rede de exploração (humana e natural) consolidam cidades centrais, cidades intermediárias e áreas de exploração natural (VICENTINI, 2004). As cidades passaram a ser pontos de apoio (político, administrativo, religioso, de serviços) e poder perante áreas rurais de grandes extensões, que detinham a riqueza econômica (CARDOSO; LIMA, 2006). Por sua localização estratégica, importância política e econômica, Belém passou a comandar a rede urbana amazônica, descrita por Corrêa (1987) como dendrítica. Seu local de centralidade, ou de ponto de convergência, era demonstrado pela sua capacidade de aglomeração e criação de redes, vinculando seu espaço periurbano estendido³² como base logística de produção e exploração de recursos naturais e mão de obra.

A criação de lugares e funções a partir de demandas de espaços centrais é expressa na relação de Belém com seu espaço periurbano estendido³³. Como exemplo, houve neste espaço a criação de colônias agrícolas para abastecimento urbano. A ênfase na produção da borracha (produto não essencial) levou a insuficiência de produtos essenciais. Houve então a criação de políticas de incentivo agrícola em diversas partes da Amazônia. Como exemplo tem-se a colonização de terras realizada pelo governo do Pará ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança com migrantes nordestinos que produziam para abastecimento de Belém e entorno (CORRÊA, 1987; PORTO-GONÇALVES, 2008). Outras colônias no espaço periurbano de Belém foram criadas em locais que posteriormente se transformaram em sedes de municípios que integram a atual RMB, caso de Benevides, Ananindeua, Castanhal, e seu entorno como Igarapé—Açu e Capanema (CORRÊA, 1987). A colonização agrícola induzida diferiu das formas de assentamentos tradicionalmente ribeirinhos da região por estimular a ocupação na terra firme no entorno de estradas ou de ferrovias (CORRÊA, 1987).

O ciclo da borracha na região amazônica entrou em declínio nas primeiras décadas do século XX. A partir de 1920 a Ásia passou a dominar mundialmente a produção da borracha o que levou a queda do preço do produto na região e a uma crise nos seringais. Após o declínio desta atividade econômica alguns núcleos urbanos conseguiram dinamizar-se por desenvolverem atividades de comercialização como da castanha-do-pará e da juta. Marabá e cidades entre Santarém e Manaus mantiveram seu dinamismo e permaneceram destinando seus produtos para Belém para que em seguida abastecessem aos mercados nacionais e internacionais (CORRÊA, 1987).

Nas primeiras décadas do século XX houve falência de diversas casas aviadoras e o abandono dos seringais. Belém e Manaus se consolidaram como polos de migração da população que dependia desta atividade econômica (CORRÊA, 1987; VICENTINI, 2004).

³² Cardoso (2021).

³³ Idem.

Destaca-se, entretanto, que muitos seringueiros permaneceram na floresta após o abandono formal dos seringais (LOUREIRO, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2008). A agricultura, antes proibida nesses locais, passou a ser aceita, possibilitando aos seringueiros práticas de agroextrativismo e uma relativa melhora na qualidade de vida (PORTO-GONÇALVES, 2008). Além dos eventuais produtos que ainda eram extraídos para exportação, de modo geral, nota-se neste período que as atividades econômicas se voltam para o mercado interno (LOUREIRO, 2014).

Entre 1920 e 1950 algumas atividades econômicas implantadas na região são indícios de alteração no padrão de centralização (político e econômico) em Belém e Manaus. Entre 1928 e 1934 houve uma tentativa de Henry Ford de criação de novas áreas de produção de seringa a partir da construção da cidade de Fordlândia, situada no oeste do Estado do Pará, cerca de 1300 km de distância de Belém. Esta foi construída como uma cidade-fábrica no meio da floresta, distinguindo-se do entorno como um verdadeiro enclave. Fordlândia possuía infraestrutura urbana, telefonia, estação de rádio, campos de golfe, padrões de higiene. Junto com a cidade formal, nasceu a cidade informal, externa e necessária a manutenção da primeira, por constituir-se como local de exploração indireta (de mão de obra e da natureza) (VICENTINI, 2004).

Para o cultivo da seringa derrubou-se a floresta e criaram-se grandes áreas de monocultura, matando a diversidade natural. Havia uma estabelecida divisão do trabalho, que introduziu rígidas formas espaciais e outras determinações de temporalidades. Fez-se presente neste enclave a *era do urbano-industrial*³⁴. O tempo da natureza foi substituído pelo tempo em minutos, a remuneração em produtos pelo dinheiro. A vida e o trabalho passavam pelo controle e eram quantificados (VICENTINI, 2004).

Além de Fordlândia outras tentativas de produção de borracha ligada a empreendimentos internacionais deram-se em cidades como Anajás e Óbidos, ambas no Estado do Pará (CORRÊA, 1987). Fordlândia, entretanto, tornou-se um caso emblemático por situar-se como uma antecipação das cidades empresariais da década de 1980 na Amazônia (as chamadas *company towns*). Outra cidade empresarial criada na região foi a Serra do Navio, criada em 1950 no Estado do Amapá para atender a demanda da mineração (VICENTINI, 2004). Nestas cidades as determinações longe de passarem por Belém atendiam interesses de uma ordem distante³⁵, ligadas a empresas nacionais ou internacionais.

Outra política que deslocou a centralidade exercida por Belém e Manaus foi a criação em 1943 dos territórios federais do Amapá, do Rio Branco (atual Roraima) e do Guaporé (atual Rondônia). A criação destes territórios em áreas de fronteira ligou-os

³⁴ Lefebvre (1999).

³⁵ Lefebvre (2001).

diretamente aos interesses nacionais diminuindo o poder de influências das elites políticas e econômicas regionais. Nestes locais criaram-se novas funções e estruturas urbanas que diminuíram a dependências das antigas duas capitais regionais e futuramente vieram a consolidar capitais estaduais com seus próprios raios de influência (CORRÊA, 1987; PORTO-GONÇALVES, 2008). Fechando a primeira metade do século XX, entre 1942 e 1945 houve uma nova leva migratória para a Amazônia, dos chamados “soldados da borracha”. Estes foram atraídos para a região pela possibilidade de reinvestimento nos seringais devido à demanda externa motivada pela Segunda Guerra Mundial (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Apesar das citadas construções (como as cidades empresariais) e políticas (como a criação de territórios federais e incentivos à migração) vinculadas a ordens distantes do regional, em 1940 Belém ainda concentrava 43,13% da população urbana da Amazônia (CORRÊA, 1987, p. 223), com um espaço periurbano estendido³⁶ regional. Até a segunda metade do século XX muitos dos caminhos ainda levavam a Belém.

3.4 Um balanço de quatro séculos e meio e a chegada do grande ponto de inflexão na história da Amazônia

O final da segunda metade do século XX é tomado como um ponto de inflexão na história da Amazônia. Até então se observava um padrão de organização do espaço baseado nos elementos *rio-várzea-floresta* (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.79). O espaço da vida dava-se em torno do rio e suas possibilidades de deslocamento. Apesar da existência de formas de explorações múltiplas (humana e natural), a escala de intervenção no meio natural era bem menor em comparação ao que se iniciou após 1950. A relação dos habitantes com a natureza mantinha como regra padrões que incluíam os ciclos naturais (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Até 1950 as características de ocupação e de vida na região apresentam elementos da *era rura*³⁷. A maior parte das terras da Amazônia podia ser considerada como “de livre acesso” (maioria pública) e ocupadas na condição de posse. A terra era parte e condição de vida de muitos dos habitantes nativos³⁸. Estes ocupavam pequenas áreas em geral situadas

³⁶ Cardoso (2021).

³⁷ Lefebvre (1999).

³⁸ A categoria “nativo” é mutável ao longo do tempo. O estrangeiro ao adaptar-se, integrar-se à comunidade, reproduzir-se, cria novas categorias de nativos, tornando este termo vago. O nativo amazônida livre citado acima se refere ao camponês de modo geral, ora descendente de indígenas total ou parcialmente aculturados, ora descendentes indígenas ou africanos escravizados, ora descendente de migrantes de outras gerações, que se integraram à região como camponeses. Na maioria dos casos o nativo trata-se da mistura de todos estes grupos, popularmente chamado de caboclo, termo que não se adota neste trabalho por uma série de críticas passíveis (por ser

próximas aos rios, fonte de alimento e meio de circulação, e mantinham relação de dependência com a floresta que era manejada para abertura de roçados e extração e coleta, bem como servia de local para caça (LOUREIRO, 2014).

A condição de trabalho deste habitante nativo “livre” era artesanal, com predomínio do setor primário na economia regional. Utilizava-se para sobrevivência elementos naturais tanto para plantio e extração quanto para construção de habitações, barcos, ferramentas e insumos necessários à vida. Antes de 1950 havia pouca dependência de produtos industrializados em áreas do interior e em muitos casos a inexistência do dinheiro. As relações comerciais davam-se na base da troca e em sistemas de crédito, como o sistema aviamento. Havia uma baixa especialização do trabalho e o morador nativo era considerado um pescador-agricultor-extrator, produzindo para sua subsistência e para outros mercados regionais (LOUREIRO, 2014). O nativo podia ser considerado um produtor polivalente (PORTO-GONÇALVES, 2008).

A grande quantidade de terras livres somada ao saber social local dos nativos permitiu em muitos casos resistências frente às transformações e imposições internas e externas de modos de viver e trabalhar destes quatro séculos e meio. Durante a chegada portuguesa (e de outros países colonizadores na Amazônia) povos indígenas lutaram e fugiram. Utilizaram principalmente seu saber sobre a floresta a seu favor, criando possibilidades de adaptação e manutenção de suas formas de viver em outras localidades mais isoladas e de difícil acesso perante os colonizadores (SOUZA, 2019). De forma similar, estratégias de resistência e sobrevivência foram criadas por indígenas e pessoas negras escravizadas³⁹ levando em conta o conhecimento do território e da natureza. Assim, diversos modos de vida que não dependiam de economias mercantis ou monetizadas se espalharam pela Amazônia (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Para os seringueiros que permaneceram nos seringais após a passagem do *boom* da economia da borracha, as resistências vieram também por meio de adaptações, de aliar a produção para demanda externa, baseada na extração do látex, com articulações comunitárias de agroextrativismo familiar (PORTO-GONÇALVES, 2008). No espaço periurbano estendido⁴⁰ regional estes grupos conseguiam resistir na condição de livres. Quando se mudavam para as cidades indígenas, negros, camponeses e miscigenados eram vistos como um tipo “de classe inferior”, conforme apontado por Vicentini (2004).

considerado pejorativo em alguns casos), e por sua baixa auto identificação pelos próprios habitantes amazônidas.

³⁹ A resistência de pessoas negras escravizadas se deu em muitos casos através de fugas e criação de comunidades próprias, chamadas de quilombos. Destaca-se que a Cabanagem proclamou por um breve período a abolição da escravatura. Posteriormente, resquícios do movimento revolucionário fortaleceram movimentos pró-abolição na Província do Rio Negro, culminando em efetivação em 1884 (quatro anos antes do resto do Brasil) (SOUZA, 2019).

⁴⁰ Cardoso (2021).

Ao nativo livre que não habitava o ambiente urbano a relação entre a vida, trabalho e a natureza era unificada, dependia das necessidades imediatas e dos saberes acumulados. O acesso à natureza não passava por especializações, ou fragmentações (natureza como lazer / natureza como paisagem / natureza como encontro com a espiritualidade), mas sim integrava um todo, uma relação direta física e culturalmente (LOUREIRO, 2014). Todas estas características enquadram-se como manifestações locais da *era rural*⁴¹.

As condições de vida e trabalho são utilizadas por Loureiro (2014) como forma de distinção entre o nativo e o migrante. Antes de 1950 o nativo habitava no geral na beira dos cursos d'água. A água era o elemento que física e simbolicamente definia a região. A percepção do nativo era da natureza como espaço de abundância e as relações de trabalho mantinham-se mais ligadas à subsistência do que ao mercado, ainda que existissem relações de comércio e troca. Como síntese, o nativo existia imerso ao saber social coletivo e na possibilidade de ocupar terras livres e mantinha uma forte relação com o *complexo rio-mata-roça-quintal* (LOUREIRO, 2014, p. 22).

O rio era o espaço da pesca, do deslocamento, do lazer, do encontro. Nos quintais eram plantados temperos, frutas, verduras, legumes, plantas com propriedades medicinais. O espaço do quintal com vegetação espaçada permitia também a criação de animais. Próximo ao quintal o nativo plantava sua roça para a base de sua alimentação, com destaque para a mandioca. Na mata do entorno realizava-se o extrativismo e a caça. Todas estas atividades coexistiam, pois eram complementares (LOUREIRO, 2014).

O migrante de outras regiões, com destaque para os nordestinos, ao chegarem à região traziam consigo outros saberes acumulados, condizentes com suas realidades de origem e nem sempre compatíveis com a realidade regional. Seus trabalhos em muitos casos ligavam-se aos surtos de determinado produto para exportação, criando dependências das demandas externas. As formas de trabalho eram mais instáveis, sazonais e não necessariamente ligada à terra, ainda que a explorasse. A natureza em muitos casos passava de um lugar de abundância para um lugar de adversidade. O migrante não necessariamente mantinha relação com os rios, e, a partir de 1950 passa a estar fortemente ligado às estradas / rodovias abertas na região (LOUREIRO, 2014).

A vida do nativo não cidadão, habitante de terras livres, possuía outras características que expressavam a *era rural*⁴². Havia articulações de saberes sociais transmitidos através da família e da comunidade. A condição de dispersão, isolamento e mercado consumidor restrito, associada a uma ausência do estado fazia com que as

⁴¹ Lefebvre (1999).

⁴² Idem.

demandas do dia a dia se resolvessem de forma comunitária. Predominava, portanto a autossuficiência e a autonomia (LOUREIRO, 2014).

No padrão de ocupação pelo rio, moradores de comunidades dispersas dirigiam-se a cidades e vilas maiores para obter acesso a serviços e vender nas feiras e mercados seus produtos das áreas rurais (CARDOSO; LIMA, 2006). Em alguns casos as destinações finais desses produtos eram as capitais (do estado colonial e depois das províncias imperiais), que articulavam espaços periurbanos e rurais em escala regional. Belém e Manaus consolidaram-se até 1950 como os grandes entrepostos comerciais, locais de prestação de serviços especializados, centros de recebimento e de partida de pessoas e insumos.

A partir de 1950 interferências de outra magnitude e escala alteraram as composições sociais, econômicas e espaciais da região. O padrão de organização do espaço amazônico passa a ser guiado pela tríade *estrada-terra firme-subsolo* (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 79). Constroem-se modelos de viver, morar e explorar, identificados por Porto-Gonçalves (2019, p.33) como uma “industrialização da selva”. As novas perspectivas para a região criaram diversas formas de interação e exploração da natureza.

O saber local, que é diretamente associado com o modo de vida, sofre profundas modificações. A natureza e o trabalho tornam-se cada vez mais mercadorias (LOUREIRO, 2014) e reduz-se o envolvimento afetivo e identificação local dos habitantes com seus locais de origem (CARDOSO; LIMA, 2006). A lógica do capital comercial, antes dominante, é substituída aos poucos pelas lógicas dos capitais industrial e financeiro. O isolamento, a dispersão, a familiaridade, os pequenos monopólios, as relações de dependência e ao mesmo tempo de articulações são impactados por empreendimentos de grande porte com características monopolistas, de sociedades não familiares pautadas em relações de disputa e expropriação (PORTO-GONÇALVES, 2008). Depois da necessidade de colonizar e civilizar chegou o momento de des-envolver⁴³ (PORTO-GONÇAVES, 2019). Deu-se, então, a passagem para a *era do urbano-industrial*⁴⁴ na região.

3.5 Segunda metade do século XX: um sonho de desenvolvimento... ou sobre o ápice do *des-envolvimento* regional

Em 1950 o contexto internacional pós II Guerra Mundial era de retomada da expansão capitalista. As reestruturações no modo de produção levaram a novas formas de reedições coloniais, enxergando os ditos países de “terceiro mundo”/periféricos como

⁴³ Para o autor “[...] des-envolver significa tirar daqueles que são do lugar o poder de decidir sobre o seu destino. Significa, enfim, deslocar. E esse des-envolvimento terá que vir de fora, de algum agente externo civilizador, já que essas populações não se mostraram capazes de sair do estado de natureza e/ou do atraso” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 21).

⁴⁴ Lefebvre (1999).

elementos híbridos, locais de uma industrialização incompleta guiada pela demanda internacional e, ao mesmo tempo, zonas de exploração dos recursos naturais (CORRÊA, 1987). Transferiram-se para os países periféricos atividades que demandavam grande gasto de energia e produziam devastações ambientais e sociais. Criaram-se sistemas sociais excludentes no qual o ideal de desenvolvimento trazia consigo a dependência (LOUREIRO, 2014).

Dentro do Brasil este movimento híbrido (industrializar e explorar) expressou-se a partir da industrialização do Sudeste *pari passu* à incorporação do Centro Oeste e do Norte como locais de fronteira de expansão do capital. A noção de fronteira denota o avanço contínuo frente ao que não está plenamente explorado. Na Amazônia abriram-se muitas frentes de fronteira como a possibilidade de indução de fluxos migratórios como tentativa de resolução de conflitos oriundos outros locais do país. A constituição da fronteira expressou-se também na possibilidade de acesso a grandes parcelas de terra baratas e principalmente na potencialidade de exploração da natureza em todas as suas dimensões incluindo a humana (CORRÊA, 1987).

Os fluxos migratórios induzidos apoiaram-se em discursos oficiais que propagaram a integração nacional e a ocupação de áreas de vazios demográficos. Na prática a migração buscou a criação de mercado consumidor local e o redirecionamento da população rural principalmente das regiões Sul e Nordeste. Procurou-se também aumentar a disponibilidade de mão de obra para trabalhos assalariados temporários na região, demandados pela instalação de diversos tipos de empreendimentos (CORRÊA, 1987; LOUREIRO, 2014).

O Estado foi diretamente responsável pela provisão de infraestruturas, criação de órgãos e política (ver quadros 5 e 6) para viabilizar empreendimentos nacionais e internacionais. O governo ditatorial brasileiro justificava que era necessário melhorar a infraestrutura e promover a abertura de capitais (investimentos) como forma de superação do “atraso econômico” regional. Assim, integração, ocupação e exploração foram vinculadas como ideais de modernidade. O discurso que apontava a necessidade de mudanças ocultava os reais beneficiados, ou como se diz popularmente, quem pagou o preço do progresso, e quem de fato ganhou com ele (LOUREIRO, 2014).

Quadro 5: Principais órgão e políticas criadas na Amazônia Legal durante as décadas de 1950 a 1970.

1953	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
1966	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) • Criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus
1967	<ul style="list-style-type: none"> • Extinção do Banco de Crédito da Amazônia (fornecia microcrédito a produtores locais) • Criação da Zona Franca de Manaus (distrito industrial)
1968	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia
1969	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM)
1970	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Projeto Radar da Amazônia (Radam) • Criação do Programa de Integração Nacional • Criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
1975	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição de Plano de Desenvolvimento para Amazônia Legal que criou polos de desenvolvimento e incentivou o rodoviarismo

Fonte: elaborado pela autora.

A integração da Amazônia ao resto do país via estradas teve alguns objetivos como criar acessibilidade para implantação de empreendimentos, facilitar o escoamento das matérias primas extraídas, ampliar o mercado consumidor nacional, apostar nos empreendimentos como possibilidades de pagamentos da dívida externa e ocupar como forma de garantir a segurança nacional (LOUREIRO, 2014; VICENTINI, 2004). Algumas das estradas / rodovias abertas entre as décadas de 1950 e 1970 foram listadas no quadro 6.

Quadro 6: Principais rodovias construídas na Amazônia entre as décadas de 1950 e 1970.

1959	<ul style="list-style-type: none"> • Inauguração parcial da BR 010: Rodovia Belém-Brasília
1960	<ul style="list-style-type: none"> • Inauguração parcial da BR 364: ligação entre o extremo norte e o sudeste
1972	<ul style="list-style-type: none"> • Inauguração parcial da BR 230: Rodovia Transamazônica
1976	<ul style="list-style-type: none"> • Inauguração parcial da Inauguração da BR 163: Rodovia Cuiabá Santarém

Fonte: elaborado pela autora.

Construíram-se estradas, portos, aeroportos, sistemas de comunicação e viabilizaram-se empreendimentos como hidrelétricas (pensadas como suporte a outros empreendimentos como os de mineração), atividades de mineração, fabricação de celulose, empresas madeireiras e agropecuárias. Destinou-se a terra para instalação de latifúndios e projetos de colonização, com destaque para os implantados ao longo da Rodovia Transamazônica (CORRÊA, 1987; PORTO-GONÇALVES, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2019).

As estratégias federais para a região no período ditatorial podem ser resumidas em alguns pontos. Houve a criação de redes: de acessibilidade rodoviária, de telecomunicações, urbana, hidroelétrica. Efetivou-se também a centralidade de poder à União com transferência de terras às margens das rodovias federais, a criação de polos regionais de desenvolvimento, a criação de territórios federais e subsídios a grandes projetos e à migração induzida (BECKER, 1990).

Houve na região a consolidação da fronteira, constituindo-se um espaço-tempo diferenciado, mais acelerado que o entorno devido às intensas transformações (BECKER, 1990; VICENTINI, 2004). A fronteira se constituiu na Amazônia a partir do controle dos recursos naturais e humanos, e teve os núcleos urbanos como base logística (BECKER, 2013).

No primeiro momento a fronteira pôde ser percebida a partir das induções migratórias, do incentivo agropecuário e mineral (BECKER, 1990; PORTO-GONÇALVES, 2008). Instalou-se pautada na noção de monopólio da terra, ora produtivo, ora especulativo, com desdobramentos tanto no campo, quanto na cidade, interligando cada vez mais funções rurais e urbanas (BECKER, 1990). No final do século XX tomou-se a Amazônia e o Centro Oeste como fronteiras agrícolas de cultivo de grão para exportação (PORTO-GONÇALVES, 2008). Na Amazônia passou-se a verificar também o que Becker (1990) chama de fronteira tecno(ecol)ógica, que pauta os diferentes conflitos de interesse da questão ecológica e ao mesmo tempo introduz a necessidade de apropriação da riqueza biológica a partir de parâmetros técnicos e científicos (novamente por interesses externos).

Dentre as fronteiras múltiplas inclui-se também a fronteira urbana, viabilizada por induções e transformações seculares, mas que na segunda metade do século XX manifestou-se através de índices expressivos de urbanização (BECKER, 1990; BECKER, 2013). A Amazônia possuiu as maiores taxas de crescimento urbano do Brasil entre 1970 e 2000 (BECKER, 2013, p. 33). Isto se deu em grande medida pelos movimentos migratórios nacionais ligados a ideia da região como local de trabalho e terra disponíveis e por migração intraregional do tipo rural-urbana, ocasionada por conflitos de terra (BECKER, 1990).

Configurou-se na segunda metade do século XX um novo período na rede urbana Amazônica. Os assentamentos tradicionalmente ligados ao rio perdem importância ou são

reincorporados regionalmente a partir de sua ligação com outros assentamentos por meio rodoviário. O antigo e o novo passam a conviver, criando mosaicos e fragmentos que ora se conectam e ora se excluem. Passou a haver uma coexistência fragmentada entre as *eras rural e do urbano-industrial*⁴⁵. Surgem novos tipos de cidades, novas funções urbanas e novas paisagens. Há uma reconfiguração de centralidades:

[...] a localização do “centro”, em áreas de “terra-firme”, em detrimento da “beira”, em um terraço ou várzea alta, junto a um rio navegável, constituem mudanças que significam, simultaneamente, a valorização de outro sítio e a ruptura do padrão espacial dendrítico da rede urbana (CORRÊA, 1987, p. 231).

As rodovias reconfiguraram as centralidades regionais, quebraram o padrão dendrítico, e complexificaram os fluxos de deslocamentos. Houve a integração da região ao restante do país, ainda que de modo incompleto. Alguns centros urbanos foram criados e passam a exercer influência em seu entorno, descolando a centralidade de Belém e Manaus. Outros antigos centros que se ligavam a atividades ribeirinhas como Santarém (PA), Marabá (PA) e Altamira (PA) ganharam novas funções e empreendimentos, polarizando suas áreas do entorno, ligando-se diretamente a centros de outras regiões do país e tornando-se menos dependentes da capital estadual, que é Belém (CORRÊA, 1987). Com estas mudanças houve alterações no espaço-tempo regional como um todo. Os deslocamentos fluviais que demoravam dias e meses passaram a ser feitos por meio rodoviário e aéreo em horas e minutos. Os avanços na comunicação permitiram interações em segundos (BECKER, 1990).

O espaço-tempo regional fragmentou-se entre o tempo da vida local e o tempo ditado pelo global, entre as demandas internas e as internacionais. O tempo passou a conter parâmetros de competitividade e de lucro, o que produziu desconexões internas. Houve a subordinação do espaço e de tudo que este contém para um tempo artificial e abstrato, o tempo do capital, que é concomitantemente o tempo do colapso desigualmente distribuído. O colapso ambiental, por exemplo, é desigual, porque não atinge a todos do mesmo modo, se distingue em classe, gênero, povo. Assim, o relógio da transformação rápida, o mesmo que conta o tempo da rentabilidade, gira os ponteiros da violência, da devastação e da injustiça ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2019). A fronteira urbana promoveu maior divisão social e técnica do trabalho. O urbano moderno passou a ser visto como a construção em terra firme. O rio tornou-se dentro da realidade urbana paisagem e esgoto. O trabalho vinculado à ideia de modernidade passou a ser rigidamente controlado e destinado

⁴⁵ Lefebvre (1999).

ao objetivo de suprir necessidades criadas/artificiais (VICENTINI, 2004), necessidades próprias da *era do urbano-industrial*⁴⁶.

Rápidas transformações puderam ser vistas de forma concreta no expressivo aumento da urbanização regional. As capitais estaduais passaram a receber muitos migrantes afetados por mudanças e/ou conflitos no campo e trabalhadores atraídos pelas possibilidades urbanas. Belém se consolidou como metrópole de maior influência na parte Oriental da Amazônia e Manaus assume primazia da parte Ocidental, com maior destaque regional que Belém, devido à criação de sua Zona Franca (industrial). As ligações rodoviárias da Amazônia Ocidental com o Sudeste brasileiro, sem passar por Belém, somadas a múltiplos enclaves em que o poder vinha de centros nacionais e internacionais, não passando mais pelas elites políticas e econômicas locais (CORRÊA, 1987), diminuíram consideravelmente a influência regional de Belém, deslocando o poder de ordens próximas para ordens distantes⁴⁷. Loureiro (2014) destaca como a abertura de estradas e a chegada de produtos industriais de outros locais desarticulou a produção local e criou múltiplas dependências.

Assim como já enunciado em Fordlândia décadas antes, alguns outros modelos de cidades empresariais, as chamadas *company towns*, foram criadas na região aliadas a empreendimentos. Nessas cidades destaca-se o contraste em relação ao que as cercam que diferem espacial e temporalmente. Diferente do entorno normalmente constituído como assentamento espontâneo, as cidades foram planejadas para possuírem lógicas de controle de acesso e interno. Estas cidades destacam-se pela qualidade dos serviços e pela facilidade de acesso a tecnologias de comunicação (símbolo da modernidade) (CORRÊA, 1987).

As *company towns* não dependem da centralidade de cidades tradicionalmente importantes na região porque foram concebidas ligadas às empresas e empreendimentos comandados a distância (CORRÊA, 1987; PORTO-GONÇALVES, 2008). Alguns exemplos que podem ser listados são: Porto de Trombetas (PA) (mineração), Jacundá (RO) (mineração), Vila de Tucuruí (PA) (hidrelétrica), Monte Dourado (PA) (empresa de celulose), Vila dos Cabanos (PA) (mineração), Núcleo Urbano de Carajás (PA) (mineração). Vicentini (2004) e Loureiro (2014) destacam que o Projeto Carajás é emblemático porque mobilizou a criação de cidades, ferrovia, porto, hidrovias e hidrelétrica. A construção destas diversas *company towns* provocou a passagem do controle territorial, político e econômico de Belém (ordem próxima) para empresas vinculadas a ordens distantes. Consistiu, portanto, em um dos exemplos do esfacelamento da antiga hinterlândia de Belém a partir da introdução de

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Lefebvre (2001).

novas tipologias, diretamente vinculadas a atividades econômicas que chegaram à região modificando antigas práticas socioespaciais.

A mineração, por exemplo, causou e causa impactos de proporções antes nunca vistas. Além da construção de cidades empresariais, impulsionaram o rápido surgimento de assentamentos espontâneos. Migrantes foram atraídos pela possibilidade de mão de obra em quantidade, que diminuíram consideravelmente após a implantação dos empreendimentos, deixando bolsões de pobreza. Porções consideráveis de terras foram removidas abrindo crateras. Depósitos de rejeitos foram feitos em rios e lagos, prejudicando comunidades por quilômetros de extensão. Além dos grandes empreendimentos de extração de minérios, os garimpos também criam danos significativos, quer seja em balsas, quer seja em terra. Estes passam também a desempenhar outra função regional ligada ao narcotráfico. “O ouro limpa o dinheiro sujo da droga” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 49). A articulação entre estas duas atividades é apenas um exemplo de como há uma forte conexão entre atividades e práticas legais e ilegais na região (PORTO-GONÇALVES, 2008).

As consequências destas diversas e rápidas transformações para as populações que habitavam a Amazônia são a violência (institucional e entre grupos de interesses diversos), o desamparo político, a expulsão das famílias de seus locais de origem. Na questão ambiental percebe-se o aumento significativo e preocupante do desmatamento, queimadas, poluição, lixiviação, erosão, proliferação de pragas e contaminações diversas. No âmbito fundiário, em muitos casos há expulsão de posseiros e aumento da concentração fundiária com a legitimidade do Estado. A retirada da terra do habitante nativo é o desenvolvimento da relação entre ser humano e natureza, é a ruptura permanente que muda a condição dos grupos sociais, suas práticas culturais e fragmenta e elimina a memória coletiva. As populações entendidas como “tradicionais” foram em muitos casos transformadas em trabalhadores assalariados e passaram a viver condições de precariedade e pobreza urbana. A rápida urbanização não foi acompanhada do provimento de infraestrutura. A expropriação da terra e da condição “de ser” não vem, entretanto, sem resistências. Surgem, então, diversos conflitos (LOUREIRO, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2008).

Os conflitos envolvem variados segmentos: indígenas, comunidades remanescentes de quilombo, ribeirinhos, camponeses no geral *versus* grandes empreendimentos; colonos *versus* grupos indígenas; camponeses e sem terras *versus* latifundiários. Em muitos casos houve demarcação de terra sobre comunidades instaladas há séculos, mas que por não possuem suas posses individuais ou coletivas atestadas em

papel⁴⁸, não tiveram seu direito de permanência garantido. A terra que antes era o elemento principal de vida virou motivo e causa de muitas mortes (LOUREIRO, 2014). Os conflitos mostraram, afinal, que a região não era um vazio demográfico (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Ciclos de exploração regional sobrepuseram-se uns aos outros. À agricultura somou-se a exploração mineral e a pecuária. Em cada momento de exploração afirmou-se que se tratava de uma vocação regional. As atividades que chegaram não se articularam com as antigas, mas as inviabilizaram. O nativo tornou-se migrante em sua própria terra (LOUREIRO, 2014).

Destaca-se a dificuldade inicial de reações organizadas dos grupos atingidos, pois apesar de viverem sob as mesmas condições (ex.: pescadores, agricultores, seringueiros, castanheiros e colonos), nem sempre se identificavam como grupo / classe, não atuando enquanto movimento organizado. A organização comunitária, no geral, atuava na resolução de demandas imediatas ou em articulações culturais e religiosas como festividades. O isolamento, antes integrante do modo de vida, cedeu lugar à exclusão (LOUREIRO, 2014).

Apesar das dificuldades, as resistências acontecem de várias maneiras. No âmbito familiar, por exemplo, resistir significou manter seus vínculos com a terra e repassar sua memória coletiva e seus saberes sociais às próximas gerações. A continuidade da posse em contexto adverso foi e é em si um ato de resistência. No âmbito coletivo organizaram-se grupos que buscaram combater abusos e violências da parte do Estado e de entes privados e defender seu direito de viver de acordo com suas resoluções prévias. Apesar de cada grupo ter demandas específicas, em muitos casos os interesses convergentes garantiram a união em prol de reivindicações conjuntas, agregando também intelectuais, ativistas e integrantes de entidades religiosas, fortalecendo o movimento (LOUREIRO, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2008).

A resistência sobressai-se à individualidade e torna-se ação coletiva (LOUREIRO, 2014). Citam-se como exemplos na segunda metade do século XX as Comissões Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Aliança dos Povos da Floresta, a Central Única dos Trabalhadores e partidos de esquerda. Somando-se a estes grupos, outros diversos vieram em defesa da Amazônia, cada um com seus interesses específicos. Houve pressão de redução dos danos socioambientais por parte de governos internacionais, de bancos, organismos multilaterais e diversas organizações não governamentais (BECKER, 1990). Destacou-se também o papel da imprensa independente que buscou e busca denunciar atos de violência, com destaque para as possibilidades mais recentes de

⁴⁸ Ressalta-se aqui a dificuldade jurídica brasileira de reconhecimento e demarcação de diversos tipos de posse coletiva, muito presentes na região amazônica, conforme tratado em Barreto (2019).

comunicação midiática a partir dos próprios grupos que ganham voz em coletivos independentes (PORTO-GONÇALVES, 2008) e redes sociais.

A resistência deu-se principalmente pelo surgimento e reivindicação de identidades coletivas, que passaram a integrar uma aliança “dos que vem de baixo” (assemelhando-se segundo Porto-Gonçalves a uma reedição da Cabanagem). Grupos como indígenas, quilombolas, negros, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, castanheiros, camponeses, mulheres quebradeiras de coco, atingidos (como os atingidos por barragens) e deslocados passam a se reconhecer, reivindicar e protagonizar suas próprias pautas. Em muitos casos o que se notou no final do século XX foi a demanda por um direito plural no qual a terra e a natureza passaram a ser vistas como questões de vida (PORTO-GONÇALVES, 2008).

As resistências advieram também da tomada da consciência dos reais significados do progresso para a região, aprendeu-se na pele que em vez de melhoria na qualidade de vida, os grandes empreendimentos trouxeram devastação ambiental, conflitos no campo, subempregos e trabalho escravo. A modernidade se construiu a partir da escravidão. Ao lado de máquinas “de ponta”, a pobreza. Em nome da segurança legitimou-se a violência, em busca do desenvolvimento o lucro de poucos (LOUREIRO, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2008). A tomada de consciência deu-se principalmente na verificação que o Estado foi o principal promotor de conflitos no campo na Amazônia por conferir legitimidade da apropriação de bens coletivos como privados (LOUREIRO, 2014).

A resistência de diversos movimentos locais encontra na discussão ambiental uma base de argumentação. Há o fortalecimento do discurso que a proteção do bioma passa pela capacidade de reconhecimento de diferentes povos e modos de vida da região, bem como na manutenção da floresta em pé. Resistir neste aspecto assemelha-se ao reconhecimento da existência, uma oposição ao não existir ou não ser visto. Resistir passa pela capacidade de manutenção de uma memória coletiva, de como diferentes grupos podem conviver e se expressar em seus ambientes, passa, portanto, também por/pela resistência cultural (VICENTINI, 2004). Nota-se que ao mesmo tempo em que houve modificações espaciais e econômicas no espaço periurbano, houve também como reação às transformações rápidas e bruscas, que caracterizam a região como local de fronteiras múltiplas, uma politização de diversos grupos.

3.6 Início do século XXI: agora somos tecnológicos e sustentáveis... somos o futuro?

Na Amazônia do século XXI perpetuam-se as intensas transformações ocorridas no século anterior. Segue o avanço do agronegócio e da pecuária extensiva. O agro diz ser pop., tec. e tudo. Tudo que devasta e mata. Permanecem índices expressivos de violência

no campo por conflitos de terra com assassinatos de lideranças indígenas e camponesas. A exploração madeireira promove índices alarmantes de desmatamento e queimadas. Segue a construção de empreendimentos com graves impactos sociais e ambientais a exemplo da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, que conforme apontado por Porto-Gonçalves (2019) tinha como objetivo oculto a exploração mineral.

Muitas são as palavras associadas à Amazônia do século XXI: sustentabilidade, biodiversidade, biotecnologia, diversidade cultural. O debate que inclui todos estes temas constitui a abertura de uma nova fronteira de exploração regional, chamada por Becker (1990) de eco(tec)ológica. Pauta-se que seria possível pensar uma “economia do conhecimento da natureza” (BECKER, 2013; ABRAMOVAY, 2019), em oposição à “economia de destruição da natureza” (ABRAMOVAY, 2019). O discurso por um lado parece assemelhar-se a demandas “dos que vem de baixo” quando aponta que a riqueza (econômica e social) da região está na floresta em pé, pois sua manutenção consiste em benefícios socioambientais e possibilita a criação de cadeias produtivas diferentes de atividades predatórias como o cultivo da soja, criação de gado em latifúndios, monocultura, desmatamento ilegal (ABRAMOVAY, 2019). Entretanto, todo cuidado é pouco quando se trata de inserir a Amazônia na mercantilização de seus serviços e funções ecossistêmicas, ou de salvar a floresta por meio da difusão generalizado do acesso à tecnologia (como na proposta da Amazônia 4.0).

Autores e cientistas que defendem esta mercantilização apontam que as florestas da bacia Amazônica desempenham serviços ecossistêmicos ligados ao ciclo hidrológico, ao armazenamento de carbono, à regulação do clima local, entre outros (ABRAMOVAY, 2019; BECKER, 2013). A manutenção da floresta em pé cria cadeias produtivas próprias que podem incluir assistência técnica, monitoramento, associação entre comunidades tradicionais e outros tipos de assentamentos e produtores rurais, incluindo os de produção industrial (ABRAMOVAY, 2019).

Deste modo, a floresta não seria mais vista como área intocável, de preservação enquanto fauna e flora. A biodiversidade seria aliada à tecnologia e à ciência para fortalecimento das comunidades tradicionais possibilitando a criação de alimentos, produtos, medicamentos, e intermediando tecnologias sociais que possibilitariam articulações como o turismo de base comunitária, entre outras iniciativas de cultura criativa (ABRAMOVAY, 2019; BECKER, 2013). Becker (1990) aponta que alternativas de desenvolvimento poderiam partir de uma aliança entre uma economia de fortalecimento social junto com a gestão da natureza. A autora aponta, ainda, que há possibilidades de inovação na conciliação de comunidades locais e seus saberes com a tecnologia. São necessárias estratégias produtivas que atribuam valor na floresta em pé, que consigam frear o desmatamento, mas, ao mesmo tempo, superar o que a autora aponta como falso dilema entre desenvolvimento

e conservação (BECKER, 2013). Para Becker (2013, p.60) “Produzir para conservar torna-se a meta de um novo padrão de desenvolvimento. E as cidades são condições-chave para viabilizá-las”. Para a autora na relação produtiva cidade-campo as cidades entrariam como locais de inovação, que agregariam valor aos produtos do campo através da consorciação com a ciência e a tecnologia.

O cuidado que se deve tomar com este tipo de discurso presente em Abramovay (2019) e Becker (1990 e 2013) é de mais uma vez não se deixar convencer que a região precisa de agentes externos (modernos, tecnológicos e agora ... sustentáveis!) para que ela possa sair de sua condição de exploração, pobreza e/ou dependência. Não se deve deixar convencer também que as comunidades locais devem ser preservadas por sua possibilidade de mercantilização de seus serviços ecossistêmicos (que muitas vezes disfarçam outras formas de explorações), e não somente porque existem e têm o direito de existir.

Na literatura apresentam-se algumas outras considerações de caminhos para um futuro regional menos devastador. Loureiro (2014) aponta possibilidades: a transformação dos recursos naturais em produtos elaborados, para que não haja apenas a exportação de produtos “brutos”; o incentivo à produção agroextrativista com culturas consorciadas para diminuição da dependência dos tempos das safras; a distribuição de incentivo aos pequenos produtores; o investimento em pesquisa locais para que a produção industrial não seja de montagem a exemplo da Zona Franca de Manaus, ou apenas subsidiária de interesses externos. Para a autora é necessário visualizar que o valor de PIB não é o valor da economia das vidas reais. É preciso assumir a multiculturalidade como ponto de partida para pensar qualquer política pública e livrar-se da ideia da necessidade de um agente externo salvador (LOUREIRO, 2014).

Porto-Gonçalves (2008) aponta algo semelhante. Para ele é necessário superar a valorização seletiva dos elementos da natureza, as visões fragmentadas que separaram cada parcela a ser explorada. Nessas visões o minerador só vê o subsolo, o pecuarista o solo e a floresta a ser derrubada, e assim por diante. Há a necessidade de visões plurais que eliminem ideias que vinculem a Amazônia ao atraso, reserva de recursos, ou futuro salvacionista, mas incluam seus diversos grupos como portadores de saberes múltiplos que devem ser escutados.

Costa (2012 b,c) demonstra a necessidade de entender as trajetórias de ocupação dos territórios (modos de produção socioespaciais), e aponta como as trajetórias campesinas são menos predatórias diante das trajetórias patronais, e portanto, efetivas na aplicação de múltiplas sustentabilidades. O autor defende que as trajetórias campesinas promovem economias mais socialmente inclusivas e menos ambientalmente degradantes, com destaque para trajetórias com sistemas que convergem para a produção agro-florestal.

No extremo oposto da comparação, o sistema de pecuária que utiliza o corte da floresta apresenta-se como o mais agressivo.

É inegável que este é o desafio do século XXI, a pergunta de ouro para a região, a resposta que se oculta no campo cego⁴⁹. Como promover organizações sociais, espaciais e econômicas compatíveis com as realidades locais, menos predatórias, menos impactantes, mais coerentes com as tantas histórias e camadas de acúmulo regional, mais equitativas com as pessoas que aqui vivem?

Longe de ter uma resposta pronta, encontra-se no âmbito mundial grande fragmentação no discurso de como isto poderia ser alcançado. Ainda se vê muita ênfase na posição geoestratégica da Amazônia dentro do planeta, que considerada mais a escala regional (não urbano) que a local. Foca-se no potencial hídrico, mineral e da biodiversidade, reforçando a fronteira do capital natural (AMIN, 2015). Outro ponto que se destaca no debate internacional é o potencial da região de conter respostas às crises energéticas, climáticas e econômicas (BECKER, 2013). Há, mais do que nunca, pressões internacionais pelo fim do desmatamento e das queimadas, e debates da inserção local no mercado de carbono (ver figura 11).

⁴⁹ Lefebvre (1999).

Figura 11: Manchetes que evidenciam temas de preocupação internacional ligados à Amazônia.



Fonte: elaborado pela autora a partir de manchetes disponíveis em: <https://istoe.com.br/devastada-a-amazonia-vai-sufocar-o-mundo/>; <https://noticias.uol.com.br/columnas/democracia-e-diplomacia/2022/01/12/como-a-cop26-se-relaciona-com-a-geopolitica-da-amazonia.htm>; <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/desmatamento-na-amazonia-em-2021-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/>; <https://projecolabora.com.br/ods3/desmatamento-impulsiona-malaria-na-amazonia/>; <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/projetos-favor-do-garimpo-avancam-nos-estados-da-amazonia-25355609>; <https://exame.com/bussola/desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia-depender-do-saber-das-comunidades/>. Acesso em: 31 de jan. de 2022.

A utilização da cultura local como mercadoria é outra linha tênue no século XXI. De um lado a valorização cultural permite a criação de circuitos que beneficiam comunidades locais, possibilitando re-elaborações e re-existências múltiplas, festas e festivais se perpetuam e se reinventam, mantêm-se diversas expressões de “saber fazer”, a exemplo de pratos típicos que carregam heranças ancestrais (SOUZA, 2019). Por outro, a cultura torna-se uma verdadeira fronteira de apropriação, paisagens, música, culinária, modo de ser e viver são vendidos como imagens. Eliminam-se do processo cultural em muitos casos suas fontes e seus produtores locais portadores de memórias coletivas.

O século XXI torna-se o espaço-tempo do encontro entre novos e velhos paradigmas. Há quem busque a legitimidade da destruição / devastação; há quem defenda modelos econômicos que mantenham a floresta em pé; há quem venda a ideia da

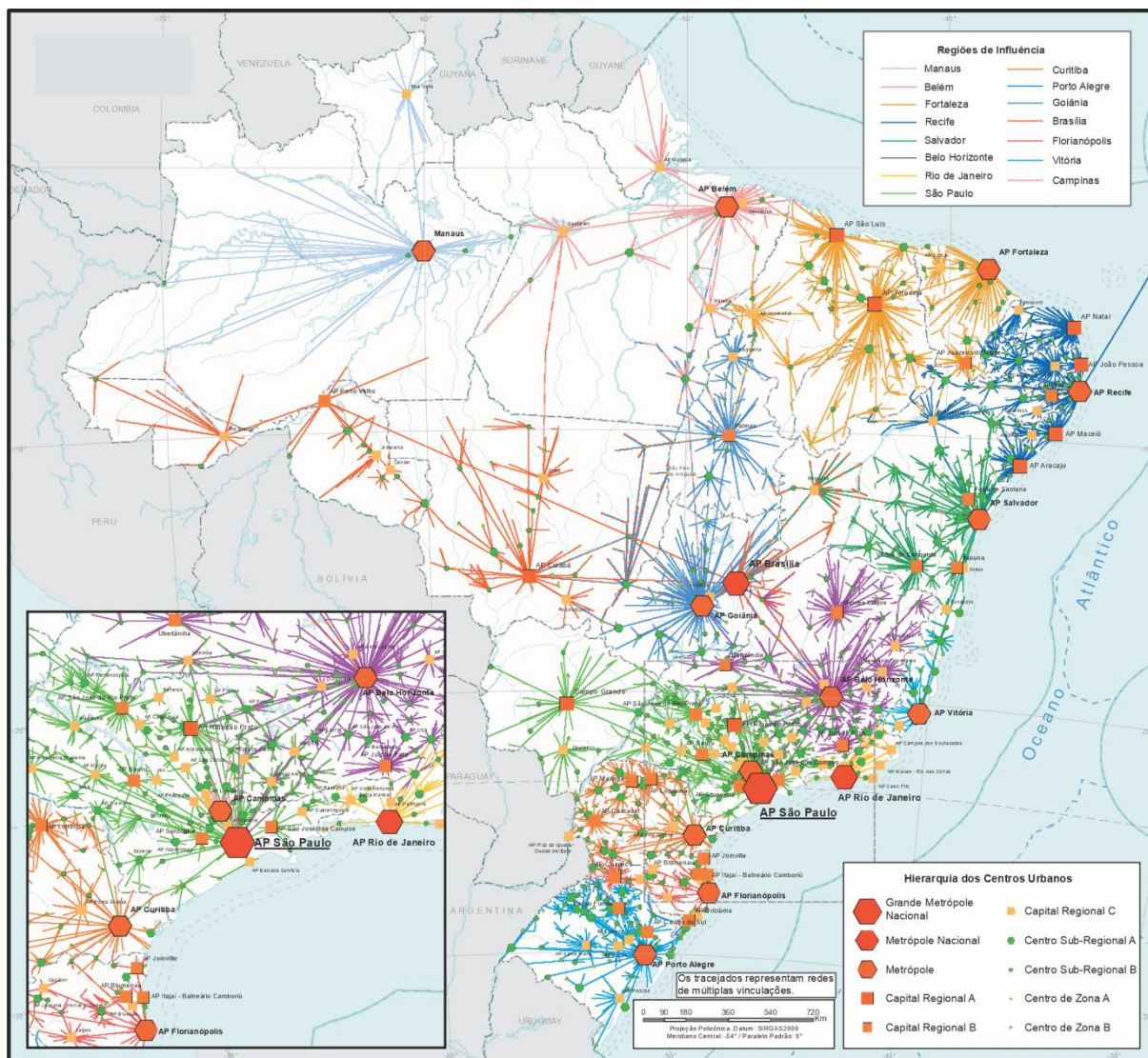
possibilidade de um capitalismo verde; há quem queira a união entre o capital financeiro, a biotecnologia e a engenharia genética; há quem lute pela vida e pela terra; há quem diga que não há defesa da floresta sem defender quem mora nela; há quem enxergue as cidades; há quem as omita do projeto de futuro (PORTO-GONÇALVES, 2019).

As múltiplas coexistências (de posicionamentos, de possibilidades de futuro, de espaços e tempos) expressam-se de modo intenso nos espaços periurbanos das cidades amazônicas. No caso do espaço periurbano de Belém, esse se torna mosaico por agregar tanto áreas de influência da cidade vinculadas à rede dendrítica (escala regional), quanto municípios da região metropolitana e seu entorno (escala local). Considera-se que Belém articula coexistências da *era rural* (lógica ribeirinha – mercantil) e da *era do urbano-industrial* (lógica da industrialização, atuação do grande capital, processos metropolitanos similares a outras regiões).

As transformações da segunda metade do século XX reposicionaram Belém dentro da rede urbana amazônica. Como já citado anteriormente, Belém consolidou-se como metrópole da Amazônia Oriental, o que é confirmado através dos dados das Regiões de Influência das Cidades (REGIC)⁵⁰ (ver figuras 12 e 13). Se por um lado parece haver um processo de desmetropolização da RMB com o fortalecimento de cidades médias como Santarém e Marabá, por outro se confirma o vínculo destas cidades com Belém e sua região metropolitana. Belém consolida-se como cidade provedora de comércio e serviços (com destaque para educação e saúde), ainda que com menor influência regional que no passado, e como ponto de mediação da exportação de *commodities*, recebendo investimentos oriundos do capital excedente dos empreendimentos industriais e agropecuários dentro de sua região de influência (CARDOSO; FERNANDES; BASTOS, 2015; TRINDADE JÚNIOR, 2016).

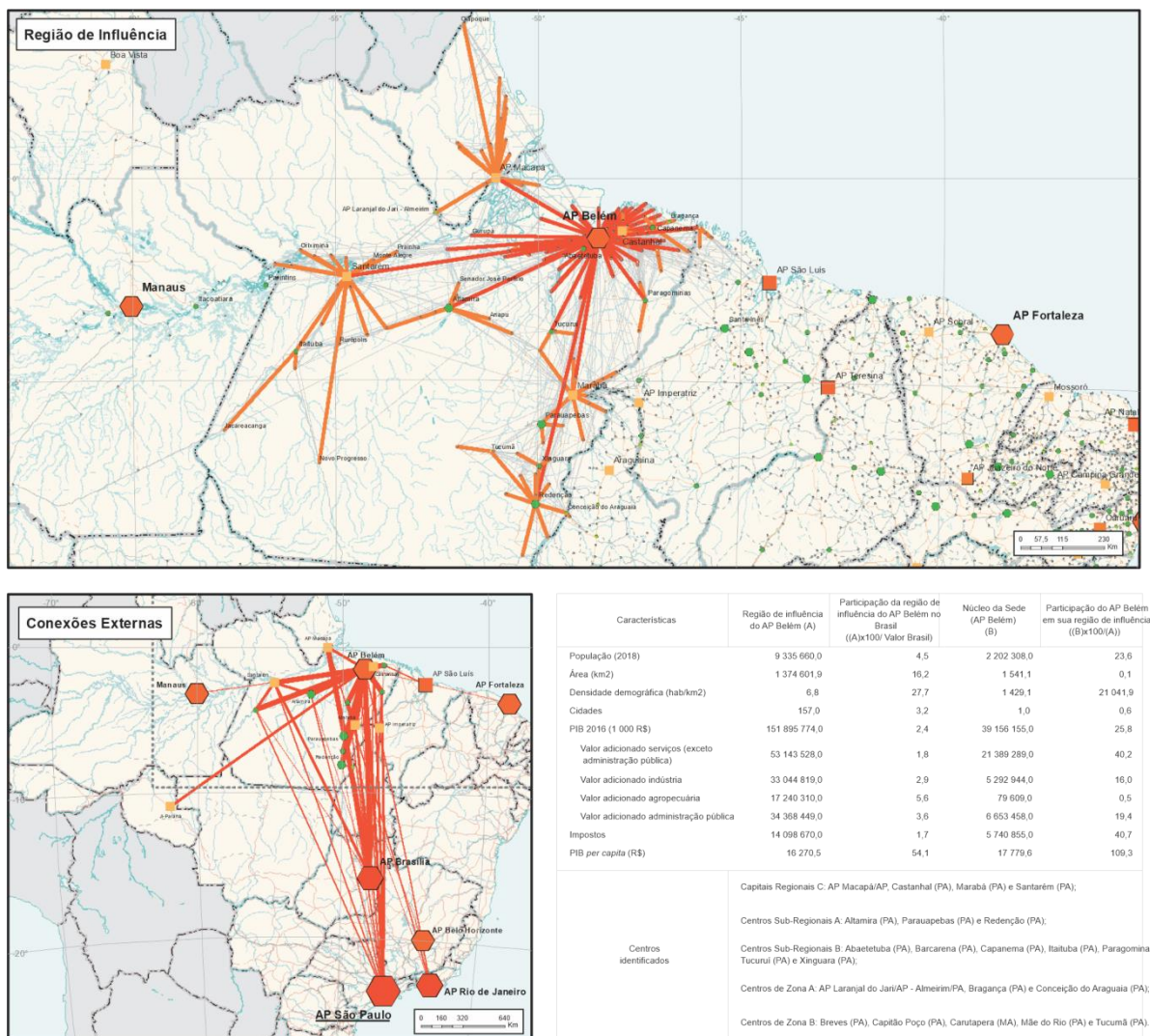
⁵⁰ Segundo o IBGE “A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados. É nessa pesquisa em que se identificam, por exemplo, as metrópoles e capitais regionais brasileiras e qual o alcance espacial da influência delas. A identificação da hierarquia urbana e das áreas de influência é realizada por meio da classificação dos centros urbanos que possuem determinados equipamentos e serviços e que atraem populações de outras localidades. A oferta diferenciada de bens e serviços entre as cidades faz com que populações se desloquem a centros urbanos bem equipados para adquirirem serviços de saúde e educação ou buscar um aeroporto, por exemplo.” Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 05 de fev. de 2022.

Figura 12: Rede urbana – Brasil – 2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=downloads>. Acesso em: 07 de fev. de 2022.

Figura 13: Região de influência e conexões externas da metrópole de Belém (PA).



Fonte: 1 IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 2018. 2 Áreas dos municípios 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=acesso-ao-produto>. 3 Estimativas da população residente no Brasil e para as unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=22367&t=resultados>. Acesso em: ago. 2019. 4. PRODUTO interno bruto dos municípios 2016. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2019]. tab. 5938. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2019. Mapa disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=downloads>. Acesso em: 07 de fev. de 2022.

Considera-se que com a diminuição da região de influência de Belém, houve uma passagem de um espaço periurbano estendido regional para uma maior ênfase no espaço periurbano local, ainda estendido, por incluir municípios da RMB, além de cidades e vilas ribeirinhas do entorno. A produção socioespacial desta escala local, considerando-se seus distintos momentos históricos é analisada a seguir.

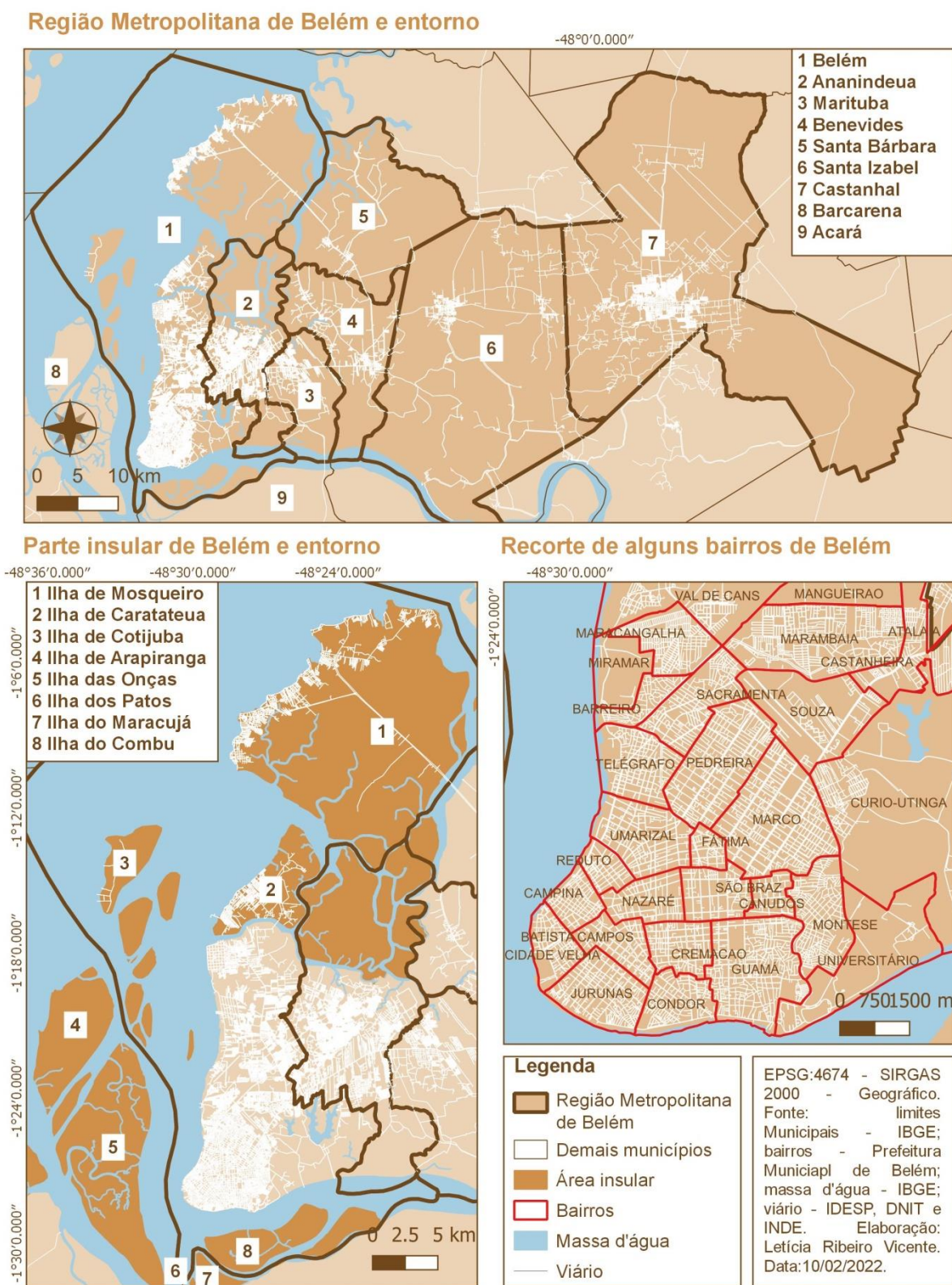
4) TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS NO ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA): CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES SOBRE A ESCALA LOCAL



4 TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS NO ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA): CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES SOBRE A ESCALA LOCAL

Neste capítulo os diferentes momentos de produção socioespacial do espaço periurbano de Belém foram analisados em uma escala local (ver figura 14). Considerou-se desde o momento inicial da ocupação até o momento atual da configuração metropolitana. Hoje o município de Belém, capital do Estado do Pará, é o polo de uma região metropolitana composta por outros seis municípios. A estrutura territorial de Belém é dividida entre uma área continental, que abriga a maior parte da população e que se interliga via rodovia aos outros municípios metropolitanos, e uma parte insular, com 39 ilhas, que compõem a maior parcela territorial, com 65,14% do território municipal em terra (BELÉM, 2012). Enfatiza-se aqui que Belém constituiu-se metrópole muito antes do reconhecimento oficial na década de 1970. Tal posição não se devia à conurbação direta, mas sim por ter se tornado “um ponto de convergência de fluxos de pessoas, informações e de decisões que repercutem em toda região amazônica” (SOUZA, 2009, p. 6).

Figura 14: Mapas que ajudam a situar locais que integram o espaço periurbano de Belém em uma escala local.



Fonte: elaborado pela autora.

4.1 Muito antes de Belém: a Mairi Tupinambá

Antes da colonização portuguesa o sítio onde hoje se encontra Belém, chamava-se Mairi e era uma terra indígena do povo Tupinambá. Mairi, que significa “velha” deu origem ao primeiro núcleo de colonização portuguesa da cidade de Belém, o atual bairro da Cidade Velha, que segundo Figueiredo (2019) não se trata apenas de uma coincidência, mas sim de uma apropriação linguística, como em diversas outras localidades amazônicas que possuíram e possuem nomes atribuídos por quem estava na região antes da colonização (FIGUEIREDO, 2019).

O estabelecimento dos colonizadores na região esteve diretamente ligado às alianças e conflitos com povos indígenas. Somente por meio dos povos que aqui habitavam foi possível desvendar o sítio, os rios, a floresta. Não é a toa que apesar do histórico genocídio e apagamento permanecem nos hábitos, nas comidas, nos sons, nas festas e na língua há vestígios de um passado-presente, de um Brasil que é terra indígena (SOUZA, 2019).

O primeiro forte construído em Belém é descrito pela historiografia como uma construção “rústica”, que utilizava materiais locais e técnicas indígenas, contando com sua mão de obra e conhecimento construtivo. A Belém portuguesa que começou a se construir dependia dos saberes indígenas para muito (caça, pesca, coleta, obras, deslocamentos internos) (FIGUEIREDO, 2019). A própria divisão dos dois “bairros” iniciais de Belém, divididos por uma área alagada (chamada de Piri), correspondia a dois territórios indígenas Tupinambá distintos, mas interligados entre si (PENTEADO, 1968a).

A chegada portuguesa em territórios indígenas não se fez sem resistências. Nos anos seguintes à instalação do primeiro forte em Belém documentou-se uma grande rebelião Tupinambá desde o Maranhão (rumo a São Luís) até o Pará (no entorno de Belém). Diversos massacres ocorreram em territórios indígenas, pois apesar de numericamente superiores aos portugueses (no caso de Belém), os indígenas foram dizimados por doenças e armas (SOUZA, 2019). Os que não morreram foram levados a aldeamentos religiosos (SOUZA, 2019), ou expulsos de seus locais de moradia originais, reassentando-se em locais mais distantes, que em alguns casos compuseram bairros indígenas nas periferias das cidades (FIGUEIREDO, 2019). Definiram-se novos traçados em Belém, criaram-se novas construções, inseriram-se novos hábitos. Enterrou-se Mairi para que a Feliz Luzitânia⁵¹ pudesse nascer.

⁵¹ Primeiro nome dado pelos portugueses para a cidade de Belém.

4.2 A versão portuguesa do início da história de Belém: o núcleo urbano entre o século XVI e a primeira metade do século XIX

O contexto da ocupação de Belém pelos portugueses reflete um momento mundial de expansão capitalista, com a incorporação de novas áreas ao mundo até então conhecido. A colonização se fez a partir da criação de núcleos urbanos, criando o binômio colonização-urbanização. Os núcleos foram pensados com o objetivo de desempenhar duas funções, a de defesa frente às disputas internacionais e como ponto de partida para penetração e conquista de áreas mais amplas. Este tipo de urbanização ligada à colonização pode ser percebida em outros continentes como a África e a Ásia (CORRÊA, 1987).

A partir da perspectiva da colonização portuguesa, a história da cidade de Belém inicia com a construção do forte do Presépio (hoje do Castelo) em 1616. Escolheu-se um lugar estratégico, que se destacava por uma parte mais alta perante o entorno plano (SARGES, 2010). A localização escolhida para o forte permitia a proteção local, pois não se ligava diretamente ao mar, mas estava próximo dele, e, na parte ao continente o forte era protegido por um grande alagado (PENTEADO, 1968a). A posição estratégica de implantação do forte permitiu que Belém ao longo de sua história tenha desempenhado funções de defesa, acesso estratégico, ponto de controle e comercialização na região (VICENTINI, 2004; CORRÊA, 1987). Segundo Penteado (1968a) o destaque regional alcançado por Belém deve-se à escolha de sua posição geográfica. De modo similar Corrêa (1987, p. 193) diz que “Esta posição de porta de entrada e saída da Amazônia seria incorporada à sua história, assegurando-lhe proeminência ímpar em toda a região”.

No núcleo urbano que começou a ser construído pelos portugueses as primeiras ruas abertas no entorno do forte começaram a delimitar o bairro da Cidade (conhecido hoje como Cidade Velha). Nele construíram-se as primeiras casas dos colonos portugueses e instalaram-se as sedes de ordens religiosas. Posteriormente delimitou-se o segundo bairro, chamado na época de Campina (hoje bairro do Comércio) (SARGES, 2010; PENTEADO, 1968a). Ainda no século XVII destaca-se a abertura de ruas para instalação de colonos açorianos que chegaram em 1676 (PENTEADO, 1968a) Tratava-se de 256 pessoas que vieram desenvolver agricultura em terras cedidas pelo Estado (SARGES, 2010).

No século XVIII na cidade notavam-se construções mais robustas e sofisticadas, com materiais importados aplicados em casas, igrejas e prédios públicos. Em Belém concentraram-se os portos de escoamento das drogas do sertão (para exportação) e também o recebimento de produtos portugueses que eram distribuídos pela região (PENTEADO, 1968a). Na metade deste século Belém tornou-se a sede da Província do Grão Pará, expandindo-se também além de sua função econômica, por sua função político-administrativa, que trouxe novas pessoas e construções para a cidade (SARGES, 2010).

O espaço periurbano próximo à cidade constituía-se no século XVIII pela abertura de rocinhas no rumo da Estrada de Nazaré (primeiras ocupações “formais” de onde hoje é o bairro com o mesmo nome). As rocinhas consistiam em casas na área rural próximas à cidade, o que permitia interações rápidas com esta. No entorno destas casas existiam áreas de pomares e parcelas de floresta densa (PENTEADO, 1968a).

No espaço periurbano estendido⁵² de Belém neste mesmo século encontravam-se atividades e construções como: plantações de cana de açúcar e produção de aguardente (a partir de 1721) na ilha das Onças, atual município de Barcarena (PA); olaria com fabricação de telhas e tijolos (a partir de 1759) na mesma ilha; engenho para produção de açúcar e aguardente (a partir de 1780) na ilha de Arapiranga, atual município de Barcarena e posteriormente transferido para as margens do rio Uriboca no limite com o atual município de Marituba; engenho de embranquecimento de arroz instalado na ilha de Cotijuba (a partir de 1784), no atual município de Belém; engenho para produção de açúcar e cachaça na ilha de São Pedro (atual município de Belém) e ilhas do entorno, no município atual município de Ananindeua; engenho do Murutucu, na parte continental do município e Belém (registros históricos mais consistentes desde o século XVIII) (BAENA, 2014; RODRIGUES, 2018; BRILHO, 2015; ALMEIDA, 2008; MARQUES, 2015). Alguns destes engenhos citados podem ser vistos nas figura 15.

Figura 15: Exemplos da instalação de engenhos no espaço periurbano de Belém.

Ruínas do engenho Fazendinha na ilha de Cotijuba - Belém (PA)



Casarão do antigo engenho na ilha de São Pedro - Belém (PA)



Fonte: BRILHO (2015, p.17); disponível em: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2011/03/ilha-de-sao-pedro-entre-belem-e.html>. Acesso em: 10 de fev. de 2021.

Além destes usos baseados em estruturas coloniais e que utilizavam mão de obra escrava, diversas outras atividades desenvolviam-se no espaço periurbano estendido⁵³ de Belém do século XVIII. Destaca-se a presença quilombola, como do Território Quilombola de Abacatal (que remonta os anos de 1710), no atual município de Ananindeua, bem como

⁵² Cardoso (2021).

⁵³ Cardoso (2021).

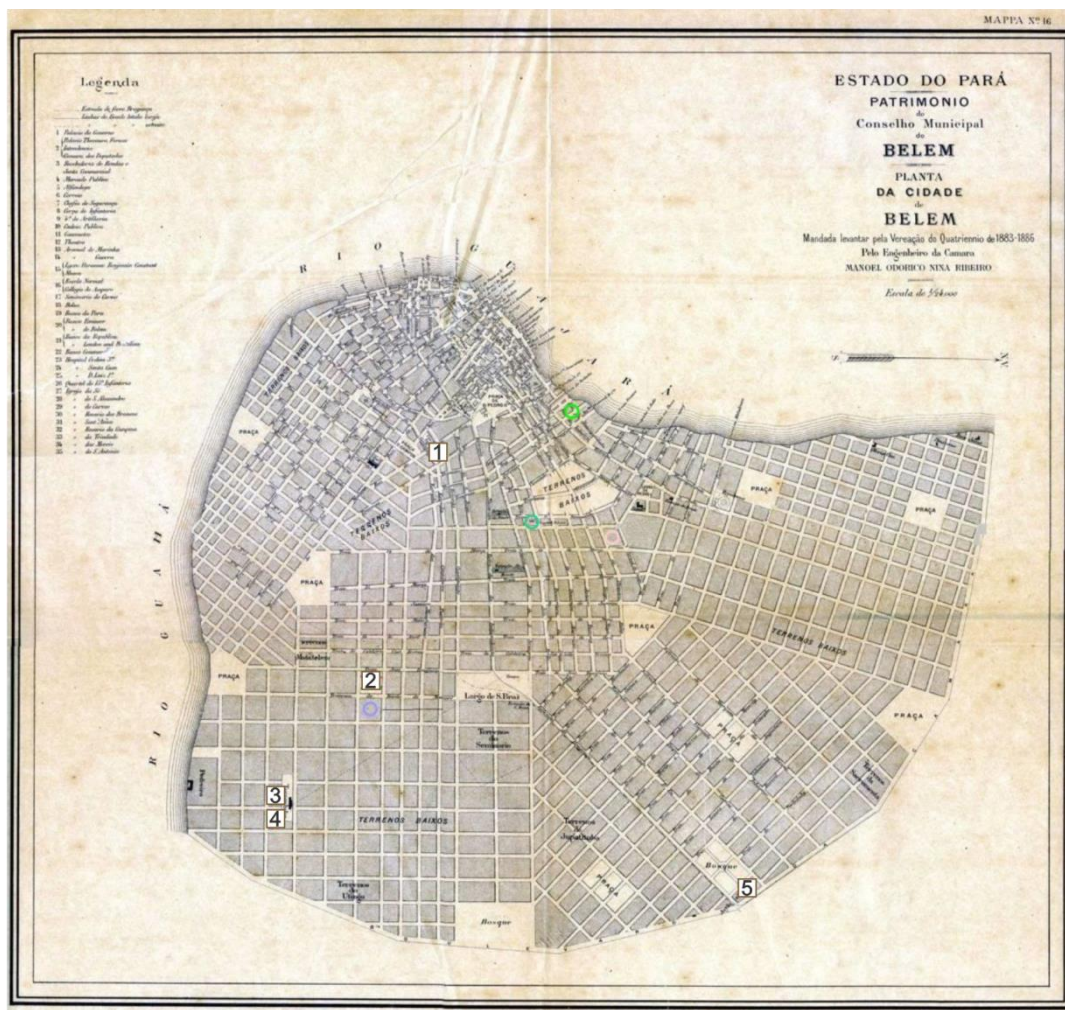
comunidades remanescentes de quilombo espalhadas em Barcarena e no Acará (municípios limítrofes a Belém).

Na primeira metade do século XIX Belém consolidou sua posição de entreposto comercial de produtos oriundos de outros lugares na região. Na cidade de Belém algumas mudanças aconteceram como início do aterramento do alagado que limitava/dividia a cidade. Houve a criação de diversos consulados, da primeira sinagoga e de serviços de iluminação pública. A cidade, que antes ia até o antigo largo da Pólvora (atual Praça da República), começou a se expandir através da abertura de ruas em direção aos atuais bairros do Reduto, Nazaré e Batista Campos (PENTEADO, 1968a).

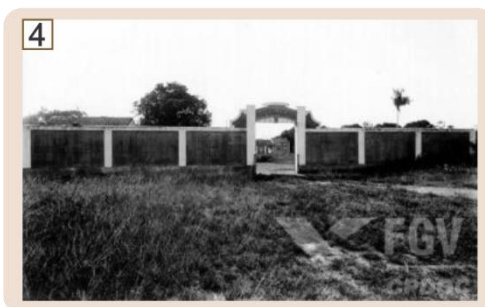
O espaço periurbano da parte continental ligava-se ao espaço urbano através de caminhos abertos. Da estrada de Nazaré (que estruturou o atual bairro com este nome) abriram-se caminhos: um que levava a um local chamado Pedreira, outro que chegava onde hoje é o bairro do Guamá, local onde estava instalado o Hospital dos Lazários do Tucunduba e mais um que ia até o igarapé do Una. Diversos rios cortavam a cidade e seu entorno, e neste espaço periurbano próximo habitava a população pobre (PENTEADO, 1968a).

Miranda (2014) comenta que diferente dos hospitais regulares (equipamento interessantes de serem mantidos dentro da cidade), hospitais destinados a doenças contagiosas, manicômios e cemitérios eram construídos nos arredores de Belém, aqui entendidos como seu espaço periurbano (ver figura 16). Como exemplo tem-se o citado Hospital dos Lázarus do Tucunduba, construído em 1815 (funcionando até 1938) no local de uma antiga olaria. Outro exemplo de construção no espaço periurbano de Belém é o Hospício dos Alienados, construído em 1892 (com funcionamento até 1989) em terreno no atual bairro do Marco, próximo ao Bosque da cidade. O local, distante do centro, abrigava chácaras utilizadas como segundas residências (MIRANDA, 2014).

Figura 16: Demarcação de construções ligadas a usos não desejáveis que foram instalados no espaço periurbano de Belém entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX.



- 1 Cemitério da Soledade 3 Provável Localização do Hospício dos Alienados do Tucunduba
 2 Cemitério Santa Izabel 4 Provável Localização do Hospital dos Lázaros do Tucunduba
 5 Hospício dos Alienados



Fonte: mapa que retrata a Cidade de Belém entre 1883 e 1886 de Muniz (1904) apud Miranda (2014); demarcação das construções: Miranda (2014); foto do Hospital dos Lázaros: acervo Fundação Getúlio Vargas apud Miranda (2014); foto do Hospício dos Alienados: Sarges (2010, p. 159).

No espaço periurbano estendido⁵⁴ de Belém no século XIX houve também a construção em 1806 de um hospital destinado à quarentena de pessoas com doenças

⁵⁴ Cardoso (2021).

infeciosas como a hanseníase e a varíola na ilha de Arapiranga, atual município de Barcarena. Outro uso identificado neste século foi a criação de área de cultivo com mão de obra escrava implantadas em 1821 a partir da doação de terras (sesmaria) na ilha dos Patos (RODRIGUES, 2018).

Destaca-se ainda que entre 1835 e 1840 as ilhas de as ilhas de Mosqueiro, Tatuoca e Caratateua (hoje integrantes do município de Belém) e das Onças e Arapiranga (hoje integrantes do município de Barcarena) funcionaram como locais estratégicos para os Cabanos. A possibilidade de esconder-se na floresta e circular através dos rios (conhecimento do território) foi fator fundamental na tomada da cidade de Belém (RODRIGUES, 2018)⁵⁵. Ainda dentro do contexto da Revolta da Cabanagem destaca-se que a partir de 1836 a ilha de Cotijuba (hoje integrante do município de Belém) foi utilizada como base da Brigada Militar Pernambucana para combater os Cabanos, com possível hospital militar instalado na ilha (RIBEIRO, 2014; BRILHO, 2015).

Observa-se que nos dois primeiros séculos e meio desde a chegada portuguesa, no espaço periurbano de Belém instalaram-se segundas residências para as classes mais altas; usos estratégicos que abastecem a cidade (engenhos, terras agrícolas); usos que não interessam ao limite da cidade, mas mantinham conexão com esta (hospitais, hospícios, cemitérios, bases de combate); bem como este espaço funcionou como local de sobrevivência e resistência para as populações pobres e grupos tradicionais.

4.3 Belém da Belle Époque: segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX

Na segunda metade do século XIX até o início do século XX instalou-se em Belém um ideal de modernidade que incluiu a renovação da estrutura urbana a partir do embelezamento, saneamento e controle social, acompanhados de novos hábitos e costumes. O enriquecimento de Belém atrelado ao período do auge do *boom* da borracha inseriu a cidade de vez na economia mundial, proporcionando a esta símbolos do progresso urbano advindos da Revolução Industrial. A modernização da cidade não esteve ligada à sua industrialização, mas sim ao seu destaque comercial, político, econômico e cultural. Belém tornou-se uma cidade cosmopolita (SARGES, 2010).

Com destaque para o período da administração do intendente Antônio Lemos (entre 1897 a 1910) dentro da cidade de Belém houve a construção de ruas, praças, instituições públicas, mercados e infraestruturas com ideais sanitaristas. O poder público assumiu a

⁵⁵ Informações organizadas em quadro por Rodrigues (2018), com fontes originais, aqui citadas como *apud* de: PARÁ (1889, 1899), Belém (1902), Moreira (1966), Baena (1969), Mourão (1989), Menezes, (2000), Marques (2004), MPEG (2004), Emmi (2009), Kettle (2010), Melo (2010), Carneiro (2011), Carvalho, (2014), Brilho (2015), Miranda (2015), Costa (2017), Pinheiro (2017).

dupla função de controlar e embelezar a cidade. A cidade expandiu-se formalmente pela ocupação de terras altas com a consolidação de áreas hoje pertencentes aos bairros da Batista Campos, Nazaré, Umarizal e do Marco (SARGES, 2010).

Sarges (2010) destaca aspectos de moralidade, controle e rigidez desta época como: a criação de códigos de postura que incluíam diversos princípios morais e regulavam o uso social dos espaços públicos e privados; a tentativa de disciplinar os trabalhadores dentro das fábricas; a propagação de costumes como diferenciador da burguesia (hábitos, vestimentas); a delimitação de papéis sociais e divisões de postos de trabalho. Entende-se que estes aspectos citados enquadram-se como manifestações da *era do urbano-industrial*⁶⁶.

Nos portos de Belém, a navegação a vapor ganhou força, marcada pela disputa internacional e notou-se no período que imigrantes de diversos países chegavam à cidade em busca de empregos. A partir da economia da borracha a Amazônia integrou o sistema capitalista internacional e passou a manifestar diversos traços da *era do urbano-industrial*⁶⁷. Instalaram-se na cidade de Belém bancos e casas seguradoras. A cidade ligou-se através da exportação à Inglaterra e aos Estados Unidos, e à importação (de mercadorias e costumes) principalmente à França (SARGES, 2010).

A elite político econômica do século XIX era composta de proprietários de terra, militares e funcionários públicos em posto de destaque. O acúmulo de riqueza era baseado na exploração da mão de obra escrava (indígena e africana) e de baixa remuneração (das pessoas entendidas como mestiças). Os benefícios e melhorias da cidade provinham da exploração de suas áreas do entorno (em escala local e regional) (SARGES, 2010) e da negação a sociobiodiversidade local. A natureza e as comunidades que dela dependiam passaram e passam constantemente por explorações e ameaças.

No outro lado da moeda o acúmulo de riqueza na cidade de Belém permitiu a construção de locais de eventos e reuniões a exemplo do Teatro da Paz, cinemas e cafés. O núcleo inicial da cidade, o bairro da Cidade Velha, transformou-se em um centro comercial e as moradias da elite foram sendo aos poucos transferidas para bairros que proporcionavam lotes maiores e amenidades rurais (SARGES, 2010; PENTEADO, 1968b).

Dentro da cidade ocorreram transformações com a construção de mercados, clubes, hospitais, bibliotecas, quiosques, consulados e fábricas. Houve arborização, instalação de novas linhas de iluminação. No espaço periurbano observa-se neste período a criação de cemitérios, asilos (para mendigos), uma usina de incineração (para lixo e animais mortos), algumas fábricas e um matadouro. O espaço periurbano alterou-se também devido novos arranjos de acessibilidade com a instalação das linhas do bonde e principalmente da

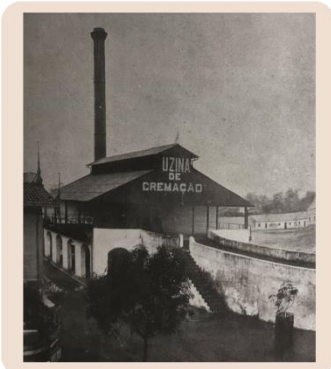
⁶⁶ Lefebvre (1999).

⁶⁷ Idem.

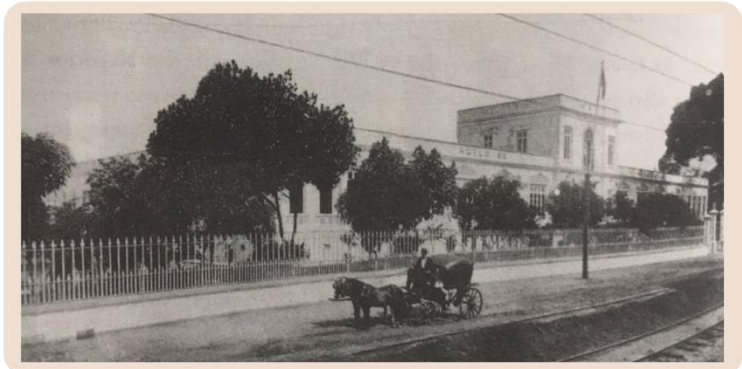
criação dos ramais da Estrada de Ferro Belém Bragança. Ao espaço periurbano atrelou-se ainda, de forma mais intensa, a valorização do contato com a natureza, como pode ser observado na reforma do Bosque e na construção de diversas casas de veraneio da ilha de Mosqueiro, integrante do atual município de Belém (SARGES, 2010; PENTEADO, 1968b). Alguns dos usos e construções citadas podem ser vistos na figura 17.

Figura 17: Usos e construções no espaço periurbano de Belém na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

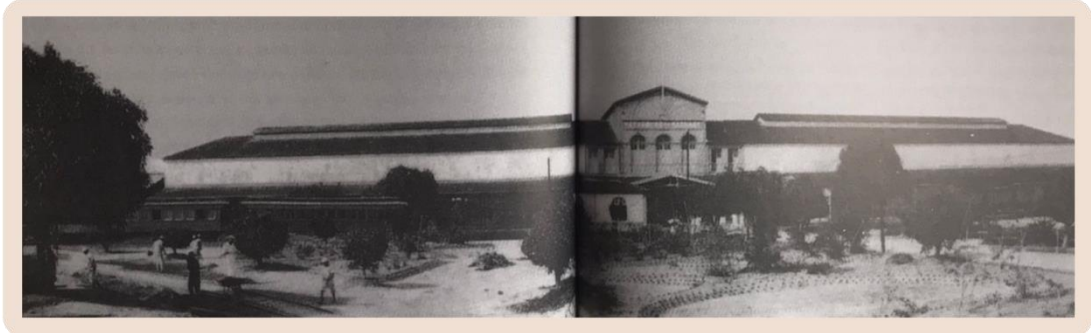
Usina da Cremação (Tv. Nove de Janeiro com Rua Fernando Guilhon)



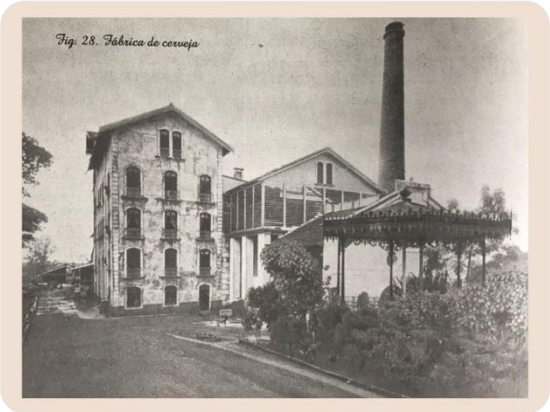
Asilo da Mendicidade, posterior abrigo para idosos e escola do governo (na Av. Almirante Barroso)



Matadouro do Maguari (furo do Maguari, Icoaraci)



Manchete que destaca as ruínas da antiga fábrica de borracha Bitar, na ilha de Mosqueiro



Fábrica de cerveja paraense (na Av. Magalhães Barata)

Fonte: fotos de Sarges (2010, p.154, p.149, p.168, p.62). Manchete do jornal O Liberal do dia 30/01/2022.

A construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança (ver figura 18) iniciou em 1883, chegando em 1884 em Benevides, em 1885 em Castanhal, concluída em 1908. A estrada promoveu o incentivo à colonização agrícola e originou a primeira lógica de ocupação diversa da ribeirinha, com interiorização do território, e pontos de parada que se tornariam sedes municipais dos atuais municípios que constituem a RMB (CARDOSO, FERNANDES, BASTOS, 2015). A estrada funcionou até 1965, ano em que foi desativada e originou o traçado da atual BR-316.

Figura 18: Traçado da Estrada de Ferro Belém-Bragança.



Fonte: disponível em: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2011/08/estrada-de-ferro-de-braganca-estacoes.html>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

A ferrovia possuiu três ramais, o primeiro era o da Vila Pinheiro (hoje Distrito de Icoaraci), que posteriormente serviu como base para uma nova área de expansão de Belém através da Rod. Augusto Montenegro. O segundo ramal era o da Prata, que ligava Belém ao município de Igarapé Açu. E por fim existia o ramal de Bragança, o qual somado ao ramal da prata foi estruturante para o desenho da atual BR-316 (CARDOSO, FERNANDES, BASTOS, 2015). Entende-se que a articulação via ferrovia e posteriormente via estrada abriu uma nova frente do espaço periurbano de Belém, mais ligado às dinâmicas da terra firme. É possível observar correspondências entre usos e transformações no espaço periurbano das escalas regional e local, pois em ambos os casos houve a penetração do território por via terrestre e colonização de terras agrícolas para abastecimento da cidade.

Neste período o espaço periurbano estendido⁵⁸ também sofreu outras transformações. Nas ilhas no entorno de Belém diversos usos foram introduzidos. Entre os

⁵⁸ Cardoso (2021).

séculos XIX e XX há registros de construções de casas de veraneio para a elite econômica de Belém na ilha de Mosqueiro (TAVARES *et al*, 2008). Em 1904 é criado na mesma ilha uma estrutura de trapiche na ilha para receber embarcações vindas da parte continental de Belém. Em 1913 é inaugurado também em Mosqueiro o Cine Guajarino (RODRIGUES, 2018).

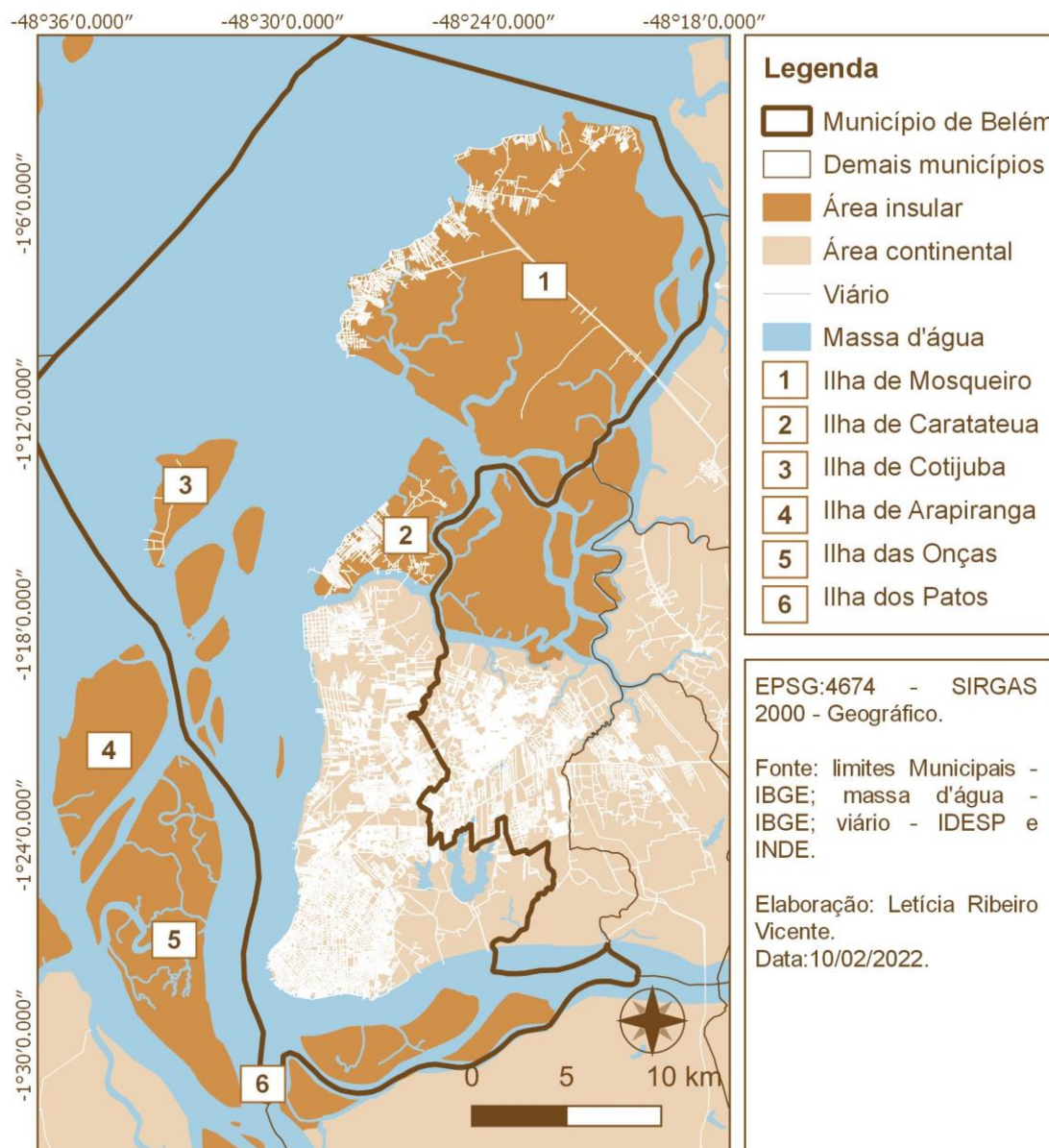
Na ilha de Caratateura (Outeiro) (integrante do município de Belém) instalou-se em 1835 uma hospedaria de imigrantes (brasileiros e estrangeiros), aumentando a quantidade de moradores da ilha e de trocas desta com Belém (RODRIGUES, 2018). Entre 1893 e 1902 institui-se na em Caratateua uma colônia agrícola (BARROSO *et al*, 2012), com destaque para a Colônia Modelo de Outeiro, que recebeu imigrantes italianos. Em 1903 na mesma ilha abriu-se o Instituto Orfanológico do Pará que recebia meninos órfãos (RODRIGUES, 2018).

A ilha dos Patos (também integrante do município de Belém) abrigou em 1902 um depósito de resíduos de obra oriundos das Docas do Pará. Na ilha das Onças (integrante do município de Barcarena), por sua vez, instalou-se em 1930 a usina Vitória, na qual se extraía matérias primas como borracha e óleos para indústrias estrangeiras. Destaca-se que na usina a maior parte dos trabalhadores era composta de imigrantes nordestinos (RODRIGUES, 2018).

Já a ilha de Cotijuba foi comprada pelo desembargador Raimundo Nogueira Farias, que, em 1933, inaugurou em parceria com o Interventor Magalhães Barata a Colônia Reformatória de Cotijuba (posterior Educandário Nogueira de Faria e por fim presídio, fechado na década de 1970), pensada para abrigar infratores e crianças abandonadas que foram levados à ilha muitas vezes de forma arbitrária (MELO, 2010). Em 1945 foi instalada na ilha a Cooperativa Mista de Cotijuba (BRILHO, 2015), que consistiu em uma política de incentivo à ocupação e colonização, com a concessão de lotes para famílias japonesas, fugidas da 2ª Guerra Mundial, antes residentes em Tomé-Açu (PA) (MELO, 2010; RIBEIRO, 2014). Alguns dos locais com usos e construções realizados no espaço periurbano de Belém entre os séculos XIX e XX foram demarcados na figura 19.

Figura 19: Demarcação de usos e construções no espaço periurbano estendido de Belém entre os séculos XIX e XX.

Demarcação de usos e construções no espaço periurbano estendido de Belém entre os séculos XIX e XX



Chalé histórico



Hospedaria de imigrantes



Ruínas do Educandário



Fonte: imagem do chalé: histórico disponível em: <https://mapio.net/pic/p-9609141/>. Acesso em: 01 de abr. de 2019; imagem da hospedaria de imigrantes: Pinheiro (2017) *apud* Rodrigues (2018, p. 118); imagem das ruínas do Educandário: foto de Letícia Vicente (2019). Elaborado pela autora.

Observa-se, portando a instalação de diversas estruturas privadas e estatais no espaço periurbano de Belém na segunda metade do século XIX, que incluíam desde usos indesejáveis à cidade, até usos que a mantinham e abasteciam. Somando-se a estes usos oficialmente registrados, diversas outras comunidades de matriz tradicional habitavam o entorno de Belém.

4.4 Segunda metade do século XX e o início do século XXI

Na década de 1960, Belém era a cidade mais populosa de toda a Amazônia e a 9ª do Brasil. Ainda possuía uma grande influência regional, que começava a tomar novas formas a partir da integração rodoviária, conforme visto no capítulo anterior. Apesar de articular uma vasta área, entendida como seu espaço periurbano estendido⁵⁹, a cidade em si limitava-se pela água. Em sua frente pela baía do Guajará e em seus limites internos pelos igarapés do Tucunduba e do Una, com exceção dos bairros da Terra Firme e da Marambaia, que ultrapassavam estes limites. Até a década de 1960, Belém apresentava-se como uma península fluvial (PENTEADO, 1968a).

Penteado (1968b) caracterizou a área central de Belém (bairros da Cidade Velha, Campina e Comércio) por sua infraestrutura consolidada, pela principal área comercial (externa – portuária e interna – lojas e serviços) e também por sua grande acessibilidade (todas as linhas de ônibus conseguiam acessá-la). Estes bairros descritos como centrais já passavam por um processo de esvaziamento de usos residenciais (como em centros de diversas outras cidades brasileiras), destacando-se mais por seus usos comerciais (PENTEADO, 1968b).

O espaço periurbano próximo à cidade na década de 1960 foi caracterizado por populações pobres que habitavam a área de várzea por não conseguirem habitação na parte formal da cidade. Assim encontravam-se parte dos bairros da Condor, do Reduto, do Umarizal, Telegráfo, Matinha (hoje bairro de Fátima), Sacramento, Terra Firme, Jurunas e Guamá. Nos bairros próximos à baía do Guajará, como o do Guamá predominava nesta década áreas vegetadas entre as casas e a marcante presença de quintais com árvores frutíferas. Destaca-se a adaptação habitacional em casas suspensas (palafitas) e pontes de madeira (estivas). Por não terem os igarapés ainda transformados em canais, muitos deles eram utilizados para atividades diárias (captação de água, lazer, encontro, local de lavar a roupa, transporte). Os rios internos em Belém configuravam marcos geográficos muito expressivos (PENTEADO, 1968a).

Apesar de bairros como Jurunas, Condor e Guamá serem descritos como locais-dormitório até a década de 1960, o autor destaca que já existiam pequenos

⁵⁹ Cardoso (2021).

estabelecimentos comerciais e associações culturais (PENTEADO, 1968b), que incluíam encontros, histórias, danças, músicas e tradição passada pela oralidade.

Após tratar dos bairros já organizados na década de 1960, Penteado (1968b) apresenta o que ele chama de áreas suburbanas, aqui tratadas como espaços periurbanos. O autor aponta que após o bairro do Souza, rumo ao município de Ananindeua, encontravam-se diversas chácaras. Além dessas, existiam moradias das classes mais pobres que desempenhavam atividades como extração de carvão vegetal e pequenas plantações para subsistência. As três principais áreas suburbanas destacadas pelo autor são Icoaraci (atual distrito de Belém), Val de Cans (atual bairro de Belém) e a ilha de Mosqueiro (também integrante do município de Belém) (PENTEADO, 1968b).

Estas áreas suburbanas são apresentados pelo autor como áreas de influência da cidade Belém, que eram ocupadas por atividades que necessitavam de grandes áreas que podiam ser compradas por um preço abaixo da cidade. Instalaram-se nestes espaços chácaras, segundas residências, clubes, áreas habitacionais, seminários religiosos, bem como áreas agrícolas (o autor destaca os pimentais), uma incipiente área industrial (na estrada do Tapanã), bases militares e a base aérea (ambas em Val de Cans), e áreas de lazer e encontro (como a ilha de Mosqueiro) (PENTEADO, 1968a).

A ilha de Mosqueiro era até a década de 1970 conectada por via fluvial e acessada também a partir de uma pista de pouso. A ilha era e é muito procurada para o turismo e o veraneio, devido à configuração de suas praias de rio. A ilha possuía já na década de 1960 diversas estruturas como praça, igreja, mercado, subprefeitura, restaurantes, áreas comerciais, hotéis e até um cinema. Destacavam-se também as segundas residências construídas pela elite econômica belenense. Em contraste com estas encontravam-se as casas dos moradores locais construídas em madeira, e, na área de várzea, organizadas em colônias de pescadores. Na ilha também se encontravam na mesma década outros usos/atividades como a horticultura, a extração de areia, locais de beneficiamento de madeira e uma fábrica ligada à borracha (PENTEADO, 1968b).

Na segunda metade do século XX em Belém consolidou-se o padrão de ocupação em que as terras altas serviam à ocupação formal e as terras baixas (várzea / baixadas), foram cada vez mais ocupadas pela população de baixa renda, oriunda principalmente do interior do Estado. Essa população passou a reproduzir na periferia próxima à cidade a matriz chamada de tradicional, que configurou uma “ruralização da região metropolitana” (CARDOSO; FERNANDES; LIMA, 2015, p. 21). Houve a transferência de modos de viver e produzir espaços similares às áreas ribeirinhas do interior e, ao mesmo tempo, a criação de novas configurações de precariedade, que passaram a expandirem-se cada vez mais (CARDOSO; FERNANDES; LIMA, 2015).

Apesar de secularmente Belém ser uma metrópole regional, sua instituição oficial foi em 1973 através da Lei complementar Federal nº 14/1973, junto com as oito primeiras regiões metropolitanas. Inicialmente a RMB foi composta pelos municípios de Belém e Ananindeua. Em 1995 entraram os municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara. Em 2010 incluiu-se o município de Santa Izabel do Pará e em 2011 o município de Castanhal. Além desses municípios, Barcarena e Abaetetuba podem ser consideradas como uma região metropolitana ampliada por possuírem vínculos históricos com Belém, e no caso de Barcarena pelo complexo industrial de alumina (integrante do Projeto Grande Carajás), que ilustra os grandes projetos no entorno da RMB que refletem a industrialização da Amazônia sem a criação efetiva de postos de trabalho (CARDOSO; FERNANDES; LIMA, 2015), mas com o legado dos conflitos socioambientais (ver figura 20).

Figura 20: Manchetes que destacam crimes socioambientais em Barcarena ligados à mineração como a fumaça tóxica (2021) e o vazamento de rejeitos (2018).



Fonte: disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/12/09/mineradora-imerys-que-causou-fumaca-toxica-em-barcarena-no-pa-atua-sem-licenciamento-desde-2012-dizem-deputados.ghtml>; <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/laudo-confirma-vazamento-de-rejeitos-de-mineradora-em-barcarena-no-pa.ghtml>. Acesso em: 20 de fev. de 2022.

A RMB, comandada pelo município de Belém, desempenha um duplo papel, por um lado articulando processos globais ligados ao grande capital pelos meios de comunicação e transporte, e por outro, servindo de subsídio à produção regional extrativista (CARDOSO; FERNANDES; LIMA, 2015). Belém desempenha a função de metrópole regional por ainda ser um nó central na ainda remanescente rede dendrítica. A oferta de comércio, serviços e postos de trabalho vincula a RMB às diversas cidades e vilas ribeirinhas do entorno, a exemplo das áreas do Marajó e do Baixo Tocantins (CARDOSO, FERNANDES, BASTOS, 2015) que demonstram a manutenção de um espaço periurbano estendido⁶⁰ ligado à Belém.

A rede secularmente dendrítica de Belém ainda está presente através do fluxo de comercialização dos produtos agroextrativistas oriundos das ilhas do entorno e de outros locais do Estado. Na Região Metropolitana predomina a informalidade, ligada à produção mercantil estabelecida. Por outro lado, novas dinâmicas rurais da agroindústria chegam a Belém através das rodovias, a exemplo da pecuária. De modo geral, comércio e serviços

⁶⁰ Cardoso (2021).

são a base da economia, e destaca-se que, diferente de outras grandes cidades, a industrialização não foi fator constituinte da metropolização (FERNANDES; SOUSA; RODRIGUES, 2015).

Hoje a maior articulação de fluxos dentro da RMB é entre os municípios de Belém, Ananindeua e Marituba. Belém destaca-se pela maior concentração de empregos, enquanto Ananindeua e Marituba funcionam como estoques de terras, onde se constroem conjuntos habitacionais, condomínios de alto padrão (CARMO *et al*, 2015) e no caso de Marituba há expressiva concentração de cemitérios. Nestes e nos outros municípios da RMB destacam-se também alguns loteamentos, fábricas e clubes, que utilizam os rios para a instalação de marinas privadas.

Gradativamente há alteração de uma região metropolitana mononucleada (concentrada em Belém) para uma polinucleada, onde os municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides já se encontram conurbados. Os municípios de Santa Bárbara e Santa Izabel ainda mantêm forte ligação com dinâmicas rurais e, o município de Castanhal, apesar de mais distante, possui expressiva conexão com Belém por causa de suas dinâmicas agropecuárias (LIMA *et al*, 2015).

O processo de metropolização em Belém ocorre de duas formas. Na produção da metrópole concentrada há alteração do padrão ribeirinho e desarticulação de modos tradicionais de vida e de produção espacial, vinculados a uma temporalidade específica. Na metrópole dispersa, observa-se a reprodução de precariedade em locais cada vez mais distantes, vinculados às estradas e rodovias abertas na segunda metade do século XX. A produção da metrópole (e de seu espaço periurbano) liga-se diretamente à produção de periferias, primeiro as próximas (baixadas) e depois as distantes (demais municípios da RMB e seu entorno) (TRINDADE JÚNIOR, 2016).

Observa-se que historicamente a expansão de Belém ocorreu com a desarticulação entre ser humano e natureza. Foi pautada no adensamento construtivo com supressão vegetal com alteração do microclima, transformação dos rios internos em esgoto, impermeabilização que culminou no aumento dos alagamentos e inviabilização das práticas tradicionais ligadas ao manejo da natureza (CARDOSO; MIRANDA, 2018).

Na área continental a periferia, a área de expansão e o espaço periurbano misturam-se. Coexistem grupos excluídos da cidade formal com comunidades que dependem do manejo da natureza. Estes grupos são, no geral, excluídos do planejamento formal, que tende a trabalhar com princípios de homogeneização e padronização, o que gera exclusão e risco socioambiental (CARDOSO; MIRANDA, 2018).

Na parte insular de Belém e seu entorno, que consistem em expressivas áreas de várzea, ainda mantem-se grande massa vegetada e ocupações de baixa densidade, com exceção de parcelas urbanas das ilhas de Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba. Entretanto,

ressaltam-se às intensas transformações de uso e ocupação do solo a partir da primeira metade do século XX, motivadas pela chegada de infraestruturas (como a energia elétrica) e melhoria no deslocamento (construção de pontes, novos modelos de embarcações velozes) que reposicionam as ilhas de Belém como novos espaços de expansão habitacional e turística, o que pode levá-las a serem ocupadas com padrões similares às baixadas de Belém (VICENTE *et al.*, 2022).

A ocupação das áreas baixas (de várzea, chamadas localmente de baixadas) foi feita na cidade de Belém pela população pobre e também para alocação de usos não desejáveis dentro da cidade (CARDOSO; MIRANDA, 2018), como para instalação de alguns equipamentos públicos mencionados anteriormente. Entende-se aqui que as baixadas foram uma forma expressiva da constituição do espaço periurbano de Belém até a década de 1990. Estas são caracterizadas como locais que não interessavam ao setor imobiliário formal por consistirem em áreas inundáveis. Foram ocupadas por população migrante que desenvolveu estratégias de adaptação ao sítio, reproduzindo conhecimentos secularmente estabelecidos com relação à água (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013; OLIVEIRA; CARDOSO, 2018; CARDOSO; MIRANDA, 2018).

Esses usos diminuíram na medida em que houve sucessivas ocupações e aterramentos e atualmente as baixadas representam ocupações consolidadas, ainda que com infraestrutura incompleta (variante local da favela). Pela proximidade com as áreas centrais metropolitanas sofrem pressão pelo setor imobiliário, e conversão de uso voltado ao turismo, ligado à paisagem do rio, que, para a população mais antiga, constitui fonte de subsistência (TRINDADE JÚNIOR; SILVA; AMARAL 2008; CARDOSO; MIRANDA, 2018). Com o aumento da pressão da urbanização concentrada próxima ao centro da cidade de Belém, os usos rurais foram aos poucos transferidos para mais longe, tornando as ilhas e municípios da região metropolitana o novo espaço periurbano estratégico.

Apesar de formalmente não se reconhecer/apoiar os padrões tradicionais de ocupação de Belém e seu entorno, em sua economia Belém até hoje mantém fortes relações com atividades produtivas rurais, desenvolvidas em comunidades dispersas que em suas práticas diárias articulam natureza e biodiversidade. Ao assumir padrões da *era do urbano-industrial*⁶¹ o planejamento territorial feito para Belém estimula processos semelhantes em outras metrópoles brasileiras (segregação, fragmentação, desarticulação), perdendo a oportunidade de trabalhar a partir das coexistências entre modos de vida que articulam o rural e urbano, levando em consideração a base biofísica para produção de seus assentamentos humanos. As comunidades que articulam modos de vida rurais-urbanos desempenham funções muito importantes dentro da metrópole, não reconhecidas pelo

⁶¹ Lefebvre (1999).

planejamento oficial e muitas vezes nem por elas mesmas. O não reconhecimento e a falta de incentivo leva a desvalorização e desarticulação destas práticas (CARDOSO; MIRANDA, 2018). A análise das transformações no espaço periurbano de Belém ao longo da história evidencia que não se tratam apenas de modificações espaciais, mas sim da complexidade dos modos de vida em todas as suas esferas, que incluem demarcações oficiais, formas de percepção e vivências cotidianas. Os espaços periurbanos em escala regional (distantes) e local (próximos) parecem estar em permanentes recriações e disputas.

Na análise do espaço periurbano local é possível entender que o continente e as ilhas de Belém e entorno expressam dois momentos da urbanização dialeticamente relacionados. O continente expressa a urbanização concentrada, mais bem explicada pelas categorias convencionais que tratam o urbano e a cidade como aglomeração e concentração (de pessoas, infraestrutura, serviços, comércio). Já as transformações (históricas e recentes) nas ilhas e municípios vizinhos à Belém expressam dinâmicas parcialmente resultantes de uma urbanização extensiva, nos quais espaços aparentemente rurais passam a sofrer transformações diretamente influenciadas por atores que vivem na cidade e possuem poder decisório.

Na escala local o espaço periurbano de Belém constituiu-se a partir de alguns fatores históricos importantes, ligados a expansão de Belém pela água e pela terra. Belém organizou-se inicialmente como cidade ribeirinha por ter no rio seu principal elemento estruturante. O rio ultrapassa a característica de paisagem e também se constitui como forma de acesso/conexão, definidor morfológico da implantação e expansão do assentamento, articulador do local com o regional através de pontos de contato, fonte de alimento, espaço de lazer e do encontro, local do simbólico, do lúdico, espaço de representações místicas. Ou seja, longe de ser apenas um espaço passivo, de depósito de esgoto ou paisagem a ser consumida, em Belém o rio integra ativamente as práticas cotidianas, ainda que cada vez mais seja assumido para tais funções.

Dentre as tantas atribuições ligadas ao uso e percepção do rio dentro da cidade de Belém, destaca-se sua característica de mediação entre espaços de produção e espaços de venda e consumo. Os portos feiras e mercados funcionam como os citados pontos de contato entre diversos produtos regionais oriundos de ilhas do entorno e municípios vizinhos e a população consumidora residente na metrópole. Além da produção outros motivos marcam a interação das duas realidades como a procura por serviços e equipamentos de um lado, e, no sentido inverso do traslado a busca de amenidades rurais.

De forma mais recente, novas formas de apropriação do espaço e de urbanização estendida chegam às ilhas de Belém e seu entorno através da utilização dos terrenos, transporte, comunicação, geração de energia, extração de matérias primas e tecnologias no geral, ressitando suas paisagens e modos de vida em relação à cidade. Deste modo, há

um alargamento do tecido urbano e aumento da conectividade, ao mesmo tempo em que se modificam estes espaços, de modo que a criação do espaço periurbano consiste em constante reinvenção e transformação.

Como exemplos de transformações a partir da segunda metade do século XX destacam-se a construção de uma ponte da década de 1970, ligando a ilha de Mosqueiro à parte continental da região metropolitana (ver figura 21) e a conectando através de estrada distando aproximadamente 70 km da cidade de Belém (TAVARES *et al*, 2008), e a construção de uma ponte na década de 1980, ligando a ilha de Caratateua ao Distrito de Icoaraci, na parte continental de Belém (BARBOSA *et al*, 2012). Na década de 1990 foi ainda instaurada pela Prefeitura Municipal de Belém uma linha de transporte fluvial regular na ilha de Cotijuba (ver figura 21), saindo do distrito de Icoaraci (MELO, 2010).

Figura 21: Ponte que liga a ilha de Mosqueiro ao continente e trapiche na ilha de Cotijuba.

Ponte Sebastião R. de Oliveira, que liga a ilha de Mosqueiro ao continente



Trapiche Poeta Antônio Tavernard, na ilha de Cotijuba



Fonte: fotos de Letícia Vicente (2021 e 2019).

As três ilhas citadas destacam-se por conterem um território híbrido, parte rural e parte urbano, reconhecido pelo Plano Diretor Municipal de Belém (BELÉM, 2008), o que diferencia atividades permitidas e a forma de ocupação do território. Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba são também, respectivamente, as maiores ilhas e com as maiores populações residentes. Possuem infraestrutura básica como escolas (do nível infantil ao médio), postos de saúde, energia elétrica e rede de abastecimento de água, ainda que incompleta. Outro ponto de destaque nas ilhas de Belém e entorno é a disponibilidade de terrenos grandes e baratos (muitos pertencentes à União e usufruídos na condição de posse), o que cria uma superposição de usos, atraindo migrantes da parte continental e de outros municípios do interior, de modo semelhante ao que ocorreu com as baixadas a partir da década de 1940.

As famílias que migram para as ilhas de forma individual ou coletiva costumam trabalhar com práticas agrícolas e/ou extrativistas, dependendo do tipo de solo em que se assentam. Nas ilhas com solo unicamente de várzea (maioria das ilhas) predomina o extrativismo, com destaque para a pesca e o açaí (ver figura 22), que é produto básico na alimentação paraense e cada vez mais valorizado na *gourmetização* culinária e na

exportação. Nas ilhas com parcelas de terra firme, como Cotijuba e Mosqueiro, existem famílias que trabalham com iniciativas agroextrativistas (ver figura 22). Nas ilhas em que há área urbana, existe também a migração para trabalhos formais e informais, como ligados à administração pública, turismo, comércio e serviços no geral, produzindo muitas vezes bairros populares que se assemelham à periferia da parte continental de Belém.

Figura 22: Exemplos de atividades extrativistas nas ilhas de Belém e entorno.

O apanhar do açaí na ilha do Maracujá, Acará (PA)



Comunidade do Cajueiro (ligada à pesca) na ilha de Mosqueiro, Belém (PA)



Fonte: fotos de Edigar Costa (2020) e Raquel Oliveira (2018).

A produção habitacional também é destaque nos setores público e privado. Pela disponibilidade de terrenos grandes não mais presentes na parte continental, as ilhas constituem um eixo de expansão urbana com a construção de conjuntos habitacionais (ver figura 23), a exemplo do Minha Casa Minha Vida. O número de unidades habitacionais previstas é de 1008 no Residencial Viver Outeiro, na ilha de Caratateua. Na ilha de Mosqueiro 1.000 unidades habitacionais são previstas no Residencial Viver Mosqueiro (MESQUITA, 2018). Em ambas as ilhas já existem também condomínios fechados.

Figura 23: Exemplo de construção de conjuntos habitacionais na parte insular de Belém.

Residencial Viver Outeiro na ilha de Caratateua,
Belém (PA)



Fonte: foto de Juan Azevedo (2018).

Como exemplo do avanço da pressão imobiliária em Caratateua destaca-se a criação de um condomínio fechado de alto padrão (Alphaville) implantado em 2012 em uma Zona de Interesse Ambiental. A campanha publicitária da venda destacava a “harmonia” e “integração com a natureza” (ver figura 24), enquanto constituía um loteamento fechado, voltado para população de alta renda, sem articulação alguma com o entorno e com os ilhéus (SILVA *et al.*, 2012).

Figura 24: Exemplo da construção de condomínio fechado na parte insular de Belém.

Anúncio publicitário de venda do Alphaville em
Caratateua



Imagens de satélite antes e
depois do início da construção



2010



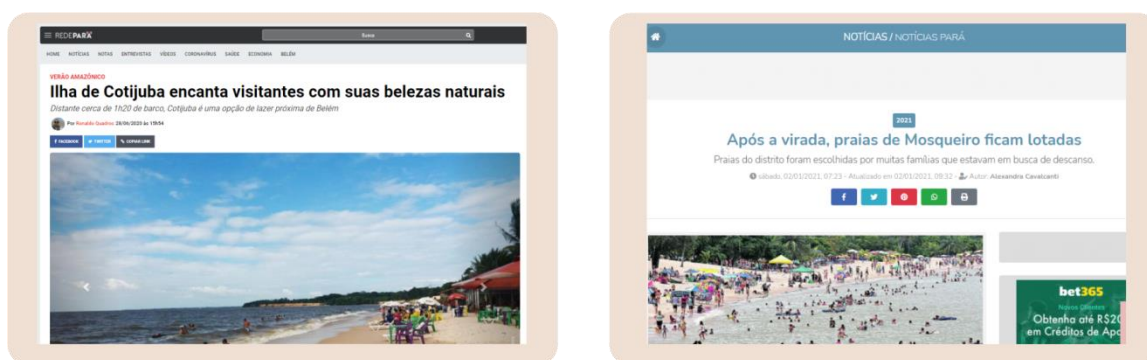
2012

Fonte: disponível em: <http://alphavillebelempa.blogspot.com/>. Acesso em: 10 de jul. de 2018; imagens do Google Earth (2010 e 2012).

É possível perceber nesses discursos como o espaço periurbano é apropriado e associado à ideia de “ar puro”, “calma”, “fuga” da cidade. Deste modo os setores privados (turístico, habitacional) contrastam a ideia de cidade “caótica” e do campo “calmo”. Lefebvre (2001) explica que essa é uma estratégia dos promotores de vendas dentro do urbanismo, pautando-se no uso ideologizado da publicidade para venda de um lugar de felicidade e de uma ideia de natureza, reproduzidos de forma limitada e funcional. Há então uma transformação do objeto (casa/ paisagem) em imagem de consumo (felicidade) atrelada não mais a um valor de uso, mas sim a um valor de troca (LEFEBVRE, 1999, 2001).

O turismo também é outra frente de expansão nas ilhas. Em Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba é estimulado pelas orlas de rio com faixa de areia (ver figura 25). Em Mosqueiro o turismo mais antigo ainda guarda seus rastros nos chalés históricos e no centro da ilha, chamado localmente de Vila. Na orla das praias existem barracas e restaurantes. A ilha é muito conhecida pelas segundas residências utilizadas para veraneio, e conta com hotéis e pousadas. Outro caso turístico importante de se destacar é o da ilha de Cotijuba, onde o turismo cresceu consideravelmente a partir da instalação de energia elétrica no início da década de 2000. Hoje a ilha possui diversos hotéis, pousadas, restaurantes e bares, bem como mantém um sistema de transporte via associação (do continente para a ilha e internamente na ilha).

Figura 25: Manchetes que destacam o turismo nas praias de rio da parte insular de Belém.

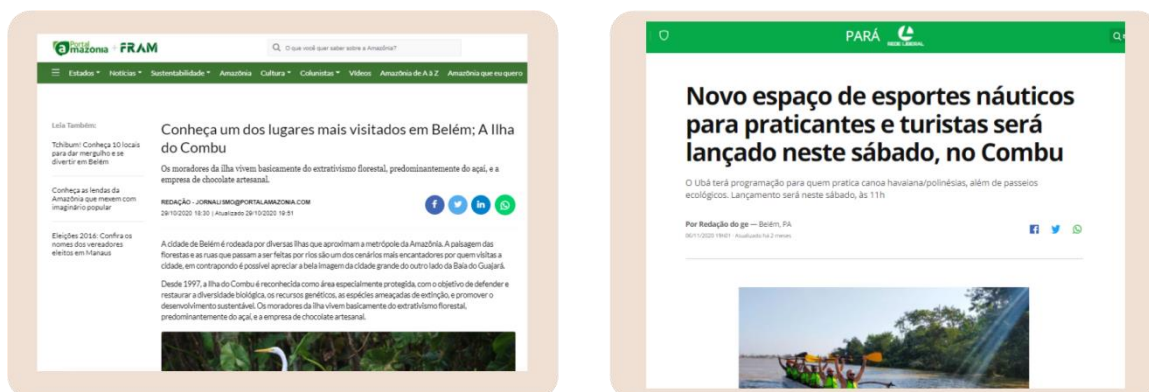


Fonte: Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/213899/ilha-de-cotijuba-encanta-visitantes-com-suas-belezas-naturais>. Acesso em: 08 de jan. de 2021; disponível em: <https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/622661/apos-a-virada-praias-de-mosqueiro-ficam-lotadas>. Acesso em: 08 de jan. de 2021.

Cabe ainda destacar o avanço mais recente do turismo rumo à ilha do Combu (ver figura 26). Até 2010 a ilha possuía poucos estabelecimentos comerciais. Entre os moradores predominava a atividade extrativista com ocupação residencial de baixa densidade e destacavam-se as relações de parentesco e amizade entre as famílias. Considera-se que a chegada da energia elétrica no início da década de 2010, somada à proximidade da ilha à parte continental criou uma localização diferenciada e atrativa para o turismo. Inicialmente os próprios moradores passaram a incluir restaurantes em áreas adjacentes às suas casas,

e posteriormente, começou a ocorrer a venda de lotes para pessoas de fora, a introdução de novos moradores, criação de restaurantes geridos por pessoas do continente e construção de casas de veraneio.

Figura 26: Manchetes que destacam o turismo na ilha do Combu, em Belém (PA).



Fonte: Disponível em: <https://portalamazonia.com/noticias/conheca-um-dos-lugares-mais-visitados-em-belem-ilha-do-combu>. Acesso em: 08 de jan. de 2021; disponível em: <https://globoesporte.globo.com/pa/noticia/novo-espaco-de-esportes-nauticos-para-praticantes-e-turistas-sera-lancado-neste-sabado-no-combu.ghtml>. Acesso em: 08 de jan. de 2021.

Todos esses processos de migração e transformação do uso do solo nas ilhas introduzem a elas problemáticas como o descarte do lixo (não coletado em ilhas rurais), saneamento básico no geral, desmatamento, erosão, extração mineral, violência, uso de drogas, poluição hídrica e sonora (figura 27). Esses processos citados exemplificam que a chegada de manifestações da *era do urbano-industrial*⁶², com a assimilação do valor de troca, age diretamente na dinâmica do espaço não só através de mudanças físicas, mas também sociais, culturais, econômicas, agregando e interligando características de locais distintos. O tecido urbano a partir d e sua explosão extrapola a base prática, entendida como morfologia sensível, e passa a ser composto também por uma morfologia social, que dá suporte a um modo de viver distinto do que existia anteriormente (LEFEBVRE, 2001).

⁶² Lefebvre (1999).

Figura 27: Manchetes que apontam o descarte irregular de lixo na ilha do Combu e festas clandestinas na ilha de Cotijuba, ambas em Belém (PA).



Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/11/24/donos-de-estabelecimentos-na-ilha-do-combu-denunciam-descarte-de-lixo-no-rio-guama-veja-video.ghtml>. Acesso em: 08 jan. 2021; disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/10/05/festas-clandestinas-sao-encerradas-na-ilha-de-cotijuba-em-belem.ghtml>. Acesso em: 08 de jan. de 2021.

As mudanças ocorridas nas ilhas historicamente e de forma mais recente exemplificam o que Lefebvre (2001) aponta sobre a introdução do tecido urbano através de sistema de objetos como água, eletricidade, internet, carro, televisão, novos materiais de construção, novas ofertas de serviços. Há também uma inclusão de sistemas de valores como festas, novos costumes, novas vestimentas e conflitos de cosmovisões, que acentuam rupturas geracionais cada vez maiores pela possibilidade de acesso dos jovens a outros tipos de ideias e conhecimentos externos.

O espaço é uma condição necessária ao capitalismo, a partir do momento que possui como condição intrínseca a possibilidade de conversão do valor de uso (da necessidade, do desejo) em valor de troca (objeto de barganha e valor) (LEFEBVRE, 2001). O espaço periurbano de Belém, com destaque para sua área de várzea torna-se, então uma nova fronteira de expansão do capital, o que está presente tanto na parte insular, como já mencionado, quanto na continental com a remoção de populações ligadas à dinâmica ribeirinha para construção de “janelas para o rio” ou *waterfronts* seguindo tendências mundiais de planejamento estratégico, reelaborando a paisagem e a cultura. A várzea, historicamente explorada para extração de produtos regionalmente, passa no século XXI a ser apropriada também para interesses do turismo e da transformação da cultura em mercadoria, atendendo a demanda de transformação constante do capitalismo. Passa a ser espaço de consumo e ter seu espaço consumido⁶³.

Além das dinâmicas de transformações e resistências, anteriormente mencionadas tanto em escala regional quanto em escala local, busca-se, no capítulo seguinte dar ênfase às possibilidades contidas em grupos e comunidades do espaço periurbano de Belém.

⁶³ Lefebvre (2001).

Trata-se dos movimentos de re-existências, de comunidades entendidas como tradicionais, mas que estão imersas nas coexistências de eras espaço-temporais. São partícipes do passado, integrantes do presente e portadoras de diversas lições para um futuro menos devastador.

5) A VIDA COTIDIANA NO ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA) COMO POSSIBILIDADE DE ENCONTRO COM AS RE-EXISTÊNCIAS



5 A VIDA COTIDIANA NO ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA) COMO POSSIBILIDADE DE ENCONTRO COM AS RE-EXISTÊNCIAS

A Amazônia foi urbanizada, segundo a lógica da *era do urbano-industrial*⁶⁴, para ser explorada. Os núcleos urbanos serviram como pontos de controle, base da organização logística, locais de propagação de ideologias necessária pra aceitação do “progresso”. Da fronteira urbana partem diversas outras, difundem-se modos de vida e de consumo do tempo e do espaço (BECKER, 1990). A explosão do urbano, em termos de Lefebvre (2001) é uma potência.

A explosão do urbano faz com que de forma material e virtual, por meio de signos e valores este chegue à quase todos os lugares. Não há, entretanto, uma conversão completa, uma modificação integral do que era antes. Por isso, trabalha-se aqui na perspectiva da coexistência de eras espaço-temporais. A propagação do urbano dá-se por muitos meios. O acesso a novas tecnologias, produtos, ideias, espaços, formas de viver e pensar criam sobreposições do que é entendido como tradicional (ou aquilo que resiste) e o que é entendido como moderno (ou aquilo que transforma). Resistir equivale a manter valores, práticas e espaços que não correspondem à *era do urbano-industrial*⁶⁵. Entende-se que as práticas de resistência amazônicas relacionam-se fortemente com manifestações da cultura camponesa (expressa localmente em diversas identidades e identificações). As transformações, por sua vez, apontam para a chegada de algo novo, a ideia do moderno (e de tantos outros nomes a ele atribuídos), que muitas vezes desarticula e des-envolve. Mas, afinal, é possível falar em separações tão claras do que são transformações e do que são resistências?

Ao tratar do conceito do espaço periurbano e de suas diversas formas de manifestações, defronta-se como um híbrido (cidade-campo; urbano-rural), que passa a ser mosaico (terra-água-floresta-construção; social-ambiental-econômico-político-cultural; tempo-espaço-vida). No espaço periurbano não é plausível trabalhar com excludências. Não dá para dizer: até aqui é, aqui já não é mais. Por isso é tão difícil medi-lo, delimitá-lo, legislar sobre ele, ainda que fazer estas coisas emergja como uma prioridade no contexto atual. Assim também as manifestações socioespaciais, que são também ambientais, políticas, culturais, não se enquadram apenas em transformações e resistências. Traços, características e manifestações de tradicional-moderno; cidade-campo; urbano-rural coexistem. Não são completos, decisórios, limitantes. Pessoas e seus modos de vida plurais re-existem. São muita coisa, são o que foram, são o que são, são o que desejam. Nesta perspectiva resistir é lutar pelo que se foi-é, um passado presente. Re-existir é entender o

⁶⁴ Lefebvre (1999).

⁶⁵ Idem.

que se foi e lutar pelo que se é-será, um presente futuro que resiste e transforma, tudo ao mesmo tempo. Nas re-existências há manifestações das *eras rural, do urbano-industrial e da urbano-utopia*⁶⁶. As re-existências incluem movimentos de resistências e de transformações e abrem a possibilidades de superação dos estereótipos. Em vez de uma Amazônia (criada), pode-se trabalhar com muitas (reais).

Re-existir implica reconhecer que a Amazônia é mais que um lugar de natureza exuberante e povos idealizados. A partir dessa visão idealizada criam-se oposições e hierarquizações entre natureza e cultura, progresso e atraso, tradição e modernidade (PORTO-GONÇALVES, 2008, 2019). Constrói-se a imagem do tradicional como o selvagem, o primitivo, aquele que se liga a natureza e depende dela, por isso considerado como atrasado, violento e ilegal (ideia que pauta a criminalização de alguns movimentos sociais). Ao mesmo tempo, outras imagens são construídas para os povos considerados tradicionais, criando um mito do bom selvagem (PORTO-GONÇALVES, 2008) que os descreve como puros, de boa índole, amigos da natureza (criação de imagens idealizadas de indígenas, quilombolas, ribeirinho entre outros). Nestas imagens a floresta deveria permanecer imutável, intocada e quem mora nela também. Estas imagens idealizadas e estereotipadas da natureza local e dos grupos que com ela convivem de forma mais direta só reforçam formas de exclusão (CRUZ, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2008, 2019), pois negam a possibilidade de re-invenção e re-existência dos povos originários e tradicionais. Se estes não correspondem à imagem idealizada, tem suas identidades, identificações e direitos negados.

A criação de imagens opostas (o que é *versus* o que não é) é muito útil para quem deseja transformar a região. Quando se cria a imagem do que é o atraso, com ela implicitamente traz-se a ideia do que é a modernidade. Valores como concorrência, competição e consumo surgem como o que há de mais novo e qualquer coisa fora disso é considerada atraso. Hierarquiza-se para definir qual a meta, o local de chegada, como se o caminho fosse igual para todos. Assim, modernidade e colonialidade funcionam como uma unidade dialética, uma existe mediante a existência da outra (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Assim como os espaços, estes grupos, entendidos como originários e/ou tradicionais, interagem e integram o movimento de coexistência de eras. São partícipes da *era rural*⁶⁷, mantém identidades coletivas, partilham saberes e por vezes a terra, mas também integram a *era do urbano-industrial*⁶⁸, fazem parte das transformações de ser e estar no mundo, vivem economias capitalistas, interagem com a tecnologia, partilham com o resto do mundo ideias, roupas, modos de agir e ser. Estes grupos são também ativos na

⁶⁶ Lefebvre (1999).

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

construção da *era da urbano-utopia*⁶⁹, por lutarem pela politização e conscientização do coletivo, da apropriação dos espaços como locais de vida, da aceitação das diversidades como elementos de partida.

Re-existir implica também reconhecer que a Amazônia é mais que uma reserva de recursos. Existe vida no hoje, no dia a dia. Não é possível pensar a Amazônia apenas como região periférica, como local passado (idealizado, de atraso) ou de futuro (salvação do planeta, portadora de riquezas múltiplas de exploração) (PORTO-GONÇALVES, 2008, 2019). É preciso afirmar que no hoje há muita coisa, muita vida, muitos problemas reais, do mundo real. Vista apenas como região periférica

[...] a Amazônia nunca é; é sempre o *vir-a-ser*. E esse *vir-a-ser* nunca é o *vir-a-ser* das suas populações que, na região, constroem no seu dia-a-dia suas vidas, suas histórias, seus espaços, suas culturas. Ao contrário, é o *vir-a-ser* daqueles que vêm a região pelo seu potencial de exploração futura. É, na verdade, uma reserva de recursos (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 25).

Re-existir parte da existência de modos de vidas e saberes múltiplos. Não se trata da idealização de que tudo e todos aqui convivem de forma perfeita com a natureza, longe disso. Re-existir é lidar com os desafios da vida do hoje, de gente que tem desejo, de gente que compra, de gente que vende. Porto Gonçalves (2008) destaca que não é possível pautar-se em uma unidade regional. A construção de identidades coletivas deve ser cautelosa, para que não seja sempre a partir de uma negação. O não colonizador, o não nativo, o não branco. Re-existir é, portanto, uma permissão de (re)invenção cotidiana que parte da superação da(o):

(1) a separação natureza-sociedade, (2) a dicotomia espaço-tempo, (3) a visão linear da história (evolucionismo) e (4) o etnocentrismo, ou melhor, a colonialidade do saber e do poder que ainda prevalecem nas análises acerca da região (PORTO-GONÇALVES, 2019, p. 19).

A superação de tantas dicotomias ou pré-suposições só pode ser feita por lutas coletivas. Como exemplo emblemático tem-se o movimento dos seringueiros no Acre na década de 1970, que buscou conter a derrubada da floresta. Houve a reivindicação da posse dos que já habitavam e trabalhavam na área dos seringais. Discutiu-se, sob a liderança de Chico Mendes, que modelo de reforma agrária de fato os contemplaria. Houve uma aproximação com o debate ecológico e pregou-se que “não há defesa da floresta sem os povos da floresta” (frase de Chico Mendes). Como proposição defendeu-se as reservas extrativistas com usufruto coletivo, manutenção da floresta e possibilidade de produção/extração de quem já habitava as áreas dos seringais em questão (PORTO-GONÇALVES, 2008).

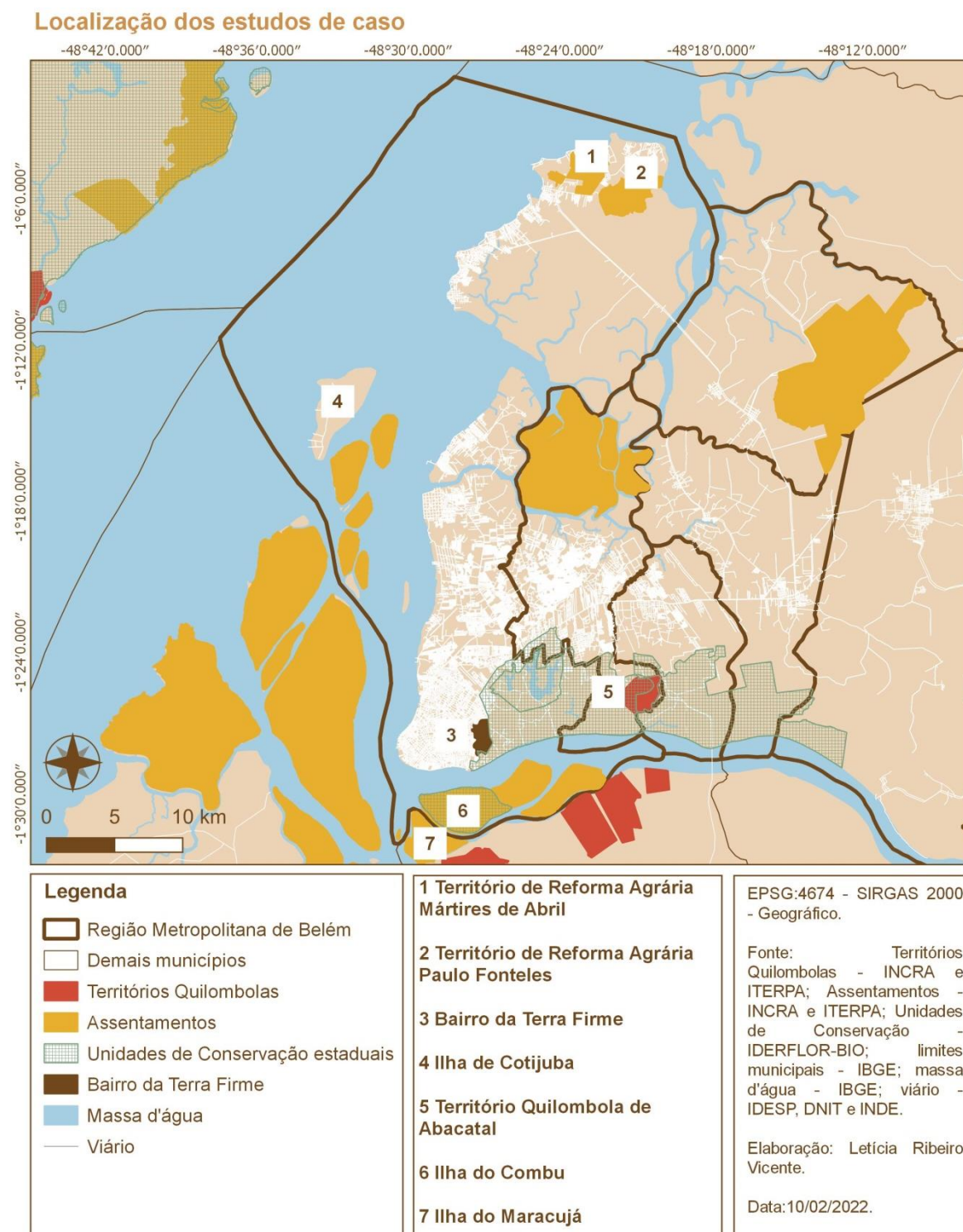
⁶⁹ Lefebvre (1999).

Outras diversas lutas e re-existências são pautadas por camponeses, ribeirinhos, pescadores, populações negras remanescente de quilombo, quebradeiras de coco de babaçu, populações periféricas nas cidades. Estes grupos lutam por suas pautas individuais, mas também se articulam na busca da defesa de uma pauta ecológica, da justiça social e pelo reconhecimento de garantias de direitos (PORTO-GONÇALVES, 2008).

5.1 Re-existências contemporâneas no espaço periurbano de Belém – PA

Apresentam-se a seguir exemplos de re-existências de grupos que habitam o espaço periurbano de Belém. De forma sintética são analisadas manifestações campesinas, do movimento social na parte insular, de um território quilombola e de uma ilha com ocupação ribeirinha. Em seguida aprofunda-se a análise a partir do detalhamento do estudo de caso da ilha do Maracujá, que também possui modo de ocupação ribeirinho e autodeclaração de parte dos moradores como quilombolas. Os casos apresentados a seguir encontram-se na figura 28.

Figura 28: Localização dos estudos de caso.



Fonte: elaborado pela autora.

5.1.1 Manifestações do campesinato na RMB: a atuação do Grupo de Consumo Agroecológico (GRUCA) e da Associação de Produtores da Terra Firme

A ilha de Mosqueiro (integrante do município de Belém, como já citado anteriormente) abriga uma diversidade de usos e modos de viver. Há expansão urbana periférica, construções ligadas ao turismo, comunidades ribeirinhas, uma comunidade remanescente de quilombo e também comunidades camponesas, com destaque para seus três Territórios de Reforma Agrária (TRA) reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) após a luta de movimentos sociais.

Durante a pesquisa do projeto Contracartografias, em parceria com um dos bolsistas da pesquisa (estudante de Geografia da UFPA, agricultor e coordenador do GRUCA), foi possível entrar em contato com famílias de dois TRAs, o Mártires de Abril (TRA-MA) e o Paulo Fonteles (TRA-PF)⁷⁰ (ver figura 29). O surgimento destes TRAs liga-se à trajetória de ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que na década de 1990 passou a reivindicar espaços de moradia em latifúndios na RMB.

As áreas onde hoje se situam os TRA-MA e TRA-PF consistiam em fazendas/latifúndios improdutivos. A fazenda ocupada para o TRA-MA se chamava TABA. Nela existia uma antiga área abandonada de monocultura de coco, extração (ilegal) de pedra e práticas de exploração sexual infantil, conforme denunciado por moradores do entorno. Em 1999 o MST organizou a ocupação da área, que passou por quatro reintegrações de posse e quatro sucessivas (re)ocupações. Durante o período das ocupações iniciais, organizaram-se coletivos internos, de educação e formação. Em 2001 a fazenda foi desapropriada e criou-se o Projeto de Assentamento Casulo Mártires de Abril, que na época contou com incentivos para compra de insumos, construção de moradias e obteve parcerias com organizações externas. O TRA-PF nasce da ocupação da fazenda Baía do Sol em 2003, com um processo de negociação não violento, que em 2006 é reconhecido pelo INCRA com a criação do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles. Durante os anos que se seguiram às instalações dos TRAs diversas parcerias formaram-se entre os coletivos dentro dos territórios e instituições, como a UFPA (BASTOS; PINHO, 2021).

⁷⁰ Os principais resultados das coletas de campos, nas quais a pesquisadora esteve envolvida, foram apresentados no livreto “Turma da Beira nos Territórios de Reforma Agrária de Mosqueiro” (BASTOS; PINHO, 2021), utilizado aqui como embasamento para tratar dos TRA-MA e TRA-PA.

Figura 29: Fotos dos TRAs Mártires de Abril e Paulo Fonteles, ambos na ilha de Mosqueiro em Belém (PA).



Fonte: imagens da esquerda – fotos de drone capturadas por Beatriz Andrade (2021); imagens da direita – fotos de Beatriz Andrade (2021).

Nos TRAs MA e PF vivem cerca de 350 famílias. Antes de morarem nos TRAs essas famílias, que contavam com origens rurais, habitavam majoritariamente a periferia de Belém. As ocupações consistiram, portanto, em uma forma de reencontro com a ruralidade, ou com as raízes camponesas, bem como a possibilidade de melhoria de vida a partir da conquista de seu próprio lote, da moradia e de terra para o desenvolvimento de uma produção agroextrativista (BASTOS; PINHO, 2021).

Destaca-se que o imaginário popular sobre Mosqueiro não a classifica como uma ilha de práticas agrícolas, mas sim a vincula ao turismo e às praias de rio. Entretanto, dentro dos TRAs e em outras partes da ilha há articulações entre formas de viver e produzir ligadas ao campesinato. Nos TRAs as práticas econômicas misturam a subsistência, a produção para venda (na ilha e em feiras da parte continental de Belém) e a venda da força de trabalho fora dos TRAs (para trabalhar nas barracas da praia, no comércio local). Em alguns casos há o desejo de viver apenas da produção do lote, mas a dificuldade de viabilizar a produção e a venda tornam necessários sistemas de trabalho híbridos, dentro e fora do lote (BASTOS; PINHO, 2021).

É importante ressaltar que dentro dos TRAs existem práticas de economia solidária, com trocas, permutas e mutirões. Essas práticas são possíveis devido a vínculos comunitários por meio de associações, mas também de laços de vizinhança, parentesco, religião e afeto. Apesar da manutenção desses vínculos, não é possível falar em unanimidade de pensamento sobre o que deve ser feito dentro dos TRAs. As pressões urbanas, principalmente no TRA-MA, que se encontra à margem de uma via movimentada dentro da ilha, levam a divisões e venda de lotes para pessoas de fora, e conversão de usos agrícolas para outros, ligados, por exemplo, ao turismo (BASTOS; PINHO, 2021).

Como forma de fortalecer as práticas agrícolas (sem veneno) e a justiça socioespacial surge em 2014 o GRUCA que consiste em um grupo de consumo responsável (BASTOS; PINHO, 2021). O grupo busca aproximar os produtores dos consumidores, criando reflexões e práticas sobre uma cadeia de produção que seja melhor para ambos. A partir de seu coordenador, que recolhe a produção de algumas famílias de TRAs da ilha de Mosqueiro e de outros da RMB, há distribuição dos produtos para os consumidores, que possuem acesso à informação de onde vem cada alimento e quem o produz. Eventualmente desenvolvem-se experiências comunitárias nos lotes ou em locais parceiros produzindo trocas entre quem produz e quem consome. Os consumidores também interagem e recebem informações a partir de um grupo de mensagens instantâneas (*whatsapp*). A venda dos produtos vinculados ao GRUCA era normalmente feita no Ponto de Cultura Alimentar-IACITATA. Entretanto, com a chegada da pandemia, os pedidos passaram a ser feitos em loja virtual e entregues em domicílio (ver figura 30).

Figura 30: Manchete que destaca a produção de alimentos nos TRAs Mosqueiro e a atuação do GRUCA e página do site de vendas dos alimentos da parceria do GRUCA + IACITATA.



Fonte: disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/09/assentamentos-do-mst-produzem-alimentos-livres-de-veneno-com-base-agroecologica>. Acesso em: 10 de jan. de 2022; disponível em: <https://paneiro.cestaagroecologica.com.br/>. Acesso em: 01 de mar. de 2022.

Os TRAs da ilha de Mosqueiro são apenas dois exemplos de manifestações camponesas no espaço periurbano da RMB que viabilizam alimentos que chegam às feiras de Belém. Além da produção das ilhas de Belém e entorno, destacam-se a produção familiar

agroextrativista de comunidades nos municípios de Ananindeua, Benevides, Santa Izabel e Santa Bárbara. Ressalta-se, entretanto, que há redução do número de envolvidos no agroextrativismo familiar urbano e periurbano devido à pressão por urbanização das terras onde essas famílias habitam e a concorrência com a produção rural em larga escala que utiliza agrotóxicos e diminui o preço final, criando uma concorrência desigual com os pequenos produtores (CARDOSO; MIRANDA, 2018).

Como exemplo de expulsão de famílias de agricultores pela intensificação da urbanização tem-se o caso dos moradores que ocupavam uma área do bairro da Terra Firme⁷¹. Estes se deslocaram forçadamente da área pela diminuição de áreas disponíveis para a plantação de hortas e criação de animais. A produção além de ser utilizada para consumo próprio era vendida nas feiras da 25 e do Ver-o-Peso. Até o final da década de 1980 a Associação de Produtores da Terra Firme contava com dezoito famílias associadas. Nesta década surgiram conflitos locais pela intensificação da ocupação da área de várzea, inviabilizando áreas coletivas de coleta e plantação, a exemplo dos açais. A partir de um acordo da Associação com a Central de Abastecimento do Pará (CEASA) e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) as famílias passaram por um processo de remanejamento, com destinação de áreas de produção no entorno da CEASA, sem, entretanto, garantirem área de moradia próxima à produção, o que desarticulou a maior parte das famílias produtoras. Hoje apenas 4 lotes de produção existem na área destinada ao remanejamento, com apenas uma família morando no local (OLIVEIRA; CARDOSO, 2018) (ver figura 31).

⁷¹ Bairro de Belém antes integrante de seu espaço periurbano e hoje considerado como uma periferia próxima.

Figura 31: Fotos da área de produção de uma família dentro da CEASA.



Fonte: fotos de Thales Miranda e Letícia Vicente (2018).

Segundo relatos, após o processo de remanejamento algumas famílias da Associação permaneceram no bairro da Terra Firme, perdendo sua condição de produtores agroextrativistas. Outras se mudaram para áreas mais distantes em Ananindeua e Benevides, conforme apontado em entrevistas coletadas por Oliveira e Cardoso (2018) e nas pesquisas de campo efetuadas por Cardoso e Miranda (2018). Cortando a área da CEASA está em processo de aprovação a construção de uma rodovia (Rodovia Liberdade), que impactará em comunidades tradicionais do entorno e facilitará novos vetores de expansão urbana, dificultando a manutenção dos produtores na área (OLIVEIRA; CARDOSO, 2018). Estes dados ilustram as dinâmicas de transformações que integram a produção socioespacial do espaço periurbano de Belém.

Durante as pesquisas de campo nos TRAs MA e PF identificam-se semelhanças com os resultados de pesquisa levantados por Cardoso e Miranda (2018) e Oliveira e

Cardoso (2018) em outras comunidades periurbanas da RMB. As moradoras dos TRAs entrevistadas destacaram a necessidade de consorciar local de produção com local de moradia e apontaram a falta de apoio/políticas públicas recentes para manutenção da produção e destinação de venda. Chamaram atenção também os desejos de promoção do turismo de base comunitária como forma de complementar a renda e de manutenção da vida ligada à terra. Nas falas houve destaque ainda para a incerteza quanto ao futuro da manutenção do lote e modo de vida pelas próximas gerações devido à desvalorização da condição camponesa.

5.1.2 Manifestações do movimento social na Belém insular: a atuação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMiB) na ilha de Cotijuba, Belém - PA

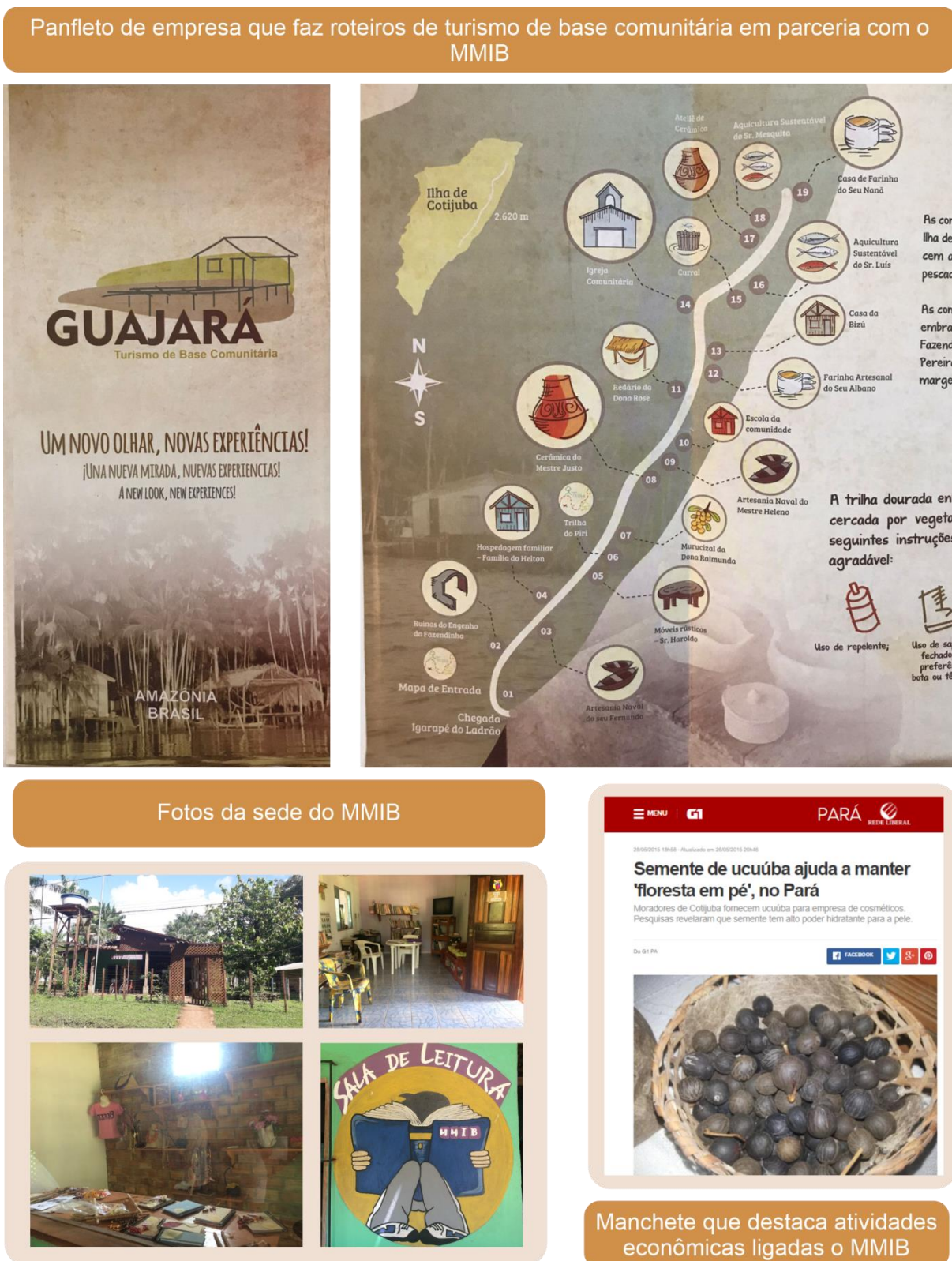
Cotijuba é uma ilha com diversos usos históricos. Antigo território Indígena Tupinambá, local de um engenho com funcionamento de mão de obra negra escravizada, colônia de japoneses, local da construção de um reformatório infanto-juvenil e de presídios. Atualmente a ilha é habitada por famílias que vivem do comércio, do agroextrativismo familiar e do turismo ligado às suas praias de água doce. A ilha possui uma condição híbrida, parcialmente entendida como área urbana e parcialmente como ambiente rural (BRILHO, 2015; VICENTE *et al*, 2022).

Destaca-se na ilha a resolução de demandas cotidianas (transporte, acesso a serviços, formas de obtenção de renda) a partir de coletivos e movimentos sociais. Dentre estes se encontra o Movimento de Mulheres das ilhas de Belém (MMiB). O MMiB foi criado em 1998 como um coletivo sem fins lucrativos. O Movimento derivou de uma antiga associação de agricultores, dissolvida por brigas internas. Segundo relato coletado em campo, as mulheres integrantes dessa antiga associação não tinham voz e poder decisório, e por isso se separaram para criarem suas próprias articulações. O MMiB surgiu buscando proporcionar: capacitação profissional, fortalecimento comunitário, geração de renda, e projetos de inclusão social com destaque para as discussões de gênero (CARDOSO; VICENTE; OLIVEIRA, 2019).

Desde sua criação o MMiB articulou diversos projetos. Em 1999 o Movimento recebeu seu primeiro financiamento externo para o desenvolvimento do projeto Sons da Ilha, que através da concessão de bolsas de estudo capacitou 50 jovens para criação de instrumentos musicais a partir do reaproveitamento de madeira. Depois desse primeiro projeto houve maior articulação de um grupo mulheres que hoje, depois de 20 anos ainda atuam no Movimento e integram a coordenação local, conforme relato coletado em campo com a coordenadora atuante em 2019.

O MMIB conta com uma sede na ilha de Cotijuba. O espaço foi adquirido e reformado por meio de financiamento coletivo. Diversos tipos de encontros e eventos acontecem nele: reuniões internas e comunitárias, eventos, festividades, cursos, capacitações, oferta de atividades físicas coletivas, trocas e vendas de produtos produzidos pelas integrantes. Além de contar com espaço para encontros, na sede há também uma área para venda de produtos vinculados ao MMIB, como camisas e biojóias produzidas localmente. Há também uma sala de leitura aberta à comunidade que conta com mais de 300 livros. Atualmente o Movimento se organiza para ofertar opções de passeios de turismo de base comunitária, com alimentação, deslocamento, informação sobre a história local, trilhas e vivências que envolvem agricultura, extrativismo, artesanato e contato com diferentes paisagens e modos de viver da ilha (ver figura 32).

Figura 32: Panfleto de turismo de base comunitária, sede do MMIB e manchete que retrata a atividade extrativista local.



Fonte: pesquisa de campo (2019); fotos de Rafaela Oliveira (2019) e Letícia Vicente (2019); disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/05/semente-de-ucuuba-ajuda-manter-floresta-em-pe-no-para.html>. Acesso em 10 de jan. de 2022.

Desde 2002 o movimento firmou uma parceria com a Empresa Natura. As famílias parceiras fornecem à empresa produtos cultivados e coletados localmente como a pripioca e o tucumã. Na pesquisa de campo a então coordenadora do MMIB destacou que apesar da parceria estimula-se que as famílias tenham uma produção diversificada para que não tornem sua renda dependente apenas do vínculo com a empresa. Outras entidades colaboradoras, destacadas no blog do MMIB⁷², são: o Instituto Peabiru, a Mapinguari Design, o FMAP, o GMB e a empresa e Beraca.

5.1.3 Manifestações quilombolas no século XXI: o Território Quilombola de Abacatal (TQA), Ananindeua - PA

Durante a pesquisa do projeto Contracartografias, em parceria com uma das bolsistas da pesquisa (estudante de Ciências Sociais na UFPA, quilombola e liderança dentro do TQA), foi possível acessar entrevistas realizadas no território, bem como dados coletados na associação de moradores e relatos pessoais de vivências da bolsista. Somam-se a estes dados a pesquisa de campo realizada pela pesquisadora no TQA no ano de 2018.

O TQA se localiza na área rural do município de Ananindeua. Antes o acesso ao território era feito através do igarapé Uriboquinha, onde ainda hoje reside uma parte ribeirinha da comunidade. Hoje o acesso é feito pela estrada do Aurá, que dista aproximadamente 7 km de distância da BR 316 (que interliga a RMB). Nas entrevistas os moradores de Abacatal se autodeclararam quilombolas, comunidade negra e rural com descendência de africanos escravizados com relato histórico a partir de 1710. Após conflitos violentos na década de 1980, que incluiu a derrubada das casas de moradores quilombolas, em 1999 o território foi reconhecido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) que concedeu o título de posse coletiva.

Dentro do TQA a terra é coletiva⁷³, mas há partilha de lotes entre as famílias. Os lotes são passados e repartidos de pais para filhos. Pessoas de fora ingressam na comunidade apenas através de uniões conjugais, não sendo permitida a venda de lotes para pessoas externas. Atualmente a associação dos moradores estima que moram 152 famílias no território.

Nas entrevistas desenvolvidas pela bolsista de pesquisa moradora do TQA, dentro do projeto Contracartografias, foi destacada a importância da organização coletiva para a manutenção da vida em comunidade. Nas falas percebeu-se que a ideia do que é um futuro

⁷² <http://movimentodemulheres-mmib.blogspot.com/>.

⁷³ O Instituto de Terras do Pará reconhece o Território Estadual Quilombola de Abacatal. Houve concessão de títulos domínio coletivo da terra em 1999 (317,9366 ha) e 2008 (265.3472 ha), totalizando uma área de 583,2838 ha.

desejável para as novas gerações está diretamente ligada à preservação do território como um espaço coletivo e de expressão de identidade.

A organização social e política local tem como associação principal a associação de moradores, intitulada de Associação de Moradores e Produtores Quilombolas de Abacatal e Aurá (AMPQUA). Existem também grupos e movimentos culturais como a banda Toró-Açu, o grupo de dança Swing Quilombola, e os grupos de produção artesanal Saberes do Quilombo, Três Marias e Yas Pretas (ver figura 33). Além destes, atuam no TQA movimentos da igreja católica, evangélica e de uma Ceara. O TQA conta com festas e festividades divididas ao longo do ano, que incluem eventos religiosos e culturais, como as festas do Tucupi e do Produtor Rural e os festivais do Licor e do Açaí. No TQA também são desenvolvidos projetos em parceria com instituições como a FASE, a EMATER e a UFPA. Ressalta-se que dentro da organização comunitária existe um grande protagonismo das mulheres.

Figura 33: Grupos dentro do TQA e manchetes que destacam a relação entre artesanato, subsistência e o manejo da terra, bem como o protagonismo das mulheres dentro do território.

Grupo Swing Quilombola



Banda Toró Açú



Destaque ao artesanato, subsistência e manejo da terra

Lyá Pretas Licor e Arte



Artesanato e a subsistência são todos retirados da terra no quilombo do Abacatal

Por G1 PA — Brasil



Sabores do Quilombo e as Três Marias



Destaque ao protagonismo feminino dentro do TQA

Brasil de Fato

Início Opção Política Eleições Rumores Cultura Geral Saúde Internacional Esportes Rádios

INÍCIO > GERAL

LUTA

Mulheres são linha de frente no combate a ações predatórias em quilombo no Pará

Comunidade paraense resiste a uma série de intervenções: substação de energia elétrica, ferrovia e poluição fluvial

Catrina Barbosa
Brasil de Fato | Ananindeua (PA) | 08 de Janeiro de 2020 às 15:10

Ouçã e áudio:



Fonte: disponível em:
https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1027862680728487&id=100005142942515. Acesso em 10 dez. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/BANDA-TOR%C3%93-A%C3%87%C3%9A-183815892239154/photos/>. Acesso em 10 dez. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/IYAPRETAS?rdc=1&_rdr. Acesso em 10 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/e-do-para/noticia/2020/11/07/artesanato-e-a-subsistencia-sao-todos-retirados-da-terra-no-quilombo-do-abacatal.ghtml>. Acesso em 10 dez. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/Amandaquilombola/posts/2905448442800827?_rdc=1&_rdr. Acesso em 10

dez. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/08/a-resistencia-feminina-quilombola-em-um-territorio-de-lutas>. Acesso em 10 dez. 2020.

As economias locais misturam práticas agroextrativistas familiares nos lotes com empregos formais e informais dentro e fora do território. Há plantação de roça de mandioca, produção de carvão, pesca, caça, criação de animais, cultivo de árvores frutíferas, hortas e de plantas de uso medicinal. O que não é produzido no território precisa ser adquirido fora. A relação dos moradores do TQA com o centro do município de Ananindeua é realizada diariamente pela necessidade de compra e venda de produtos e também para acesso a serviços como educação (a partir do ensino fundamental maior) e saúde especializada.

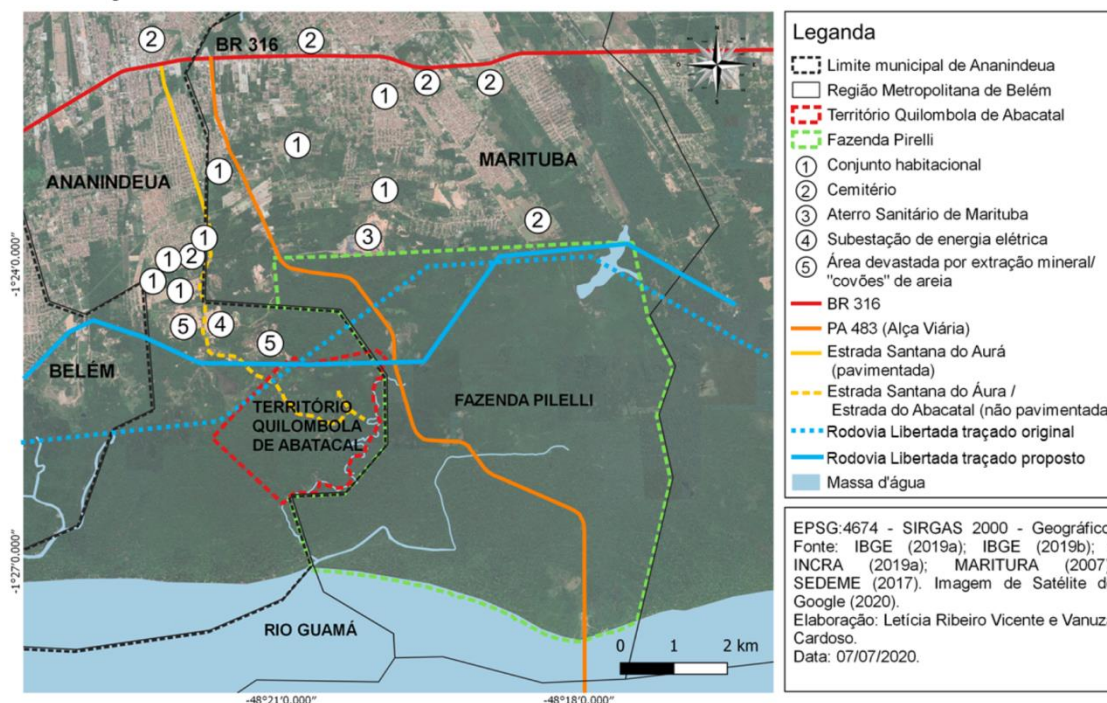
Durante as entrevistas algumas das reivindicações foram: a melhoria da estrada de acesso, a melhoria de infraestruturas e oferta de serviços como os de saneamento básico, a oferta de ensino médio, uma praça e um espaço cultural. O lazer dentro do TQA dá-se hoje nos encontros familiares e comunitários, nos bares locais, nos jogos de futebol e nos banhos de igarapé.

As respostas de como os moradores imaginam o TQA daqui a 10 anos mostraram preocupação com empreendimentos e projetos que ameaçam o território em nome de um suposto progresso. Algumas das ameaças mais antigas ao TQA são: depósitos irregulares de lixo e extração de areia da estrada de acesso. De forma mais recente, há o avanço da urbanização com a construção de uma subestação de energia elétrica, a proposta da construção da Rodovia Liberdade (também mencionada no caso da CEASA), a construção de conjuntos habitacionais com despejo irregular de esgoto no rio que corta o TQA e o aumento expressivo da violência na estrada de acesso, com casos de tráfico de drogas, assaltos e sequestros (ver figura 34). As ameaças ao TQA foram apontadas nas pesquisas de campo como exemplos do racismo ambiental.

Figura 34: Ameaças ao TQA.



Ameaças ao Território Quilombola de Abacatal



Fonte: Imagem Google Earth (2020); Foto acervo PNCSA (2015); elaborado pela autora.

O ser quilombola no século XXI inclui além da manutenção de “tradicionalidades”, que possibilitam os vínculos coletivos, o reconhecimento de direitos e a luta para a superação dos preconceitos que as pessoas de fora dos territórios têm em relação aos moradores desses locais. Um importante avanço para as comunidades quilombolas é o acesso à UFPA por meio do Processo Seletivo Especial Quilombola, que ocorre desde 2012. Segundo os dados do Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos entre 2013 e 2018 houve 1.204 ingressos de estudantes quilombolas (de diversos territórios do Estado do Pará e de outros estados do Brasil) na UFPA. Dentro da Universidade esses estudantes

organizam-se através de uma associação, que protagoniza conquistas, como a destinação de sede própria desde 2017 (GOMES *et al.*, 2021).

5.1.4 Manifestações ribeirinhas na metrópole: a ilha do Combu, Belém – PA

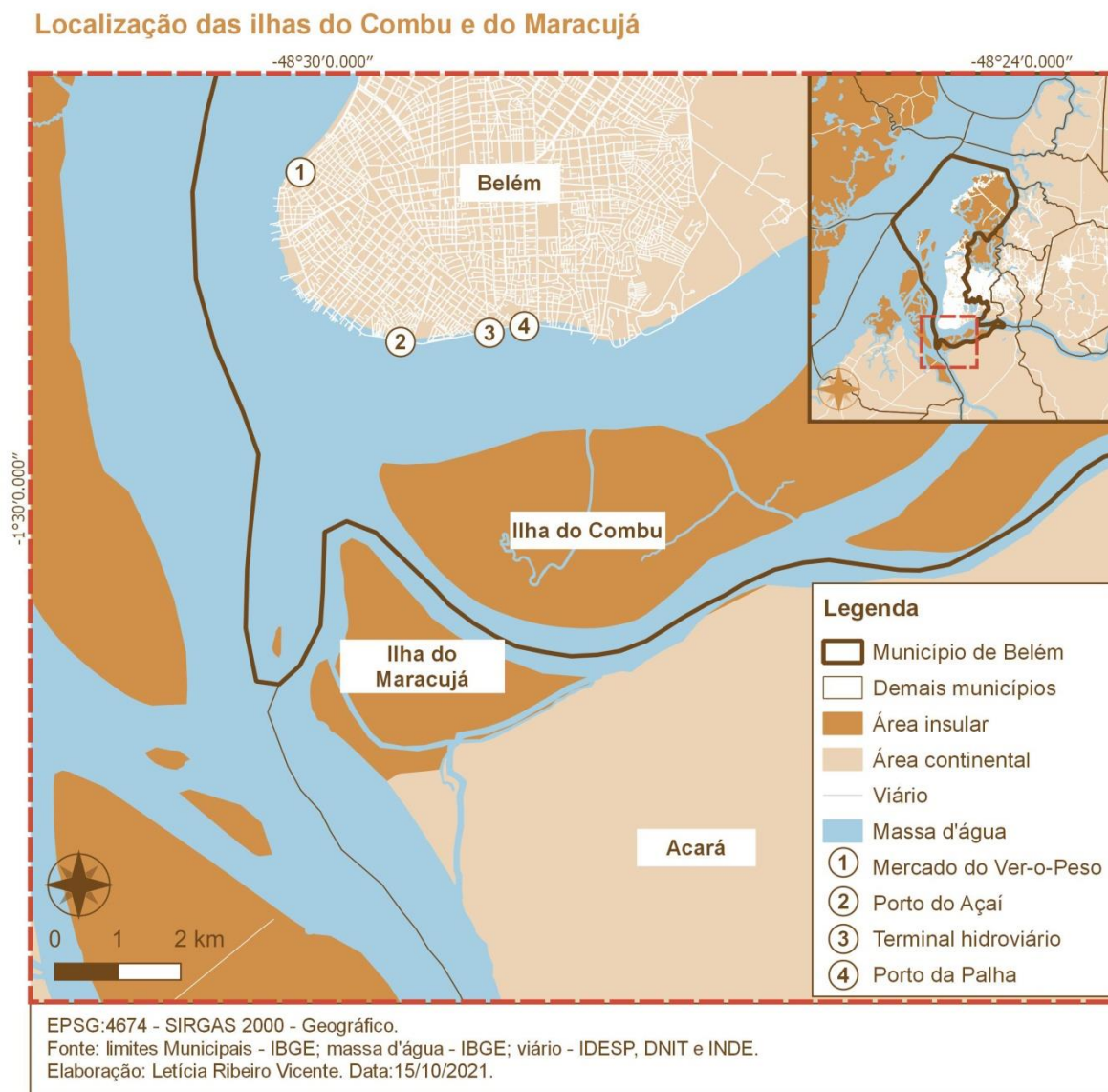
A ilha do Combu localiza-se a 1,5 km do centro da cidade de Belém (na parte continental). Segundo entrevistas e relatos históricos coletados por Rodrigues (2006) a ilha nos séculos XVIII e XIX foi local de moradia de ex escravizados negros. Os relatos mais consolidados sobre a ocupação da ilha datam do início do século XX. Esta ocupação mais recente foi feita por famílias oriundas de áreas rurais de outros municípios do Pará e de outros estados do Brasil (DERGAN, 2006). Consolidou-se na ilha neste século o modo de vida ribeirinho, com construção de casas em palafitas, forte ligação com o rio e economias de agroextrativismo familiar (DERGAN, 2006; RODRIGUES, 2006). Segundo entrevistas realizadas na década de 1980 os moradores ampliaram seu conhecimento sobre a ilha pertencer ao município de Belém, e não ao do Acará como era comumente conhecido. Com esta informação e a partir de lutas comunitárias nas décadas seguintes foi possível trazer serviços para a ilha como escolas e uma unidade básica de saúde.

Um marco na mudança de uso e ocupação do solo na ilha do Combu foi a chegada de energia elétrica no início da década de 2010, que somada à proximidade de deslocamento (aproximadamente 15 minutos de deslocamento fluvial da parte continental até a ilha) resultou na difusão de um “turismo de experiência” na ilha, com sua inclusão no circuito gastronômico de Belém. Nos últimos anos houve o parcelamento (criação de lotes) para venda, a chegada de pessoas de fora da ilha, criação de restaurantes e construção de casas de veraneio. Com isto, nota-se a diminuição das áreas ocupadas por cada família, alteração dos tipos de economia praticados e dos tipos de vínculos sociais previamente estabelecidos (VICENTE *et al.*, 2022).

De acordo com respostas obtidas em entrevistas realizadas na ilha, a noção de união, comunidade, laços familiares e vizinhança alterou-se muito com o aumento populacional da ilha e com a chegada de pessoas de fora. Hoje se percebe que prevalecem interesses de beneficiamento individual em vez de uma junção comunitária para resolução de problemas. O aumento da pressão urbana na ilha (turismo, regularidade de transporte, comercialização da terra) gera diversos impactos socioambientais como erosão, poluição do rio, poluição sonora e violência. A ilha mistura o ser ribeirinho “tradicional”, o ser ribeirinho como experiência a ser desfrutada, o ser ribeirinho do século XXI e a ruptura do ser ribeirinho para a chegada de outra coisa. Destaca-se, entretanto, que apesar do aumento de iniciativas turísticas ligadas a pessoas de fora da ilha, observam-se também articulações de turismo de base comunitária.

Por suas características que misturam transformações, resistências e re-existências a ilha do Combu foi escolhida como caso um caso de comparação em relação ao caso da ilha do Maracujá, selecionado para maior detalhamento (ver figura 35). Destaca-se que apesar da semelhança do território (ilha com terreno de várzea e ocupação ribeirinha) a ilha do Combu passa atualmente por transformações que estão em fase inicial na ilha do Maracujá.

Figura 35: Localização das ilhas do Combu e do Maracujá.



Fonte: elaborado pela autora.

5.2 Caracterização da ilha do Maracujá a partir da Pesquisa Ação

A ilha do Maracujá está localizada no município do Acará (PA), mas mantém forte relação com Belém pela sua proximidade por via fluvial. À primeira vista a ilha do Maracujá

expressa um modo de vida tradicional (ribeirinho e quilombola, conforme descoberto em campo) contido em um espaço rural, mas a aproximação do caso através do projeto Contracartografias permitiu perceber nuances que ilustram a coexistência de eras espaço-temporais utilizadas como base teórica neste trabalho.

A interação com moradores da ilha do Maracujá foi realizada a partir da técnica de Pesquisa Ação. Esta é um tipo de metodologia social que surge a partir do questionamento de paradigmas e práticas até então adotadas, consideradas “clássicas” ou convencionais, pautadas em observações positivistas, na quantificação de dados empíricos sem considerar a interação entre os pesquisadores e as situações pesquisadas (THIOLLENT, 1986). A metodologia da Pesquisa Ação posiciona-se, então, como forma alternativa de pesquisadores e grupos proporcionarem soluções a situações vividas, constituindo uma ação que entrelaça diferentes atores, teoria e prática, intervenção e produção do conhecimento (TOLEDO; JACOBI, 2013; THIOLLENT, 1986; TRIPP, 2005). Na Pesquisa Ação deve existir interatividade, aprendizado mútuo, automobilização e empoderamento, de modo que esta seja o ponto de partida de uma transformação social (TOLEDO; JACOBI, 2013).

Para utilização da técnica da Pesquisa Ação, contou-se, dentro do projeto Contracartografias, com o apoio do pesquisador Edigar Freire, estudante de nutrição da UFPA, morador da ilha do Maracujá, ribeirinho e quilombola. O pesquisador participou de todas as etapas da coleta e análise de dados, bem como possibilitou as duas pesquisas de campo realizadas na ilha. Devido à necessidade de distanciamento social por causa da pandemia da COVID 19, a parceria com o pesquisador morador foi essencial. Ele desempenhou o papel de mediação entre a equipe do projeto de pesquisa e os moradores da ilha. Houve adaptações das etapas da Pesquisa Ação para o modo remoto, contando com utilização de aplicativo de mensagens instantâneas (*Whatsapp*) para comunicação rápida, plataforma de vídeo-chamada (*Google Meet*) para reuniões semanais e espaço interativo *online* (*Padlet*) para criação de murais coletivos de diário de campo e transcrição das entrevistas.

A pesquisa na ilha do Maracujá construiu-se a partir de revisão bibliográfica e documental, 20 entrevistas estruturadas (ver Apêndice 1) com moradores da ilha (entre os dias 20/08/2020 e 25/11/2020), observação direta participante (por parte do morador) e não participante (entre os demais membros da equipe de pesquisa), duas pesquisas de campo com entrevistas não estruturadas, levantamentos fotográficos (por meio de câmeras e da captura de imagem via drone) e espaciais. Durante a construção coletiva da pesquisa surgiu a demanda das próprias comunidades para a elaboração de produtos que pudessem causar um impacto prático a partir de representações das histórias, vivências, possibilidades e desafios diários pelos moradores. Os produtos finais específicos da ilha do Maracujá foram

dois vídeos-relatórios, um livreto ilustrado e um jogo, disponível nas versões *Android* e *web*⁷⁴.

5.3 A produção socioespacial ribeirinha e quilombola na ilha do Maracujá

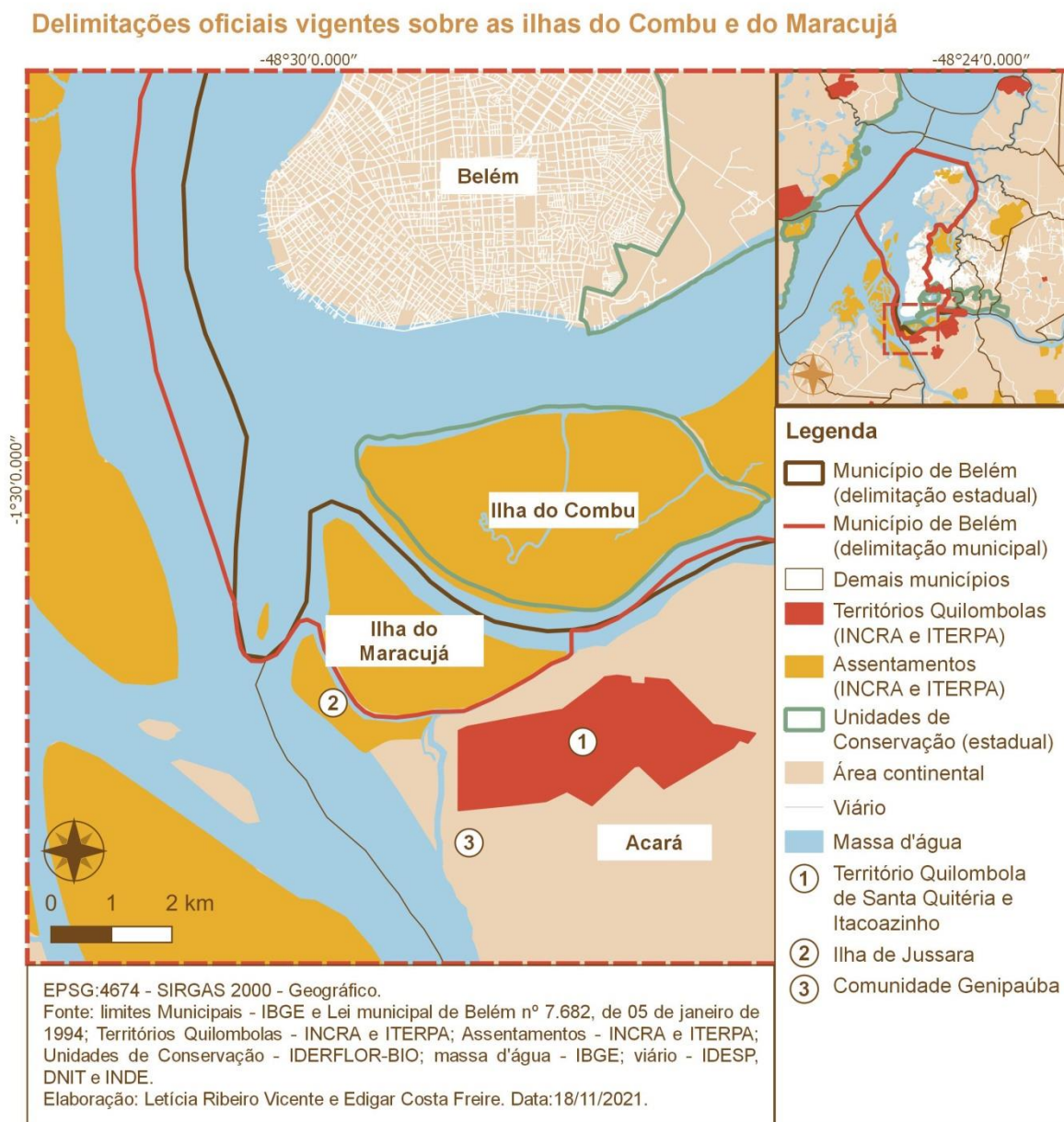
A ilha do Maracujá localiza-se ao sul do município de Belém. É um território de ocupação ribeirinha pertencente à União por consistir em terra de marinha. A ilha faz parte de um Projeto de Assentamento Extrativista criado em 2008 que também inclui a ilha dos Papagaios e a de Jussara, com 143 famílias no total (INCRA, 2019). Na ilha do Maracujá, estima-se que existem 135 casas onde moram aproximadamente de 495 pessoas (MÁCOLA *et al*, 2017). Essas pessoas têm a posse das suas áreas de moradia por conta do Termo de Autorização de Uso concedido pela União, que lhes dá permissão para morar e manejar espécies extrativistas da área.

Há divergência entre o governo estadual e a prefeitura de Belém sobre a qual município a ilha pertence. Segundo a delimitação estadual (PARÁ, 1948; PARÁ, 1955; PARÁ, 1993), a ilha do Maracujá (também identificada em alguns mapas e documentos como Cintura) pertence ao município do Acará. As delimitações municipais de Belém (BELÉM, 1994; BELÉM, 1996) a consideram como parte da capital do estado.

O conflito de demarcação gera repercussões nas cartografias oficiais que compõem a base de dados de planejamento (ver figura 36). O IBGE considera a delimitação estadual e classifica os setores censitários da ilha do Maracujá como pertencentes ao município do Acará. Entretanto, na delimitação do Plano Diretor municipal de Belém (BELÉM, 2008) e nas demais cartografias da prefeitura a ilha aparece dentro do município de Belém, demarcada inclusive como Zona Especial de Interesse Ambiental, o que confere a ela restrições de uso e construção. Silva e Tourinho (2017) ao entrevistarem técnicos responsáveis pela elaboração da cartografia municipal de Belém obtiveram como respostas à divergência de delimitações vigentes sobre a ilha do Maracujá o fato de que quando as legislações municipais foram criadas a prefeitura não dispunha de recursos tecnológicos suficientes para apontar limites precisos.

⁷⁴ O projeto de pesquisa produziu ao todo (incluindo todos os territórios estudados) 15 vídeos, 2 animações, 6 livretos e um jogo. Todos os produtos podem ser acessados a partir do site: www.contracartografias.com.

Figura 36: Delimitações oficiais vigentes sobre as ilhas do Combu e do Maracujá.



Fonte: elaborado pela autora.

De forma legal entende-se que a delimitação estadual é a que prevalece, inclusive é a que é reconhecida pelos moradores, que se identificam como acaráenses. Durante as pesquisas de campo, nas quais se realizaram as entrevistas semi-estruturadas, foi possível constatar que a ilha é sede de zona eleitoral do Acará. Entretanto, parte dos moradores possui título eleitoral em zonas de Belém. Isto se dá devido ao maior vínculo com a parte continental de Belém, a 6 km de distância (em linha reta do centro da ilha até o Porto do Açaí), do que com a sede municipal do Acará (cidade do Acará), que dista aproximadamente 60km (em linha reta do centro da ilha até o centro da cidade).

A ilha do Maracujá foi selecionada como recorte de estudo por suas características espaciais (ilha na várzea com ocupação de baixa densidade) e sociais (identificação local com o modo de vida ribeirinho). A partir das primeiras conversas com o pesquisador morador da ilha do Maracujá, integrante do projeto Contracartografias, descobriu-se que parte dos moradores da ilha também se reconhece como quilombola, apesar do território ainda não ser demarcado pelos órgãos competentes. As entrevistas revelaram que esse reconhecimento dá-se porque na parte de terra firme do Acará, ao sul da ilha, existe o Território Quilombola de Santa Quitéria e Itacoãzinho (ver figura 36), de onde descende boa parte dos atuais moradores da ilha. Na última década observou-se o crescente (re)conhecimento local como quilombola, o que levou a criação de associações que hoje permitem aos moradores o acesso a políticas públicas específicas, a exemplo do Processo Seletivo Especial Quilombola realizado pela UFPA.

Além das demarcações oficiais vigentes sobre a ilha e seu entorno, observou-se que existe a percepção de comunidades ou subcomunidades dentro da própria ilha (ver figura 37). Pelo que foi possível constatar a partir das entrevistas, esta percepção deriva-se inicialmente da noção de comunidades católicas, que na ilha dividem-se em três, a de São Benedito (parte norte da ilha), a de N^a S^a do Perpétuo Socorro (parte sul da ilha) e a de São João Batista (no igarapé do Maracujazinho que corta a ilha ao meio). As percepções locais dividem a ilha em três subcomunidades, a de São Benedito (que coincide com a comunidade católica), a do Maracujá (parte sul da ilha, equivalente a comunidade de N^a S^a do Perpétuo Socorro) e a do Maracujázinho (no igarapé do Maracujazinho, equivalente a comunidade católica de São João Batista).

Figura 37: Esquema de como os moradores entendem as comunidades e subcomunidades dentro da ilha do Maracujá.



Fonte: Pesquisa de Campo (2020). Elaboração: Beatriz Andrade, Leticia Vicente e Edigar Costa.

Hoje na ilha existem quatro capelas católicas, sendo a de São João Batista construída em 2020. Destaca-se que os centros comunitários da ilha funcionam em barracões acoplados a estas capelas. A religião católica foi apontada nas entrevistas como a mais antiga e predominante entre os moradores. Nota-se mais recentemente a chegada de igrejas evangélicas na ilha e no entorno. A introdução de novas religiões é um aspecto relevante, pois altera noções de família, comunidade e festividades.

Quando perguntado sobre a história da ilha do Maracujá os moradores responderam recordando antigas narrativas de seus avós e lembranças de quando eram crianças (no caso dos nascidos na ilha) ou de quando se mudaram (no caso dos que chegaram depois). Algumas respostas de destaque foram que a ilha possuía o nome Rio Santiago, que os moradores pagavam aluguel para uma família que se dizia dona da ilha e que no início existiam poucas casas e famílias. Alguns moradores apontaram que a ocupação inicial da ilha se deu a partir de 3 famílias. Outra entrevistada disse que na década de 1960 existiam 18 famílias na ilha. Esta descreveu os nomes e localizações aproximadas de moradia, tornando possível uma reconstituição da distribuição espacial (ver figura 38).

Figura 38: Esquema das 18 famílias que moravam na ilha do Maracujá na década de 1960 segundo relato de entrevistada.

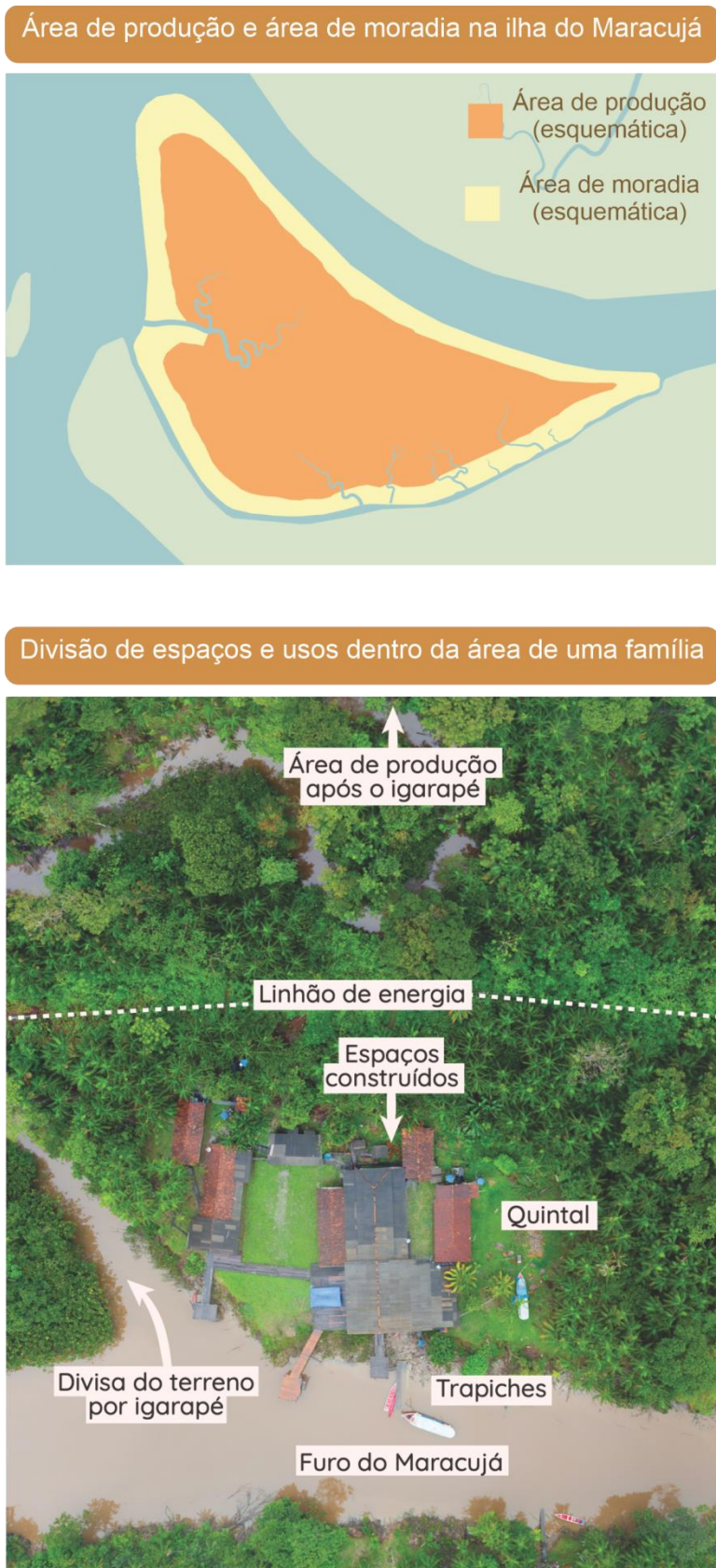


Fonte: Pesquisa de Campo (2020). Elaboração: Beatriz Andrade, Leticia Vicente e Edigar Costa.

Tratando-se das formas de uso e ocupação do solo na ilha algumas falas dos moradores entrevistados mencionaram que no passado existiam poucos açazais. Esses foram plantados gradativamente pelas famílias para consumo e venda, indo ao encontro da ideia da floresta amazônica como uma floresta produzida. Hoje, mesmo com bem mais casas e famílias a ilha ainda mantém sua característica de ocupação ribeirinha, que se baseia no manejo da natureza como meio de manutenção da vida.

As casas em palafita localizam-se nas bordas da ilha e de um furo (braço de rio) interno chamado de Maracujazinho (figura 39). No entorno das casas, a vegetação é mais espaçada, formando clareiras que delimitam um quintal. Neste são plantadas árvores frutíferas e em alguns casos criados animais. A parte interna da ilha é utilizada como local de produção. Os principais frutos extraídos são o açaí e o cacau, e para a limpeza dos terrenos derrubam-se açazeiros para retirada de palmito. O linhão de energia, que passa no fundo das casas, acaba servindo de divisão entre a área de moradia e a área de produção ou extração (ver figura 39).

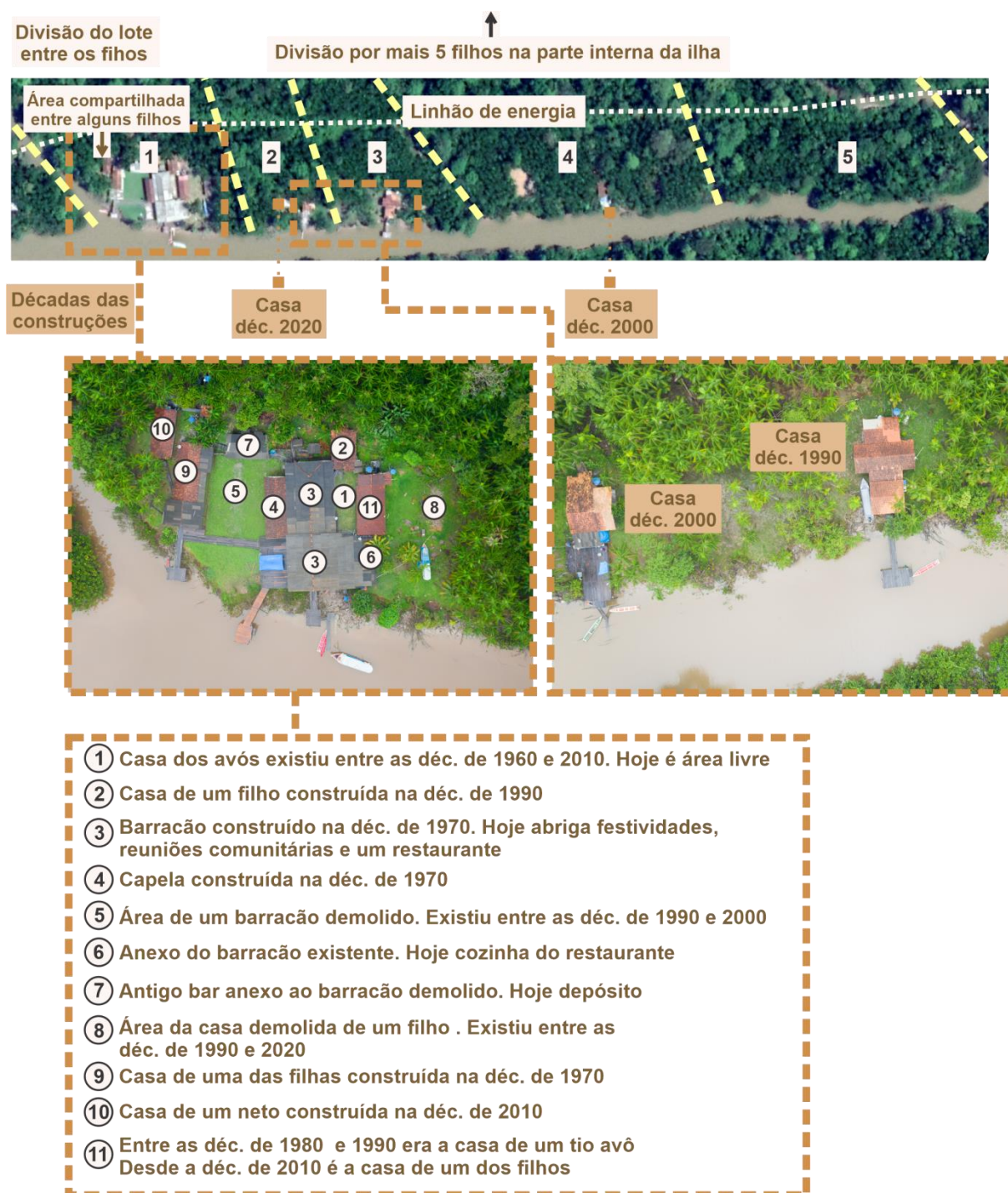
Figura 39: Divisão esquemática da área de produção e da área de moradia na ilha do Maracujá e dos espaços e usos dentro da área de uma família.



Fonte: Imagem de drone – Beatriz Andrade (2021); pesquisa de campo (2021). Elaboração: Beatriz Andrade, Letícia Vicente e Edigar Costa.

Quando há permanência e crescimento da família, a área de moradia e produção passa a ser dividida para abrigar os filhos e os netos. A divisão não é feita com cercamento, mas sim por vegetação, igarapés ou pedaços de madeira. Segundo respostas dos entrevistados predomina entre os moradores a boa vizinhança e o respeito. Cada um sabe onde começa e acaba sua parcela de terra. Na figura 40 é possível ver o esquema de divisão feito por uma família da ilha. Existe uma área compartilhada entre a família e outros moradores da ilha, que abriga uma igreja e um barracão para festividades e atualmente funciona também como restaurante. A parcela de terra da família, antes pertencente aos avós, hoje é dividida entre os filhos. Os que ainda moram na ilha construíram suas casas nas margens do rio. Os filhos que não moram mais na ilha têm direito a áreas na parte interna da ilha, utilizada como local de produção.

Figura 40: Exemplo da divisão da área de uma família ao longo do tempo.



Fonte: Google Earth (2020); Imagem de drone – Beatriz Andrade (2021); pesquisa de campo (2021). Elaborado pela autora.

Na figura 41 é possível ver a árvore genealógica da mesma família citada acima. Algumas pessoas se mudaram da ilha do Maracujá, mas a maioria permanece até hoje morando na área da família, que foi dividida entre eles. Este tipo de configuração familiar é comum na ilha. Foi apontado durante as entrevistas que a permanência dos membros da família na ilha garante a continuidade dos modos de vida e das tradições.

Figura 41: Exemplo de configuração de uma família na ilha do Maracujá.



Fonte: pesquisa de campo (2021). Elaborado pela autora.

Nas falas dos entrevistados, a união foi uma palavra muito utilizada, tanto para descrever as relações já existentes, quanto para as relações que eles desejam no futuro. Os moradores afirmaram que desejam que a paz e a tranquilidade da ilha permaneçam, e que as famílias possam reivindicar e garantir seus direitos junto ao governo para conseguirem melhorias como na escola, no posto de saúde, no transporte, na água e no tratamento do lixo.

Na figura 42 é possível ver a demarcação de alguns equipamentos e espaços públicos e/ou comunitários utilizados pelos moradores da ilha do Maracujá e seu entorno. A localização destes espaços foi feita com auxílio do pesquisador morador da ilha, das entrevistas, e do mapeamento através de imagens de satélite. Os equipamentos públicos e comunitários da ilha são um posto de saúde, dois campos de futebol, duas igrejas evangélicas e cinco capelas católicas, às quais são vinculados três barracões que funcionam como centros comunitários e espaços de festas e festividades. Os campos de futebol foram listados como locais de encontro e lazer. Na ilha do Maracujá não existe instituição de ensino. Os moradores utilizam escolas na parte de terra firme do Acará e também na ilha do Combu. Para realização do ensino médio e superior os alunos precisam se deslocar para a parte continental de Belém. Outro equipamento identificado foi o posto de saúde local, descrito como ainda precário.

Figura 42: Esquema de equipamentos públicos e locais comunitários da ilha do Maracujá e entorno.



Fonte: Pesquisa de Campo (2020). Elaboração: Beatriz Andrade, Leticia Vicente e Edigar Costa.

A infraestrutura e serviços públicos são inexistentes (abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo) ou precários (energia oscilante, posto de saúde não equipado). Destaca-se que a resolução de demandas cotidianas é em muitos casos feita a partir de mutirões comunitários, a exemplo da implantação de um ponto de coleta de água encanada, em 2020 (ver quadro 7).

Quadro 7: Infraestruturas e serviços na ilha do Maracujá.

Energia elétrica	Em 2017, moradores instalaram uma rede de energia clandestina. Em 2018, a companhia de energia local regularizou esta rede instalando na ilha um linhão de energia elétrica.	
Água	Não existe na ilha rede de abastecimento de água. Esta é comprada em garrafas para consumo. Em 2020 os moradores se reuniram em mutirão para implantação de água encanada que pode ser retirada em um ponto específico.	Mutirão para implantação de água encanada
Esgoto	Não existe rede de coleta de esgoto, então os moradores procuram soluções individuais como fossas sépticas.	
Lixo	Não existe coleta de lixo. Cada família é responsável por queimar seu lixo.	
Internet	Não existe sinal regular de internet de nenhuma operadora. Cada família tem que adquirir uma antena rural, mas tem todas as condições.	



Fonte: pesquisa de campo (2020 e 2021). Foto de Edigar Costa (2020). Elaborado pela autora.

As formas de organização social na ilha do Maracujá estão vinculadas a grupos e coletivos. Alguns citados foram a colônia de pescadores, a associação de moradores, as associações quilombolas, um antigo grupo de dança (não mais existente), os times de futebol (masculinos e femininos) e as igrejas evangélicas e católicas. Os grupos permitem a organização de festas e festividades que acontecem nos barracões dos centros comunitários e nos campos de futebol.

Os principais tipos de economias praticadas pelas famílias da ilha do Maracujá são a pesca, a coleta/extrativismo (com destaque para o açaí, o cacau e o palmito) e empregos em Belém. O local mais citado na venda da produção foi o Porto do Açaí. Chama a atenção a mistura de produção para venda e também para o consumo próprio, o que faz com que nem todo alimento demande dinheiro, garantindo segurança alimentar. Há também práticas de economia solidária, como troca de produtos e serviços e também um grupo de mensagens instantâneas (*Whatsapp*) criado entre os moradores para a venda de seus produtos durante a pandemia. Outra prática econômica que começa a despontar na ilha é o turismo ligado a restaurantes, inspirados na visibilidade já adquirida pela ilha do Combu.

Foram identificadas conexões urbano-rurais na ilha do Maracujá. Nas entrevistas os moradores informaram que para suprirem suas demandas diárias realizam deslocamentos frequentes. O acesso a variados serviços especializados (saúde, educação) e comércio (compra de alimentos e outros) acontece na parte continental de Belém. Essa também é o local de venda em feiras e portos dos produtos extraídos na ilha. Na terra firme do município do Acará os moradores acessam educação e lazer. Na ilha do Combu encontram educação, saúde e lazer (ver figura 43). Outros fluxos marcados na figura 43 relacionam-se à fala de

uma moradora que apontou que na década de 1960 as famílias da ilha do Maracujá pagavam aluguel no Porto do Sal para pessoas que se diziam donas da ilha. Além disso, a moradora lembrou que um dos locais de venda da produção da ilha era o antigo Copala, ao lado da UFPA.

Figura 43: Esquema de fluxos de deslocamentos dos moradores da ilha do Maracujá.



Fonte: Pesquisa de Campo (2020). Elaboração: Beatriz Andrade, Leticia Vicente e Edigar Costa.

5.4 A coexistência de eras espaço-temporais na ilha do Maracujá

Entende-se que o entrelaçamento das transformações, resistências e re-existências permite a compreensão da coexistência de eras espaço-temporais no espaço periurbano de Belém. As resistências ligam-se a noção de uma apropriação espaço-temporal lenta, vinculada ao deslocamento fluvial e aos ciclos da natureza. As transformações ligam-se às apropriações espaço-temporal rápidas, que incluem ideais de modernização historicamente apresentadas para a região, a exemplo da integração rodoviária e da chegada de novos marcos tecnológicos (PORTO-GONÇALVES, 2005; CRUZ, 2008). Coexistem de maneira dialética o velho e o novo, o tradicional e o moderno, o rápido e o lento (CRUZ, 2008). A partir do entendimento Lefebvrino:

percebe-se uma dupla complexidade para análise da realidade social: a horizontal e a vertical. A horizontal indica as diversidades espaciais das relações sociais, enquanto a complexidade vertical está na identificação do tempo de cada relação social, desdobrando-se em espacialidades e temporalidades desencontradas e coexistentes (SOUZA, 2009, p.3).

A história espacial da Amazônia constituiu-se através de um tempo que vinculou eventos naturais (cíclicos) às relações de produção humana (MAGALHÃES, 2016). O tempo cíclico possui atrelado a si uma relação espacial que prioriza o contato com o rio e com as áreas produtivas. Em comunidades onde ainda predomina o modo de produção agroextrativistas familiar, o espaço funciona como subsídio a casa e a uma extensão produtiva dessa (quintal, mata, rio). Quando há alteração do uso e ocupação do solo para o turismo, ou para produção habitacional, a dinâmica social, espacial e temporal é alterada, passando a perceber-se um espaço que se assemelha à cidade e um tempo linear (cronológico, ligado ao calendário civil). Um trecho de entrevista realizada com uma moradora da ilha de Cotijuba ilustra uma forma de percepção temporal ligada aos ciclos da natureza:

Você vê aqui que ainda têm árvores, né? E todas as árvores dão frutas. Olha você vê uma mangueira dessa dá frutas, tem caju aqui que por época dá fruta. Quem tem cupuaçu, dá fruta, então eu espero que as pessoa saiba preservar esse meio ambiente, porque é uma coisa muito boa você ir ali e dizer 'puxa eu tenho um cupuaçu', ir lá e deixar o cupuaçu cair porque ele tem que cair, né? não adianta você arrancar porque ele não presta, não tá bom. Ele só tá bom quando cai, né? A manga também é a mesma coisa, não adianta você tirar verde, porque se você tirar verde não é o mesmo gosto que quando você butar ela pra amarelar. Ela não vai ter aquele mesmo gosto de quando ela tem o tempo dela pra amadurecer, pra ... não é verdade? (trecho de entrevista com H., 54 anos, moradora da ilha de Cotijuba, realizada em 21 de outubro de 2019).

A entrevista demonstra a possibilidade de consumo familiar a partir da vegetação do entorno, e, ao mesmo tempo, uma concepção temporal ligada às etapas do amadurecer, que sinalizam um ciclo natural. Estes ciclos naturais diversos passam por diversas intervenções e transformações. Constata-se, entretanto, que a mudança temporal ocorre primeiro que a espacial, na medida em que a mentalidade é alterada, com a introdução de novos ideais de modernidade e desenvolvimento, através da intervenção estatal, interação com a cidade e a mídia (internet, televisão). Então, depois, o espaço é gradativamente transformado, ainda que de forma incompleta pelo contexto periférico amazônico. Essas transformações perpassam multiescalas, que vão desde a vida cotidiana até a extensão regional.

Utilizou-se a ilha do Maracujá para identificação do entrelaçamento das *eras rural, do urbano-industrial e da urbana-utopia*, apresentadas por Lefebvre (1999). A ilha do Maracujá, bem como outras ilhas de ocupação ribeirinha, expressa a *era rural* na medida em

que ainda possui arranjos ligados às práticas de comunidades tradicionais. Quando se perguntou para os moradores o que eles consideram rural na ilha, obteve-se como resposta a natureza, tranquilidade, o açaí, a pesca, a água, o céu limpo. Algumas pessoas disseram que tudo na ilha é rural.

Um dos primeiros elementos que permite a identificação da *era rural*⁷⁵ na ilha do Maracujá são as formas de uso e ocupação do solo. O território da ilha foi dividido a partir de acordos tácitos familiares que são preservados por boas relações de vizinhança e o respeito entre os moradores. Posteriormente, esses acordos foram regularizados pela autorização, de moradia e realização de atividades extrativistas, concedida pela União⁷⁶. A principal fonte de renda dos moradores da ilha também é um indicativo da *era rural*⁷⁷, pois se liga ao manejo da terra, com extração de frutos e pesca. A noção de tempo não é pautada apenas em definições oficiais, mas inclui ciclos da natureza como o tempo de seca e cheia do rio, ligado à dinâmica da várzea, e o tempo da safra dos frutos, que determina a condição de trabalho, subsistência e renda familiar. A cosmovisão das famílias ribeirinhas inclui racionalidades da *era rural*⁷⁸, por ainda pautar-se em muitas situações pelo valor de uso e controle dos recursos de forma comunitária, como exemplificado em trecho de entrevista realizada com um morador da ilha do Maracujá:

Eu acho que o que divide, o que divide tudo aqui é o respeito um pelo outro, né? nós não temos cerca, é... não não temos muro pra dividir, então é tudo... um sabe onde é o lugar do outro. Eu sei onde o é o lugar do... onde começa... onde começa e termina a minha parte e o vizinho sabe também o dele. Então o que... o que impede uma coisa da outra aqui é o respeito que a gente tem um pelo outro. Ainda temos, né? Esse respeito um pelo outro (trecho de entrevista com D.J.S.S., 35 anos realizada em 30 de outubro de 2020).

A fala expressa uma divisão de terras feita em acordo comunitário pautado em um elemento não material, o respeito. Entende-se que na medida em que a racionalidade da *era do urbano-industrial*⁷⁹ chega aos lugares, esta transforma modos de vida antes não mercantilizados, produz cercamento de terras e violência.

A *era rural*⁸⁰ também é percebida na ilha do Maracujá nas formas de reconhecimento e autodeclaração, ligadas a grupos étnicos e/ou formas de vida e apropriação territorial. A maioria dos entrevistados se autodeclarou quilombola, seguido pelo termo ribeirinho. Alguns falaram serem os dois. Outras formas de reconhecimento citadas foram negro, lavradora, descendente de indígena e agricultora. Para quem se declarou

⁷⁵ Lefebvre (1999).

⁷⁶ A Secretaria do Patrimônio da União concedeu em 2008 aos moradores então residentes na ilha do Maracujá Termos de Autorização de Uso.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

ribeirinho foi perguntado o que era ser ribeirinho. Algumas respostas foram “morar na ilha, morar no mato, comer o que colhe, trabalhar com açaí, não precisar de dinheiro para pegar um peixe, morar na beira do rio, viver fora do estresse urbano e usufruir da natureza”. As pessoas que se declararam quilombolas falaram que ser quilombola é “ser negro, trabalhar com roça, vir de um povo que sofreu e triunfou, ter ancestralidade, e ser descendente de escravos”. Chamou atenção que alguns associaram o ser quilombola a morar na terra firme (em menção ao Território Quilombola oficialmente demarcado na parte de terra firme do Acará), mas outros reafirmaram que ser quilombola é uma identidade não ligada só à terra firme, mas à origem do povo.

A manutenção de fortes vínculos comunitários também é uma evidência da *era rural*⁸¹. A organização social permite a continuidade de antigas festividades na ilha (muitas ligadas à igreja Católica) e a introdução de novos eventos, que compõem um calendário local (ver quadro 8). Por meio da pesquisa de campo foi possível constatar que pelo menos nove meses do ano são cobertos por diferentes eventos que reúnem os moradores da ilha e do entorno.

Quadro 8: Calendário de eventos comunitários na ilha do Maracujá.

Abril	• Festival do Camarão
Maio	• Festival do Maracujá
Junho	• Festividades de São João Batista e São Pedro
Julho	• Festival do Divino Espírito Santo
Agosto	• Festividades de São Benedito e N ^a S ^a dos Remédios*
Setembro	• Festividade de N ^a S ^a do Perpétuo Socorro
Outubro	• Festividade de N ^a S ^a de Nazaré
Novembro	• Festividade de N ^a S ^a das Graças
Dezembro	• Evento Luz da Amazônia • Evento Solteiro e Casado (torneio de futebol entre as comunidades)

* A festividade de N^a S^a dos Remédios não é mais realizada, mas foi citada durante as entrevistas.

Fonte: Pesquisa de Campo (2020). Elaboração: Edigar Costa e Letícia Vicente.

Os indícios da *era do urbano-industrial*⁸² também apareceram nas entrevistas com os moradores da ilha do Maracujá. O termo urbano foi associado à chegada da energia, do telefone, da internet, da televisão. Algumas pessoas também disseram que o urbano é na terra firme, fazendo menção à parte continental de Belém. O urbano por vezes não era

⁸¹ Lefebvre (1999).

⁸² Idem.

identificado pelos moradores na ilha. Esses afirmavam que tudo era rural, mas em algumas entrevistas o urbano foi vinculado aos meios de comunicação e à chegada de infraestruturas.

A introdução da ideia do lote enquanto espaço de apropriação privada e mercadoria, que já é percebida de forma marcante na ilha do Combu, começa a se estabelecer também na ilha do Maracujá. Essa passa a ter sua terra valorizada com a instalação da energia elétrica, que ocorreu em 2018. Percebe-se na ilha do Maracujá que já ocorre a conversão de uso para criação dos já citados restaurantes, que até o momento ainda pertencem aos moradores da ilha. De forma recente constatou-se também o parcelamento de algumas áreas de moradia em pequenos lotes para venda para pessoas de fora, o que pode vir a ameaçar os acordos comunitários já estabelecidos.

Durante as entrevistas a questão do parcelamento e venda de terras na ilha do Maracujá apareceu quando se perguntou que tipo de decisões eram tomadas individualmente e que tipo de decisões eram coletivas. Alguns moradores falaram que a venda de lotes é uma decisão individual, outros que esse tipo de assunto é decidido entre as famílias. Um entrevistado citou que a venda de lotes passa por uma conversa com a associação. Outras decisões coletivas faladas foram situações em que a comunidade precisa se unir para resolver problemas, como para construir a ponte que quebrou, para trazer energia e água.

A questão da conversão da terra em mercadoria (passagem do valor de uso para o valor de troca) é um dos exemplos da presença da *era do urbano-industrial*⁸³ nas ilhas de Belém e do seu entorno. A ilha do Combu é um exemplo claro de transformações, conforme já pontuado. Nela já há uma forte introdução da terra como mercadoria, desenraizando uma cultura antes estabelecida. Moradores da ilha do Maracujá comentam este processo e demonstram contradições em relação às mudanças ocorridas na ilha do Combu, pois ao mesmo tempo em que discordam da venda de terra para pessoas de fora, desejam o “progresso” e “desenvolvimento econômico” e a visibilidade trazida pelas práticas turísticas no Combu, conforme apresentado em trecho de duas entrevistas:

A ilha do Maracujá pelo menos são poucas as pessoas que estão vendendo [seus lotes], eu pelo menos acho que a gente não deve permanecer. Eu vejo dessa forma assim, o Combu é... eu acho assim que chegou um desenvolvimento pra eles, eles tão bem amparados, tem muitas coisas importantes lá dentro do Combu, a Universidade faz trabalho com eles lá, tem uma boa estrutura né? que a gente não tem aqui no Maracujá. Mas junto com isso também têm os problemas, né? que a gente sabe disso que pelo menos os restaurantes ali é muito importante, a economia cresceu, é desenvolveu, mas junto com eles vem também os problemas, a erosão, as voadeiras não respeitam, as lanchas não respeitam. Tá causando destruição também da natureza. E eu já gostaria que o Maracujá não fizesse parte desse contexto da destruição, que a gente permanecesse

⁸³ Lefebvre (1999).

nesse nível que a gente tá, né? (trecho de entrevista com C.F.S., 61, moradora da ilha do Maracujá, anos realizada em 20 de agosto de 2020).

Eu acho assim todo mundo tem o direito de trabalhar, ganhar o seu pão de cada dia. Mas da forma que tá acontecendo no Combu isso acaba desconstruindo a cultura local. E quando desconstrói cultura você constrói uma outra cultura em cima que não tem nada a ver com a localidade. Eu acho triste com a questão do Combu, né? porque eles perderam... eles perderam lá...é... a originalidade. Perderam a paz que se tinha na ilha, né? O povo da cidade quer vir muito no Combu, fala muito no Combu, mas aí o povo de lá não tem mais a tranquilidade que tinha antes. Que nós ainda temos aqui e eu espero que aqui não... não chegue tão cedo essa... (trecho de entrevista com D.J.S.S., 35 anos, morador da ilha do Maracujá, realizada em 30 de outubro de 2020).

Os processos de mudança ocorridos no Combu e comentados por moradores da ilha do Maracujá expressam a conversão de valores da *era rural* para a *era do urbano-industrial*, cada vez mais se perde características que foram destacadas como positivas pelos moradores nas entrevistas, como a tranquilidade e a paz. A ilha do Maracujá pode ser entendida como um contraponto da ilha do Combu. Ambas possuem territórios e ocupações iniciais similares (ilhas, várzea, ocupação ribeirinhas, práticas extrativistas), mas a visibilidade da ilha do Combu pela chegada de infraestrutura e serviços, e pela facilidade de acesso à parte continental, a tornou atrativa para um mercado de terras e turístico. Deste modo é possível visualizar um Combu “do passado” na ilha do Maracujá e ilhas do entorno da parte sul de Belém, assim como o Combu como ser “espelho” de um possível futuro se não houver controle da mudança de uso e ocupação do solo em curso.

Entende-se que a urbanização associada a ideais de “progresso”, “desenvolvimento” e “modernização”, ou o urbano como chegada da transformação, ocorre primeiro na mentalidade e só depois no espaço, como também constatado por Bibas (2018) em seu trabalho realizado na cidade ribeirinha de Afuá (PA).

Monte-Mór (2015) aponta que o subdesenvolvimento ao que estamos submetidos por nossa condição periférica tem como uma de suas marcas a “alienação das populações de si mesmas e dos seus espaços de vida” (MONTE-MÓR, 2015, p. 61). Além de não perceberem as contribuições (social, ambiental, econômico, cultural) de suas comunidades, diversos territórios tornam-se alienados pela chegada de novos paradigmas (formas de viver e se relacionar com a natureza) através dos meios de comunicação.

A captura das transformações, resistências e re-existências nas ilha do Maracujá e do Combu apareceu nas falas dos entrevistados e nos seus ambientes de entorno. Foi possível perceber no contraste dos sons, objetos e paisagens descritos a coexistência das diversas eras espaço-temporais (ver quadros 9 e 10). Ao mesmo tempo em que existia barulho de galinhas e crianças brincando no quintal, era possível ouvir o motor do barco, música de festas, propagandas na televisão. Os contrastes também são marcantes nas

tipologias das casas que transitam entre palafitas de madeira e de alvenaria, podendo-se já observar no Combu tipologias não palafíticas na construção de casas de veraneio.

Quadro 9: Exemplo de coexistências de eras espaço-temporais na ilha do Combu – Belém (PA).

Ilha do Combu - Belém (PA)



Fonte: foto de Letícia Vicente (2018).

Modo de vida entendido como tradicional:

Na foto uma das moradoras mais antigas da ilha está em sua casa, que é em palafita. Em frente à casa existe uma estiva ligada a um trapiche que dá acesso ao rio. Ao lado e atrás da casa, no quintal, há plantação de frutos e plantas artesanais. Na parte mais ao centro da ilha há extração do açaí pela família.

Na visita a moradora relatou que todo dia toma banho de rio e come açaí. Ao nos levar para conhecer o terreno, dona Angélica com mais de 90 anos entrou na floresta com os pés descalços, em conexão direta com a terra.

Tecnologias e impactos ambientais:

Na foto é possível ver um homem em um *jet ski* produzindo ondas que aceleram o processo de erosão da ilha.

Na ilha e entorno transitam diferentes tipos de embarcações, como canoas à remo, barcos e lanchas. O transporte fluvial antes marcado por um tempo lento de deslocamento tona-se cada vez mais acelerado e atrelado a um tempo rápido.



Fonte: foto de Thales Miranda (2018).



Importação da noção de lazer urbano e substituição do banho de rio:

Na ilha é cada vez mais comum a construção de piscinas e parquinhos infantis como forma de lazer em restaurantes.

Fonte: foto de divulgação em rede social (Instagram) do restaurante Casa Combu (@casacombubelem)

Contraste de paisagens:

Na imagem é possível ver, através do enquadramento da janela em madeira do barco, o contraste entre o *skyline* de prédios na parte continental de Belém e a floresta na ilha do Combu, que através de um olhar superficial parece uma paisagem pouco modificada.



Fonte: foto de Thales Miranda (2018).

Fonte: Pesquisa de campo (2018, 2020 e 2021). Elaborado pela autora.

Quadro 10: Exemplo de coexistências de eras espaço-temporais na ilha do Maracujá – Acará (PA).

Ilha do Maracujá - Acará (PA)



Fonte: foto de Edigar Freire (2019).

Celebrações comunitárias:

Na foto comemora-se a festividade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que ocorre na ilha do Maracujá no mês de setembro. Junto a ela outras diversas festividades católicas marcam o calendário local, com missas, novenas, elevação de mastro, queima de fogos, danças e músicas. Outros encontros, eventos, festas e festividades também acontecem na ilha, como o do Camarão, o do Maracujá, o Luz da Amazônia (ação social) e o encontro chamado de Solteiro e Casado, que é um torneio de futebol para confraternização comunitária.

Mistura de signos e símbolos:

A imagem de divulgação mistura elementos da tradição, marcados por 58 anos da festividade, e linguagens apropriadas do meio urbano. O encerramento da festividade foi marcado por Djs e sons de aparelhagem, que somados a estética de divulgação reproduzem uma cultura popular do brega / tecnobrega da periferia da parte continental.

Fonte: imagem de divulgação da festividade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.



Fonte: foto de Letícia Vicente (2021).

Sistema de objetos urbanos:

Na foto em frente a uma casa em palafita há um cartaz descrevendo serviços ofertados (manicure, pedicure, sobrancelha, celagem [sic], corte masculino e feminino, luzes, cílios).

Conexões incompletas:

A foto é de uma antena rural, único meio de obtenção de sinal de operadora e internet na ilha. Este é um exemplo da integração urbana em um lugar onde não há nem rede abastecimento de água.



Fonte: foto de Letícia Vicente (2021).

Fonte: Pesquisa de campo (2018, 2020 e 2021). Elaborado pela autora.

A coexistência de eras espaço-temporais expressa nos quadros 9 e 10 é, por vezes, apropriada pelo mercado para produção de discursos lucrativos. A imagem das ilhas de Belém e de seu entorno é vendida como espaço do refúgio, de contato com a natureza. No caso do Combu, que é uma ilha ribeirinha, existe a possibilidade de “passar o dia de nativo”, de tomar banho de rio, de comer peixe, tomar açaí. Historicamente a visão de povos ribeirinhos foi construída pelo olhar externo. Conforme apresentado por Cruz (2008), em alguns momentos predomina a invisibilidade apoiada na construção da Amazônia como vazio demográfico, em outros aparece uma visão romântica, a idealização do bom selvagem, percebe-se também o discurso da modernidade em contraposição à visão estereotipada do atraso do modo de vida dos povos tradicionais.

Cada um destes olhares é utilizado no momento que mais convém aos atores sociais com poder, como o Estado ou agentes privados. Em alguns casos, como o do Combu, a reinvenção do modo de vida ribeirinho, que passa a ser “turistificado” (mercantilização da cultura) consiste em uma estratégia de mercado que muitas vezes aliena o turista sobre toda destruição subjacente à cadeia produtiva. Percebe-se apenas uma miragem do instantâneo, que oculta à criação de problemas locais, como a erosão pelo aumento da velocidade dos barcos, a mudança de usos e hábitos, ou a produção do lixo. Há a criação da idealização e difusão de estereótipos, ocultando-se a multiplicidade de processos correntes no espaço periurbano, favorecendo atores que lucram com as transformações.

A ilha do Maracujá expressa coexistências de eras espaço-temporais. O tempo da *era rural*⁸⁴, circular (ou cíclico) é percebido e vivido através da movimentação da água, do tempo da pesca, das safras de produção do açaí e outros frutos, das estações do ano, das festividades de santo e festas locais comunitárias. Especialmente nota-se o destaque da relação com a várzea e com o rio e a necessidade de espaços vegetados para o manejo da produção. Outras percepções são trazidas com o advento da *era do urbano-industrial*⁸⁵, que introduz racionalidades distintas das ligadas à natureza. Incluem-se, então, feriados civis, horários comerciais, regulação do trabalho em dias e horas, alteração da noção de trabalho e lazer, criação de embarcações velozes, e aumento do contato próximo com a tecnologia digital.

Por fim, aponta-se que a concretização da *era da urbano-utopia*⁸⁶ no caso da ilha do Maracujá é possível a partir de uma articulação entre as transformações (chegada da tecnologia, melhoramentos dos serviços básicos, instalação de equipamentos públicos que atendam as demandas) e as resistências (valorização do comunitário, tomada de

⁸⁴ Lefebvre (1999).

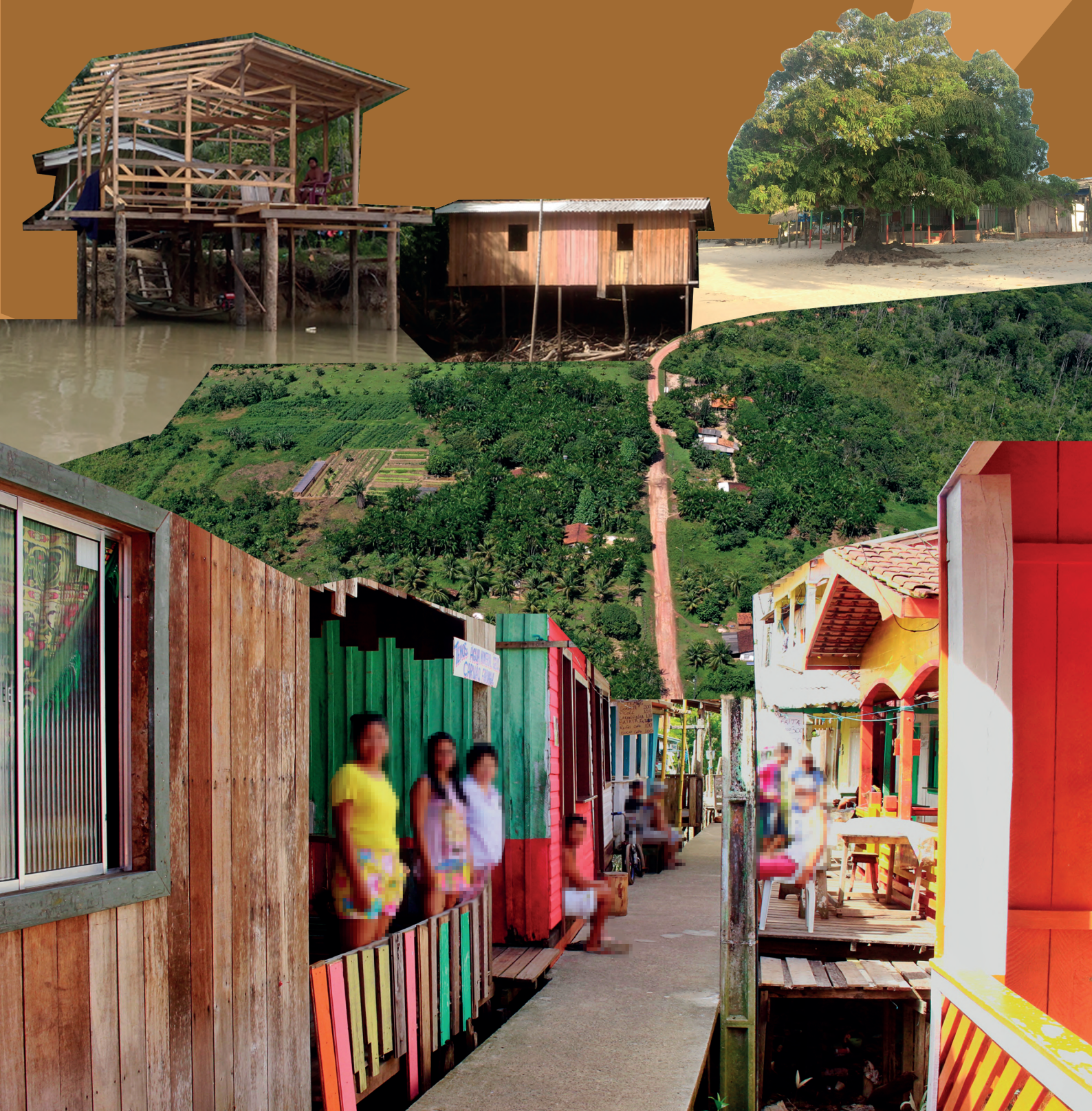
⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

consciência social, étnica, racial, permanência de uma ocupação que contemple espaços de moradia, produção e encontro sem divisões, manutenção da natureza como integrante da vida cotidiana). O espaço da *era da urbano-utopia*⁸⁷ está em construção a partir da politização, do fortalecimento local e reivindicação do direito à diversidade (HORN; CARDOSO; ALENÇON, 2018) no local da conversão e homogeneização que se apresentam como caminho vigente.

⁸⁷ Lefebvre (1999).

CONCLUSÕES



6 CONCLUSÕES

Esta dissertação buscou analisar o espaço periurbano de Belém. Para tal partiu-se das transformações e resistências vinculadas à sua produção socioespacial e também se procurou visibilizar as re-existências contemporâneas que demonstram o potencial de emancipação e fortalecimento de comunidades que dependem do manejo da natureza.

O capítulo intitulado “A Conceituação e constituição de espaços periurbanos: caminhos analíticos para a realidade amazônica” buscou responder ao primeiro objetivo específico e apresentou a discussão sobre os espaços periurbanos em contextos diversos, aproximando-a a das cidades amazônicas. Os espaços periurbanos foram caracterizados como locais extremamente estratégicos, para onde as cidades (e suas manifestações urbanas) avançam, e ao mesmo tempo de onde estas dependem pela alocação de estruturas imprescindíveis (serviços e infraestruturas de abastecimento e manutenção). Nesta perspectiva os espaços periurbanos de metrópoles brasileiras são tradicionalmente apontados como espaços de fronteiras urbanas, tratadas nesta dissertação a partir da perspectiva das transformações.

Ainda neste capítulo ressaltou-se que os espaços periurbanos são mosaicos: locais em que se depositam o que não interessa à cidade, de potencial exploração, disputa, mas também de manifestações plurais socioespaciais. A partir do pensamento de Cardoso (2021) os espaços periurbanos de cidades amazônicas foram trabalhados enquanto espaços periurbanos estendidos, em que a cidade (sede municipal) articula e interliga-se com uma área extensa de transição entre a cidade e o campo, e manifestações urbanas e rurais. Nesses espaços periurbanos estendidos, assim como em outros contextos metropolitanos brasileiros, existe como marca a expansão urbana. Entretanto, pela quantidade, expressividade e diversidade de comunidades que dependem do manejo da natureza, nesses espaços periurbanos estendidos amazônicos, sentiu-se a necessidade de um caminho analítico que não focasse apenas nas transformações, mas também desse a devida importância às resistências.

Entende-se que a partir das re-existências é possível enxergar que a constituição das cidades amazônicas está por um lado diretamente ligada a imposições econômicas, políticas e culturais de lugares distantes, e ao mesmo tempo, mantêm-se especificidades na relação entre cidade e natureza, conforme ressaltado por Vicentini (2004). As diversas configurações espaciais são acompanhadas por temporalidades diferenciadas, ligadas aos distintos modos de apropriação do território. Não é possível observar os fatos locais apenas pelos dados cronológicos. Se por um lado a perspectiva de expansão das cidades amazônicas pode ser entendida como integrante dos moldes de expansão capitalista (transformações), por outro é necessário entender as especificidades culturais que atuam

como resistências. A temporalidade só pode aqui ser compreendida quando vinculada aos próprios modos de expressão da vida. Impõe-se o conflito entre tempos culturais diferenciados.

Os capítulos intitulados “Transformações e resistências no espaço periurbano de Belém (PA): considerações e análises sobre a escala regional” e “Transformações e resistências no espaço periurbano de Belém (PA): considerações e análises sobre a escala local” buscaram responder ao segundo objetivo específico. Neles analisou-se a formação do espaço periurbano de Belém (PA), considerando as transformações e resistências em distintos momentos históricos.

Considerou-se que historicamente o espaço periurbano de Belém se constituiu como espaço periurbano estendido regional, pois Belém possuiu grande centralidade política e econômica, o que a possibilitou articular e interagir de forma direta com diversos locais dentro da Amazônia. Sobrepondo-se ao padrão de dispersão indígena, utilizou-se o espaço periurbano estendido regional como local de exploração natural e de mão de obra. Ao mesmo tempo, no espaço periurbano regional o acesso a terras livres permitiu a sobrevivência de diversos grupos que viviam a partir de práticas agroextrativistas. Considera-se, entretanto, que a partir da segunda metade do século XX diversos processos nacionais e internacionais, ou de ordens distantes, em termos de Lefebvre (2001), diminuíram a centralidade de Belém e sua capacidade de exercer influência regionalmente.

Desde os primeiros ciclos de colonização percebe-se uma produção socioespacial que lida com o que é e o que não é. Há um choque entre formas de produzir e se apropriar do espaço e do tempo, formas de se ver e encontrar no mundo. É o encontro com o outro, aquele que não é espelho. Para lidar com a diferença criaram-se categorias, ditando o que era atraso, hierarquizando-se valores, lugares e formas de lidar com o espaço-tempo e a natureza, incluindo a humana (SOUZA, 2019). O conflito e o confronto com o(s) outro(s) tentam ser resolvidos através da imposição de um caminho único, com a negação da possibilidade da diversidade. Entretanto, o conflito é a própria evidência de que este caminho único não é real, ou possível.

Nas escala local a análise da produção socioespacial de Belém evidenciou que o Estado e agentes privados destinavam ao espaço periurbano usos que não eram adequados para instalação dentro da cidade, como áreas de produção agrícola e equipamentos (como cemitérios, presídios, hospitais de doenças contagiosas). Ao mesmo tempo historicamente o espaço periurbano no entorno de Belém foi e é utilizado na busca de amenidades rurais com a construção de rocinhas, chácaras, sítios, clubes, e o desfrute das ilhas por suas paisagens de praia de rio. Com a expansão da cidade de Belém, as ilhas e os municípios da RMB passam também a funcionar como áreas de expansão urbana, com a criação de loteamentos, conjuntos habitacionais e condomínios fechados. Nas últimas

décadas nas ilhas de Belém destaca-se também a conversão de uso e ocupação do solo mais expressiva para implantação de equipamentos turísticos.

O capítulo intitulado “A vida cotidiana no espaço periurbano de Belém (PA) como possibilidade de encontro com as re-existências” buscou atender ao terceiro objetivo específico. Para tal, este investigou e analisou as re-existências que permeiam a produção socioespacial do espaço periurbano de Belém (PA), observando as diferentes: formas de uso e ocupação do solo, organização social, economias praticadas e conexões urbano-rurais.

Notou-se que a disponibilidade de terras no espaço periurbano de Belém faz com que se misturem o periférico, a área de expansão e as comunidades que dependem do manejo da natureza. Aponta-se que diversas comunidades no entorno de Belém, ligadas a matrizes tradicionais e/ou rurais apresentam contribuições importantes de caminhos possíveis para um futuro menos devastador. Mas, diferente das imagens estereotipadas que comumente se apresentam, buscou-se mostrar como transformações e resistências atuam simultaneamente nestes locais, o que evidenciam formas de re-existências. Para compreensão destas no espaço periurbano de Belém analisaram-se alguns estudos de caso, com maior detalhamento do caso da ilha do Maracujá.

Dentro das re-existências camponesas apresentadas destaca-se a luta pela existência no sentido amplo, do modo de vida e do acesso à moradia e às políticas públicas. O fortalecimento da condição camponesa dentro dos TRAs e conseqüentemente na manutenção do vínculo das famílias com a terra apresenta-se como uma alternativa às diversas formas de precariedade que as famílias assentadas viviam antes de morarem nos TRAs, decorrentes do sistema de exclusão e criação da pobreza intensificados na *era do urbano-industrial*⁸⁸. As re-existências criadas a partir da constituição dos TRAs apontam caminhos para a *era da urbano-utopia*⁸⁹ quando se politiza o fortalecimento dos vínculos comunitários como forma de manutenção da vida, de reivindicação de direitos e da soberania alimentar.

O caso do MMIB permite visualizar que nas re-existências pode existir a criação de lugares de escuta, fala, capacitação e fortalecimento interno em ambientes anteriormente opressores (como era o caso da associação anterior). O debate de gênero como ponto de partida para articulação comunitária aponta também a importância da interseccionalidade para a construção de pautas e ações coletivas que transformem o entorno. As ações do MMIB destacam também que a possibilidade de re-existências emancipadoras passam pela educação e valorização dos conhecimentos locais, bem como apontam caminhos para o beneficiamento de produtos regionais e o incentivo de um turismo de base comunitária.

⁸⁸ Lefebvre (1999).

⁸⁹ Idem.

O caso do TQA evidencia que mesmo com a demarcação oficial reconhecida do território, os territórios tradicionais e originários passam por constantes ameaças. Re-existir implica a luta do re-conhecimento constante, quer seja perante à sociedade e as instituições externas ao território, quer seja pela manutenção de saberes e práticas que fazem parte da identidade local. O caso do TQA demonstra ainda que nenhuma pessoa e nenhum lugar ficam parados no tempo. O tradicional idealizado não existe. Faz-se, portanto, no dia a dia necessário a re-criação e re-invenção dos vínculos coletivos.

A partir das re-existências ribeirinhas apresentadas nos casos das ilhas do Combu e do Maracujá foi possível refletir que coexistem a re-invenção (re-existência) e a ruptura dos atributos que permeiam a identidade ribeirinha. A ligação com o rio ganha outras dimensões e velocidades, as relações com a terra, com os alimentos e com a parte continental alteram-se. A inserção de novas práticas econômicas modificam formas seculares de divisão da terra. O turismo de experiência surge como uma linha tênue entre algo que cria cadeias de valorização do comunitário e algo que exclui os próprios moradores destes novos processos que chegam às ilhas.

Em todos os casos apresentados visualiza-se que as re-existências se constroem por meio de articulações internas (organizações e capacitação interna, manutenção de laços de vizinhança e parentesco para resolução de demandas coletivas) e externas (parcerias, com organizações, entidades e instituições). Essas articulações permitem maior conscientização e politização do que é entendido como tradicional. Tudo passa a ser político: a construção de relações interpessoais, as formas de produção espacial, o que e como se produz, o que se come, que tipo de conhecimento é valorizado e repassado.

Destaca-se, entretanto, que dentro dos casos estudados não é possível tratar apenas dos aspectos que incluem a valorização do coletivo. A sobrevivência cotidiana em contextos de precariedade se faz muitas vezes com a prevalência do individual. Dentro das comunidades há contradições, discordâncias e desarticulações internas e externas. Mas, como apontado na teoria dialética, dentro das contradições internas está a capacidade de produção do novo. Dentro das transformações que resistem e das resistências que transformam é que se encontram as possibilidades de re-existências.

Caminhos possíveis para a construção da *era da urbano-utopia*⁹⁰ passam pela utilização da tecnologia como meio de incluir e divulgar ideias discutidas dentro das comunidades, de modo que cada vez mais as diferenças epistêmicas possam ser pautadas. Como apontado por Porto-Gonçalves (2019), não é possível pensar um futuro real para a Amazônia em continuidade com as mesmas práticas que a devastam e matam seus povos há séculos. Há necessidade de reconhecimento de muitas formas de viver e muitos

⁹⁰ Lefebvre (1999).

territórios dentro de um mesmo lugar, o que possibilita trabalhar em uma perspectiva que enxerga muito mais que a pobreza.

Uma chave de mudança é a passagem da visão da natureza como algo a ser dominado, para a natureza como possibilidade de emancipação das comunidades que a ela se articulam diretamente (CARDOSO; MIRANDA, 2018). A emancipação pode vir da aliança entre cultura, natureza, e justiça social. Para que isto ocorra demanda-se apoio para viabilidade da manutenção das atividades cotidianas através da regularização da posse, crédito para investimento, viabilidade de deslocamento, incentivo à educação, parcerias para compra da produção.

Acredita-se, portanto, que o entrelaçamento entre as realidades rurais e urbanas, da cidade e do campo, contidas de forma máxima nos espaços periurbanos forneçam contribuições chaves, principalmente em contexto regional amazônico, que pela incompletude de incorporação ao paradigma da *era do urbano-industrial*⁹¹, apresenta ainda expressivas coexistências de eras espaço-temporais. Este repertório diverso constitui um espaço do campo cego⁹², que por um lado pode ser visto pela ótica da precariedade (tudo o que falta) e da transformação (tudo o que não mais é), mas também se pode dar atenção para a ótica da re-existência, da vanguarda (tudo o que já é) e do vislumbre concreto da *era da urbano-utopia*⁹³.

O espaço periurbano de Belém contém diversos conflitos e desafios, mas também muitas possibilidades. Analisou-se que este é um espaço de expressivas coexistências de eras. Da *era rural*⁹⁴, dos vínculos comunitários, do vínculo com a terra, e de um passado que parece traduzir-se em “tradicionalidades”. Da *era do urbano-industrial*⁹⁵, de rápidas e intensas transformações no espaço e na vida, da apropriação privada, da sobreposição do valor monetário (real e fictício) ao valor da vida, de uma ideia de propagação de futuro de des-envolvimento e “modernidades”. O espaço periurbano carrega consigo também marcas da *era da urbano-utopia*⁹⁶, expressa na possibilidade de criação de um novo caminho que supere as contradições, da criação de respostas às crises múltiplas, da politização e tomada de consciências das diversas formas de viver e produzir espaços. Um caminho de reconhecimentos das diferenças e da diversidade, em que seja possível falar da Amazônia, de todas elas. Parece utópico. E é. A utopia do futuro-presente sem a qual não é possível caminhar.

⁹¹ Lefebvre (1999).

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem.

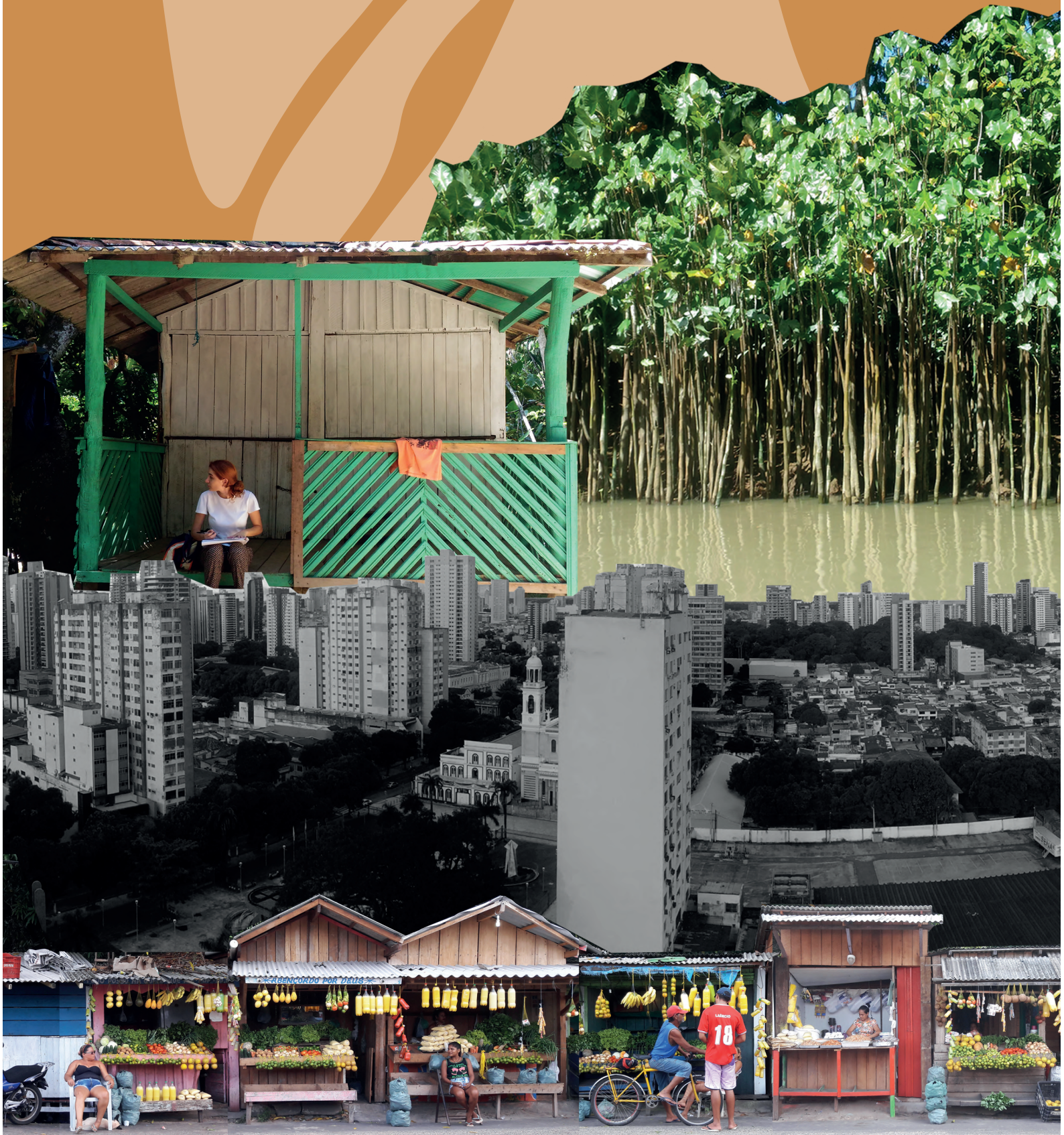
⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

No final do segundo capítulo desta dissertação, ao citar uma palestra proferida por Marcelo Vellinga, ressaltou-se que em tempos de múltiplas crises a construção de um futuro depende de um olhar atento ao passado para situar o que é preciso abandonar e o que não há como abrir mão. Nas tantas histórias passadas e presentes das colonizações da Amazônia, foi e é negada a possibilidade de se ser o que se é. Talvez o caminho do futuro (de volta ao passado) precise reconhecer exatamente isto. Não há caminho único, não há uma só forma de viver. É necessário re-conhecer as re-existências. A alteridade é o caminho para a *era da urbano-utopia*⁹⁷.

⁹⁷ Lefebvre (1999).

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza**. São Paulo: Elefante, 2019.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA, A. F. **Diagnóstico sócio-ambiental da região insular de Ananindeua (PA): uma proposta de zoneamento turístico**. 2008. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- ALVES, F. D.; VALE, A. R. do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, p. 33-41. 2013.
- AMIN, M. M. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**. Revista Crítica de Ciências Sociais. 107, p. 17-38, set. 2015.
- BAENA, A. L. M. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.
- BARBOSA, E. J. da S. *et al.* De colônia agrícola a periferia de Belém: um ensaio de geografia histórica sobre a ilha de Caratateua. *In: SILVA, J. M. et al. Percursos geográficos: pesquisa e extensão no Distrito de Outeiro, Belém - Pará (2008 - 2011)*. Belém: GAPTA/UFPA, 2012. p. 26-58.
- BARDOSA, L. B. **A produção do espaço urbano e as áreas de transição rural-urbana o caso do município de Cariacica**. 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- BARRETO; A. M. **Território de águas na Amazônia: Ribeirinhos e o Direito à Propriedade Coletiva da Terra**. Curitiba: Juruá, 2019.
- BASTOS, N. G.; PINHO, T. G. do V. **Turma da Beira nos Territórios de Reforma Agrária de Mosqueiro**. Belém: UFPA, 2021.
- BECKER, B. **A Urbe Amazonida**. São Paulo: Garamon, 2013.
- BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990.
- BELÉM. **Lei nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Regionalização Administrativa do Município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos Distritos Administrativos e dá outras providências. Belém, 1994.
- BELÉM. **Lei nº 7.806, de 30 de julho de 1996**. Delimita as áreas que compõem os bairros de Belém, revoga a lei nº 7.245/84, e dá outras providências. Belém, 1996.

BELÉM. **Lei nº 8655 de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal, 2008.

BELÉM. Prefeitura Municipal De Belém. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém, 2012. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2017/06/1_01_Caracterizacao-do-Territorio.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BIBAS, L. B. **O espaço tradicional em contexto periférico: inadequações e tensões entre visões de mundo, o caso de Afuá**. 2018. 145f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 311, de 2 de março de 1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Brasília: Gabinete da Presidência, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=DECRETO-LEI%20N%C2%BA%20311%2C%20DE%20%20DE%20MAR%C3%87O%20DE,sobre%20os%20limites%20do%20territ%C3%B3rio%20nacional%20e%20>. Acesso em: 20 de mar. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em 25 de mar. de 2021.

BRENNER, N. Teses sobre urbanização. **e-metropolis**, 19, 5, p. 6-26. 2014.

BRENNER, N.; SCHIMDT, C. Towards a new epistemology of the urban? **Cities**, v. 19, n. 2–3, p. 151–182. 2015.

BRILHO, S. **Dinâmica Econômica e Social na Amazônia Rural: o Protagonismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB (PA)**. 2015. Tese de doutorado (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CAMPOS, J. A. **Entre o urbano e o rural: uma análise da periurbanização na Região Metropolitana de Natal-RN**. 2018. 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

- CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: CARDOSO, A. C. D. (Ed.). **O rural e o urbano na Amazônia**. Diferentes olhares e perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006, p. 55-98.
- CARDOSO, A. C. D.; MIRANDA, T. B. Invisibilidade social e produção do espaço subordinado em Belém (PA). **Paisagem e Ambiente**: Ensaio, n.41, p. 85-107. 2018.
- CARDOSO, A. C. Que contribuições virão de Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI? . **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11. 2021.
- CARDOSO, A. C.; VENTURA NETO, R. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 55-75, jan/jun. 2013.
- CARDOSO, A. C.; VICENTE, L. R. OLIVEIRA, R. C. B. Cartografia Social da ilha de Cotijuba - Belém/PA. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.26, n.39, p. 255-293, 2º sem. 2019.
- CARDOSO, A.C. D.; LIMA, J.J.F. (Org.). **Belém**: transformações na ordem metropolitana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.
- CARDOSO, A.C. D.; FERNANDES, D. A.; LIMA, J.J.F. Região Metropolitana de Belém: um balanço de quatro décadas. In: CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. **Belém**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015, p. 17-32.
- CARDOSO, A.C.; FERNANDES, D.; BASTOS, A.P.. A inserção d RMB na Amazônia e na rede urbana brasileira. In.: CARDOSO, A.C.; LIMA, J.J. **Belém**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 33-58.
- CARMO, R.L. do. *et.al*. Transição demográfica na Região Metropolitana Ampliada de Belém. In: CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. **Belém**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015, p. 59-88.
- CASTRO, F. F. de. **Entre o Mito e a Fronteira**. Belém: Labor Editorial, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Redes Geográficas: Reflexões Sobre Um Tema Persistente. **Revista Cidades**. v.9, n.16. 2012.
- CORRÊA, Roberto. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- COSTA, F. A. Administrador secular da biodiversidade: sobre a formação e contemporaneidade econômico-cultural de um campesinato amazônico. In: MALCHER, M.; MARQUES, J.; PAULA, L.. **História, Comunicação e Biodiversidade na Amazônia**. 1.ed. São Paulo: Acquerello, 2012a.

COSTA, F. A. **Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 245-273, ago. 2012b.

COSTA, F. de A. **Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. Belém: NAEA, 2012c. 468 p. v. 1**

CRUZ, V. do C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JR, S. C.; TAVARES, M. G. **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 49-72.**

DERGAN, J. M. B. **História, memória e natureza: as comunidades da ilha do Combu-Belém-PA. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.**

DOUGLAS, I. Peri-Urban Ecosystems and Societies: Transitional Zones and Contrasting Values. In: MCGREGOR, D.; SIMON, D.; THOMPSON, D. **The Peri-Urban Interface: Approaches to Sustainable Natural and Human Resource Use. London: Earthscan, 2006.**

FERNANDES, D. A.; SOUSA, C. N.; RODRIGUES, D. L. A metrópole Belém na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. **Belém: transformações na ordem metropolitana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 89-120.**

FIGUEIREDO, A. M. de. Mairi dos Tupinambá e Belém dos Portugueses: encontro e confronto de memórias. In: SARGES, M. de N.; FIGUEIREDO, A. M. de.; AMORIM, M. A. **O imenso Portugal: estudos luso-amazônicos. Belém: UFPA, Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2019, p. 19-41.**

FISCHER, L. R. C. Particularidades urbanas e periurbanas na Amazônia Oriental. In: **Periurbanos: Contribuições para a política de desenvolvimento urbano no Brasil. FASE, s.d.**

FISCHER, L. R. C.; BENATTI, J. H. A questão da terra e a regularização fundiária na Amazônia. In: ALMEIDA, M. C. S.; MAY, P. H. **Gestão e Governança Local para Amazônia Sustentável: notas técnicas – 2. Rio de Janeiro: IBAM, 2016.**

FRAPORTI, F. G. A.; HITOMI, S. O espaço periurbano de Cuiabá (MT): seus limites, tendências e leitura jurídico-urbanística para o planejamento da ocupação territorial. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.13, n.33, p. 157-170, set./dez. de 2019.

FURTADO, M. F. R. G. Áreas de Interface Periurbana: Desafios Conceituais e Metodológicos. In: RANDOLPH, R; SOUTHERN, B. C. **Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina. São Paulo : Max Limonad, 2011.**

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, mar-abr, p.57-63, 1995.
- GOITIA, F. C. **Breve historia del urbanismo**. 3ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 2018.
- GOMES, T. K. S. *et al.* **Turma da Beira e os quilombolas estudantes na UFPA**. Belém: UFPA, 2021.
- GOMES, T. V. do. CARDOSO, A. C. D. Santarém: o ponto de partida para o (ou de retorno) urbano utopia. **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v11, 2019, p.1-17.
- GOMES, T. V. *et al.* Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 891-918, set/dez 2017.
- HORN, P.; CARDOSO, A. C.; ALENÇON, P. A. Introduction. In: _____. **Emerging Urban Spaces: A Planetary Perspective**. Cham: Springer, 2018.
- IBGE. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio**. Censo, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- INCRA. **Acervo fundiário do INCRA: assentamentos do Pará**. INCRA, 2019a. [cartografia digital, formato shapefile]. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/openlayers.htm>. Acesso em 27 de mai. de 2020.
- JACOBS, J. **The economy of cities**. New York: Vintage Books, 1970.
- LANG, M. Introdução. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 24-45.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política, O Direito à Cidade II**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, J. J. F. *et al.* Estrutura Social e Organização Social da Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. **Belém: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015, p. 145-172.
- LIMA, J. J.; RODRIGUES, R. M.; PONTE, J. P. X. Planos diretores, instrumentos urbanísticos e a atuação municipal na questão urbana e ambiental. In: ALMEIDA, M. C. S.; MAY, P. H. **Gestão e Governança Local para Amazônia Sustentável: notas técnicas – 2**. Rio de Janeiro: IBAM, 2016.

- LOCATEL, C. D. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 85-102, set. 2013.
- LOPES, R.J. **1499: a pré-história do Brasil**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.
- LOUREIRO, V. R.. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 3ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.
- MÁCOLA, R. J. da S. L. *et al.* **Diagnostico socioambiental: um estudo de casa na ilha do Maracujá no município do Acará nordeste paraense /BR**. Im.: FENASAN. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2017.
- MAGALHÃES, M. P. A rede de conexão Temporal da natureza. *In: MAGALHÃES, M. P. (ed.). Amazônia Antropogênica*. Belém: MPEG, 2016. p. 47-92.
- MARICATO, E. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. **Cultura Vozes**[S.l.], v. no/dez. 1999, n. 6, p. 7-22, 1999.
- MARKONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 2003.
- MARQUES, F. L. T. **Arqueologia da arquitetura e os engenhos de maré no estuário amazônico**. *In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO*, n. 4º, 2015, Belo Horizonte.
- MELO, O. **O lugar e Comunidade na ilha de Cotijuba-pa**. 2010. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará: Belém, 2010.
- MESQUITA, D. Prefeitura de Belém agiliza entrega de cerca de 9 mil unidades habitacionais. Belém: **AGÊNCIA BELÉM**, 2018. Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/162741/prefeitura-de-belem-agiliza-entrega-de-cerca-de-9-mil-unidades-habitacionais>. Acesso em: 08 jan. 2021.
- MIRANDA, C. S. **Itinerários da saúde na Belém colonial e imperial**. *In: II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*, 2014. São Paulo.
- MIRANDA, L. I. B. de. **Produção do Espaço e Planejamento em Áreas de Transição Rural-Urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife - PE**. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- MIRANDA, L. I. B. Planejamento em áreas de transição rural-urbana: velhas novidades em novos territórios. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 1, p. 25-40. 2019.

MONTE-MÓR, R. L. M.; LIMODADE, E. **O Urbano e o Rural frente à Urbanização da Sociedade.** In: RANDOLPH, R; SOUTHERN, B. C. **Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina.** São Paulo : Max Limonad, 2011.

MONTE-MÓR, R. L. **Teorias e práticas urbanas:** condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. Ad.; SILVEIRA, M. L. **Território:** globalização e fragmentação. 4ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC; ANPUR, 1998. p. 169-181.

MUMFORD, L. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OLIVEIRA, R.; CARDOSO, A. C. **Rastreando manifestações do Urbano-Natural na Belém Continetal.** Relatório Final de Pesquisa em Iniciação Científica. Belém: PROPESP/UFPA, 2018.

PARÁ. **Lei nº 1.127, de 11 de março de 1955.** Altera os limites municipais do Pará. Pará, 1955.

PARÁ. **Lei nº 158, de 31 de dezembro de 1948.** Define os limites municipais do Pará. Pará, 1948.

PARÁ. **Lei nº 5.778, de 15 de dezembro de 1993.** Define os limites político administrativos e territoriais entre os município de Belém e Ananindeua e dá outras providências. Pará, 1993.

PENTEADO, A. R. **Belém – Estudo de Geografia Urbana.** Belém: Universidade Federal do Pará, Vol 1, 1968a.

PENTEADO, A. R. **Belém – Estudo de Geografia Urbana.** Belém: Universidade Federal do Pará, Vol 2, 1968b.

PEREIRA, A. S. **O conceito periurbano aplicado à Região Metropolitana de Curitiba: contribuição ao planejamento.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia:** encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. Bolívia: IPRS/CIDES - UMSA, 2019.

- RIBEIRO, B. **A natureza nas lógicas de ocupação da Ilha de Cotijuba, Belém (PA)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- RICCI, M. Passos imperiais e (des) compassos cabanos: Belém e sua “índole” – 1800 – 1840. In: SARGES, M. de N.; LACERDA, F. G. 2 ed. **Belém do Pará: história, cultura e cidade: para além dos 400 anos**. Editora Açaí, 2016.
- RODRIGUES, A. F. A. C. **A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da ilha do Combu (Belém-Pará)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- RODRIGUES, E. T. **Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ribeirinho em uma ilha da Amazônia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, 2006.
- SARGES, M. de N. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3ª ed. Belém: Paka – Tatu, 2010.
- SCHAAN, D. **Cultura marajoara**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.
- SILVA, J. M. *et al.* **Percursos geográficos: pesquisa e extensão no Distrito de Outeiro, Belém - Pará (2008 - 2011)**. Belém: GAPTA/UFPa, 2012.
- SILVA, M. L. da; TOURINHO, H. L. Z. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), n. 9, v.1, p. 96-109, jan./abr. 2017.
- SIMON, D.; MCGREGOR, D.; THOMPSON, D. Contemporary Perspectives on the Peri-Urban Zones of Cities in Developing Countries. In: MCGREGOR, D.; SIMON, D.; THOMPSON, D. **The Peri-Urban Interface: Approaches to Sustainable Natural and Human Resource Use**. London: Earthscan, 2006.
- SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Revista franco-brasileira de geografia**, n. 5, p.1-9, 2009.
- SOUZA, J. G. *et al.* Pre-Columbian earth-builders settled along the entire southern rim of the Amazon. **Nature Communications**, v.9, n.1125. 2018.
- SOUZA, M. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, S. T. Relação campo–cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In.: LOPES, D. M. F.; Henrique, W. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

TAVARES, M. G. *et al.* Mosqueiro: turismo e desenvolvimento local em um ilha fluvial da Região Metropolitana de Belém. In: TRINDADE JR, S. C.; TAVARES, M. G. **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 185-202.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TOLEDO, R. F. de; JACOBI, Pedro Roberto. Pesquisa-Ação e Educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 155-173, jan.-mar. 2013.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. da. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-tatu, 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; SILVA, M.A.; AMARAL, M. D. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR, S.C.; TAVARES, M. G. **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p.27-48.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VALE, A. R. do. **Expansão Urbana e plurifuncionalidade do espaço periurbano do município de Araraquara-SP**. 2005. **Tese** (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, 2005.

VICENTE, L. R. *et al.* **Entre travessias e atravessamentos: um pouco sobre a realidade das ilhas de Cotijuba e do Combu, em Belém (PA)**. Belém: UFPA, 2022.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

WHITACKER, A. M. Campo e cidade. cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In.: LOPES, D. M. F.; Henrique, W. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

CRÉDITOS DAS IMAGENS DAS CAPAS

Arte das capas: Elis Tayná Almeida Brazil.

Fonte das imagens capas:

Capa geral: Silhueta de Belém e entorno. Fonte: elaborado por Letícia Vicente.

Capa Introdução: Prédios na parte continental de Belém e barcos na ilha do Maracujá. Fonte: fotos de Letícia Vicente.

Capa capítulo 2: Casa em madeira com antenas e tvs. Fonte: foto de Letícia Vicente. Rua com ônibus e construções. Fonte: foto de Thales Miranda.

Capa capítulo 3: Barcos e casa em palafita. Fonte: foto de Letícia Vicente. Protesto contra a construção de Belo Monte. Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140221_dilema_energia_ms. Rodovia Transamazônica. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/28/nova-transamazonica-reconstrucao-da-br-319-comeca-sem-estudo-de-impacto-ambiental>.

Capa capítulo 4: Ruínas do Educandário de Cotijuba. Fonte: foto de Letícia Vicente. Residencial Viver Outeiro. Fonte: foto de Juan Azevedo. Barcos na Comunidade do Cajueiro. Fonte: foto de Raquel Oliveira. Paneiros de Açaí. Fonte: foto de Elis Brazil. Ponte de Mosqueiro. Fonte: foto de Letícia Vicente.

Capa capítulo 5: Plantações em lote na CEASA. Fonte: foto de Thales Miranda. Casa em palafita na ilha do Combu. Fonte: foto de Thales Miranda. Vista aérea da ilha do Maracujá. Fonte: captura de drone feita por Beatriz Andrade. Sede do MMIB. Fonte: foto de Rafaela Oliveira. Casa dentro do Assentamento Mártires de Abril. Fonte: foto de Letícia Vicente.

Capa Conclusões: Palafitas na ilha do Combu (parte superior). Fonte: foto de Thales Miranda. Árvore na ilha de Cotijuba. Fonte: foto de Letícia Vicente. Vista aérea do Assentamento Paulo Fonteles. Fonte: captura de drone feita por Beatriz Andrade. Palafitas na Comunidade do Cajueiro (parte inferior). Fonte: foto de Raquel Oliveira.

Referências: Vegetação e palafita na ilha do Combu. Fonte: fotos de Thales Miranda. Palafita na ilha do Combu. Prédios na parte continental de Belém. Fonte: foto de Letícia Vicente. Feira do Cajueiro. Fonte: foto de Letícia Vicente.

APÊNDICE 1: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NA ILHA DO MARACUJÁ

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Idade:

Local de nascimento:

Tempo que mora da ilha (se tiver nascido em outro lugar):

Profissão/ocupação:

Escolaridade:

Religião:

Composição da família (número de pessoas que moram do mesmo lote, grau de parentesco, idades):

TERRITÓRIO:

1) O que você sabe sobre a história da ilha do Maracujá?

(exemplo: origem / ocupação e divisão inicial da terra entre as famílias / lutas e conflitos passados / conquistas)

2) Como você se reconhece ou autodeclara?

- *Para as pessoas que se autodeclaram ribeirinhos: O que é ser ribeirinho para você?*
- *Para as pessoas que se autodeclaram quilombolas: Desde quando você se reconhece como quilombola? O que é ser quilombola para você?*

3) Como você imagina a ilha daqui a 10 anos?

(exemplo: o que gostaria que mudasse e o que gostaria que permanecesse)

4) O que você acha sobre as mudanças que estão ocorrendo na ilha do Combu nos últimos anos, como a chegada dos restaurantes e a venda dos lotes para pessoas de fora?

5) Você enxerga semelhanças entre a ilha do Combu e a ilha do Maracujá? Quais?

TIPOS DE ECONOMIA PRATICADAS:

6) Quais são as atividades econômicas praticadas pela sua família?

7) Onde sua família vende os produtos extraídos / plantados? (pergunta para para famílias que trabalham com extrativismo)

AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

8) Quais são os grupos, movimentos, times, associações e cooperativas que você conhece na ilha do Maracujá? Você participa de algum?

9) Que tipo de evento reúne os moradores da ilha?

10) Você participa de alguma festa ou festividade na ilha ou no entorno? Pode contar um pouco de como é?

11) Quais decisões dentro da ilha são coletivas e quais são individuais?
(exemplo: regulação da compra e venda da terra / modificações ou eventos no lote e em espaços comunitários)

AS CONEXÕES URBANO-RURAIS:

12) O que você considera rural e o que considera urbano na ilha do Maracujá?

13) O que te faz ter que sair da ilha? Para onde? Com qual frequência?
(exemplo: deslocamentos de pessoas e mercadorias)

14) Como você descreve o modo de vida local?
(exemplo: o que você mais gosta na ilha / o que menos gosta)

15) Existem visões equivocadas ou distorcidas sobre a ilha e seus moradores? Quais?

ESPACIALIDADE:

16) Você pode descrever um pouco o seu lote e as atividades que são realizadas nele?

17) Você sabe qual o tamanho do seu lote?

18) O que divide seu lote do lote vizinho?

19) Quais lugares você costuma frequentar na ilha ou próximo dela? Por quais motivos?

20) Quais mudanças você observa na ilha nos últimos anos? O que você acha sobre elas?